

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 15/2023
De 15 a 28 de agosto de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

Cúpulas e reuniões de Ministros da Saúde em agosto

11 - Marx, BRICS, mal-entendidos e equívocos - *Santiago Alcázar*

14 - BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação - *Claudia Hoirisch*

24 - Documento BRICS: *Declaração de Johannesburg II (Líderes)*

38 - Documento BRICS: *Discurso Presidente Lula em Joanesburgo*

41 - Documento BRICS: *Health Ministers' Declaration*

44 - Regresso triunfante de Lula à África e à CPLP - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*

48 - Documento CPLP: *Declaração de São Tomé (Líderes)*

61 - Documento CPLP: *Discurso Presidente Lula em São Tomé*

63 - Resultados e caminhos futuros para a agenda da saúde no G20 - *Vitória Kavanami, Nina Bouqvar, Thaiany Medeiros, Pedro Burger e Paulo Esteves*

75 - Saúde no G20: de Gandhinagar rumo ao Rio de Janeiro - *João Miguel Estephano, Pedro Burger e Paulo Marchiori Buss*

88 - Documento G20: *Documento resultante da reunião de Ministros da Saúde do G20*

Nações Unidas

93 - Os legados do Colonialismo – pedras no caminho do Direito ao Desenvolvimento e, portanto, de uma Saúde Universal - *Armando De Negri Filho*

141- Engajamento sociedade civil e saúde digital: agenda de transformação na OMS - *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

146 - As atuais iniciativas ambientais e de sustentabilidade em todo o mundo - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

156 - Reunião de Ministros do Trabalho em Benguela (Angola) fortaleceu a cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em compromissos da Agenda 2030 - *René Mendes*

160 - Documento CPLP: *Declaração de Benguela dos Ministros do Trabalho*

163 - Migrações, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, e Deisy de Freitas Lima Ventura*

- 166 - Saúde Materna de Mulheres e Meninas Afrodescendentes nas Américas - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*
- 175 - Produtos alimentícios ultraprocessados: mais do que a ponta do iceberg da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell, Juliana Ubarana*
- 183 - Pobreza & ensino: os impactos da Covid-19 - "Promovendo a Igualdade e Desenvolvimento Através do Esporte: O Compromisso da UNESCO e a Aliança Fit for Life" - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*
- 186 - O BID e a Semana Mundial da Água - *Isis Pillar Cazumbá*
- 188 - Saúde Digital e Gestão da Propriedade Intelectual - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

- 190 - O silêncio ruidoso sobre a crise de direitos humanos - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*
- 208 - As organizações civis pedem Justiça Tributária: o futuro da democracia depende da taxaço das grandes fortunas - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 217 - Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 227 - América Latina: os desafios na busca pela paz e integração - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 239 - Calor, machismo e reunião de ministros da saúde na Europa - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 243 - A "selva" está se tornando independente do "jardim": outras reflexões sobre o BRICS+6 - *Lúcia Marques*
- 249 - Atualização EUA - *Luiz Augusto Galvão*

Autores deste Caderno - 254

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 257

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 258

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 15/2023 – 16 a 29 de agosto 2023

APRESENTAÇÃO

As **Cúpulas de BRICS e da CPLP** na África, respectivamente na África do Sul e em São Tomé e Príncipe, e a **reunião dos Ministros da Saúde do G20**, na Índia, foram, na ótica destes Cadernos, os principais espaços políticos relevantes na quinzena que passou. Já o périplo africano do presidente Lula incluiu BRICS e CPLP, além de visita oficial à Angola.

BRICS se inscreve na grande geopolítica global: sua ampliação para onze países, a fila de candidatos desejosos de ingressar no mecanismo e os propósitos e medidas assumidas na Declaração final do histórico encontro produziu o que Fiori denominou apropriadamente como “*uma explosão sistêmica da ordem internacional*”¹. **Hoirisch** analisa no seu informe as principais questões, convergências e contradições abordadas na Declaração da Cúpula, cuja íntegra (em inglês) vem reproduzida neste fascículo do Caderno, assim como a íntegra do discurso do presidente Lula na oportunidade. Reproduzimos também a Declaração da reunião de Ministros da Saúde de BRICS, ocorrida dias antes em Durban.

Os Líderes do BRICS se reuniram em Sandton, África do Sul, de 22 a 24 de agosto de 2023 para a **XV Cúpula do BRICS**, cuja grande novidade foi a ampliação inédita do grupo, que passará a incluir Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos como membros de pleno direito, a partir de 1º de janeiro de 2024. No formato original, BRICS já havia ultrapassado o G7 em 2023 em vários parâmetros, com 32% do PIB mundial em PPP; agora, com a nova conformação, abriga seis dos maiores produtores de petróleo do mundo, 36% do PIB global em PPP, 46% da população mundial e uma enorme quantidade de recursos naturais. Mas a expansão anunciada também abre margem para questionamentos sobre o compromisso com os direitos humanos e os valores democráticos no bloco emergente.

Como encaminhamentos, os líderes solicitaram estudos em busca da adoção de uma moeda de referência do BRICS para o comércio internacional, o que, junto com a nova configuração do bloco pode ajudar a acelerar a desdolarização do Sul Global. Os entendimentos havidos anteciparam a substituição do dólar nas transações de recursos energéticos (petróleo e gás, p.ex.) entre os países membros do grupo e desses países com todas as suas zonas de influência, constituindo-se, possivelmente, no maior golpe desferido até hoje contra a hegemonia do dólar, desde os Acordos de Bretton Woods, em 1944.

No espaço político global, um dos compromissos que atendeu aos interesses do Brasil, Índia e África do Sul, candidatos a uma vaga permanente no organismo, foi a concordância da China com a reforma do Conselho de Segurança da ONU. A resolução pacífica do conflito ucraniano por meio de diálogo e diplomacia também está presente como proposta no documento.

Na área de saúde e C&T, os líderes comprometeram-se a intensificar esforços para melhorar a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias e explicitaram apoio ao Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas. Reconheceram o papel dos cuidados de saúde primários como base para a cobertura universal e a resiliência dos sistemas de saúde, bem como na prevenção e

¹ Ver: <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

resposta a emergências sanitárias. Comprometeram-se em realizar uma revisão das áreas temáticas de CTI para garantir um melhor alinhamento com as atuais prioridades do grupo. O Programa-Quadro BRICS em CTI facilitará a discussão para lançar uma Chamada de Propostas BRICS para Projetos em CTI em 2024.

Utilizando a fórmula dos já conhecidos e apreciados diálogos entre M e T, **Alcázar** exercita sua fina ironia, ao contrapor as visões hegemônicas ocidentais *versus* uma possibilidade de mudança que trazem, sobre a ordem mundial, os enunciados contidos na declaração da **Cúpula de BRICS**, não sem antes troçar das torrentes de palavras que, como tantas outras, também a caracterizam.

A **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)** tem enorme importância para a política exterior brasileira, pelos laços históricos que ligam o Brasil com os países luso-fônicos da África e o compromisso reafirmado com seu desenvolvimento. A reunião dos líderes do grupo ocorreu dia 27 de agosto na capital de São Tomé e Príncipe, gerando uma declaração analisada e comentada por **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**. A Declaração vem reproduzida em seu inteiro teor neste fascículo do Caderno CRIS, assim como a Declaração de Ministros da Saúde do bloco, realizada em março de 2023. Destaque-se a menção e apoio dos presidentes ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) 2023-2027, documento aprovado na mencionada reunião de ministros e orientador de toda a ação em saúde a ser levada a cabo pelos países integrantes.

Ademais, os autores buscam repercutir a passagem da Presidência pro tempore de Angola da CPLP para São Tomé e Príncipe, iniciando-se assim um novo ciclo no desenvolvimento do bloco. Por feliz coincidência, esta Cúpula de Chefes de Estado e de Governo é a primeira do início do Governo Lula, o que *per se* já confere uma dimensão muito especial na história da CPLP, conhecidos os percalços dos últimos quatro anos que marcaram negativamente o dinamismo do Brasil na organização. Com esse regresso triunfante da máxima liderança brasileira, segundo os autores, abre-se uma janela de oportunidade para a cooperação acelerada no seio da CPLP. Nos próximos dois anos, todas as agendas de cooperação da CPLP vão ser articuladas a partir de São Tomé e Príncipe com o secretariado Executivo e os seus Estados-Estados-Membros.

As Cúpulas de BRICS e CPLP serão debatidas no **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/FIOCRUZ**, no dia 6 de setembro, 4ª feira, de 10h às 13h.

SEMINÁRIOS AVANÇADOS CRIS EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2023

Saúde e desenvolvimento nas Cúpulas de BRICS e da CPLP
 Salud y desarrollo en las Cumbres de BRICS y CPLP | Health and development at the BRICS and CPLP Summits

PARTE 1 – BRICS – 10am-11:30am (RIO TIME)

- CÚPULA DE BRICS: UMA VISÃO DESDE A ACADEMIA E A SOCIEDADE CIVIL**
 CUMBRE BRICS: UNA VISIÓN DESDE LA ACADEMIA Y LA SOCIEDAD CIVIL
- COOPERAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA EM SAÚDE EM BRICS**
 COOPERACIÓN POLÍTICA Y TÉCNICA EN SALUD EN BRICS
- INTRODUÇÃO E MEDIAÇÃO**
 INTRODUCCIÓN Y MEDIACIÓN

ANA GARCIA (DIRETORA DO BRICS POLICY CENTER, IRI PUC-RIO)
ALEXANDRE GHISLENI (ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MINISTÉRIO DA SAÚDE)
CLAUDIA HOIRISCH (REPRESENTANTE VISITANTE CRIS / FIOCRUZ)

PARTE 2 – CPLP – 11:30am-1pm (RIO TIME)

- CÚPULA DA CPLP: A VISÃO DO BRASIL**
 CUMBRE DE LA CPLP: LA VISIÓN DE BRASIL
- SAÚDE NA CÚPULA DA CPLP E O PECS**
 SALUD EN LA CUMBRE DE LA CPLP Y EL PECS
- INTRODUÇÃO E MEDIAÇÃO**
 INTRODUCCIÓN Y MEDIACIÓN

JULIANO FÉRES NASCIMENTO (REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À CPLP)
AUGUSTO PAULO SILVA (DIRETOR DO ESBITÓRIO DA FIOCRUZ PARA A ÁFRICA)
ERICA KASTRUP (REPRESENTANTE DO CRIS/FIOCRUZ)

6 DE SETEMBRO (6 DE SEPTIEMBRE | SEPTEMBER 6TH)
 10h-12h30 (RIO TIME)
 9am-11:30pm (EST TIME)
 3pm-5:30pm (GET TIME)

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS | SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH | TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGÜES / ESPAÑOL / INGLÉS

COOPATROCÍNIOS: Ministério da Saúde, FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz, Presidência, Centro de Políticas Internacionais em Saúde - CRIS, OPS, OMS, UNICEF, UN Women, HEALTHEQUITY.

A **saúde no G20** é examinada por **Estephânio e Burger**, em artigo que possui dois grandes objetivos: (i) trazer um panorama geral a respeito das reuniões sobre saúde do bloco, que ocorreram entre 16/08 e 19/08 em Gandhinagar, na Índia, com destaque especial à reunião dos ministros da saúde (18-19/08); e (ii) analisar a Declaração de Ministros da Saúde do G20 publicada após a reunião ministerial, que vem reproduzida integralmente neste Caderno. Os autores pretendem ainda apontar, a partir de lições aprendidas na Índia, recomendações para a presidência do G20 do Brasil em 2024.

Kavanami, Bouqvar, Medeiros, Burger e Esteves destacam que o principal destaque no **G20** foi exatamente a *reunião dos Ministros da Saúde*, seus eventos adjacentes e os documentos e materiais relativos difundidos durante o período, ressaltando e analisando os principais pontos alcançados pela presidência indiana nessa agenda. Em relação ao Brasil, foram abordadas as repercussões dos eventos sob a ótica da participação do país e a apresentação dos temas priorizados em saúde para a próxima presidência do grupo. Com a inclusão de seis novos países no BRICS, está em campo uma reforma da governança econômica global e muito se falou sobre um contraponto do bloco ao **G7**, G20 ou Estados Unidos. No entanto, para além do aumento do multilateralismo e representação na geopolítica mundial, está também o risco de não chegar a qualquer consenso.

Com o início da **54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH)**, a partir de 11 de setembro de 2023, **De Negri Filho** destaca os debates e resoluções sobre o Direito ao Desenvolvimento, pois o plenário do CDH examinará o texto do Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu encaminhamento para a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas. O autor trabalha três relatórios fundamentais para entender os debates estratégicos para alcançar o direito universal à saúde como parte do direito ao desenvolvimento em escala global.

O primeiro é o resumo produzido pelo Escritório do Alto Comissariado sobre *o painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos*, realizado em 28/09/2022. O documento expressa a profunda relação entre a ordem colonial persistente e os obstáculos ao desenvolvimento dos países do Sul Global, destaca a relação entre colonialismo e racismo, e permite reivindicar uma nova ordem que repare os legados negativos do colonialismo em favor do pleno direito ao desenvolvimento de povos e nações.

O segundo relatório, também preparado pelo Alto Comissariado, apresenta os *debates e recomendações dos cinco seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos*, realizados no último trimestre de 2022 e primeiro trimestre de 2023. Recolhem as percepções e entendimentos sobre o direito ao desenvolvimento nos vários contextos regionais, reiterando a relação desenvolvimento e superação da colonialidade, e apontando a necessidade de uma nova ordem internacional que permita materializar os direitos humanos e ambientais, incluindo o direito à saúde, em particular neste contexto de insuficiência e fragilidade explicitado pela pandemia.

O terceiro informe traz o relato da reunião do *Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento*, elaborado por seu Presidente-Relator, Embaixador Zamir Akram, do Paquistão. Mostra os desentendimentos e conflitos entre a posição ativa dos não-alinhados, em favor do Tratado pelo Direito ao Desenvolvimento, e a posição da União Europeia contra o avanço do mesmo, ademais da posição ambígua dos países latino-americanos, exceto Cuba e Venezuela, que não terminam de firmar posição.

Em um momento de intensa reconfiguração geopolítica e ensaios sobre uma multipolaridade que demanda uma nova ordem econômica e política internacional, o debate sobre o direito ao desenvolvimento e a superação dos legados do colonialismo ganha uma densidade renovada e se crispam

ainda mais as posições ocidentais contra movimentos que são temidos pois podem conduzir a pedidos de reparação relacionados a uma justiça restaurativa capaz de curar as profundas feridas ainda abertas da ordem colonial e instalar um outro padrão de relacionamento entre as nações. Nunca estivemos tão próximos de poder discutir de fato a determinação social da Saúde.

A agenda anotada completa da sessão do CDH encontra-se em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G23/152/18/PDF/G2315218.pdf?OpenElement>

A participação e engajamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são chave para envolvimento ativo de diversos atores, sobretudo no campo da saúde global, e foi por isso estabelecida a nova comissão na **OMS** para **articulação junto às Organizações da Sociedade Civil**. Tem como objetivo reforçar o diálogo, promover a colaboração e fornecer recomendações para apoiar a OMS no seu envolvimento com a sociedade civil a nível global, regional e nacional para alcançar a saúde para todos e os objetivos do Programa Geral de Trabalho da OMS. Processo ainda incipiente, com pouca participação de vozes latino-americanas no *steering committee*, demandando atenção para uma maior inclusão. **Reges, Galvão e Bermudez** mencionam também o lançamento da *Iniciativa Global para Saúde Digital* da OMS, por ocasião da reunião dos ministros da saúde do G20. Tem como meta apoiar a implementação da Estratégia Global no tema, convergindo e reunindo padrões globais, melhores práticas e recursos para a transformação digital da saúde. Para isso, é fundamental que haja investimento em diversas etapas, para que não seja esse mais um entrave para o acesso a saúde e um empecilho como novo determinante social da saúde.

Os autores adiantam ainda a agenda que será cumprida por ocasião da reunião anual do Conselho Diretor da **Organização Pan-americana da Saúde**, em setembro próximo, o primeiro a ser dirigido pelo brasileiro Jarbas Barbosa, novo diretor da organização.

GEF aprovou um fundo para Biodiversidade focando em países insulares, menos desenvolvidos e iniciativas indígenas. A **ONU-Águas** discutiu seu papel no impulso à água e saneamento, formando um grupo de especialistas em águas subterrâneas. **A Cúpula Global de Medicina Tradicional da OMS** enfatizou a integração das práticas de MTCl nos cuidados de saúde e nas listas de medicamentos essenciais. Um **seminário sobre moda sustentável** abordou a necessidade da melhoria da cadeia de suprimentos, visando reduzir emissões de gases, desperdício de água e poluição química. Na América Latina, ocorreu um **Congresso de Mudanças Climáticas e Saúde**. Na **AMCEN africana**, ministros planejaram a participação da África em agendas ambientais globais. No **Brasil**, o ministério de Minas e Energia vem forçando a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, enquanto no **Equador**, um plebiscito votou contra a exploração na Amazônia, levando ao fechamento gradual dos campos até 2024. Estas iniciativas ambientais e de sustentabilidade em todo o mundo são apresentadas e comentadas no artigo de **Magalhães e Galvão** para o Caderno 15.

O artigo de **Mendes** aborda a crescente parceria e cooperação entre a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** e a **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**, especificamente nas áreas do Trabalho e Proteção Social. Esta parceria e cooperação entre a OIT e a CPLP tem quase 20 anos de uma rica história. A XV Reunião dos Ministros do Trabalho dos países membros da CPLP, realizada em Angola, em maio deste ano, serviu para renovar e fortalecer estas relações, o que pode ser observado na análise da ‘Declaração de Benguela’, firmada na oportunidade. Todos os temas priorizados estão em sintonia com as prioridades internacionais pactuadas na OIT, e alinhadas aos ODS da Agenda 2030, principalmente o ODS-8. Para a OIT, este tipo de parceria e cooperação tipifica a modalidade de ‘cooperação Sul-Sul

triangular’, alinhada ao ODS 17. O autor destaca a confluência de esforços nacionais e internacionais na direção da Agenda 2030, no caso, agendas do Setor Trabalho dos países integrantes da CPLP, alinhadas à agenda OIT, em estreita e crescente parceria e cooperação, tendo o idioma português no epicentro dos esforços, e agora, novamente, um possível protagonismo do Brasil.

Massari e Gomes examinam o relatório organizado pela **OPAS, UNICEF e ONU Mulheres** que analisou dados de mulheres e meninas afrodescendentes em nove países das Américas. Em três dos cinco indicadores analisados, as mulheres e meninas afrodescendentes apresentam resultados piores quando comparadas com mulheres e meninas não afrodescendentes: razão de mortalidade materna (RMM), taxa de natalidade na adolescência e planejamento reprodutivo. Os resultados para atenção pré-natal foram mistos, com resultados que variaram entre muito piores para mulheres e meninas afrodescendentes em metade dos países estudados, e resultados ligeiramente melhores na outra metade. Os dados disponíveis sugerem que, para mulheres e meninas afrodescendentes, o racismo sistêmico e a discriminação de gênero são princípios organizadores fundamentais sobre os quais são construídas barreiras estruturais ao alcance de mais alto padrão de saúde.

O informe de **Nilson, Silva, Ell e Ubarana** discute a necessidade de abordagem dos produtos ultraprocessados pelos governos e pelos organismos internacionais nas questões de saúde e de transformação dos sistemas alimentares para o enfrentamento da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Os ultraprocessados possuem relevantes consequências à saúde humana e ao meio ambiente, sendo mais do que a ponta do iceberg em termos dos sistemas alimentares hegemônicos, visto que são forças motrizes desses sistemas. Assim, as relações com seus representantes, quando necessárias e úteis, devem ter efetivo gerenciamento de conflitos de interesses e devem ser pautados por objetivos de saúde humana e planetária.

A **UNESCO** emprega o esporte como uma estratégia fundamental para enfrentar a desigualdade social, e através do MINEPS, um fórum global onde líderes e especialistas compartilham perspectivas e políticas sobre o papel do esporte na sociedade, cria mecanismos sua promoção. Segundo **Gaspar, Sanglard e Rodrigues**, a MINEPS VII, realizada em junho deste ano, concentrou-se na ‘*Aliança Fit for Life*’, que busca alavancar o esporte para impulsionar mudanças positivas na sociedade, incluindo aumentar os investimentos nesse campo.

Diagnosticados os desafios atuais a respeito da água e do saneamento na ALC, mostrou-se a necessidade de uma mudança de direção para ajudar a solucionar problemas crônicos que atingem comunidades e ecossistemas. Este foi o tema principal das sessões do Foco nas Américas na Semana Mundial da Água 2023, a principal plataforma internacional para discussões e buscas por melhorias no setor de água e saneamento. **Cazumbá** apresenta a atuação do **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, que é um dos colaboradores regionais do evento, e que mostrou liderança ao coordenar e apresentar o programa Foco nas Américas, que visou a promoção de orientações inovadoras para melhorar as soluções relacionadas à água para sociedades e economias latino-americanas e o para o restante do mundo.

Nota da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** destaca aspectos da propriedade intelectual no contexto da saúde digital, ressaltando a importância da proteção bem como do acesso equitativo e outros desafios. É o tema da quinzena de **Cláudia Chamas**, nossa analista para as instituições globais de comércio e PI.

Durante a segunda quinzena de agosto, das 56 **organizações da sociedade civil (OSCs)** monitoradas pelo grupo especializado destes Cadernos, liderado por **Souza**, 40 fizeram publicações relevantes e, portanto, merecedoras de registro. As **organizações de interesse público** têm mantido seu papel fundamental na busca por soluções, abordando temas críticos como guerras, conflitos, crises humanitárias e questões de justiça social. Isso ocorre em meio a um cenário complexo em que as consequências das mudanças climáticas e as violações dos direitos humanos se entrelaçam, demandando ações para promover a paz, a justiça, a equidade e a resiliência nas comunidades afetadas. Essas organizações têm reforçado seu compromisso com a promoção da saúde, fomentando iniciativas que moldam um futuro mais saudável e sustentável para todos. Entre essas iniciativas têm ganhado destaque o recurso ao Judiciário com ações contra governos que negligenciaram ações de combate às mudanças climáticas.

Por sua vez, as organizações de interesse privado têm se destacado na abordagem de questões geopolíticas, direitos humanos, meio ambiente, tecnologia, segurança e comércio. Propõem-se a desenvolver ações que tenham impacto significativo no desenvolvimento global, definindo agendas que incluem preservação ambiental, avanços tecnológicos, segurança e defesa biológica, bem como implicações econômicas no comércio exterior. Por fim, vale mencionar que, no dia 24 de agosto, a OMS deu posse à Comissão da Sociedade Civil que tem como atribuição apoiar os esforços da organização em melhorar seu envolvimento com a sociedade civil, tornando-o mais sistemático e produtivo.

O informe de **De Negri e De Negri Filho** dedica-se à análise de três documentos principais, que abordam as áreas de **monopólio farmacêutico, justiça fiscal e insegurança alimentar**. São eles, respectivamente: a carta escrita por organizações civis contra as novas propostas e contrato entre o Reino Unido e a Índia sobre a produção de medicamentos genéricos; e os documentos 'O Estado da Justiça Fiscal' e o 'Relatório Global sobre Crises Alimentares' - todos relacionados com os lucros extraordinários das grandes empresas multinacionais e com políticas neoliberais. Os documentos são analisados à luz de outros materiais e notícias, a fim de exemplificar os problemas por trás das manobras políticas e econômicas e como elas ameaçam a saúde global e a democracia.

O informe de **Brito, Tobar e Minayo** traz um breve panorama da violência e das instabilidades sociais que tem acometido a **América Latina**. Analisa também o desejo de **integração da região**, que segue vigente, e a reunião **dos Institutos Nacionais de Saúde da América Latina** para tratar de equidade. Além desses importantes temas, trazem desdobramentos da **Cúpula da Amazônia** e o Boletim da **CEPAL** sobre Comércio Exterior do Mercosul, que mostra a recuperação dos efeitos da pandemia sobre as exportações. O **ORAS-CONHU** participou do Primeiro Congresso Internacional de Pesquisa em Mudanças Climáticas e Saúde; a **SE-COMISCA** participou da Reunião Sub-regional do Regulamento Sanitário Internacional; e a **OTCA** e o governo da Bolívia realizaram workshop para discutir ações estratégicas para a gestão da água na região amazônica.

Freire reporta que sob a forte onda de calor na Europa, a guerra na Ucrânia completa um ano e meio, e por enquanto, apenas a população parece cansada. O destaque do **Informe Europa**, no entanto, é a Espanha, onde o debate feminista ganha força com um beijo forçado em público, e que realiza a primeira reunião de ministros da saúde sob sua presidência rotativa do Conselho da UE. Para enfrentar a mortalidade pelo calor, a OMS Europa se dirige diretamente aos cidadãos, sugerindo medidas imediatas às populações.

Marques se soma às reflexões sobre o novo **BRICS+6**, uma vez que, à exceção do Brasil, da África do Sul e da Argentina, os demais BRICS+6 são países das regiões observadas pela analista. A autora

relembra os movimentos e acontecimentos que se sucederam desde 2022, quando estourou a guerra na Ucrânia, quando o Ocidente – EUA e Europa – foi cobrado pelo *apartheid* das vacinas, pelo não financiamento de infraestruturas verdes, pelo custo dos desastres climáticos, pelas consequências das sanções americanas e europeias, pela não empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios, por não ouvir e por não dar voz ao Sul Global. Acontecimentos que se refletiram no não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África – lembrando que China, Índia e Rússia foram os maiores doadores de vacinas para o Sul Global. A analista resgata reuniões e cúpulas de líderes analisados ao longo de seus informes, que já sinalizavam essa trajetória de busca de independência da hegemonia euro-americana e de fortalecimento da voz do Sul global, que culminou no novo BRICS+6, e o porquê de serem esses seis países.

A próxima quinzena marca o início do ano político das Nações Unidas, com a realização da 78ª sessão da **Assembleia Geral das Nações Unidas** que, neste ano, abrigará a **Cúpula dos ODS** (18-19 de setembro), na qual espera-se uma maciça presença de chefes de Estado e de Governo dos Estados-membro. Na sequência, vêm as três **Reuniões de Alto Nível da UNGA sobre Saúde**: 1) *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias* (20/09); 2) *Cobertura Universal de Saúde* (21/09); e *Luta contra a Tuberculose* (22/09), nas quais certamente acorrerão grande número de Ministros da Saúde e, de muitos países, os próprios presidentes.

Na semana anterior, dias 9 e 10 de setembro, realiza-se a esperada **Cúpula do G20**, em Nova Deli, que marcará, entre muitas outras coisas, o início da passagem do bastão da PPT do G20 da Índia para o Brasil.

Na semana seguinte à AGNU (25-29 de setembro), realiza-se a reunião do **Conselho Diretor da OPAS**, que define a agenda de saúde das Américas. Dia 11 de setembro (indo até 13/10) abre a 54ª sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, a terceira sessão de 2023, com diversas pautas que têm impacto imenso sobre saúde.

Esperamos que a agenda intensa cumprida na quinzena coberta por este fascículo, assim como a agenda futura, apenas enunciada, resulte em avanços políticos reais e não se mantenham apenas como a retórica tradicional que tem permeado toda a governança global.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 31 de agosto de 2023

Paulo M. Buss, Pedro Burger e Érica Kastrup
Coordenação do CRIS/Fiocruz – Edição dos Cadernos

Sentados num banco de praça, M e T parecem absortos em pensamentos. Não falam. De quando em quando acompanham com o olhar uma bola de futebol lançada, uma criança que corre, mães ou pais que passam, uma moça bonita, um pássaro que pousa perto. Pensam.

M – Tudo que é sólido desmancha no ar. Simples. Elegante. Forte. Quanto se encerra nessa combinação improvável de palavras! A pedra sólida desfeita em pó. Partículas atômicas correndo soltas, abandonado para sempre a prisão unificadora de metal. A genialidade de Marx. Claro, ele pensava em outra coisa. Como uma crença profunda, como aquela que semeou as religiões milenares, o capitalismo fez entrada triunfal na vida humana e a transformou de maneira radical. Antigas relações sociais, sólidas como o cedro, desmancharam em fumaça e em cinzas levadas por correntes de ar. Conceitos firmemente estabelecidos e usados como moeda corrente para falar do mundo, foram desfeitos numa massa disforme e ininteligível. Tudo alçado à sacralidade foi crucificado no altar e se fez profano. Quantas possibilidades! E se usarmos aquelas palavras para dirigir almas, assim como se dirige um zepelim? Por que não? A indústria do tabaco fez isso. Muitos, que agora jazem quietos em seus túmulos, foram levados a crer que não havia mal em fumar um cigarrinho. Quanta ironia! Desmancharam suas vidas em fumaça, sem nunca terem lido Marx. Se a indústria é capaz de vender um produto que, se usado conforme as indicações do fabricante, mata um em cada dois usuários, quanto mais poderá fazer o diabo que conhece melhor que ninguém a arte de confundir? Alterar as relações sociais. *Des-conceitualizar. Des-sacralizar. Destruir. Fazer do faz de conta uma realidade e da realidade um faz de conta. Alterar tudo. Do retrato em branco e preto ao retrato em preto e branco. Fazer crer que se respira liberdade quando em verdade tudo o que se lê e se ouve é uma narrativa inventada para preservar a hegemonia. New York Times, Washington Post, Wall Street Journal e suas repetidoras mundo afora, The Guardian, Le Monde e os jornalecos de várzea, defendem as mesmas crenças, como se estivessem rezando piamente ou repetindo, temerosos, *dictats*. Acusam os que não fazem parte do coro de idolatrar regimes totalitários, antidemocráticos, inconscientes de que nas democracias modernas escolhe-se em quem votar, mas não em quem governará. Mal sabem que os que governam hoje são os mesmos que governaram antes, com outra roupagem, certamente, mas com o mesmo drive para ganhar dinheiro. Nunca aparecem em retratos oficiais ou em revistas frívolas. Mandam. O importante para eles e não perder o lugar à mesa. A agenda de governo é acordada e publicada, mas à medida que se avança para o ponto em que a onça vai beber água, entram seus representantes, os pajés da economia e das finanças que, como Nero no circo romano, levantam ou abaixam o polegar para projetos de desenvolvimento, energia, saúde ou educação. A Agenda 2030, o mapa de caminho de consenso para alcançar o desenvolvimento sustentável, perde em preferência para o golfe. Por que? Ora, por que? Porque um mundo menos desigual, mais justo e equitativo, como propõe essa Agenda, é garantia para perder o lugar à mesa. Todo mundo quer ser o primeiro ou, na impossibilidade, ser como o primeiro, seguir os seus passos, saber tudo sobre a sua vida, tê-lo como exemplo e modelo. Ninguém quer ser o segundo. Por isso o sucesso do esporte. Quem quer um campeonato em que todos vencem? Seria como uma festa de camelos. Chatíssimo. *Vive la différence!* E ninguém se dá conta que tudo isso foi conseguido graças à absorção da religião capitalista pelas almas vazias. Já que não havia mais nada sólido, que tudo havia sido desmanchado, foi um jogo de criança mobiliar essas almas com tudo o que havia para vender e comprar.*

T – A declaração do BRICS é longa, como todas as declarações, salvo aquelas que a gente faz para jurar eterno amor. Somente esse fato seria suficiente para desacreditar as declarações longas. Não que as curtas sejam promessas de sucesso. Sei de vários casos de amor desfeitos, mas não consigo imaginar que Romeu ou Julieta tenham recorrido a verborragias infinitas para soltarem seus corações. Há exageros, sim, mas isso é normal. Como expressar o indizível senão por exageros que parecem absurdos para quem não se desprende, se desata e se joga no vazio? Bom, vamos à declaração meu velho, que daqui a pouco M deverá me provocar com uma pergunta complicada ou com uma afirmação soberba e insuportável que terei de contrapor. E por falar em contraposição, qualquer um que leia a declaração com atenção verá o que parece evidente: trata-se de uma contraposição às declarações que emanam do grupo de países ocidentais que integram a aliança militar da OTAN. É um pouco absurdo fazer essa comparação, uma vez que BRICS não é uma aliança militar, nem pretende ser. Mas é que por trás do BRICS e da OTAN há preferências distintas. O grupo da OTAN, prefere, ou é levado a preferir, um mundo unipolar, dominado pelos EUA. É estranho, pois revela sujeição voluntária dos países europeus, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia aos EUA. No caso dos BRICS não há intenção de seguir como gado ao chamado dos EUA. Preferem um mundo multipolar em que possam levar adiante os seus apelos e anseios. Para os países que conformam o Sul Global, que não são necessariamente os mesmos que integram o BRICS, a questão do desenvolvimento é crucial. Como alcançar o desenvolvimento quando as condições de financiamento são desfavoráveis? Essa é a questão. Como lograr esse objetivo de maneira sustentável, de maneira a preservar as condições que fazem possível a vida humana, animal e vegetal? Como desfazer as inequidades nos países e entre os países? Até agora, o mundo unipolar, com os seus ricos vassalos, foi incapaz de resolver essas questões. A ONU, que foi criada para acabar com as guerras, promover a descolonização e contribuir para o desenvolvimento era o foro multilateral por excelência. Cada país um voto. Mas pronto se transformou num mostrengo. Um país, vários votos, comprados com projetos de cooperação. E agora, um país um monte de países, adquiridos mediante a força das finanças. Felizmente, são minoria e representam uma pequena fração da população mundial. Os BRICS representam mais da metade da população do Planeta e quase metade do PIB global. É nesse sentido que o que sai do BRICS, hoje, é profundamente significativo. Não há mais um *sim, senhor, servil*, mas um *deixa isso, rapaz*, confiante. A Declaração, como as outras que lhe antecederam este ano, não refletem jura de amor à Agenda 2030. Mas é uma declaração de independência, conquistada, dos maiores produtores de alimentos, de energia e de ciência e tecnologia. E, claro, de mais da metade da população mundial. Esses meninos ainda vão me acertar uma bolada na cabeça.

M – O que veio primeiro? O ovo ou a galinha?

T – Não falei?

M – Você não falou. Estava em silêncio obsequioso.

T – Menos, menos. A não ser que intérpretes o meu silêncio como um obsequio.

M – Pois eu estava dando voltas em torno ao tudo que é sólido desmancha no ar, de Marx.

T – São palavras cheias de possibilidades. Algumas contraditórias.

M – Contraditórias, não sei, mas em todo caso surpreendentes. Se tudo o que estiver na alma for desmanchado, o que fica?

T – O vazio!

M – Exatamente. E como à Natureza aborrece um vazio, como dizia o mestre Aristóteles

T – É preciso preenchê-lo com algo

M – Exato

T – E como o capitalismo é abundante em possibilidades

M – Basta encher as almas com tudo o que o mercado oferece

T – E com isso temos a fórmula perfeita. Conceder, sempre que não se perca o lugar à mesa. Concordar, sempre que não se altere a ordem dos fatores, e financiar, sempre que não custe e não prejudique o jogo de golfe.

M – Perfeito!

T – Finalmente estamos de acordo.

M – Se há entendimento entre os seres humanos é porque se trata de um mal-entendido.

T – Palavras de um sábio contemporâneo recentemente falecido.

M – Vamos?

T – Vamos!

E foram. Com Marx, BRICS, mal-entendidos e equívocos.

BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação

BRICS11, a new world order? Expansion as a new starting point for cooperation

Claudia Hoirisch

Abstract: BRICS Leaders gathered in Sandton, South Africa, from 22 to 24 August 2023 for the XV BRICS Summit. The great news of this Summit was the expansion initiated by the group, which will include Argentina, Egypt, Ethiopia, Iran, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates as full members, as of January 1, 2024. One of the criteria it met to the interests of Brazil, India and South Africa, candidates for a permanent seat in the Security Council, was China's agreement with the UN Security Council Reform. In the original format, the group had already surpassed the G7 in 2023 with 32% of world GDP in PPP, now, with the new configuration, it is home to six of the largest oil producers in the world, 36% of global GDP in PPP, 46% of the world population, and a huge amount of natural resources in the world. The meeting did not create a new currency, as a referral, the countries requested studies in search of the adoption of a BRICS reference currency for international trade; moreover, the new configuration of the BRICS anticipated the replacement of the dollar in energy transactions which will help accelerate the de-dollarization of the Global South. In the area of health and S&T, they are committed to intensifying efforts to improve collective capacity for prevention, preparedness and response to global pandemics and support for the BRICS Vaccine R&D Centre. They recognized the role of primary health care as a foundation for Universal Health Care and health system resilience, as well as in preventing and responding to health emergencies. They are committed to carrying out a review of the CTI thematic areas to ensure better alignment with the group's current priorities. The BRICS Framework Program on STI will facilitate the discussion to launch a BRICS Call for Proposals for Projects on STI in 2024. In the Declaration, they will uphold the commitment to the resolution of the Ukrainian conflict through dialogue and diplomacy.

Keywords: BRICS. XV BRICS Summit. Group expansion. New World Order. BRICS reference currency. Reform of the UN Security Council. BRICS Vaccine Research and Development Centre. BRICS Framework Program in ST&I. Traditional Medicine. Nuclear medicine. Radiopharmaceutical. Peaceful conflict resolution.

Resumo: Os Líderes do BRICS se reuniram em Sandton, África do Sul, de 22 a 24 de agosto de 2023 na XV Cimeira do BRICS. A grande novidade desta Cúpula foi a ampliação inédita do grupo que passará a incluir a Argentina, Egito, Etiópia, Irã², Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos como membros de pleno direito, a partir de 1º de janeiro de 2024. Um dos critérios que atendeu aos interesses do Brasil, Índia e África do Sul, candidatos a uma vaga permanente no Conselho de Segurança, foi a concordância da China com a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. No formato original, o grupo já havia ultrapassado o G7 em 2023 com 32% do PIB mundial em PPP³, agora, com a nova conformação, abriga seis dos maiores

² O Irã foi o maior importador de produtos brasileiros no Oriente Médio em 2022, com quase US\$4,3 bilhões em produtos e deve continuar sendo um parceiro comercial importante para o Brasil nos próximos anos.

³ Leva em conta o poder de cada moeda localmente e não apenas a cotação financeira. O parâmetro é mais benevolente para os países em desenvolvimento porque reduz os efeitos da conversão de moedas desvalorizadas em relação ao dólar.

produtores de petróleo do mundo⁴, 36% do PIB global em PPP, 46% da população mundial⁵ e uma enorme quantidade de recursos naturais no mundo. A reunião não criou uma moeda nova, como encaminhamento, os países solicitaram estudos em busca da adoção de uma moeda de referência do BRICS para o comércio internacional; além disso, a nova configuração do BRICS antecipou a substituição do dólar nas transações energéticas o que irá acelerar a desdolarização do Sul Global. Na área de saúde e C&T, comprometeram-se a intensificar esforços para melhorar a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais e demonstraram apoio ao Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas. Reconheceram o papel dos cuidados de saúde primários como uma base para os Cuidados Universais de Saúde e a resiliência do sistema de saúde, bem como na prevenção e resposta a emergências de saúde. Comprometeram-se a realizar uma revisão das áreas temáticas de CTI para garantir um melhor alinhamento com as atuais prioridades do grupo. O Programa-Quadro BRICS em CTI facilitará a discussão em um lançamento de Chamada de Propostas BRICS para Projetos em CTI em 2024. Na Declaração, defenderam o compromisso com a resolução pacífica do conflito ucraniano por meio de diálogo e diplomacia.

Palavras-chave: BRICS. XV Cúpula dos BRICS. Ampliação do grupo. Nova Ordem Mundial. Moeda de referência do BRICS. Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas. Programa-Quadro BRICS em CT&I. Medicina Tradicional. Medicina Nuclear. Radiofarmacêutica. Resolução pacífica do conflito.

Introdução

A incorporação de seis novos membros do BRICS na Cúpula de Joanesburgo representa uma verdadeira explosão da ordem internacional construída e controlada pelos europeus há pelos menos três séculos. Essa é a opinião de José Luís Fiori, que enxerga que seus efeitos e consequências mais importantes não serão imediatos, mas irão se manifestar sob a forma de ondas sucessivas e cada vez mais fortes⁶.

O BRICS nasceu como um ponto de encontro e um espaço de convergência geopolítica e econômica, entre países situados fora do núcleo central das grandes potências tradicionais, concentradas sobre o eixo do Atlântico Norte. O próprio grupo original do BRICS já abrigava três das cinco economias mais ricas do mundo, em paridade de poder de compra (PPP). Depois da admissão dos seis novos membros acertada na reunião de Joanesburgo, o grupo do BRICS terá mais de 46% da população mundial e cerca de 36% do PIB mundial em PPP, o que por si só já mostra a importância deste grupo e de sua forma ampliada.

O BRICS é um grupo pragmático que tem por princípio a ideia propagada pela China de respeito absoluto pela autonomia política e cultural de cada um de seus membros e dos seus povos. Até hoje o BRICS teve uma postura muito mais propositiva do que contestatória, mas não há dúvida que nos anos recentes, devido a belicosidade crescente entre os EUA e a China e devido sobretudo à guerra no território da Ucrânia entre os países da OTAN e a Rússia, o BRICS acabou sofrendo uma mudança de natureza, tornando-se uma organização de resistência, sobretudo, com relação às estruturas e instituições

⁴ <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/oil-producing-countries>. EUA, Rússia, Arábia Saudita, Canadá, Iraque, China, EAU, Brasil, Kuwait, Irã.

⁵ <https://www.poder360.com.br/internacional/brics-termina-com-vitoria-da-china-e-sem-vantagem-real-para-brasil/>

⁶ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

econômicas e financeiras utilizadas pelos EUA e seus aliados europeus e asiáticos, que operam como verdadeiras armas de guerra nos momentos de intensificação da competição e de acirramento dos conflitos entre esses países reunidos no G7 e os demais países que eles agora chamam de 'sul global'⁷.

Para Fiori, a simples invasão e resistência russa dentro do território da Ucrânia, frente à mobilização e intervenção direta dos EUA e de todos os países sócios da OTAN, já rompeu com a ordem mundial estabelecida pelos EUA e seus aliados, depois do fim da Guerra Fria. Além disso, a guerra na Ucrânia acelerou a formação de uma aliança estratégica entre a Rússia e a China, estreitando suas relações econômicas e estratégicas e alargando sua influência sobre o Oriente Médio e a África. Agora temos esta recém expansão do BRICS. Na visão de Fiori, as próprias sociedades europeias estão começando a se dar conta e a reagir frente ao fato de que os EUA estão se comportando cada vez mais na defensiva e atuando de forma completamente reativa, frente à iniciativa militar russa e perante a iniciativa econômica chinesa. Neste sentido, já se pode dizer que a guerra na Ucrânia apressou o declínio da hegemonia cultural dos valores europeus, e vem encolhendo significativamente o poder do império militar global dos EUA.

O fato é que o BRICS tem se mostrado cada vez mais intolerante com relação a todo e qualquer tipo de polarização do sistema mundial. E agora está se expandindo no espaço aberto deixado pela perda de liderança dos europeus e norte-americanos, sobretudo depois do fracasso de sua tentativa de universalizar suas sanções econômicas contra a Rússia. Afinal, alinharam-se com os EUA e a OTAN um grupo de apenas 30-40 países, uma minoria dentro do sistema ONU. O objetivo das sanções era isolar e enfraquecer economicamente a Rússia, mas acabou isolando o G7 e enfraquecendo a economia europeia, que já foi ultrapassada em poder de compra pela própria Rússia, apesar de que este país esteja sob o mais intenso ataque econômico jamais desfechado contra qualquer outro país do mundo, em qualquer tempo da história⁸. Depois do que aconteceu com a Rússia, a China ficou bastante apreensiva em ser o próximo país a testemunhar sanções por parte dos EUA e Europa que temem que o fornecimento de tecnologia à China poderia ser usado contra eles.

Uma coisa é certa, depois de Joanesburgo, o BRICS já é um ponto de referência incontornável dentro do sistema internacional e, dependendo da reação dos EUA e dos europeus, poderá se transformar nos próximos anos, num grupo de poder com capacidade de estreitar cada vez mais o horizonte da dominação euro-americana do mundo.

Este informe tem por objetivo analisar a movimentação dos países BRICS por meio dos principais compromissos nas áreas de multilateralismo, reforma de instituições multilaterais, desenvolvimento institucional, área econômico-financeira, saúde e C&T e promoção da paz.

A XV Cúpula dos BRICS em Joanesburgo

Os Líderes do BRICS se reuniram em Sandton, África do Sul, de 22 a 24 de agosto de 2023 para a XV Cimeira do BRICS⁹ realizada sob o tema BRICS e África: Parceria para o Crescimento Mutuamente Acelerado, Desenvolvimento Sustentável e Multilateralismo Inclusivo.

⁷ Existe um equívoco geográfico da expressão uma vez que a Rússia, principal inimigo no momento, encontra-se ao norte de quase todos os países do G7.

⁸ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

⁹ <https://www.thepresidency.gov.za/content/xv-brics-summit-johannesburg-ii-declaration-24-august-2023>



Membros-fundadores do BRICS reunidos na XV Cimeira do BRICS, na África do Sul: Lula, Xi Jinping, Cyril Ramaphosa, Narendra Modi e Sergey Lavrov, chanceler da Rússia, representando Vladimir Putin. (Foto: Ricardo Stuckert/Presidência).

A Cúpula contou com duas sessões ampliadas que teve participação dos países-membros e convidados.



Foto: A Cúpula com sessão ampliada

A grande novidade desta Cúpula foi na área de desenvolvimento institucional: para que a cooperação do BRICS se mantenha a par dos tempos atuais, em uma ampliação inédita do grupo, o grupo decidiu anunciar a adesão da Argentina, Egito, Etiópia, Irã¹⁰, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos

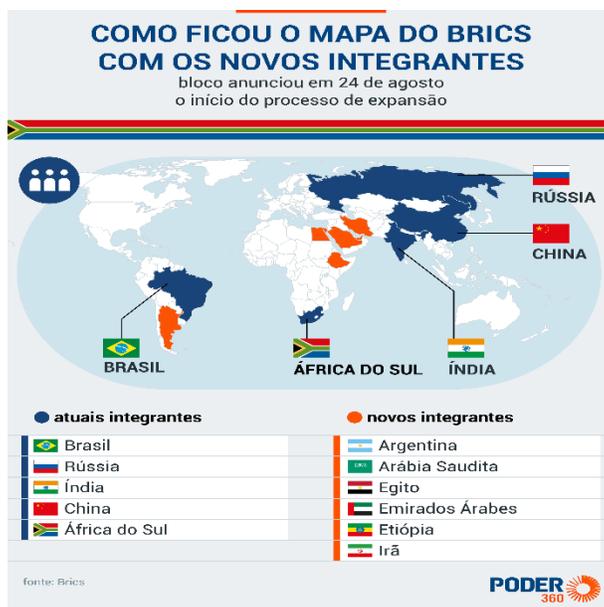
¹⁰ O Irã foi o maior importador de produtos brasileiros no Oriente Médio em 2022, com quase US\$4,3 bilhões em produtos e deve continuar sendo um parceiro comercial importante para o Brasil nos próximos anos.

como membros de pleno direito. A incorporação entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e marcará a primeira expansão desde 2011, quando ocorreu a entrada da África do Sul.

O ímpeto de expandir o grupo mostrou-se essencial para limitar os riscos decorrentes da fragmentação geopolítica e geoeconômica¹¹, e intensificar os esforços em áreas de interesse mútuo, garantindo aos países o direito ao desenvolvimento, conforme apontam o discurso de Xi Jinping na XV Cúpula dos BRICS12 e um fragmento da Declaração de Joanesburgo II:

Reunimo-nos em um momento em que o mundo entrou em um novo período de turbulência e transformação. Está a passar por grandes mudanças, divisões e reagrupamentos, conduzindo a desenvolvimentos mais incertos, instáveis e imprevisíveis. O BRICS é uma força importante na formação do cenário internacional. Escolhemos os nossos caminhos de desenvolvimento de forma independente, defendemos conjuntamente o nosso direito ao desenvolvimento e marchamos em conjunto em direção à modernização. Isto representa a direção do avanço da sociedade humana e terá um impacto profundo no processo de desenvolvimento do mundo. (Xi Jinping, discurso na XV Cimeira dos BRICS)

Acreditamos que a cooperação multilateral é essencial para limitar os riscos decorrentes da fragmentação geopolítica e geoeconômica e intensificar os esforços em áreas de interesse mútuo, incluindo, o comércio, a redução da pobreza e da fome, o desenvolvimento sustentável, incluindo o acesso à energia, à água e aos alimentos, combustíveis, fertilizantes, bem como a mitigação e adaptação ao impacto das alterações climáticas, a educação, a saúde, bem como a prevenção, preparação e resposta a pandemias¹³. (XV Declaração dos BRICS)



Infográfico: Fonte: Poder 360.

¹¹ Diminuir o isolamento da China e Rússia em relação aos EUA e à Europa Ocidental uma vez que suas relações estão desgastadas por eventos como a guerra da Ucrânia e sanções aplicadas à Rússia; e acusações de espionagem supostamente praticada pelos chineses (o que Pequim nega) e práticas comerciais agressivas.

¹² https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202308/t20230823_11130928.html

¹³ <https://www.thepresidency.gov.za/content/xv-brics-summit-johannesburg-ii-declaration-24-august-2023>

Não há dúvidas que o movimento de expansão foi estimulado pelo conflito e pelas sanções em curso. Foi encabeçado pela China e em menor grau pela Rússia; os dois países defendiam uma expansão maior, enquanto os outros três se mostravam mais comedidos.

A entrada da Argentina e dos Emirados Árabes Unidos no grupo foi apoiada especialmente pelo Brasil; o Irã atende aos interesses da Rússia, enquanto a entrada da Etiópia e do Egito, aumentam a presença africana, sob a liderança da África do Sul. Emirados Árabes Unidos e Egito já integravam o Banco dos BRICS.

Até a realização desta cúpula, não havia nenhum mecanismo estabelecido de adesão ao BRICS, com procedimentos regulares e normatizados¹⁴.

Um dos critérios que atendeu aos interesses do Brasil, Índia e África do Sul foi a concordância da China com a Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Os três países são candidatos a uma vaga permanente no organismo, enquanto Pequim e Moscou já possuem esse status. O texto da Declaração de Joanesburgo II não cita explicitamente a inclusão do Brasil como membro permanente. Diz o seguinte:

Apoiamos uma ampla reforma da ONU, incluindo o seu Conselho de Segurança com uma visão para orna-lo mais democrático, representativo, efetivo e eficiente e para incluir a representação de países em desenvolvimento entre os membros do conselho [...] e apoiamos as três legítimas aspirações de países emergentes e em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, incluindo Brasil, Índia e África do Sul, para desempenhar um papel maior em assuntos internacionais, nas Nações Unidas em particular, incluindo o seu Conselho de Segurança.

Diplomatas brasileiros afirmam que apesar de a menção ser aparentemente vaga, a inclusão da pretensão brasileira de integrar o conselho é vista como uma vitória brasileira diante da histórica resistência da China em relação ao assunto.

A relevância do BRICS pode ser comprovada pelo interesse crescente que outros países demonstram de adesão ao agrupamento: antes da Cúpula, vinte e três países figuravam na lista de interessados. O consenso quanto aos futuros países, só será possível quando o grupo conseguir estabelecer diretrizes, critérios e princípios para a entrada de postulantes no bloco.

No formato original, o grupo já havia ultrapassado o G7 em 2023 com 32% do PIB mundial (em paridade de poder de compra, PPP)¹⁵, agora, com a nova conformação, abriga seis dos maiores produtores de petróleo do mundo¹⁶, 36% do PIB global em PPP, 46% da população mundial¹⁷ e uma enorme quantidade de recursos naturais no mundo.

¹⁴ <https://www.poder360.com.br/internacional/brics-tera-de-definir-criterios-antes-de-admitir-novos-paises/>

¹⁵ Leva em conta o poder de cada moeda localmente e não apenas a cotação financeira. O parâmetro é mais benevolente para os países em desenvolvimento porque reduz os efeitos da conversão de moedas desvalorizadas em relação ao dólar.

¹⁶ <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/oil-producing-countries>. EUA, Rússia, Arábia Saudita, Canadá, Iraque, China, EAU, Brasil, Kuwait, Irã.

¹⁷ <https://www.poder360.com.br/internacional/brics-termina-com-vitoria-da-china-e-sem-vantagem-real-para-brasil/>



Infográfico: Poder 360.

Mas a expansão anunciada também abre margem para questionamentos sobre o compromisso com os direitos humanos e os valores democráticos por parte do bloco emergente. Não há dúvidas que a expansão do grupo aumenta o potencial econômico e geopolítico do grupo, mas se a China e a Rússia já eram alvo de pressões internacionais por questões internas, esse constrangimento aumenta com a inclusão de cinco países no grupo denunciados por violações de garantias básicas¹⁸.

Além da recente adesão, decidiram criar a categoria de país-parceiro do BRICS. Solicitaram a elaboração de uma lista de possíveis países-parceiros e um relatório até a próxima Cúpula. Nesta categoria, os países poderão participar de reuniões, mas não terão direito a voto; após um período experimental, ainda a ser determinado, poderão se tornar membros plenos. O objetivo desta condição é administrar o fluxo e entrada de novos países ao BRICS.

Em relação ao compromisso com o multilateralismo inclusivo, os países apelaram para uma maior representação dos países com mercados emergentes e em desenvolvimento em organizações internacionais e fóruns multilaterais em que desempenham um papel importante. Com o grupo alargado, aumentarão as chances de lutar por uma reforma de instituições multilaterais importantes, como é caso do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, nos quais os EUA e os países europeus detêm grande poder de voto. Isto está expresso no discurso de Xi Jinping¹⁹:

¹⁸ <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>

¹⁹ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202308/t20230823_11130928.html

Os países BRICS devem praticar o verdadeiro multilateralismo, defender o sistema internacional centrado na ONU, apoiar (...) o sistema comercial multilateral centrado na OMC e rejeitar a tentativa de criar pequenos círculos ou blocos exclusivos. Precisamos aproveitar plenamente o papel do NBD, impulsionar a reforma dos sistemas financeiros e monetários internacionais. (...) um grande número (...) [de países em desenvolvimento] candidatou-se para aderir ao (...) BRICS. Precisamos agir de acordo com o espírito de abertura, inclusão e cooperação vantajosa para todos do BRICS, para trazer mais países para (...) o BRICS, de modo a reunir a nossa sabedoria e força para tornar a governança global mais justa e equitativa.

Considerando que existe uma dinâmica global para a utilização de moedas locais, acordos financeiros e sistemas de pagamentos alternativos e procurando aumentar suas opções de pagamento e reduzir vulnerabilidades, os países do BRICS concordaram em sua declaração de incumbir os Bancos Centrais e Ministros das Finanças e Economia de cada país para a realização de estudos em busca da adoção de uma moeda de referência do BRICS para o comércio internacional. A nova configuração do BRICS pode ajudar a acelerar a desdolarização do Sul Global. O presidente anfitrião Ramaphosa já havia abordado essa questão ao discursar na plenária de abertura da XV Cimeira: apontou que a recuperação econômica global depende de sistemas de pagamentos globais previsíveis e do bom funcionamento bancário, das cadeias de abastecimento, do comércio e dos fluxos financeiros e externou preocupação com o fato de os sistemas financeiros e de pagamentos globais estarem a ser cada vez mais utilizados como instrumentos de contestação geopolítica²⁰.

Para fomentar o crescimento, reconheceram o papel do NBD na promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável de seus países, esperam que o Banco forneça soluções de financiamento mais eficazes e mantenha um processo constante de expansão de seus membros. Em setembro de 2021, Bangladesh e Emirados Árabes Unidos se juntaram ao Banco dos BRICS e em 2023, o Egito foi admitido. O Uruguai está em processo de admissão avançado.

Na área de saúde e Ciência e Tecnologia, comprometeram-se a intensificar esforços para melhorar a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais e fortalecimento de suas capacidades de combater coletivamente tais pandemias no futuro²¹. A este respeito, consideraram importante continuar o apoio ao Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas.

Reconheceram o papel dos cuidados de saúde primários como uma base para os Cuidados Universais de Saúde e a resiliência do sistema de saúde, bem como na prevenção e resposta a emergências de saúde. Acreditam que a reunião de Alto Nível sobre a Cobertura Universal de Saúde a ser realizada na AGNU (setembro 2023) será um passo crítico para mobilizar o maior apoio político para a CUS, pedra angular para alcançar o ODS 3 (boa saúde e bem-estar).

Comprometem-se a continuar a cooperação na Medicina Tradicional em linha com reuniões anteriores dos Ministros da Saúde do BRICS e seus resultados, bem como do Grupo de Alto Nível do BRICS

²⁰ <https://www.cajnewsafrica.com/2023/08/24/sa-laments-settling-political-scores-via-payment-systems/>

²¹ Aguardam a realização da Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia, a ser realizada na AGNU (20/9/2023) e apelaram a um resultado que mobilizará a vontade política e a liderança contínua nesta matéria.

Fórum de Medicina Tradicional. O PM Modi defende que o grupo crie um repositório de Medicina Tradicional²².

Tendo em mente que os países do BRICS têm experiência e potencial em Medicina Nuclear e radio farmacêutica²³, decidiram estabelecer um Grupo de Trabalho do BRICS em Medicina Nuclear para expandir a cooperação nesta área.

Louvaram o sucesso do Programa-Quadro BRICS em CT&I para continuar a articular cientistas por meio do financiamento de um portfólio de projetos de pesquisa entre seus países. Os países do grupo irão realizar uma revisão estratégica das áreas temáticas e da estrutura organizacional do Grupo de Trabalho BRICS em CTI para garantir um melhor alinhamento com as atuais prioridades do grupo. O Programa-Quadro BRICS em CTI facilitará a discussão para lançar uma Chamada de Propostas para Projetos Emblemáticos de CTI do BRICS em 2024.

A guerra na Ucrânia evidenciou as limitações do Conselho de Segurança da ONU. Diversos países do BRICS já vinham se oferecendo para participar de negociações de paz para colocar um fim no conflito na Ucrânia. Na Declaração, esse desejo foi explicitado ao defenderem o compromisso com a resolução pacífica do conflito ucraniano por meio de diálogo e diplomacia e enfatizarem o imperativo de abster-se de quaisquer medidas coercivas não baseadas no direito internacional e na Carta da ONU.

A Declaração dos Líderes do BRICS, poderia ser resumida da seguinte forma: Devido a conflitos geopolíticos, dificuldades econômicas globais, pandemia e outros fatores, os mercados emergentes e os países em desenvolvimento enfrentam desafios cada vez mais sérios, como a pobreza, a desigualdade e a injustiça, e o caminho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável continua a ser árduo. Os países BRICS então se reuniram nessa Cúpula para aprofundar parcerias estratégicas, promover a paz global, a estabilidade e o desenvolvimento equitativo.

O discurso do presidente Lula na sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS (anexo) mostra como o grupo pode ajudar a minimizar as *preocupações do Sul Global com as desigualdades, impulsionar o desenvolvimento sustentável e tornar a ordem multipolar mais justa*.

A Rússia assumirá a presidência do BRICS no próximo ano. O seu lema será Fortalecer o Multilateralismo para a Justiça no Desenvolvimento e Segurança Global. Tudo indica que a próxima Cimeira dos BRICS será realizada em outubro de 2024, em Kazan. O presidente russo explicitou em seu discurso na Cúpula de BRICS que dentre as prioridades russas estão a intenção de construir parcerias em ciência e inovação, e saúde²⁴.

Considerações finais

A partir de 2024 o BRICS-plus reunirá alguns dos países detentores das maiores reservas de petróleo e gás do mundo, além de incluir alguns dos seus maiores produtores de grãos e alimentos. Para não falar dos recursos minerais estratégicos que se concentram nesses mesmos países, associados às velhas tecnologias nucleares e às novas tecnologia associadas à computação quântica, à inteligência artificial e a robótica.

²² <https://twitter.com/BRICSza/status/1694297587501695370>

²³ Radioisótopos ligados a moléculas biológicas capazes de atingir órgãos, tecidos ou células específicas do corpo humano. Estas drogas radioativas podem ser utilizadas para o diagnóstico e cada vez mais, para a terapia de doenças.

²⁴ <https://www.russia-briefing.com/news/vladimir-putin-presidential-speech-at-brics-2023-summit.html/>

De acordo com José Luís Fiori, o maior poder e o maior golpe econômico desferido contra os interesses americanos e do G7, após esta ampliação virão por outro lado e atingirá em cheio o poder monetário e financeiro do dólar e dos EUA. De fato, a reunião de Joanesburgo não criou uma ‘moeda nova’ nem discutiu abertamente a criação dessa moeda. De forma discreta, antecipou a substituição do dólar nas transações energéticas entre os países membros do grupo e desses países com todas as suas ‘zonas de influência’. E esse talvez seja o maior golpe desferido até hoje contra a hegemonia do dólar, desde os Acordos de Bretton Woods, em 1944, e desde o grande acordo firmado entre os EUA e a Arábia Saudita, logo depois da 2ª GM, quando ficou estabelecida e garantida a intermediação do dólar, em todas as grandes operações do mercado mundial do petróleo²⁵.

A entrada da Argentina no BRICS representa uma vitória diplomática do Brasil, e um passo extremamente importante na construção de uma “zona de co-prosperidade” na Bacia do Prata. Uma decisão e um passo cujos efeitos deverão se dar ao longo do tempo. Contudo, é preciso observar com cautela: se as próximas eleições presidenciais argentinas não forem vencidas pelas forças de extrema-direita contrárias à participação da Argentina no BRICS, não é impossível que a Argentina entre na linha tiro das chamadas “guerras híbridas” que vão mudando governos e regimes ao redor do mundo que são considerados inimigos ou obstáculos para o projeto de poder global euro-americano²⁶.

Ainda para Fiori, a aliança entre o extraordinário sucesso tecnológico e econômico da China e a força militar russa deve ter um impacto exemplar sobre o resto do mundo. Muito mais agora em que a China assumiu de forma explícita e declara a liderança de um projeto “desenvolvimentista global” (ocupada pelos EUA depois da II GM), propondo a construção de um “mundo inclusivo” e de soma positiva entre todos os povos do universo, sem exclusão do Atlântico Norte. Como se pode observar na própria estratégia de expansão do BRICS, já agora trazendo para dentro da organização representantes de todas as grandes civilizações que dominaram o mundo até o século XVII, e que depois disto foram deslocadas, derrotadas ou submetidas pela expansão vitoriosa do colonialismo europeu, que na segunda metade do século XX foi substituído pelo império militar e financeiro global dos EUA.

²⁵ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

²⁶ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

Documento na Íntegra: Declaração de Joanesburgo II²⁷

Sandton, Gauteng, África do Sul - 23 de agosto de 2023

Declaração de Joanesburgo II (versão original, em inglês)

BRICS and Africa: Partnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and Inclusive Multilateralism

Preamble

1. We, the Leaders of the Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa met in Sandton, South Africa, from 22 to 24 August 2023 for the XV BRICS Summit held under the theme: "BRICS and Africa: Partnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and Inclusive Multilateralism".

2. We reaffirm our commitment to the BRICS spirit of mutual respect and understanding, sovereign equality, solidarity, democracy, openness, inclusiveness, strengthened collaboration and consensus. As we build upon 15 years of BRICS Summits, we further commit ourselves to strengthening the framework of mutually beneficial BRICS cooperation under the three pillars of political and security, economic and financial, and cultural and people-to-people cooperation and to enhancing our strategic partnership for the benefit of our people through the promotion of peace, a more representative, fairer international order, a reinvigorated and reformed multilateral system, sustainable development and inclusive growth.

Partnership for Inclusive Multilateralism

3. We reiterate our commitment to inclusive multilateralism and upholding international law, including the purposes and principles enshrined in the Charter of the United Nations (UN) as its indispensable cornerstone, and the central role of the UN in an international system in which sovereign states cooperate to maintain peace and security, advance sustainable development, ensure the promotion and protection of democracy, human rights and fundamental freedoms for all, and promoting cooperation based on the spirit of solidarity, mutual respect, justice and equality.

4. We express concern about the use of unilateral coercive measures, which are incompatible with the principles of the Charter of the UN and produce negative effects notably in the developing world. We reiterate our commitment to enhancing and improving global governance by promoting a more agile, effective, efficient, representative, democratic and accountable international and multilateral system.

5. We call for greater representation of emerging markets and developing countries, in international organizations and multilateral fora in which they play an important role. We also call for increasing the role and share of women from EMDCs at different levels of responsibilities in the international organizations.

6. We reiterate the need for all countries to cooperate in promoting and protecting human rights and fundamental freedoms under the principles of equality and mutual respect. We agree to continue to treat all human rights including the right to development in a fair and equal manner, on the same footing and with the same emphasis. We agree to strengthen cooperation on issues of common interests both within BRICS and in multilateral fora including the United Nations General Assembly and Human Rights Council, taking into account the necessity to promote, protect and fulfil human rights in a non-selective, non-politicised and constructive manner and without double

²⁷ Publicado originalmente pelo MRE Brasil em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023

standards. We call for the respect of democracy and human rights. In this regard, we underline that they should be implemented on the level of global governance as well as at national level. We reaffirm our commitment to ensuring the promotion and protection of democracy, human rights and fundamental freedoms for all with the aim to build a brighter shared future for the international community based on mutually beneficial cooperation.

7. We support a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more democratic, representative, effective and efficient, and to increase the representation of developing countries in the Council's memberships so that it can adequately respond to prevailing global challenges and support the legitimate aspirations of emerging and developing countries from Africa, Asia and Latin America, including Brazil, India and South Africa, to play a greater role in international affairs, in particular in the United Nations, including its Security Council.

8. We reaffirm our support for the open, transparent, fair, predictable, inclusive, equitable, non-discriminatory and rules-based multilateral trading system with the World Trade Organisation (WTO) at its core, with special and differential treatment (S&DT) for developing countries, including Least Developed Countries. We stress our support to work towards positive and meaningful outcomes on the issues at the 13th Ministerial Conference (MC13). We commit to engage constructively to pursue the necessary WTO reform with a view to presenting concrete deliverables to MC13. We call for the restoration of a fully and well-functioning two-tier binding WTO dispute settlement system accessible to all members by 2024, and the selection of new Appellate Body Members without further delay.

9. We call for the need to make progress towards the achievement of a fair and market-oriented agricultural trading system, ending hunger, achieving food security and improved nutrition, promoting sustainable agriculture and food systems, and implement resilient agricultural practices. We emphasize the need to deliver on agriculture reform in accordance with the mandate in Article 20 of the Agreement on Agriculture, while recognizing the importance of respecting the mandates with regards to a Permanent Solution on Public Stockholding (PSH) for food security purposes and special safeguard mechanism (SSM) for developing countries, including LDCs, in their respective negotiating contexts. BRICS members are also concerned with trade restrictive measures which are inconsistent with WTO rules, including unilateral illegal measures such as sanctions, that affect agricultural trade.

10. We support a robust Global Financial Safety Net with a quota-based and adequately resourced International Monetary Fund (IMF) at its centre. We call for the conclusion of the International Monetary Fund's (IMF) 16th General Review of Quotas before 15 December 2023. The review should restore the primary role of quotas in the IMF. Any adjustment in quota shares should result in increases in the quota shares of emerging markets and developing economies (EMDCs), while protecting the voice and representation of the poorest members. We call for reform of the Bretton Woods institutions, including for a greater role for emerging markets and developing countries, including in leadership positions in the Bretton Woods institutions, that reflect the role of EMDCs in the world economy.

Fostering an Environment of Peace and Development

11. We welcome the Joint Statement of the BRICS Ministers of Foreign Affairs and International Relations meeting on 1 June 2023 and note the 13th Meeting of BRICS National Security Advisors and High Representatives on National Security held on 25 July 2023.

12. We are concerned about ongoing conflicts in many parts of the world. We stress our commitment to the peaceful resolution of differences and disputes through dialogue and inclusive consultations in a coordinated and cooperative manner and support all efforts conducive to the peaceful settlement of crises.

13. We recognise the importance of the increased participation of women in peace processes including in conflict prevention and resolution, peacekeeping, peacebuilding, post-conflict reconstruction and development, and sustaining peace.

14. We stress our commitment to multilateralism and to the central role of the United Nations which are prerequisites to maintain peace and security. We call on the international community to support countries in working

together towards post-pandemic economic recovery. We emphasise the importance of contributing to post-conflict countries' reconstruction and development and call upon the international community to assist countries in meeting their development goals. We stress the imperative of refraining from any coercive measures not based on international law and the UN Charter.

15. We reiterate the need for full respect of international humanitarian law in conflict situations and the provision of humanitarian aid in accordance with the basic principles of humanity, neutrality, impartiality and independence established in UNGA resolution 46/182.

16. We commend continued collective efforts of the United Nations, the African Union and sub-regional organisations, including in particular the cooperation between the United Nations Security Council and the African Union Peace and Security Council, to address regional challenges including maintaining peace and security, promoting peacebuilding, post-conflict reconstruction and development, and call for continued support by the international community to these endeavours using diplomatic means such as dialogue, negotiations, consultations, mediation, and good offices, to resolve international disputes and conflicts, settle them on the basis of mutual respect, compromise, and the balance of legitimate interests. We reiterate that the principle "African solutions to African problems" should continue to serve as the basis for conflict resolution. In this regard we support African peace efforts on the continent by strengthening the relevant capacities of African States. We are concerned about the worsening violence in Sudan. We urge the immediate cessation of hostilities and call for the unimpeded access of the Sudanese population to humanitarian assistance. We remain concerned at the situation in the Sahel region, in particular in the Republic of Niger. We support the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of Libya. We reiterate our support for a "Libyan led and Libyan-owned" political process with UN-led mediation as the main channel. We emphasize the need to achieve an enduring and mutually acceptable political solution to the question of Western Sahara in accordance with relevant UNSC resolutions and in fulfilment of the mandate of the United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara (MINURSO).

17. We welcome the positive developments in the Middle East and the efforts by BRICS countries to support development, security and stability in the region. In this regard, we endorse the Joint Statement by the BRICS Deputy Foreign Ministers and Special Envoys for the Middle East and North Africa at their meeting of 26 April 2023. We welcome the reestablishment of diplomatic relations between the Kingdom of Saudi Arabia and the Islamic Republic of Iran and emphasise that deescalating tensions and managing differences through dialogue and diplomacy is key to peaceful coexistence in this strategically important region of the world. We reaffirm our support for Yemen's sovereignty, independence, and territorial integrity, and commend the positive role of all the parties involved in bringing about a ceasefire and seeking a political solution to end the conflict. We call on all parties to engage in inclusive direct negotiations and to support the provision of humanitarian, relief and development assistance to the Yemeni people. We support all efforts conducive to a political and negotiated solution that respects Syrian sovereignty and territorial integrity and the promotion of a lasting settlement to the Syrian crisis. We welcome the readmission of the Syrian Arab Republic to the League of Arab States. We express our deep concern at the dire humanitarian situation in the Occupied Palestinian Territories due to escalating violence under continued Israeli occupation and the expansion of illegal settlements. We call on the international community to support direct negotiations based on international law including relevant UN Security Council and General Assembly resolutions and the Arab Peace Initiative, towards a two-state solution, leading to the establishment of a sovereign, independent and viable State of Palestine. We commend the extensive work carried out by the United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA) and call for greater international support for UNRWA activities to alleviate the humanitarian situation of the Palestinian people.

18. We express serious concern with the ongoing deterioration of the security, humanitarian, political and economic situation in Haiti. We believe that the current crisis requires a Haitian-led solution that encompasses national dialogue and consensus building among local political forces, institutions and the society. We call on the international community to support the Haitian endeavours to dismantle the gangs, enhance the security situation and put in place the foundations for long-lasting social and economic development in the country.

19. We recall our national positions concerning the conflict in and around Ukraine as expressed at the appropriate fora, including the UNSC and UNGA. We note with appreciation relevant proposals of mediation and good offices aimed at peaceful resolution of the conflict through dialogue and diplomacy, including the African Leaders Peace Mission and the proposed path for peace.

20. We call for the strengthening of disarmament and non-proliferation, including the Convention on the Prohibition of the Development, Production and Stockpiling of Bacteriological (Biological) and Toxin Weapons and on their Destruction (BTWC) and the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and Use of Chemical Weapons and on Their Destruction (CWC), recognizing its role in safeguarding and for preserving their integrity and effectiveness to maintain global stability and international peace and security. We underline the need to comply with and strengthen the BTWC, including by adopting a legally binding Protocol to the Convention that provides for, inter alia, an efficient verification mechanism. We reassert our support for ensuring the long-term sustainability of outer space activities and prevention of an arms race in outer space (PAROS) and of its weaponization, including through negotiations to adopt a relevant legally binding multilateral instrument. We recognise the value of the updated Draft Treaty on the Prevention of the Placement of Weapons in Outer Space, the Threat or Use of Force against Outer Space Objects (PPWT) submitted to the Conference on Disarmament in 2014. We stress that practical and non-binding commitments, such as Transparency and Confidence-Building Measures (TCBMs), may also contribute to PAROS.

21. We reiterate the need to resolve the Iranian nuclear issue through peaceful and diplomatic means in accordance with the international law, and stress the importance of preserving the JCPOA and the UNSCR 2231 to international non-proliferation as well as wider peace and stability and hope for relevant parties to restore the full and effective implementation of the JCPOA at an early date.

22. We express strong condemnation of terrorism in all its forms and manifestations whenever, wherever and by whomsoever committed. We recognize the threat emanating from terrorism, extremism conducive to terrorism and radicalization. We are committed to combating terrorism in all its forms and manifestations, including the cross-border movement of terrorists, and terrorism financing networks and safe havens. We reiterate that terrorism should not be associated with any religion, nationality, civilization or ethnic group. We reaffirm our unwavering commitment to contribute further to the global efforts of preventing and countering the threat of terrorism on the basis of respect for international law, in particular the Charter of the United Nations, and human rights, emphasizing that States have the primary responsibility in combating terrorism with the United Nations continuing to play central and coordinating role in this area. We also stress the need for a comprehensive and balanced approach of the whole international community to effectively curb the terrorist activities, which pose a serious threat, including in the present-day pandemic environment. We reject double standards in countering terrorism and extremism conducive to terrorism. We call for an expeditious finalization and adoption of the Comprehensive Convention on International Terrorism within the UN framework and for launching multilateral negotiations on an international convention for the suppression of acts of chemical and biological terrorism, at the Conference of Disarmament. We welcome the activities of the BRICS Counter-Terrorism Working Group and its five Subgroups based upon the BRICS Counter-Terrorism Strategy and the BRICS Counter-Terrorism Action Plan. We look forward to further deepening counter-terrorism cooperation.

23. While emphasising the formidable potential of Information and Communication Technologies (ICTs) for growth and development, we recognise the existing and emerging possibilities they bring for criminal activities and threats, and express concern over the increasing level and complexity of criminal misuse of ICTs. We welcome the ongoing efforts in the Ad Hoc Committee to elaborate a comprehensive international convention on countering the use of ICTs for criminal purposes and reaffirm our commitment to cooperating in the implementation of the mandate adopted by the UN General Assembly resolution 75/282 in a timely manner.

24. We reaffirm our commitment to the promotion of an open, secure, stable, accessible and peaceful ICT-environment, underscored the importance of enhancing common understandings and intensifying cooperation in the use of ICTs and Internet. We support the leading role of the United Nations in promoting constructive dialogue

on ensuring ICT-security, including within the UN Open-Ended Working Group on security of and in the use of ICTs 2021-2025, and developing a universal legal framework in this realm. We call for a comprehensive, balanced, objective approach to the development and security of ICT products and systems. We underscore the importance of establishing legal frameworks of cooperation among BRICS countries on ensuring security in the use of ICTs. We also acknowledge the need to advance practical intra-BRICS cooperation through implementation of the BRICS Roadmap of Practical Cooperation on ensuring security in the use of ICTs and the activities of the BRICS Working Group on security in the use of ICTs.

25. We reaffirm our commitment to strengthen international cooperation and our collaboration against corruption and continue to implement the relevant international agreements in this regard, in particular the United Nations Convention against Corruption. With the knowledge that the scourge of corruption knows no geographic boundaries, and respects no society or humanitarian cause, we have jointly put in place a strong foundation to combat corruption through capacity building, including, conducting training programmes and sharing of current best practices applied in each of our countries. We will continue to reinforce these efforts and increase our knowledge of the emerging avenues. We will enhance international cooperation through collaborative information-sharing networks, and mutual legal assistance to combat illicit financial flows, counter safe havens and support the investigation, prosecution and recovery of stolen assets subject to domestic laws and regulations of BRICS countries.

Partnership for Mutually Accelerated Growth

26. We note that an unbalanced recovery from the shock and hardship of the pandemic is aggravating inequality across the world. The global growth momentum has weakened, and the economic prospects have declined owing to trade fragmentation, prolonged high inflation, tighter global financial conditions, in particular the increase in interest rates in advanced economies, geopolitical tensions and increased debt vulnerabilities.

27. We encourage multilateral financial institutions and international organizations to play a constructive role in building global consensus on economic policies and preventing systemic risks of economic disruption and financial fragmentation. We call for Multilateral Development Banks (MDBs) to continue implementing the recommendations which should be voluntary within MDBs governance frameworks, from the G20 Independent Review Report on MDBs Capital Adequacy Frameworks to increase their lending capacities, while safeguarding MDBs long-term financial stability, robust creditor rating, and preferred creditor status.

28. We believe that multilateral cooperation is essential to limit the risks stemming from geopolitical and geoeconomic fragmentation and intensify efforts on areas of mutual interest, including but not limited to, trade, poverty and hunger reduction, sustainable development, including access to energy, water and food, fuel, fertilizers, as well as mitigating and adapting to the impact of climate change, education, health as well as pandemic prevention, preparedness and response.

29. We note that high debt levels in some countries reduce the fiscal space needed to address ongoing development challenges aggravated by spillover effects from external shocks, particularly from sharp monetary tightening in advanced economies. Rising interest rates and tighter financing conditions worsen debt vulnerabilities in many countries. We believe it is necessary to address the international debt agenda properly to support economic recovery and sustainable development, while taking into account each nation's laws and internal procedures. One of the instruments, amongst others, to collectively address debt vulnerabilities is through the predictable, orderly, timely and coordinated implementation of the G20 Common Framework for Debt Treatment, with the participation of official bilateral creditors, private creditors and Multilateral Development Banks in line with the principle of joint action and fair burden-sharing.

30. We reaffirm the importance of the G20 to continue playing the role of the premier multilateral forum in the field of international economic and financial cooperation that comprises both developed and emerging markets and developing countries where major economies jointly seek solutions to global challenges. We look forward to the successful hosting of the 18th G20 Summit in New Delhi under the Indian G20 Presidency. We note the opportunities to build sustained momentum for change by India, Brazil and South Africa presiding over the G20 from 2023 to 2025

and expressed support for continuity and collaboration in their G20 presidencies and wish them all success in their endeavours. Therefore, we are committed to a balanced approach by continuing to amplify and further integrate the voice of the global South in the G20 agenda as under the Indian Presidency in 2023 and the Brazilian and South African presidencies in 2024 and 2025.

31. We recognize the important role of BRICS countries working together to deal with risks and challenges to the world economy in achieving global recovery and sustainable development. We reaffirm our commitment to enhance macro-economic policy coordination, deepen economic cooperation, and work to realize strong, sustainable, balanced and inclusive economic recovery. We emphasize the importance of continued implementation of the Strategy for BRICS Economic Partnership 2025 in all relevant ministerial tracks and working groups. We will look to identify solutions for accelerating the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development.

32. Recognising that BRICS countries produce one third of the world's food, we reaffirm our commitment to strengthen agricultural cooperation and promote sustainable agriculture and rural development of BRICS countries for enhancing food security both within BRICS and worldwide. We emphasize the strategic importance of facilitating steady access to agricultural inputs, on ensuring global food security. We reiterate the importance of implementing the Action Plan 2021-2024 for Agricultural Cooperation of BRICS Countries, and welcome the Strategy on Food Security Cooperation of the BRICS Countries. We underscore the need for resilient food supply chains.

33. We recognize the dynamism of the digital economy in enabling global economic growth. We also recognize the positive role that trade and investment can play in promoting sustainable development, national and regional industrialization, the transition towards sustainable consumption and production patterns. We recognize the challenges facing trade and investment development in the digital era and acknowledge that BRICS members are at different levels of digital development, and thus recognize the need to address respective challenges including the various digital divides. We welcome the establishment of the BRICS Digital Economy Working Group. We reaffirm that openness, efficiency, stability, reliability, are crucial in tackling economic recovery challenges and boosting international trade and investment. We encourage further cooperation among BRICS countries to enhance the interconnectivity of supply chains and payment systems to promote trade and investment flows. We agree to strengthen exchanges and cooperation in trade in services as established in the BRICS Framework for Cooperation on Trade in Services, with the BRICS Business Council and BRICS Women's Business Alliance (WBA) with the aim to promote implementation of BRICS Trade in Services Cooperation Roadmap and relevant documents including the BRICS Framework for cooperation in Trade in Professional Services.

34. We reiterate our support to the African Union Agenda 2063 and to Africa's efforts towards integration, including through the operationalisation of the African Continental Free Trade Area. We underscore that the AfCFTA is poised to create a predictable environment for investments, particularly in infrastructure development, and provides an opportunity to find synergies with partners on cooperation, trade and development on the African continent. We underline the importance of strengthening the partnership between BRICS and Africa to unlock mutually beneficial opportunities for increased trade, investment and infrastructure development. We welcome progress made towards the AfCFTA Protocol on Women and Youth in Trade and recognise its potential to be a catalyst for economic and financial inclusion of women and youth into Africa's economy. We stress the importance of issues including industrialization, infrastructure development, food security, agriculture modernisation for sustainable growth health care, and tackling climate change for the sustainable development of Africa.

35. We further note that the African continent remains on the margins of the global trading system and has much to gain through BRICS collaboration. The African Continental Free Trade Agreement (AfCFTA) and BRICS cooperation presents opportunities for the continent to transition away from its historic role as a commodity exporter towards higher productivity value addition. We welcome and support the inclusion of the African Union as a member of the G20 at the New Delhi G20 Summit.

36. We commit to strengthening intra-BRICS cooperation to intensify the BRICS Partnership on New Industrial Revolution (PartNIR) and create new opportunities for accelerating industrial development. We support intra-BRICS cooperation in human resource development on new technologies through the BRICS Centre for Industrial

Competences (BCIC), BRICS PartNIR Innovation Centre, BRICS Startup Forum and collaboration with other relevant BRICS mechanisms, to carry out training programmes to address challenges of NIR for Inclusive and sustainable industrialization. We reiterate our commitment to continue discussion on the establishment of BCIC in cooperation with UNIDO to jointly support the development of Industry 4.0 skills development among the BRICS countries and to promote partnerships and increased productivity in the New Industrial Revolution. We look forward to the cooperation with UNIDO and request the PartNIR Advisory Group to coordinate with UNIDO.

37. We recognize the crucial role that Micro, Small and Medium-sized Enterprises (MSMEs) play in unlocking the full potential of BRICS economies and reaffirm the importance of their participation in production networks and value chains. We will continue joint efforts aimed at eliminating constraints such as lack of easily accessible information and financing, skills shortage, network effects, as well as regulation of excessive administrative burden, and procurement related constraints ensuring easily accessible information and financing, skill up gradation and market linkage. We endorse the BRICS MSMEs Cooperation Framework which promotes BRICS cooperation on such issues as exchanging information about fairs and exhibitions, and encouraging participation of MSMEs in the selected events to enhance interactions, and cooperation amongst MSMEs which may secure deals. Member states will facilitate exchange of business missions and promote sector specific Business to Business (B2B) meetings amongst the MSMEs, to enhance enterprise-to-enterprise cooperation and business alliances between the MSMEs of BRICS, with a particular focus on women-owned and youth-owned MSMEs. Member States will provide information relating to MSMEs, business development opportunities and possibilities of partnerships for the development of MSMEs in the BRICS countries. In addition, we will promote sharing of information on trade policies, and market intelligence for MSMEs to increase their participation in international trade. We will facilitate access to resources and capabilities such as skills, knowledge networks, and technology that could help MSMEs improve their participation in the economy and global value chains. We will exchange views on measures and approaches for integrating BRICS MSMEs into global trade and Global Value Chains, including by sharing experience on how regional integration approaches can support the development of MSMEs.

38. We reiterate the commitment to promote employment for sustainable development, including to develop skills to ensure resilient recovery, gender-responsive employment and social protection policies including workers' rights. We reaffirm our commitment to respect, promote, and realise decent work for all and achieve social justice. We will step up efforts to effectively abolish child labour based on the Durban Call to Action and accelerate progress towards universal social protection for all by 2030. We will invest in skills development systems to improve access to relevant and quality skills for workers in the informal economy and workers in new forms of employment as we seek to increase productivity for economically, socially, and environmentally sustainable and inclusive economies. We will explore the development of a BRICS platform to implement the Productivity Ecosystem for Decent Work.

39. We acknowledge the urgent need for tourism industry recovery and the importance of increasing mutual tourist flows and will work towards further strengthening the BRICS Alliance for Green Tourism to promote measures, which can shape a more resilient, sustainable and inclusive tourism sector.

40. We agree to enhance exchanges and cooperation in the field of standardization and make full use of standards to advance sustainable development.

41. We agree to continue to deepen cooperation on competition amongst BRICS countries and create a fair competition market environment for international economic and trade cooperation.

42. We agree to enhance dialogue and cooperation on intellectual property rights through, the BRICS IPR cooperation mechanism (IPRCM). As we celebrate a decade of cooperation of the Heads of Intellectual Property Offices, we welcome the alignment of their workplan to the Sustainable Development Goals.

43. We support enhancing statistical cooperation within BRICS as data, statistics and information form the basis of informed and effective decision making. On the 10th anniversary of its first issue, we support the continued release of the BRICS Joint Statistical Publication 2023 and the BRICS Joint Statistical Publication Snapshot 2023 for engaging a wider range of users.

44. We recognise the widespread benefits of fast, inexpensive, transparent, safe, and inclusive payment systems. We look forward to the report by the BRICS Payment Task Force (BPTF) on the mapping of the various elements of the G20 Roadmap on Cross-border Payments in BRICS countries. We welcome the sharing of experience by BRICS members on payment infrastructures, including the interlinking of cross-border payment systems. We believe this will further enhance cooperation amongst the BRICS countries and encourage further dialogue on payment instruments to facilitate trade and investment flows between the BRICS members as well as other developing countries. We stress the importance of encouraging the use of local currencies in international trade and financial transactions between BRICS as well as their trading partners. We also encourage strengthening of correspondent banking networks between the BRICS countries and enabling settlements in the local currencies.

45. We task our Finance Ministers and/or Central Bank Governors, as appropriate, to consider the issue of local currencies, payment instruments and platforms and report back to us by the next Summit.

46. We recognise the key role of the NDB in promoting infrastructure and sustainable development of its member countries. We congratulate Ms Dilma Rousseff, former President of the Federative Republic of Brazil, as President of the New Development Bank (NDB) and are confident that she will contribute to strengthening of the NDB in effectively achieving its mandate. We expect the NDB to provide and maintain the most effective financing solutions for sustainable development, a steady process in membership expansion, and improvements in corporate governance and operational effectiveness towards the fulfilment of NDB's General Strategy for 2022-2026. We welcome the three new members of the NDB, namely Bangladesh, Egypt and United Arab Emirates. We encourage the NDB to play an active role in knowledge sharing process and incorporate the member-countries best practices in its operational policies, according to its governance mechanism and taking into account national priorities and development goals. We see the NDB as an important member of global MDB family, given its unique status as an institution created by EMDCs for EMDCs.

47. We welcome the establishment of the BRICS Think Tank Network for Finance during 2022 and efforts to operationalise the Network. We will work towards the identification and designation of the lead Think Tanks from member countries. We endorse the Operational Guidelines for the BRICS Think Tank Network for Finance developed under South Africa's Chairship, which provides guidance on how the Network will operate in terms of governance, delivery of outputs and funding of the BRICS Think Tank Network for Finance.

48. We recognise that infrastructure investments support human, social, environmental, and economic development. We note that the demand for infrastructure is growing, with a greater need for scale, innovation and sustainability. We highlight that BRICS countries continue to offer excellent opportunities for infrastructure investment. In this regard, we further recognise that leveraging governments' limited resources to catalyse private capital, expertise and efficiency will be paramount in closing the infrastructure investment gap in BRICS countries.

49. We continue to support the work of the Task Force on Public-Private Partnership (PPP) and Infrastructure in sharing knowledge, good practices and lessons learnt on the effective development and delivery of infrastructure for the benefit of all member countries. In this regard, the Task Force has collated guiding principles that advance the adoption of a programmatic approach in infrastructure delivery and promotes the use of PPPs and other blended finance solutions in infrastructure development and delivery. We look forward to convening the Infrastructure Investment Symposium later this year for a discussion amongst BRICS governments, investors and financiers on ways to work with the private sector to promote the use of green, transition and sustainable finance in infrastructure delivery.

50. The BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA) continues to be an important mechanism for mitigating the effects of a crisis situation, complementing existing international financial and monetary arrangements, and contributing to the strengthening of the global financial safety net. We reiterate our commitment to the continued strengthening of the CRA and look forward to the successful completion of the sixth Test-Run later in 2023. We also support progress made to amend the outstanding technical issues on the Inter-Central Bank Agreement and endorse the proposed theme of 2023 BRICS Economic Bulletin 'Challenges in a post-COVID-19 environment.

51. We welcome the continued cooperation on topics of mutual interest on sustainable and transition finance, information security, financial technology, and payments, and look forward to building on work in these areas under the relevant work streams, including the proposed study on leveraging technology to address climate data gaps in the financial sector and support the proposed initiatives aimed at enhancing cyber security and developing financial technology, including the sharing of knowledge and experience in this area.

Partnership for Sustainable Development

52. We reaffirm the call for the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development in its three dimensions: economic, social and environmental, in a balanced and integrated manner by mobilising the means required to implement the 2030 Agenda. We urge donor countries to honour their Official Development Assistance (ODA) commitments and to facilitate capacity building and the transfer of technology along with additional development resources to developing countries, in line with the national policy objectives of recipients. We highlight in this regard that the SDGs Summit to be held in New York in September 2023 and the Summit of the Future to be held in September 2024, constitute significant opportunities for renewing international commitment on the implementation of the 2030 Agenda.

53. We recognise the importance of implementing the SDGs in an integrated and holistic manner, inter alia through poverty eradication as well as combating climate change whilst promoting sustainable land use and water management, conservation of biological diversity, and the sustainable use of its components and the biodiversity and the fair and equitable sharing of the benefits arising out of the utilisation of genetic resources, including by appropriate access to genetic resources, in line with Article 1 of Convention on Biological Diversity (CBD) and in accordance with national circumstances, priorities and capabilities. We also underscore the significance of technology and innovation, international cooperation, public-private partnerships, including South-South cooperation.

54. We underscore the importance of collaborating on biodiversity conservation and sustainable use matters, such as research and development of conservation technologies, development of protected areas, and the combatting of illegal trade in wildlife. Furthermore, we will continue to actively participate in international biodiversity-related conventions, such as the Convention on Biological Diversity (CBD), its protocols and advancing the implementation of its Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (GBF), Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES), United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD) and working towards the Global Initiative on Reducing Land Degradation and Enhancing Conservation of Terrestrial Habitats.

55. We welcome the historic adoption of the Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework (KMGBF) at the 15th Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity (CBD COP-15) in December 2022. We thus undertake to strive towards the implementation of all the global goals and targets of the KMGBF, in accordance with the principles of common but differentiated responsibilities and national circumstances, priorities and capabilities in order to achieve its mission to halt and reverse biodiversity loss and vision of living in harmony with nature. We urge developed countries to provide adequate means of implementation, including financial resources, capacity-building, technical and scientific cooperation, and access to and transfer of technology to fully implement the KMGBF. We also acknowledge the potential for cooperation on the sustainable use of biodiversity in business to support local economic development, industrialisation, job creation, and sustainable business opportunities.

56. We reemphasise the importance of implementing the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and its Paris Agreement and the principle of Common but Differentiated Responsibilities and Respective Capabilities (CBDR-RC) enhancing low-cost climate technology transfer, capacity building as well as mobilizing affordable, adequate and timely delivered new additional financial resources for environmentally sustainable projects. We agree that there is a need to defend, promote and strengthen the multilateral response to Climate Change and to work together for a successful outcome of the 28th Conference of the Parties of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC COP28). We recognise that the Means of Implementation should be enhanced by developed countries, including through adequate and timely flow of affordable Climate Finance, Technical Cooperation, Capacity Building and transfer of Technology for climate actions.

Furthermore, there is a need for comprehensive financial arrangements to address loss and damage due to climate change, including operationalising Fund on Loss and Damage as agreed at the UNFCCC COP27 to benefit developing countries.

57. We agree to address the challenges posed by climate change while also ensuring a just, affordable and sustainable transition to a low carbon and low-emission economy in line with the principles of CBDR-RC, in light of different national circumstances. We advocate for just equitable and sustainable transitions, based on nationally defined development priorities, and we call on developed countries to lead by example and support developing countries towards such transitions.

58. We stress the need for support of developed countries to developing countries for access to existing and emerging low-emission technologies and solutions that avoid, abate and remove GHG emissions and enhance adaptation action to address climate change. We further emphasize the need for enhancing low-cost technology transfer and for mobilizing affordable, adequate new and timely delivered additional financial resources for environmentally sustainable projects.

59. We express our strong determination to contribute to a successful COP28 in Dubai, later this year, with the focus on implementation and cooperation. As the main mechanism for assessing collective progress towards achieving the purpose of the Paris Agreement and its long-term goals and promoting climate action on all aspects of the Paris Agreement under the UNFCCC, the Global Stocktake must be effective and identifying implementation gaps on the global response to climate change, whilst prospectively laying the foundations for enhanced ambition by all, in particular by developed countries. We call upon developed countries to fill outstanding gaps in means of implementation for mitigation and adaptation actions in developing countries.

60. We welcome Brazil's candidacy to host COP30 as the year 2025 will be key to the very future of the global response to climate change.

61. We further urge developed countries to honour their commitments, including of mobilizing the USD 100bn per annum by 2020 and through 2025 to support climate action in developing countries. In addition, importance of doubling adaptation finance by 2025 from the base of 2019 is also key in order to implement adaptation actions. Moreover, we look forward to setting up an ambitious New Collective Quantified goal, prior to 2025, as per the needs and priorities of developing countries. This will require enhanced financial support from developed countries that is additional, grant-based and/or concessional, timely delivered, and adequate to take forward adaptation and mitigation action in a balanced manner. This extends to support for the implementation of the Nationally Determined Contributions (NDCs).

62. We acknowledge that the financial mechanisms and investments to support the implementation of environment and climate change programmes need to be enhanced, and increased momentum to reform these financial mechanisms, as well as the multilateral development banks and international financial institutions is required. In this regard, we call on the shareholders of these institutions to take decisive action to scale-up climate finance and investments in support towards achieving the SDGs related to climate change and make their institutional arrangements fit for purpose.

63. We oppose trade barriers including those under the pretext of tackling climate change imposed by certain developed countries and reiterate our commitment to enhancing coordination on these issues. We underline that measures taken to tackle climate change and biodiversity loss must be WTO-consistent and must not constitute a means of arbitrary or unjustifiable discrimination or a disguised restriction on international trade and should not create unnecessary obstacles to international trade. Any such measure must be guided by the principle of common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR-RC), in the light of different national circumstances. We express our concern at any WTO inconsistent discriminatory measure that will distort international trade, risk new trade barriers and shift burden of addressing climate change and biodiversity loss to BRICS members and developing countries.

64. We commit to intensify our efforts towards improving our collective capacity for global pandemic prevention, preparedness, and response, and strengthening our ability to fight back any such pandemics in the future collectively. In this regard, we consider it important to continue our support to the BRICS Virtual Vaccine Research and Development Center. We look forward to the holding of the High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response to be held on 20th September 2023 at the United Nations General Assembly and we call for an outcome that will mobilise political will and continued leadership on this matter.

65. We recognize the fundamental role of primary health care as a key foundation for Universal Health Care and health system's resilience, as well as on prevention and response to health emergencies. We believe that the High-level meeting on Universal Health Coverage (UHC) to be held at the UN General Assembly in September 2023 would be a critical step for mobilizing the highest political support for UHC as the cornerstone to achieving SDG 3 (good health and well-being). We reiterate our support for the international initiatives, with the leadership of WHO, on addressing tuberculosis (TB) and look forward to actively engaging in the United Nations High-Level Meeting on TB in New York in September this year and encourage an assertive political declaration.

66. Taking into account national legislation and priorities of BRICS countries, we commit to continue cooperation in traditional medicine in line with previous meetings of the BRICS Health Ministers and their outcomes, as well as the BRICS High-Level Forum on the Traditional Medicine.

67. We note that BRICS countries have significant experience and potential in the field of nuclear medicine and radio pharmaceuticals. We welcome the decision to establish a BRICS Working Group on Nuclear Medicine to expand cooperation in this area.

68. We welcome South Africa hosting BRICS Science Technology and Innovation (STI) Steering Committee meetings throughout 2023 as the main coordination mechanism to manage and ensure the successful hosting of BRICS STI activities. We call on the Steering Committee to undertake a strategic review of the thematic focus areas and organisational framework of the BRICS STI Working Group to ensure better alignment as appropriate with current BRICS policy priorities. We commend South Africa for hosting the 8th BRICS Young Scientist Forum and the concurrent organization of the 6th BRICS Young Innovator Prize. We commend the success of the BRICS STI Framework Programme in continuing to connect scientists through the funding of an impressive portfolio of research projects between BRICS countries. We also appreciate the efforts of the BRICS STI Framework Programme Secretariat in facilitating a discussion to launch in 2024 a Call for Proposals for BRICS STI Flagship Projects. We recognize the progress achieved in the implementation of the BRICS Action Plan for Innovation Cooperation (2021-24). In this regard we encourage further actions to be taken on initiatives such as the BRICS Techtransfer (the BRICS Centers for Technology Transfer) and the iBRICS Network (the dedicated BRICS innovation network). We also welcome more actions to be taken, especially by the BRICS STIEP (Science, Technology and Innovation Entrepreneurship Partnership) Working Group, in the fields of innovation and entrepreneurship, for example, through support for the BRICS Incubation Training and Network, the BRICS Technology Transfer Training Program, and the BRICS Startup Forum.

69. We congratulate our Space agencies for successfully implementing the BRICS RSSC agreement by exchanging of BRICS Satellite Constellation data samples; holding of the 1st BRICS RSSC Application Forum in November 2022; convening of the 2nd meeting of BRICS Space Cooperation Joint Committee in July 2023 and continue to successfully implement the BRICS Constellation Pilot Projects. We encourage the BRICS Space agencies to continue enhancing the level of cooperation in remote sensing satellite data sharing and applications, so as to provide data support for the economic and social development of the BRICS countries.

70. While emphasising the fundamental role of access to energy in achieving SDGs and noting the outlined risks to energy security we highlight the need for enhanced cooperation among the BRICS countries as major producers and consumers of energy products and services. We believe that energy security, access and energy transitions are important and need to be balanced. We welcome the strengthening of cooperation and increasing investment in the supply chains for energy transitions and note the need to fully participate in the clean energy global value chain. We further commit to increase the resilience of energy systems including critical energy infrastructure, advancing the use of clean energy options, promoting research and innovation in energy science and technology. We intend to

address energy security challenges by incentivising energy investment flows. We share a common view, taking into consideration national priorities and circumstances, on the efficient use of all energy sources, namely: renewable energy, including biofuels, hydropower, fossil fuels, nuclear energy and hydrogen produced on the basis of zero and low emission technologies and processes, which are crucial for a just transition towards more flexible, resilient and sustainable energy systems. We recognise the role of fossil fuels in supporting energy security and energy transition. We call for collaboration amongst the BRICS countries on technological neutrality and further urge for the adoption of common, effective, clear, fair and transparent standards and rules for assessment of emissions, elaboration of compatible taxonomies of sustainable projects as well as accounting of carbon units. We welcome joint research and technical cooperation within the BRICS Energy Research Cooperation Platform, and commend the holding of the BRICS Youth Energy Summit and other related activities.

71. We remain committed to strengthening BRICS cooperation on population matters, because the dynamics of population age structure change, and pose challenges as well as opportunities, particularly with regard to women's rights, youth development, disability rights, employment and the future of work, urbanisation, migration and ageing.

72. We reiterate the importance of BRICS cooperation in the field of disaster management. We stress the importance of disaster risk reduction measures towards building resilient communities and the exchange of information on best practices, adoption of climate change adaptation initiatives, and integration of indigenous knowledge systems and improving investments in early warning systems and disaster resilient infrastructure. We further stress the need for holistic inclusivity in disaster risk reduction by mainstreaming disaster risk reduction in government and community-based planning. We encourage expanding intra-BRICS cooperation through joint activities for enhancing the capacities of national emergency systems.

73. We agree with the importance placed by South Africa as BRICS Chair on Transforming Education and Skills Development for the Future. We support the principle of facilitating mutual recognition of academic qualifications amongst BRICS countries to ensure mobility of skilled professionals, academics, and students and recognition of qualifications obtained in each other's countries subject to compliance of applicable domestic laws. We welcome concrete proposals made during the 10th Meeting of BRICS Ministers of Education focusing on critical areas in education and training such as entrepreneurship development, skills for the changing world, out-of-school youth, climate change, labour market intelligence, early childhood development and university global ranking. We appreciate the progress on education and Technical and Vocational Education and Training (TVET) cooperation, in particular, the operationalization of the BRICS TVET Cooperation Alliance which focuses on strengthening communication and dialogue and early finalisation of the Charter of the BRICS TVET Cooperation Alliance thereby promoting substantial cooperation in TVET, integrating TVET with industry.

74. We commit to strengthening skills exchanges and cooperation amongst BRICS countries. We support the digital transformation in education and TVET space, as each BRICS country is domestically committed to ensure education accessibility and equity, and promote the development of quality education. We agree to explore opportunities on BRICS digital education cooperative mechanisms, hold dialogues on digital education policies, share digital educational resources, build smart education systems, and jointly promote digital transformation of education in BRICS countries and to develop a sustainable education by strengthening the cooperation within BRICS Network University and other institution-to-institution initiatives in this area, including the BRICS University League. We welcome the BRICS Network University International Governing Board consideration to expand membership of the BRICS Network University to include more universities from the BRICS countries. We underscore the importance of sharing best practices on expanding access to holistic early childhood care and education to provide a better start in life for children within BRICS countries. We welcome the decision to facilitate exchanges within BRICS countries on equipping learners with skills fit for the future through multiple learning pathways.

Deepening People-to-People Exchanges

75. We reaffirm the importance of BRICS people-to-people exchanges in enhancing mutual understanding, friendship and cooperation. We appreciate the progress made under South Africa's Chairship in 2023, and including

in the fields of media, culture, education, sports, arts, youth, civil society and academic exchanges, and acknowledge that people-to-people exchanges play an essential role in enriching our societies and developing our economies.

76. We recognise that youth is a driving force for accelerating the achievement of sustainable development goals. Leadership by young people is fundamental to accelerating a just transition premised on the principles of intergenerational solidarity, international cooperation, friendship, and societal transformation. A culture of entrepreneurship and innovation must be nurtured for the sustainable development of our youth. We reiterate the importance of the BRICS Youth Summit as a forum for meaningful engagement on youth matters and recognise its value as a coordinating structure for youth engagement in BRICS. We welcome the finalisation of the BRICS Youth Council Framework.

77. We commend the successful holding of the BRICS Business Forum. On its 10th anniversary, we welcome the BRICS Business Council's self-reflection with a focus on milestones achieved and areas of improvement. We further welcome the intention of the BRICS Business Council to track intra-BRICS trade flows, identify areas where trade performance has not met expectations and recommend solutions.

78. We acknowledge the critical role of women in economic development and commend the BRICS Women's Business Alliance. We recognise that inclusive entrepreneurship and access to finance for women would facilitate their participation in business ventures, innovation, and the digital economy. We welcome initiatives that will enhance agricultural productivity and access to land, technology, and markets for women farmers.

79. On its 15th anniversary, we recognise the value of BRICS Academic Forum as a platform for deliberations and discussions by leading BRICS academics on the issues confronting us today. The BRICS Think Tanks Council also celebrates 10 years of enhancing cooperation in research and capacity building among the academic communities of BRICS countries.

80. Dialogue among political parties of BRICS countries plays a constructive role in building consensus and enhancing cooperation. We note the successful hosting of BRICS Political Parties Dialogue in July 2023 and welcome other BRICS countries to host similar events in the future.

81. We reaffirm our commitments under all the instruments and Agreements signed and adopted by the Governments of the BRICS States on Cooperation in the Field of Culture and commit to operationalising the Action Plan (2022-2026) as a matter of urgency through the BRICS Working Group on Culture.

82. We commit to ensure the integration of culture into our national development policies, as a driver and an enabler for the achievement of the goals set out in the UN 2030 Agenda for Sustainable Development. We also reaffirm our commitment to promote culture and the creative economy as a global public good as adopted at the World Conference on Culture and Sustainable Development-MONDIACULT22.

83. We agree to support the protection, preservation, restoration and promotion of our cultural heritage, including both tangible and intangible heritage. We commit to take strong action to fight against illicit trafficking of our cultural property and encourage dialogue among culture and heritage stakeholders and commit to promote digitization of the culture and creative sectors by finding technologically innovative solutions and pushing for policies that transform ways in which cultural contents are produced, disseminated, and accessed. We reaffirm our commitment to support participation of cultural enterprises, museums and institutions in international exhibitions and festivals, hosted by BRICS countries and extend mutual assistance in the organisation of such events.

84. We welcome the establishment of a Joint Working Group on Sports to develop a BRICS Sport Cooperation Framework, during South Africa's Chairship in 2023. We look forward to the successful holding of the BRICS Games in October 2023 in South Africa. We commit to provide the necessary support for BRICS countries to participate in international sport competitions and meetings held in their own country in compliance with relevant rules.

85. We emphasize that all BRICS countries have rich traditional sport culture and agree to support each other in the promotion of traditional and indigenous sports among BRICS countries and around the world. We encourage our sport organizations to carry out various exchange activities both online and offline.

86. We commend the progress made by BRICS countries in promoting urban resilience including through the BRICS Urbanisation forum and appreciate the commitment to further strengthen inclusive collaboration between government and societies at all levels, in all BRICS countries in implementing the 2030 Agenda and promoting the localisation of the SDGs.

Institutional Development

87. We reiterate the importance of further enhancing BRICS solidarity and cooperation based on our mutual interests and key priorities, to further strengthen our strategic partnership.

88. We note with satisfaction the progress made on BRICS institutional development and stress that BRICS cooperation needs to embrace changes and keep abreast with the times. We shall continue to set clear priorities in our wide-ranging cooperation, on the basis of consensus, and make our strategic partnership more efficient, practical and results oriented. We task our Sherpas to continue discussions on a regular basis on BRICS institutional development, including on consolidation of cooperation.

89. We welcome the participation, at the invitation of South Africa as BRICS Chair, of other EMDCs as "Friends of BRICS" in BRICS meetings below Summit-level and in the BRICS-Africa Outreach and BRICS Plus Dialogue during the XV BRICS Summit in Johannesburg in 2023.

90. We appreciate the considerable interest shown by countries of the global South in membership of BRICS. True to the BRICS Spirit and commitment to inclusive multilateralism, BRICS countries reached consensus on the guiding principles, standards, criteria and procedures of the BRICS expansion process.

91. We have decided to invite the Argentine Republic, the Arab Republic of Egypt, the Federal Democratic Republic of Ethiopia, the Islamic Republic of Iran, the Kingdom of Saudi Arabia and the United Arab Emirates to become full members of BRICS from 1 January 2024.

92. We have also tasked our Foreign Ministers to further develop the BRICS partner country model and a list of prospective partner countries and report by the next Summit.

93. Brazil, Russia, India and China commend South Africa's BRICS Chairship in 2023 and express their gratitude to the government and people of South Africa for holding the XV BRICS Summit.

94. Brazil, India, China and South Africa extend their full support to Russia for its BRICS Chairship in 2024 and the holding of the XVI BRICS Summit in the city of Kazan, Russia.

**Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da
XV Cúpula do BRICS²⁸**

Johanesburgo, África do Sul, 23 de agosto de 2023

“É uma alegria retornar a Joanesburgo, cidade que foi palco importante das lutas contra o Apartheid e que segue como inspiração para o combate a todas as formas de discriminação e desigualdade.

Na última vez que participei desta Cúpula, em 2010, tive a honra de recepcionar, em Brasília, os chefes de Estado e de Governo de Rússia, Índia e China, além da África do Sul como convidada. Apenas um ano depois, confirmamos o ingresso da África do Sul na primeira expansão de nosso agrupamento. Sua inclusão fez com que passássemos a refletir melhor a nova configuração de poder mundial. Saímos fortalecidos. Hoje, representamos 41% da população e somos responsáveis por 31% do PIB global em paridade do poder de compra.

Mas enfrentamos um cenário mais complexo do que quando nos reunimos pela primeira vez.

Em poucos anos, retrocedemos de uma conjuntura de multipolaridade benigna para uma que retoma a mentalidade obsoleta da Guerra Fria e da competição geopolítica. Essa é uma insensatez que gera grandes incertezas e corrói o multilateralismo. Sabemos bem onde esse caminho pode nos levar. O mundo precisa compreender que os riscos envolvidos são inaceitáveis para a humanidade.

Não podemos nos furtar a tratar o principal conflito da atualidade, que ocorre na Ucrânia e tem efeitos globais. O Brasil tem uma posição histórica de defesa da soberania, da integridade territorial e de todos os propósitos e princípios das Nações Unidas. Achamos positivo que um número crescente de países, entre eles os países do BRICS, também esteja engajado em contatos diretos com Moscou e Kiev. Não subestimamos as dificuldades para alcançar a paz. Tampouco podemos ficar indiferentes às mortes e à destruição que aumentam a cada dia. Estamos prontos a nos juntar a um esforço que possa efetivamente contribuir para um pronto cessar-fogo e uma paz justa e duradoura.

Todos sofrem as consequências da guerra. As populações mais vulneráveis nos países em desenvolvimento são atingidas desproporcionalmente. A guerra na Ucrânia evidencia as limitações do Conselho de Segurança. Os BRICS devem atuar como uma força pelo entendimento e pela cooperação. Nossa disposição está expressa nas contribuições da China, da África do Sul e de meu próprio país para os esforços de solução do conflito na Ucrânia.

Muitos outros conflitos e crises não recebem atenção devida mesmo causando vasto sofrimento para as suas populações. Haitianos, iemenitas, sírios, líbios, sudaneses e palestinos todos merecem viver em paz. É inaceitável que os gastos militares globais em um único ano ultrapassem 2 trilhões de dólares, enquanto a FAO nos diz que 735 milhões de pessoas passam fome todos os dias no mundo. A busca pela paz é um dever coletivo e um imperativo para o desenvolvimento justo e sustentável.

Em muitos lugares, enquanto os homens fazem a guerra, são as mulheres que lutam pela conciliação. A valorização e o fortalecimento do papel das mulheres na resolução dos conflitos será cada vez mais central para um mundo de paz. Mais do que isso, o empoderamento das mulheres é pré-condição para o pleno desenvolvimento econômico e social. Parafraseando Thomas Sankara, grande líder pan-africano: não podemos

²⁸ Acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-aberta-da-xv-cupula-do-brics>

almejar uma sociedade em que metade da população é silenciada pelo machismo e pela discriminação na participação política e no mundo do trabalho.

Caros colegas,

O esfacelamento da governança global também está patente nas agendas do desenvolvimento, do financiamento e do enfrentamento à mudança do clima. Ao retornar à presidência do Brasil, me entristece constatar que a implementação da Agenda 2030 está em risco em todo o mundo. Relatório recente da ONU indica fortes retrocessos. Vemos o maior aumento da desigualdade entre os países em três décadas. Em 30% das metas, estagnamos ou andamos para trás. É muito difícil combater a mudança do clima enquanto tantos países em desenvolvimento ainda lidam com a fome, a pobreza e outras violências.

O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, mantém sua atualidade. Os grandes responsáveis pelas emissões de carbono que causaram a crise climática foram aqueles que fizeram a Revolução Industrial e alimentaram um extrativismo colonial predatório. Eles têm uma dívida histórica com o planeta Terra e com a humanidade.

Precisamos valorizar o Acordo de Paris e a Convenção do Clima, em vez de terceirizar as responsabilidades climáticas para o Sul Global. O Brasil está recuperando seu protagonismo na agenda ambiental. A coordenação com os demais países em desenvolvimento com florestas tropicais para atuação nas COPs do Clima e da Biodiversidade será vital para dar peso aos nossos interesses.

A Cúpula da Amazônia, realizada dias 8 e 9 de agosto, é um marco para a necessária construção de um modelo de desenvolvimento sustentável mais justo. Nossos recursos não devem ser explorados em benefício de poucos, mas valorizados e colocados a serviço de todos, sobretudo do bem-estar das populações locais. Mas para que as promessas já feitas pelos países ricos sejam cumpridas, o financiamento climático e de biodiversidade deve ser verdadeiramente novo e adicional em relação ao financiamento ao desenvolvimento.

Precisamos de um sistema financeiro internacional que, ao invés de alimentar as desigualdades, ajude os países de baixa e média renda a implementarem mudanças estruturais. Isso só ocorrerá com representatividade adequada nas instituições de Bretton Woods e seus fundos climáticos. O endividamento externo restringe o desenvolvimento sustentável. É inadmissível que os países em desenvolvimento sejam penalizados com juros até oito vezes mais altos do que os cobrados dos países ricos. É preciso aumentar a liquidez, ampliar o financiamento concessional e pôr fim às condicionalidades.

O sistema multilateral de comércio deve ser reavivado para voltar a atuar como ferramenta para um comércio justo, previsível, equitativo e não discriminatório. Ninguém mais se recorda da Rodada do Desenvolvimento da OMC.

A descarbonização de nossas economias deve vir acompanhada pela geração de empregos dignos, de industrialização e infraestruturas verdes, e serviços públicos para todos.

Por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), podemos oferecer alternativas próprias de financiamento, adequadas às necessidades do Sul Global. Tenho certeza de que, sob a liderança de minha companheira Dilma Rousseff, o Banco estará à altura desses desafios. A criação de uma moeda para as transações comerciais e de investimento entre os membros do BRICS aumentam nossas opções de pagamento e reduzem nossas vulnerabilidades.

Senhores presidentes,

Hoje o BRICS está plenamente consolidado como marca e ativo político de valor estratégico. A participação de dezenas de chefes de Estado e de Governo na sessão ampliada de amanhã representará um feito histórico. O interesse de vários países de aderir ao agrupamento é reconhecimento de sua relevância crescente.

Também teremos no G20 uma troika só com membros do BRICS, no período 2023 a 2025. Trata-se de mais uma oportunidade para avançar as preocupações do Sul Global com as desigualdades e com o desenvolvimento sustentável.

Que o ímpeto que motivou a criação do BRICS, há 15 anos, continue a nos inspirar na construção de uma ordem multipolar, justa e inclusiva.

Muito obrigado.”

XIII BRICS Health Ministers' Meeting Declaration South Africa

04 August 2023

Theme: "Bridging the Gap on Sustainable Health on the road to UHC 2023"

1. We, the BRICS Health Ministers from Federative Republic of Brazil, the Russian Federation, the Republic of India, the People's Republic of China and the Republic of South Africa, met in Durban, South Africa, on the 4th of August 2023 for the XIII BRICS Health Ministers Meeting chaired by the Republic of South Africa under the theme "Bridging the Gap on Sustainable Health on the road to UHC 2023". This takes place ahead of the XV BRICS Summit to be held at the Sandton Convention Centre in Sandton, Johannesburg, from 22 to 24 August 2023 under the theme "BRICS and Africa: Partnership for Mutually Accelerated Growth, Sustainable Development and Inclusive Multilateralism".
2. We note that South Africa's Chairship of BRICS this year rounds off our five-year cycle and culminates in the 15th BRICS Summit and we reflected on the influence of BRICS countries in the international arena over the past 14 years. We stressed the contribution of BRICS towards further developing and strengthening the global health agenda, including Universal Health Coverage, Digital Health, and One Health, as well as the importance of consistency across different multilateral platforms G20 which India is currently chairing. We note opportunities to build sustained momentum for change by India, Brazil and South Africa chairing the G20 presidencies and wish them well in their endeavours.
3. While acknowledging the remaining uncertainties posed by the potential evolution of SARS-CoV-2, we welcome the transition to long-term management of COVID-19 as an ongoing health issue which no longer constitutes a public health emergency of international concern.
4. We note that despite the COVID-19 pandemic and other challenges, progress has been made in the health sector in 2022 and pledge our commitment to strengthen cooperation among BRICS countries to protect the health of our people. We note the progress that has been made in the health sector during BRICS Health Ministers' Meetings and call on BRICS countries to intensify our efforts towards improving our collective capacity for global pandemic prevention, preparedness, and response, and strengthening our ability to fight back any such pandemics in the future collectively. In this regard, we consider it important to continue our support to the BRICS Virtual Vaccine Research and Development (R&D) Center.
5. We acknowledge progress made in instituting the BRICS Integrated Early Warning System for preventing mass infectious diseases risks with the aim of providing early warning and effective response measures to a possible cross-border spread of infectious diseases and to minimize their impact on BRICS countries' social and economic conditions, in accordance with International Health Regulations (2005) and in alignment with WHO's Global Outbreak Alert and Response Network for identifying the upcoming pandemics and forecasting future outbreak through institutional collaboration.
6. We acknowledge the outcome of the technical meeting of experts fostering this collaboration through an institutional multidisciplinary network comprising of leading epidemiologists, infectious diseases specialists, bacteriologists and virologists in BRICS countries to contain high-risk pathogens. We commend the proposed initiatives for supporting existing surveillance systems as well the necessary risk communication structure/platform for reporting public health threats/event and build country response capacities to pandemic threats within BRICS countries, always in accordance with the International Health Regulations.
7. We recognize the active role played by BRICS countries in negotiations of the Political Declaration of the High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response to be held on 20th September 2023 considered by the Heads of State and Government and representatives of States and Governments at the United Nations General Assembly. We hope that this will be an action-oriented declaration that will mobilise political will and continued leadership towards pandemic prevention, preparedness and response. We note the emphasis on better management and continued development of the health workforce to ensure the safety of health workers, who are

the backbone of our service provision.

8. We reaffirm that pandemics call for timely, urgent and continued leadership, global solidarity, multilateral commitment and cooperation among Member States and with relevant United Nations entities and other relevant international organizations, to implement global, regional, national and local actions, driven by equity and the respect for human rights, to strengthen pandemic prevention, preparedness and response, and fully address the direct and indirect consequences of current and future pandemics.
9. We take note with interest of South Africa's proposal for establishing a Network of BRICS Public Health Emergency Operations Centres (EOCs) which is a platform for supporting BRICS countries in building their public health EOC capacity (including communication, information management, mobilization, coordination and collaboration with other partners, etc.) as part of their national emergency response framework. This would be expected to provide an opportunity to share expertise, lessons and experiences in building, evaluating and utilizing EOCs for public health emergency responses, identifying key needs for information and communication technologies (ICT) and explore/test possible solutions as well as identify the minimum data elements (MDE) and standards related to public health EOCs.
10. We recall decision WHA73(28) in 2020 on the Global Strategy on Digital Health and are encouraged by the progress reported in its implementation since this endorsement, as reported at the 76th World Health Assembly, in May this year. We reaffirm our support for the *BRICS Digital Health Declaration* in 2021 to achieve sustainable digital health for all. The unique challenges generated by the COVID-19 pandemic abruptly changed the motivation to make use of digital health, moving this from being seen as a potential opportunity to an immediate necessity providing the impetus for very rapid development and uptake in practice. This is an area wherein BRICS Member States can solidify their efforts to promote the use of digital technologies across the entire health systems including Traditional, Complementary and Integrative medicine, where applicable, considering national legislation and priorities of BRICS countries. We stand ready to strengthen cooperation and coordination to jointly address global health challenges and contribute to safeguarding global health.
11. We recognize the fundamental role of primary health care in preventing, preparing and responding to pandemics, through achieving universal health coverage and other health-related Sustainable Development Goals and targets, as envisioned in the Alma-Ata Declaration and the Declaration of Astana, and further recognize that primary health care, including community-based services, brings people into first contact with the health system and is the most inclusive, effective and efficient approach to enhance people's physical and mental health, as well as social well-being, noting that primary health care and health services, Traditional, Complementary and Integrative medicine, where applicable, considering national legislation and priorities of BRICS countries, should be high quality, safe, comprehensive, integrated, accessible, available and affordable for everyone and everywhere, noting the work of the World Health Organization on the operational framework for primary health care.
12. We will work in a coordinated manner for the success of the High-level meeting on Universal Health Coverage to be held in New York on the 21st of September 2023 at the United Nations General Assembly and believe that this would be a critical step for mobilizing the highest political support for UHC as the cornerstone to achieving SDG 3 (good health and well-being). The Declaration should provide a good basis for future engagements to accelerate progress towards the achievement of Universal Health Coverage by 2030, thereby providing all stakeholders with an opportunity to reinvigorate progress towards delivering health for all.
13. We recognize that the scientific potential of our countries should contribute to the advancement of medical science, the improvement of public health, and the fostering of

scientific cooperation among the BRICS nations. In this regard, we take note with interest of the proposal to establish a scientific-medical journal for the BRICS countries

- the 'BRICS Health Journal', and we will create a Working Group to develop its outline. By creating the 'BRICS Health Journal', we would aim to foster a platform that encourages the sharing of knowledge and expertise, ultimately driving progress in medical sciences, healthcare, and collaboration among our nations. We express our interest to consider creating the BRICS Medical Association.

14. We restate that tuberculosis (TB) is a relevant issue in all BRICS countries, which account for 40% of the TB burden and 48% of drug-resistant TB and TB-HIV comorbidity cases worldwide. We acknowledge the new challenges introduced by the COVID-19 pandemic, including the TB-COVID-19 comorbidity and the setbacks experienced in TB programmes, hindering the accomplishment of the WHO goal of ending TB by 2030. We also recognize that committing to a significant increase in investments toward TB research and development on innovative diagnostics, vaccines, drugs and regimens, infection control for TB and patient service delivery is pivotal to reach these targets. Thus, we reaffirm our continued support for the BRICS TB Research Network initiative and acknowledge the progress achieved since its inception. We reiterate our support for the international initiatives with the leadership of WHO and look forward to actively engaging in the United Nations High-Level Meeting on TB in New York in September this year and encourage an assertive political declaration.
15. Taking into account national legislation and priorities of BRICS countries, we continue cooperation in traditional medicine in line with previous meetings of the BRICS Health Ministers and their outcomes, as well as the BRICS High-Level Forum on the Traditional Medicine.
16. We note with satisfaction the progress in finalizing the Memorandum of Understanding on cooperation in the field of regulation of medical products for human use. We hope it will be signed in the near future and that it will serve as a framework to advance cooperation among BRICS drug regulatory authorities. We agree to continue cooperation in this area to promote information and experience sharing, enhance regulatory capacity and facilitate access to safe, effective and high-quality medicines within BRICS countries.
17. We welcome Russia's initiative for BRICS Collaboration in Nuclear Medicine and welcome the International Expert Forum on Nuclear Medicine of BRICS Countries, held in Moscow and Obninsk on July 20-21, 2023. We note that BRICS countries have significant experience and potential in the field of nuclear medicine and radiopharmaceutics. We decide to establish a BRICS Working Group on Nuclear Medicine to expand cooperation in this area.
18. We support to hold the XIV BRICS Health Ministers' Meeting in the Russian Federation in 2024

Regresso triunfante de Lula à África e à CPLP

Lula's triumphant return to Africa and the CPLP

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report intends to reflect exhaustively the passage of the pro tempore Presidency of Angola from the CPLP to São Tomé and Príncipe, thus initiating a new cycle in the development of the CPLP. By happy coincidence, this Summit of Heads of State and Government is the first of the beginning of the Lula Government, which alone already gives a very special dimension in the history of the CPLP, knowing the mishaps of the last four years that negatively marked the dynamism of Brazil in the organization. With this triumphant return of the maximum Brazilian leadership, this opens a window of opportunity for intensified cooperation within our community. In the next two years, all CPLP cooperation agendas will be through São Tomé and Príncipe in collaboration with the Executive Secretariat and Member States.*

Keywords: *CPLP. STP Summit. Food Security.*

Resumo. Este informe pretende repercutir exhaustivamente a passagem da Presidência *pro tempore* de Angola da CPLP para São Tomé e Príncipe, iniciando-se assim um novo ciclo no desenvolvimento desta Comunidade. Por feliz coincidência, esta Cúpula de Chefes de Estado e de Governo é a primeira do início do Governo Lula o que só por si já confere uma dimensão muito especial na história da CPLP conhecidos os percalços dos últimos quatro anos que marcaram negativamente o dinamismo do Brasil nesta organização. Com esse regresso triunfante da máxima liderança brasileira, abre-se assim uma janela de oportunidade para a cooperação acelerada no seio da nossa Comunidade. Nos próximos dois anos todas as agendas de cooperação da CPLP vão ser articuladas a partir de São Tomé e Príncipe com o secretariado Executivo e os seus Estados-Estados-Membros.

Palavras-chave: *CPLP. Cúpula de STP. Segurança Alimentar e Nutricional*

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP

Recorde-se que a Conferência, constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados-Membros, é o órgão máximo da CPLP. São competências da Conferência:

- definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- eleger o Secretário Executivo da CPLP.

A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados-membros. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados-membros.

No entanto, vale ressaltar que houve várias reuniões preparatórias, merecendo destaque neste informe as do Conselho de Ministros para preparar a Conferência de Chefes de Estado e de Governo e a da Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, os Chefes de Estado e de Governo de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, da Guiné Equatorial, de Moçambique, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste reuniram-se na XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, no dia 27 de agosto de 2023.

Na sequência desta XIV Conferência, São Tomé e Príncipe sucede à Angola na presidência *pro tempore* por um período de dois anos, sendo a “Juventude e Sustentabilidade” o tema que marca o exercício da presidência são-tomense para o biénio de 2023 a 2025.

IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP)

A IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP) decorreu a 24 de agosto de 2023, em São Tomé, sob o lema “Sistemas alimentares sustentáveis para todos”, tendo consensualizado a [Declaração de São Tomé](#).

À margem das reuniões estatutárias da Cimeira da CPLP, que decorrer na capital santomense, o CONSAN-CPLP vai encaminhar recomendações à XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CONSAN-CPLP), plataforma ministerial e multi-atores para a coordenação das ações desenvolvidas na área de segurança alimentar e nutricional e assessoria aos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido ordinariamente em São Tomé, no dia 24 de agosto de 2023, decide:

- Aprovar o Plano de Atividades da ESAN-CPLP para o período 2023-2025;
- Instar a que nos programas das Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP possa constar um ponto permanente de informação e debate sobre o estado da segurança alimentar e nutricional na CPLP, em alinhamento com o disposto na “Resolução sobre a Continuidade, até 2025, do Tema Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda da CPLP”, aprovada pela XIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Dili, 22 de julho de 2014);
- Recomendar que o Presidente do CONSAN-CPLP participe na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para apresentar a este órgão as conclusões e deliberações da reunião Ordinária do CONSAN-CPLP;
- Requerer, após mais de onze anos de existência, a evolução do CONSAN-CPLP para órgão estatutário da CPLP;
- Reafirmar a importância da concretização de um orçamento regular para o funcionamento do CONSAN-CPLP;
- Apelar para que as delegações dos Estados-Membros às Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP integrem os titulares dos setores da Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional e os Presidentes ou Coordenadores dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Recomendar que seja considerada a presença de uma representação de Membros e Participantes no CONSAN-CPLP nos trabalhos da Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP enquanto observadores;
- Registrar, com apreço, o processo de monitorização da ESAN-CPLP e apelar aos Estados-Membros que, a cada 2 anos, no âmbito dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricionais, contribuam para esse processo;
- Incentivar os Estados-Membros a adotar ou aprimorar processos nacionais de monitorização das respetivas Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricionais;

- Felicitar os Estados-Membros com Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, em funcionamento e instar aos demais para que desenvolvam esforços para a sua materialização e/ou reforcem as condições institucionais para o seu regular funcionamento no mais curto espaço de tempo;
- Encorajar ao processo de descentralização dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Reforçar a importância da concertação dos Estados-Membros da CPLP em fora e processos globais sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Sistemas Alimentares;
- Recomendar o desenvolvimento de uma abordagem territorial para a governança do sistema alimentar nas políticas nacionais;
- Apelar ao reforço da arquitetura de governança do sistema alimentar nos seus diferentes níveis territoriais, envolvendo os seus subsistemas, nomeadamente, o agroalimentar, ambiental, climático, saúde, proteção social, entre outros, nos diferentes níveis de decisão política e operativa (local, nacional, regional e global);
- Recomendar aos Estados-Membros o incremento da participação dos Ministérios do Ambiente e Alterações Climáticas, dos Ministérios da Saúde e demais Ministérios envolvidos nas agendas dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo assim para o reforço da coordenação intersetorial na promoção de modelos produtivos mais resilientes e sustentáveis;
- Reconhecer a urgência de ampliar a difusão da informação científica sobre os impactos das alterações globais de clima nos sistemas alimentares e de atuar no processo de desenvolvimento, geração e difusão de sistemas locais e regionais de agroecologia com o objetivo de tornar os sistemas alimentares mais resilientes e menos vulneráveis aos impactos resultantes do aumento médio da temperatura da superfície terrestre;
- Apelar aos Estados-Membros que, na próxima revisão das Contribuições Nacionais Determinadas (NDC), considerem a agroecologia como determinante para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, atendendo assim às obrigações resultantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CNUAQ/UNFCCC);
- Recomendar a elaboração de diretrizes da CPLP para a construção de Guias Alimentares baseados em alimentos locais e tradicionais, como estratégia de promoção da alimentação saudável e sustentável;
- Apoiar a continuidade do processo de elaboração da proposta as Diretrizes do Painel de Especialistas do CONSAN-CPLP;
- Exortar os Estados-Membros a reconhecerem a Rede das Margaridas da CPLP e a apoiarem a consolidação de capacidades das mulheres rurais da CPLP;
- Apelar para que os Estados-Membros considerem a infância e a juventude como uma oportunidade para garantir a segurança alimentar e nutricional, presente e futura, priorizando estes grupos na consagração do DHAA na CPLP;
- Reforçar a contribuição dos governos na mobilização de esforços para proteger os defensores de direitos, implementando ações de prevenção de todos os tipos de violência, que garantam processos ágeis de apuramento e punição de crimes de qualquer ordem contra aqueles que lutam pelos seus territórios, práticas e património cultural;
- Apelar aos Estados-Membros que ainda não assinaram a Declaração de Direitos dos/as Camponeses/as e outras pessoas que vivem em Zonas Rurais, que o façam no melhor calendário possível;
- Fortalecer a participação dos Estados-Membros da CPLP no Comité Mundial de Segurança Alimentar e Nutricional (CSA) das Nações Unidas de maneira a avançar com a arquitetura de governança do sistema alimentar, com uma abordagem territorial (multi-atores, multinível, multisetorial) baseada nos direitos humanos;
- Sugerir que os Estados-Membros concluam, até março de 2024, as discussões internas sobre a sua participação numa coligação internacional para a promoção territorial dos sistemas alimentares, considerando as possíveis repercussões para o fortalecimento interno do CONSAN-CPLP;
- Felicitar o Brasil pela reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) da Presidência da República, pela retomada da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e pela convocação da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto pilares do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);
- Saudar o início das atividades do Centro de Competências para a Agricultura Familiar Sustentável na CPLP (CAAFS), com sede em São Tomé e Príncipe, e a dinamização da “Rede de Agroecologia da CPLP”;

- Incitar os Estados-Membros a contribuir para o fortalecimento do CCAFS, conforme Plano de Atividades aprovado nesta IV Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP;
- Felicitar Portugal e São Tomé e Príncipe pelas candidaturas apresentadas à FAO no quadro do mecanismo “Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM), nomeadamente dos “Sistema Agro-Silvo-Pastoril da Serra de Serpa” e “Sistema Agroflorestal de Cacau”, e incentivar outros Estados-Membros a apresentar novas candidaturas;
- Congratular o Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades no CONSAN-CPLP (MU-CONSAN) pela iniciativa de desenvolvimento de “Diretrizes para o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento/extensão na CPLP”.

**XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

Declaração de São Tomé²⁹

São Tomé, 27 de agosto de 2023

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste reuniram-se na XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, no dia 27 de agosto de 2023.

2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Carlos Manuel Vila Nova, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para o biénio 2023-2025.

3. Congratularam-se com o 27.º aniversário da Declaração Constitutiva da CPLP e, reafirmando a plena validade do compromisso nela consagrado com o reforço da solidariedade e da cooperação em prol do desenvolvimento económico e social dos seus povos, e manifestaram a sua satisfação pela progressiva afirmação internacional da Organização, que constitui um espaço de união pela língua comum e pelos primados da paz, do Estado de direito, da democracia, dos direitos humanos e da justiça social.

4. Tomaram nota, com satisfação, das medidas e atividades realizadas e dos encontros organizados para a concretização dos objetivos da Comunidade desde a XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que teve lugar em Luanda, no dia 17 de julho de 2021, referenciados em anexo.

5. Saudaram a escolha do lema “Juventude e Sustentabilidade na CPLP” para a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo e comprometeram-se a promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a elevar as realizações da CPLP em todas as áreas;

Reiterando que os jovens são o garante do futuro sustentável da CPLP e que as alterações climáticas e a proteção do ambiente figuram entre as suas principais preocupações, recomendaram o reforço da partilha de experiências sobre políticas públicas e de processos multilaterais de capacitação e valorização da juventude e da sustentabilidade nos Estados-Membros da CPLP, bem como o incentivo à participação dos jovens em todos os níveis dos processos de tomada de decisão e de implementação;

Recordaram que os Governos dos Estados-Membros têm a obrigação de promover e proteger os direitos humanos e de atender às necessidades e aspirações dos jovens, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade;

Reafirmaram o compromisso de trabalhar afincadamente para alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões – económica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada, mobilizando os meios necessários à implementação da Agenda 2030;

Incentivaram a criação de programas de mobilidade e de intercâmbio de jovens na CPLP, com o objetivo de reforçar o diálogo, a troca de experiências e o trabalho em rede, nomeadamente no âmbito da educação, da formação, da cultura, do associativismo e do voluntariado, do desporto e dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

6. Reiteraram o compromisso com a recuperação económica pós-pandemia COVID-19, a fim de preservar e criar empregos dignos, rendimento e capacidade produtiva e, nesse sentido, reconheceram a importância de incrementar a ação multilateral em matéria de capacitação, partilha de experiências, iniciativas em rede e

²⁹ Acesso: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/texto-2

desenvolvimento de parcerias no âmbito da promoção do comércio e do investimento, do emprego e da proteção social.

7. Saudaram a importância da inscrição nos Estatutos da CPLP de um novo objetivo geral, a Cooperação Económica, para a consolidação da dimensão económica e empresarial na CPLP, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos países da CPLP, bem como para a promoção do bem-estar das populações;

Saudaram, igualmente, a adoção da “Agenda estratégica para a consolidação da cooperação económica na CPLP 2022-2027” pela I Reunião Conjunta de Ministros da Economia, do Comércio e das Finanças (Luanda, 29 de abril de 2022) e a constituição do Fórum das Agências de Promoção do Comércio e Investimento da CPLP (Luanda, 18 de fevereiro de 2022);

Apelaram, assim, à célere implementação daquela agenda estratégica que visa uma ação multilateral integrada em matéria de promoção do comércio e do investimento, da capacitação institucional e empresarial, da melhoria dos mecanismos de financiamento e apoio à internacionalização, e do reforço da competitividade e dos sistemas de propriedade industrial, com especial atenção às micro, pequenas e médias empresas;

Exortaram os Estados-Membros a intensificar os esforços para enfrentar as altas taxas de desemprego entre os jovens, por meio do desenvolvimento e implementação de ações de cooperação que possibilitem o desenvolvimento de políticas e programas nacionais para aumentar a empregabilidade, impulsionar o desenvolvimento de capacidades e o treinamento vocacional, de modo a facilitar a transição da escola para o trabalho, e o aumento das sinergias entre os setores de educação e do emprego;

Registaram com apreço, a realização do evento "Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP", realizado em novembro de 2022, em Lisboa, em parceria com o Serviço Brasileiro às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com vista ao fortalecimento de estratégias para a promoção dos pequenos negócios e do empreendedorismo no âmbito da CPLP;

Destacaram o encontro dos representantes dos Institutos de Propriedade Industrial dos países da CPLP, realizado em julho de 2023, em Genebra, à margem das Assembleias Gerais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), no qual se reiterou o compromisso de continuar a promover a importância da língua portuguesa no contexto das relações internacionais, bem como de reforçar a intenção de que a mesma seja elevada a língua de trabalho daquela organização internacional, frisando o facto de o multilinguismo ser um dos princípios fundamentais do sistema das Nações Unidas e da OMPI, e de a representatividade linguística ser a expressão completa da inclusão social, política e económica, garantindo assim a legitimidade de todo e qualquer processo normativo e decisório;

Felicitaram-se pela criação da Direção de Assuntos Económicos e Empresariais no Secretariado Executivo, que contribuirá para o reforço do acompanhamento técnico das ações a implementar no âmbito da referida Agenda Estratégica e congratularam-se pela disponibilidade de Angola em indicar uma personalidade para operacionalizar essa Direção e pelos recursos consignados por aquele Estado-Membro para o efeito.

8. Congratularam-se com a conclusão do processo de ratificação do Acordo de Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, enquanto firme passo no sentido de se constituir uma verdadeira Comunidade de povos, abrindo caminho designadamente à circulação de pessoas, cultura, valores, princípios e conhecimento;

Nesta senda, felicitaram Portugal, Moçambique e Cabo Verde pela entrada em vigor de alterações à sua Lei de Estrangeiros para execução do Acordo e encorajaram todos os Estados-Membros a continuar a promover a sua implementação, dentro do princípio da flexibilidade variável nele consagrado.

9. Saudaram a adoção da revisão dos Estatutos da CPLP pela XVI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros (Luanda, 23 de março de 2023), e apelaram à sua célere ratificação pelos Estados-Membros.

10. Reiteraram o compromisso com o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos e procedimentos de organização e funcionamento da CPLP, e tomaram nota do processo de revisão do Regulamento Interno de Pessoal do Secretariado Executivo, visando a atualização dos normativos que regulam a sua atividade, incluindo os princípios da representatividade equitativa dos Estados-Membros e da igualdade de género.

Concertação político-diplomática

11. Congratularam-se com a conclusão do Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP (PAIGE) 2021-2022, tomando boa nota do Relatório da Missão de Avaliação pelo Comité de Concertação Permanente (CCP) que dá conta do cumprimento, na generalidade, das ações previstas no Programa;

Felicitaram a Guiné Equatorial pela abolição da pena de morte, com a entrada em vigor do novo Código Penal em novembro de 2022.

12. Reafirmaram a sua solidariedade com o Governo e o Povo moçambicanos no combate do terrorismo na província de Cabo Delgado, tendo saudado o apoio dos parceiros internacionais, em especial o que tem sido prestado pelos Estados-Membros, com vista à assistência humanitária, à estabilização da situação de segurança, à recuperação e ao desenvolvimento socioeconómico;

Saudaram a conclusão do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração das forças residuais da RENAMO, facto que vai contribuir para a consolidação da paz e segurança do país.

Expressaram, ainda, a sua solidariedade na mitigação dos efeitos da passagem do ciclone Freddy pelo território de Moçambique, que causou a perda de vidas humanas e destruiu infraestruturas e meios de subsistência, e reiteraram o compromisso de apoiar as autoridades nacionais no apoio às populações afetadas e na reconstrução das regiões devastadas;

Reconheceram os esforços do Governo de Moçambique na promoção da resiliência climática, no contexto da elevada vulnerabilidade do país a desastres naturais, com particular destaque para as cheias e ciclones e congratularam a nomeação de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique como Campeão da União Africana para a Gestão do Risco de Desastres, durante a 35.ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de estado e Governo da União Africana, que teve lugar nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2022, em Adis Abeba.

13. Manifestaram, igualmente, o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos sismos que assolaram os territórios da Turquia, país Observador Associado da CPLP, e da Síria, e expressaram a sua solidariedade às famílias enlutadas e às autoridades dos países afetados;

Saudaram o apoio internacional e a mobilização de meios para a ação humanitária e de emergência no terreno para auxílio às vítimas.

14. Congratularam-se com a realização de eleições regulares, livres e pacíficas em Estados-Membros da CPLP e com a legitimidade democrática daí decorrente, elemento essencial da preservação de instituições representativas, da afirmação dos direitos humanos, bem como do reforço do Estado de direito democrático;

Reafirmaram a importância das Missões de Observação Eleitoral (MOE) da CPLP enquanto instrumento privilegiado de concertação político-diplomática que confere visibilidade à Organização, tanto no plano interno dos Estados-Membros como a nível internacional;

Saudaram o envio de MOE da CPLP às: i) Eleições Presidenciais e Legislativas em Timor-Leste, respetivamente em 2022 e 2023; ii) Eleições Presidenciais em Angola, em 2022; iii) Eleições Legislativas, Regional e Autárquicas em São Tomé e Príncipe, em 2022; iv) Eleições Presidenciais, para a Câmara dos Deputados, para o Senado e Municipais, na Guiné Equatorial, em 2022; e v) Eleições Legislativas na Guiné-Bissau, em 2023.

15. Tomaram boa nota da realização da XI Reunião Ordinária da Assembleia Parlamentar da CPLP (Lisboa, 24 e 25 de outubro de 2022), sob o tema “Livre circulação de bens e serviços no espaço da CPLP”, bem como da XII Reunião Ordinária da Assembleia Parlamentar da CPLP (Malabo, 24 e 25 de julho de 2023), sob o tema “Reforço das leis nacionais para o empoderamento das mulheres e dos jovens nos países da CPLP”, que elegeu Teresa Efuá Asangono, da Guiné Equatorial, como Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) no biénio 2023-2025 - sendo a primeira mulher a exercer o cargo -, e que aprovou a revisão dos Estatutos daquele órgão que garantiu o enquadramento para a aprovação do Regulamento do Secretariado Permanente da AP-CPLP, com sede em Luanda, na República de Angola.

16. Felicitaram o dinamismo dos Grupos CPLP na realização de atividades conjuntas e assinalaram a respetiva importância do diálogo e da colaboração nas diversas cidades onde existam missões diplomáticas e postos consulares dos Estados-Membros, tendo em vista o incremento da afirmação internacional da Organização e à promoção dos seus objetivos.

17. Saudaram o estabelecimento da Rede de Pontos Focais para a Formação e Capacitação de Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP enquanto nova plataforma de cooperação, que promoverá o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas na área de formação e capacitação de diplomatas. Incentivaram a troca de informações e experiências para a estruturação de academias diplomáticas e a organização de cursos, com vista à promoção de sinergias entre os quadros diplomáticos e à concertação político-diplomática entre os Estados-Membros da CPLP.

18. Reafirmaram o compromisso da CPLP com o multilateralismo e o diálogo internacional e a promoção de relações de amizade e de cooperação entre os povos.

19. Reconheceram a importância de reforçar as parcerias com os Observadores Associados na prossecução dos objetivos da CPLP e registaram a adoção do Regulamento dos Observadores Associados da CPLP, revisto pela XXVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros.

20. Aprovaram a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP à República do Paraguai, reiterando a importância do reforço da cooperação e das parcerias com os Observadores Associados para a projeção internacional da Organização e a difusão da Língua Portuguesa.

21. Saudaram a concessão da categoria de Observador Consultivo da CPLP aos candidatos aprovados pelo Conselho de Ministros de 25 de agosto de 2023.

22. Congratularam-se com a concessão do estatuto de Observador Consultivo da Conferência Ibero-americana à CPLP, na XXVIII Cimeira de Chefes de Estado de Governo daquela Organização, realizada em Santo Domingo, a 25 de março de 2023;

Tomaram boa nota do Plano de Trabalho previsto entre as duas Organizações, nomeadamente nas áreas temáticas prioritárias estabelecidas da Igualdade de Género, Saúde, Segurança Alimentar, Ambiente e Água e Justiça;

Saudaram, neste âmbito, o anúncio do Governo português quanto à constituição de um novo fundo financeiro para apoiar a cooperação triangular entre Portugal, os países da América Latina e de África, que concorrerá para fomentar os laços de colaboração entre a CPLP e a Conferência Ibero-americana.

23. Renovaram o compromisso para o fortalecimento da cooperação entre nossos países por meio da atuação coordenada em organizações e blocos regionais;

Ressaltaram, em particular, as iniciativas desenvolvidas ao longo dos anos pela CPLP e o MERCOSUL e comprometeram-se a trabalhar pela institucionalização da cooperação entre os dois agrupamentos.

24. Registaram, com satisfação, a adoção, em 21 de novembro de 2022, pela 77.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução A/RES/77/14 “Cooperação entre as Nações Unidas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, reiterando a importância de promover a articulação e colaboração entre a CPLP e as agências, fundos e programas da ONU.

Congratularam-se com a dinâmica de cooperação entre a CPLP e diferentes organizações internacionais do Sistema das Nações Unidas, evidenciada pelos pronunciamentos ou declarações conjuntas da CPLP em reuniões de Alto-Nível, nomeadamente do Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas (CCPR), do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS), da Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher (CSW), da Assembleia Mundial de Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fórum Mundial da Água, da Conferência Global sobre Trabalho Infantil e da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC).

25. Reafirmaram o empenho na projeção internacional da CPLP através da apresentação de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações multilaterais, manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

- De Cabo Verde, ao Conselho de Direitos Humanos (2025-2027), na eleição a realizar-se em outubro de 2024;
- Mara Cristina Gabrielli, do Brasil, ao Comité sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD, na sigla em inglês), mandato 2025-2028, nas eleições previstas para ocorrer durante a 17.ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (COSP-CRPD), em junho 2024.

Recordaram o endosso da CPLP às candidaturas:

- Do Brasil, ao Conselho de Direitos Humanos (2024-2026), na eleição a realizar-se em outubro de 2023;
- Do Ministro Bruno Dantas, Presidente do Tribunal de Contas da União, do Brasil, à Junta de Auditores das Nações Unidas (2024-2030), na eleição que se realizará em novembro de 2023;
- De Portugal a membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (2027-2028), nas eleições previstas para junho de 2026.

26. Saudaram a eleição de Moçambique como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (biénio 2023-2024).

27. Congratularam-se com a inscrição do «Tais», de Timor-Leste, na lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em dezembro de 2021.

28. Saudaram Angola pela assunção da presidência rotativa Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para 2023-2024, da Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico (OEACP), para o período 2023-2025, da, e da presidência anual africana das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no dia 30 de janeiro de 2023, na sequência da eleição, por unanimidade, pelo subgrupo regional da África Central.

Saudaram ainda Angola pela decisão da SADC, na sua 43.ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada a 17 de agosto de 2023, de indicar Angola como candidato daquela Comunidade a assumir a presidência da União Africana em 2025.

29. Congratularam-se com a nomeação, pela UNESCO, do Presidente da República de Cabo Verde, José Maria Neves, como Patrono da Aliança da Década dos Oceanos, bem como a sua nomeação como Campeão da União Africana para a Preservação do Património Natural e Cultural em África, em fevereiro último.

30. Felicitaram a eleição do Prof. Doutor Leonardo Nemer Caldeira Brant, do Brasil, para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (2023-2027).

31. Reiteraram a necessidade de se avançar na reforma das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com vista a reforçar a sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e da melhoria dos respetivos métodos de trabalho;

Reafirmaram o seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar um assento permanente num CSNU ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (Salvador, 1997) e das Declarações de Chefes de Estado e de Governo aprovadas em São Tomé (2004), Bissau (2006), Lisboa (2008), Luanda (2010), Maputo (2012), Díli (2014), Brasília (2016), Santa Maria (2018) e Luanda (2021);

Renovaram o apoio à aspiração do continente africano em estar representado, com a categoria de membro permanente, no CSNU, conforme refletido no “Consenso de Ezulwini”.

32. Expressaram a sua profunda preocupação com o conflito em curso na Ucrânia, e apelaram à retoma do caminho da paz e das relações pacíficas entre os Estados, com estrita observância dos princípios do direito internacional, entre os quais, o respeito pela soberania, pela integridade territorial, pela autodeterminação dos povos e pela resolução pacífica dos conflitos;

Enalteceram a Iniciativa dos Cereais do Mar Negro, impulsionada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que mitigou a insegurança alimentar e o aumento dos preços dos bens essenciais, que atingem com especial severidade as nações mais desfavorecidas, e encorajaram todas as partes a empreenderem esforços para a retoma da iniciativa.

33. Expressaram, também, a sua profunda preocupação com conflitos em África e congratularam Angola pelo acolhimento em Luanda, no dia 27 de junho de 2023, da Cimeira quadripartida de Chefes de Estado e de Governo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), e das Comunidades da África Oriental (CAO), dos Estados da África Central (CEEAC) e para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), com a participação da União Africana e da ONU, com a finalidade de coordenar esforços para enfrentar desafios comuns à paz e à segurança no continente africano e felicitaram Sua Excelência o Presidente João Lourenço, enquanto campeão da União Africana na liderança dos processos de paz e reconciliação em África;

Congratularam o Presidente da República da Guiné-Bissau e Presidente cessante da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Umaro Sissoco Embaló, pelo sucesso alcançado durante a sua liderança naquela organização internacional.

34. Condenaram o golpe de Estado de 26 de julho no Níger e manifestaram o seu total apoio à União Africana e à CEDEAO nos seus esforços de resolução da crise e da restauração da ordem constitucional, privilegiando o uso de meios pacíficos.

35. Manifestaram a sua profunda preocupação com a situação em Myanmar e expressaram o seu repúdio pela violência usada contra civis, assim como o seu total apoio aos esforços pacíficos desenvolvidos para a restauração da ordem constitucional e democrática, visando a aplicação do Consenso de Cinco Pontos da ASEAN.

Cooperação

36. Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e a promoção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, enquanto pilares da dignidade humana e do bem-estar das populações dos Estados-Membros, e felicitaram a realização, conjuntamente com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), do “Evento Global para os Países de Língua Portuguesa: Relatório, implementação e acompanhamento de mecanismos de direitos humanos avançados – desafios e caminhos a seguir” (Maputo, 5 e 6 de julho de 2023), uma iniciativa conjunta da CPLP;

Acordaram a criação da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP, tendo em vista o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos e experiências no campo da apresentação de relatórios, a implementação de recomendações e o acompanhamento dos mecanismos internacionais de direitos humanos e o desenvolvimento ou aperfeiçoamento dos Mecanismos Nacionais de Implementação, Reporte e Seguimento de recomendações de direitos humanos (NMIRF), bem como o reforço da articulação com outros atores relevantes a nível nacional na temática dos direitos humanos e com a Rede de Provedores de Justiça, as Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições Nacionais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP.

37. Enfatizaram o apelo para a plena implementação da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reconhecendo que servem como guião universal para uma recuperação inclusiva, sustentável e resiliente da pandemia de COVID-19 e que contribuem para acelerar a promoção do desenvolvimento sustentável, nas suas três dimensões – económica, social e ambiental – de forma equilibrada e integrada, com o fim de não deixar ninguém para trás;

Reafirmaram que a urgente necessidade de contribuir para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, se mantém como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável;

Sublinharam que a crise climática e ambiental representa um dos mais relevantes desafios globais da humanidade para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda Africana de Desenvolvimento 2063, e que os seus impactes atingem de forma desigual e com maior severidade as populações

mais vulneráveis, nomeadamente nos países em desenvolvimento, incluindo os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;

Reiteraram a importância de acelerar e tornar mais efetiva a cooperação entre os Estados-Membros em ações de adaptação, mitigação e reforço dos meios de implementação no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC/UNFCCC), bem como no reforço dos instrumentos internacionais para promover o restauro e conservação dos ecossistemas e eliminar e reverter a perda da biodiversidade;

Realçaram o papel dos oceanos enquanto mitigador das alterações climáticas tendo em vista a implementação do ODS 14, e saudaram o contributo da amplamente participada II Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (Lisboa, 27 de junho a 1 de julho de 2022) para uma maior consciencialização coletiva relativamente aos importantes desafios que os oceanos enfrentam, registando a contribuição que o Plano de Ação 2022-2024 da Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP oferece para esse fim;

Saudaram a adoção, em junho de 2023, do Acordo, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, relativo à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade fora da jurisdição nacional (Acordo BBNJ), que representa um passo fundamental para a melhor governação dos oceanos e afirmaram a importância da sua pronta entrada em vigor;

Evidenciaram o importante papel dos oceanos para conectar as populações e contribuir para o desenvolvimento sustentável, para a segurança alimentar e a nutrição, a erradicação da pobreza, o transporte e o comércio marítimo, e ressaltaram a necessidade da sua conservação e uso sustentável, em benefício de toda a humanidade;

Salientaram o valor da literacia do oceano e comprometeram-se a desenvolver esforços no sentido de implementar o Centro de Estudos Marítimos da CPLP, iniciativa inscrita no Plano de Ação de Díli, dando destaque na sua atividade à capacitação de quadros do setor Mar e à sua qualidade de ponto de encontro da comunidade setorial da CPLP para a discussão de temas relacionados com o Mar;

Reconheceram a importância de empresas e organizações que trabalham na transição para uma economia azul sustentável e no alcançar do ODS 14 da Agenda 2030 da ONU, e, por conseguinte, da importância da segunda edição do Sustainable Blue Economy Investment Forum (II SBEIF), a ter lugar no Centro de Congressos do Estoril, em Cascais, no dia 4 de outubro de 2023;

Saudaram a aprovação do “Kunming-Montreal Quadro Global da Biodiversidade” pela COP 15 da Convenção da Biodiversidade, em dezembro de 2022, e comprometeram-se com sua implementação. Recordaram, nesse sentido, a importância de assegurar recursos adequados, acessíveis e previsíveis aos países em desenvolvimento para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como de promover as contribuições dos povos indígenas e das comunidades locais;

Reafirmaram o compromisso da CPLP com o desenvolvimento de um instrumento legal internacional vinculante sobre a poluição por plásticos, com soluções de consenso que contemplem todo o ciclo de vida do plástico e levem em consideração as circunstâncias e capacidades nacionais, inclusive as contribuições dos trabalhadores informais e das cooperativas de catadores em matéria de coleta, separação e reciclagem de plástico;

Reconheceram a necessidade de reformar a governança do Fundo Global para o Meio Ambiente, de modo a assegurar plena participação dos países em desenvolvimento;

Saudaram a realização da VII Congresso Internacional de Educação Ambiental, sob o lema “Educação Ambiental, a Chave para a Sustentabilidade” (Maputo, 4 a 7 de julho de 2023), evento que permitiu partilhar experiências e aprofundar conhecimentos sobre a importância da educação ambiental na construção de sociedades ambientalmente responsáveis e socialmente justas, através da promoção de uma cidadania ativa e participativa que contribua para a melhoria dos processos de tomada de decisão com impacto na qualidade de vidas das comunidades e do ambiente, bem como do fortalecimento e da criação de uma estratégia de educação ambiental e planos de ação rumo ao desenvolvimento sustentável em suas três dimensões - social, económica e ambiental -, de forma equilibrada e integrada;

Assinalaram a criação da Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO na CPLP, reconhecendo o contributo desses territórios para o desenvolvimento sustentável na CPLP, através da promoção de atividades de conservação da natureza e da biodiversidade nos Estados-Membros;

Saudaram a realização da Cúpula da Amazônia no Brasil, na cidade de Belém em 8 e 9 de agosto de 2023, precedida dos Diálogos Amazônicos com a sociedade civil, academia, povos indígenas e comunidades tradicionais, nos dias 4 a 6 de agosto, que possibilitou uma reflexão ampla sobre a importância do bioma amazónico para a biodiversidade e a provisão de funções/serviços ecossistémicos para o mundo.

38. Destacaram a assinatura do “Instrumento para a criação da plataforma de cooperação para a promoção da pesca sustentável e prevenção, combate e eliminação da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada entre os Estados-Membros da CPLP”, no âmbito da III Reunião Extraordinária de Ministros dos Assuntos do Mar (Sede da CPLP, 29 de junho de 2022);

39. Reafirmaram o compromisso de reforçar o direito humano à alimentação adequada nas políticas públicas, e enaltecem os contributos dos doze anos de implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) para a definição de medidas para a erradicação da fome e da pobreza nos Estados-Membros;

Tomaram boa nota das conclusões da IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), realizada em São Tomé, nos dias 23 e 24 de agosto de 2023, e reiteraram o compromisso de continuar a implementar a ESAN-CPLP e de reforçar o CONSAN-CPLP, instrumentos fundamentais para a promoção da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada nos países da Comunidade;

Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente pelo fomento de sistemas alimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis para todos, bem como pelo reforço da produção, distribuição e disponibilização de alimentos adequados, saudáveis e nutritivos, levando em consideração os desafios específicos vivenciados por mulheres, comunidades locais e povos indígenas, e respeitando a diversidade de culturas alimentares;

Destacaram a importância do diálogo internacional e da partilha de boas práticas sobre a temática e do acompanhamento das iniciativas decorrentes da Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares;

Saudaram a institucionalização de um processo de diálogo entre o CONSAN-CPLP e a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP) da CPLP, com vista à definição de uma agenda conjunta de investigação e formação em matéria de segurança alimentar e nutricional;

Apelaram à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a outras organizações internacionais e regionais com mandatos relacionados ao tema da agricultura e da segurança alimentar e nutricional para intensificar esforços no apoio aos membros para promoção do direito humano à alimentação adequada e de um sistema agroalimentar mais sustentável, eficiente, inclusivo e resiliente, com vistas a alcançar as metas da Agenda 2030.

40. Tomaram nota, com satisfação, da aprovação do “Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027”, pela IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP (Videoconferência, 9 de março de 2023) incentivando ao estabelecimento de parcerias internacionais para a sua plena implementação, saudaram o forte dinamismo das redes estruturantes neste âmbito, e realçaram a decisão de, conforme previsto no Plano de Ação e reforçado no âmbito do Eixo 5 - Monitorização dos ODS do Plano Estratégico, realizar a I Conferência “One Health/Uma Só Saúde” da CPLP em Cabo Verde, em outubro de 2023, coorganizado pelo Instituto Nacional de Saúde Pública de Cabo Verde e o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP;

Enaltecem a aprovação do Plano de Ação da RINSP-CPLP 2023-2025, que pretende promover o fortalecimento das respostas e soluções estratégicas para os desafios que os sistemas de saúde pública dos Estados-Membros enfrentam, definindo áreas estratégicas de cooperação e a articulação de medidas que visam a racionalização dos recursos e dos meios disponíveis;

Louvaram os esforços dos Estados-Membros da CPLP na adoção de políticas públicas com vista à mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19, e expressaram o apoio a iniciativas de cooperação internacional que envolvem Estados-Membros da CPLP, e consideraram de suma importância que as discussões em curso no âmbito da Organização Mundial da Saúde sejam guiadas pelos valores de solidariedade, equidade e transparência para corrigir as lacunas em desenvolvimento, produção e acesso equitativo e universal a diagnósticos, tratamentos, vacinas e outros produtos médicos, observados na pandemia da COVID-19;

Saudaram a disponibilidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, em direcionar esforços e recursos institucionais para fortalecer o sistema de saúde de países membros da CPLP, sobretudo por meio de projetos no campo da vigilância epidemiológica que possam incluir a capacitação de técnicos, a organização de laboratórios e o fornecimento de kits diagnósticos moleculares e testes rápidos voltados para as ações de prevenção e preparação de resposta a pandemias.

Saudaram o relevante trabalho realizado pelas redes em saúde da CPLP, com especial atenção para a Rede de Bancos de Leite Humano (rBLH-CPLP) e a programada organização do I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP, em Luanda, em novembro de 2023, e enfatizaram a importância de consolidar e expandir a rBLH-CPLP;

Expressaram intenção em avançar em iniciativas de cooperação para a capacitação e apoio técnico aos profissionais dos Estados-Membros da CPLP que atuam em preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública, conforme estabelecido no PECS-CPLP 2023-2027, em seu Eixo 6 (“Prontidão para Emergências em Saúde Pública”);

Congratularam-se com a apresentação de uma Declaração Conjunta da CPLP na 76.ª Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 21 a 30 de maio de 2023), enfatizando o papel transversal que a saúde exerce no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na concretização da Agenda 2030, bem como a necessidade de esforços para promover o acesso equitativo a produtos e tecnologias de saúde, indispensáveis para garantir a saúde para todos;

41. Registaram, com satisfação, a aprovação do Plano de Ação da CPLP para a Inspeção do Trabalho pela V Reunião Ordinária Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (Benguela, 18 de maio de 2023) e da constituição de um grupo de trabalho para elaboração de um Plano Estratégico de Cooperação no setor;

Incentivaram à célere Ratificação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, por parte dos Estados-Membros que se encontram a concluir os respetivos procedimentos internos de ratificação, seguindo o exemplo de Timor-Leste que ratificou o documento em fevereiro de 2023;

Congratularam-se com a apresentação de uma Declaração Conjunta da CPLP na V Conferência Global sobre Trabalho Infantil (Durban, 16 a 20 de maio de 2022), reiterando o compromisso no combate ao trabalho infantil, trabalho forçado, escravidão moderna e tráfico de pessoas;

Assinalaram a importância da estreita colaboração entre a CPLP e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), nomeadamente no âmbito de campanhas de consciencialização sobre o trabalho infantil e na implementação do Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025, e manifestaram o seu apoio à abertura de um Escritório-País da OIT, em Angola, para servir os países africanos de língua portuguesa.

42. Saudaram a aprovação do Plano de Ação 2022-2024 para a Implementação do Plano Estratégico da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da CPLP e da Resolução sobre o Fomento do Empreendedorismo Feminino na CPLP pela VI Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP (Luanda, 29 de abril de 2022), sublinhando os avanços verificados nos Estados-Membros quanto ao direito à educação e à saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e meninas; ao combate de todas as formas de violência contra meninas e mulheres; e à promoção da participação ativa na política e nos processos de tomada de decisão, garantindo o desenvolvimento pleno das suas capacidades e potencialidades.

43. Enfatizaram a cooperação desenvolvida no quadro da administração interna e do interior, que será debatida na VI Reunião dos Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP.

44. Destacaram a importância da governação eletrónica como elemento essencial para a boa governação e reforma do Estado, que proporciona uma maior acessibilidade aos processos da administração pública pelos cidadãos e o aumento da transparência nos processos de tomada de decisão, saudando a realização da II Reunião Interministerial da Governação Eletrónica da CPLP (Luanda, 20 de julho de 2023).

45. Sublinharam a relevância da “Agenda Digital para a CPLP”, que define a estratégia para a formulação e implementação de iniciativas digitais pelos Estados-Membros, e apelaram ao reforço da cooperação nos domínios da cibersegurança e da proteção de dados tomando boa nota das deliberações da XI Reunião de Ministros das Comunicações da CPLP (Luanda, 21 de julho de 2023) nesta matéria e encorajando à elaboração da “Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais”.

46. Tomaram boa nota da aprovação do Plano de Trabalho do Turismo na CPLP 2022-2024, reconhecendo o papel relevante que o turismo desempenha, particularmente no contexto de recuperação socioeconómica sustentável da CPLP no pós-COVID-19, em matéria de geração de emprego, desenvolvimento da economia local, entrada de divisas e redistribuição de renda, de valorização dos ativos culturais, ambientais e paisagísticos da Comunidade, entre outros.

47. Registaram, com satisfação, a realização da XIII reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (Videoconferência, em 7 de fevereiro de 2022), sublinhando da mesma o reconhecimento dos esforços empreendidos pelos Estados-Membros para a resolução de problemas enfrentados pelos jovens, particularmente em tempo de pandemia COVID-19, designadamente através da educação, do desporto, da promoção do emprego, e do empreendedorismo, da integração social e da participação cívica e democrática;

Congratularam-se com o reiterar do compromisso de continuar a empreender esforços tendentes à aproximação ao espaço ibero-americano, tanto no domínio da juventude quanto do desporto, dando continuidade à identificação e concretização de atividades conjuntas nesses domínios nos respetivos contextos regionais e nos espaços multilaterais onde operam, para valorização e consolidação do bilinguismo também na relação entre os dois grupos de países.

48. Congratularam-se, ainda, com as deliberações da XXII Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados, realizada em Luanda (30 de maio de 2023) na sequência do alinhamento da presidência da Componente de Defesa com a presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nomeadamente com a celebração do Memorando de Entendimento relativo à criação e emprego de uma célula de coordenação civil-militar com vista a capacitar as Forças Armadas dos Estados-Membros nesta área e à sua eventual participação conjunta em missões de paz das Nações Unidas;

Saudaram a realização da 4.ª Edição do Colégio de Defesa da CPLP, dedicado à temática do combate ao terrorismo nos Estados-Membros, promovido pelo Instituto Superior de Estudos de Defesa de Moçambique, e tomaram boa nota da calendarização das próximas edições do Colégio de Defesa, assim como da previsão relativa aos Exercícios Felino, tendo igualmente registado com agrado as atividades desenvolvidas pelo Centro de Análise Estratégica da CPLP, as iniciativas de cooperação desenvolvidas no quadro da Conferência de Marinhas e pelo Fórum de Saúde Militar.

49. Registaram, com satisfação, a realização da XLV e da XLVI Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação, realizadas na Sede da CPLP, a 13 e 14 de fevereiro de 2023, e em São Tomé, a 21 e 22 de agosto de 2023, respetivamente, que promoveram o debate sobre os mecanismos de gestão da cooperação comunitária, temas e propostas de atividades de cooperação, bem como a tomada de decisão e o acompanhamento da execução de projetos financiados pelo Fundo Especial da CPLP.

50. Enaltecaram o reforço da dinâmica de trabalho com os Observadores Consultivos da CPLP, que têm tido um importante contributo e estímulo para a implementação das estratégias setoriais da Organização, bem como para a atuação da CPLP junto da sociedade civil;

Destacaram a sua crescente integração em Comissões Temáticas, nomeadamente Promoção e Difusão a Língua Portuguesa; Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional; Educação, Ciência e Tecnologia; Ambiente, Cidades e Territórios; Assuntos Culturais; Direito e Justiça; Assuntos do Trabalho; Economia, Empresariado e Investimento; Infraestrutura dos Transportes; Qualidade de Vida e Bem-Estar das Populações; Energia; Tecnologia e Sociedade;

Intercâmbio e Integração Digital; Economia Social e Cooperativismo; Assuntos do Mar diversidade das Comissões Temáticas.

Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

51. Reafirmaram o caráter pluricêntrico da língua portuguesa e reiteraram a sua importância como veículo multicultural e multiétnico na promoção da paz e do diálogo em todos os continentes, reconhecendo o contributo multidimensional que poderá dar ao mundo.

52. Registaram, com satisfação, o sucesso das celebrações do dia 5 de maio – Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP e Dia Mundial da Língua Portuguesa – que, em 2023, decorreram em torno do tema “Realidades, Desafios e Oportunidades no Espaço da Língua Portuguesa: Literacia, Ciência, Cultura e Economia”, congratulando-se com a multiplicidade de atividades e iniciativas organizadas pelos Estados-Membros, em particular pelos Grupos CPLP, pelos Observadores Associados, pelos Observadores Consultivos e outras organizações da sociedade civil.

53. Reforçaram o compromisso dos Estados-Membros com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e saudaram o trabalho que desenvolve enquanto instituição multilateral e fórum privilegiado para o planeamento e a coordenação de projetos comuns para o fortalecimento da língua portuguesa, assinalando a sua relevância na planificação de programas e atividades de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais;

Destacaram as atividades e projetos em implementação pelo IILP que contribuem para a aproximação da Organização a comunidades diversificadas, o maior reconhecimento do IILP pelas comunidades académicas e científicas e o reforço da ligação com interlocutores nacionais dos Estados-Membros e internacionais, concretizando o seu contributo para as políticas comuns e nacionais dos Estados-Membros em relação às diversas vertentes da promoção e difusão da Língua Portuguesa;

Reconheceram a necessidade urgente de atualização e disponibilização permanente e atualizada dos indicadores sobre a língua portuguesa, atribuindo ao IILP essa tarefa, em articulação com o Secretariado Executivo e com o contributo ativo de todos os Estados-Membros, através das instâncias nacionais relevantes.

54. Tomaram boa nota da aprovação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Educação da CPLP 2022-2026 pela II Reunião Extraordinária dos Ministros da Educação da CPLP (Videoconferência, 31 de março de 2022), que preconiza o aprofundamento do diálogo e o trabalho conjunto com a finalidade de fomentar o estabelecimento de parcerias com organismos internacionais, o desenvolvimento de uma estratégia comum no domínio da Educação em Situações de Emergência e a implementação de iniciativas que promovam uma Educação Inclusiva na CPLP;

Saudaram a realização, em Luanda, do II Seminário Internacional de Boas Práticas sobre Alimentação Escolar na CPLP (27 de fevereiro a 1 de março de 2023) como espaço privilegiado de partilha de boas práticas, visando aprimorar os Programas de Alimentação Escolar dos Estados-Membros da CPLP;

Congratularam-se com a criação e o lançamento da “Rede de Escolas Amigas da CPLP”, em Luanda, a 31 de maio de 2023, durante a XII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, iniciativa de intercâmbio e de cooperação de âmbito educativo, alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, para promover a partilha de experiências, o diálogo intercultural, o multiculturalismo e a educação para a cidadania, sendo constituída por estabelecimentos de ensino de todos os Estados-Membros e de países terceiros que atuem com base nos ideais da CPLP e desejem apoiar a Organização na prossecução da sua missão;

Congratularam-se, ainda, com a realização da II Conferência Internacional sobre Oficinas de Estatística da Educação na CPLP (Luanda, 16 a 18 de agosto de 2023), como contribuição para o fortalecimento dos sistemas estatísticos nacionais de melhoria e garantia da qualidade da produção de dados da educação nos Estados-Membros;

Tomaram boa nota da Reunião das Comissões Nacionais da UNESCO da CPLP (Luanda, 3 e 4 de maio de 2023), com vista à partilha de boas práticas e ao desenvolvimento de estratégias de concertação e colaboração entre as Comissões Nacionais da UNESCO ao nível da CPLP.

55. Saudaram a aprovação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP 2022-2026 pela IX Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Luanda, 19 de janeiro de 2022), que preconiza o incremento da “Mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e cientistas altamente qualificados da CPLP” e de “Programas Comuns de Investigação, Inovação e Formação Avançada para a Internacionalização da CPLP nos domínios do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia”, bem como o fortalecimento da “Rede de Informação, Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no Espaço da CPLP”;

Louvaram os esforços dos Estados-Membros na execução do projeto “Repositório Científico da CPLP”, apelando à mobilização dos Estados-Membros para a continuidade da sua implementação, bem como para à participação no Lançamento da “Rede de Educação e Pesquisa da CPLP – NREN da CPLP”, que visa contribuir para a melhoria da qualidade e capacidade de acesso à Internet para os membros da comunidade académica da CPLP, assumindo-se como uma plataforma tecnológica eficaz de comunicação de dados e de troca de informação entre os Estados-Membros nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação;

Tomaram nota, com satisfação, da adoção dos “Estatutos do Fórum das Agências Reguladoras do Ensino Superior da CPLP”, no âmbito da IV Encontro das Agências Reguladoras do Ensino Superior da CPLP (Sede da CPLP, 22 a 24 de março de 2023), que instituiu o mecanismo regular de concertação e cooperação entre as Agências congéneres dos Estados-Membros, com vista ao reforço da sua capacidade em matéria de promoção da garantia da qualidade, avaliação e acreditação de instituições de ensino superior.

56. Saudaram a adoção do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP 2022-2026 pela XII Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP (Luanda, 4 de maio de 2022), assinalando a importância da prossecução de iniciativas e projetos das indústrias culturais e economia criativa, em particular da 3.ª edição do Programa CPLP Audiovisual;

Tomaram boa nota da realização da I Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura (Cidade do México, 29 de setembro de 2022), à margem da Conferência Mundial sobre Políticas Públicas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022), com o objetivo de promover a concertação entre os Estados-Membros nos temas daquele fórum global;

Reafirmaram a importância da promoção de atividades culturais particularmente vocacionadas para o público jovem, que reflitam as dinâmicas da cultura urbana e as linguagens contemporâneas, apostando no estabelecimento de vínculos entre jovens dos países da CPLP.

57. Saudaram a próxima realização do 1.ª Jornada Brasil - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa de Articulação e Cooperação entre Arquivos Nacionais, na sede do Arquivo Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro, que abre caminhos para a cooperação entre as instituições nacionais dos Estados-Membros da CPLP, para a promoção do direito à memória e à história, com base na gestão de documentos e arquivos de interesse comum.

58. Tomaram boa nota das Recomendações da XXVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros e da adoção das seguintes resoluções:

- a) Resolução sobre a Revisão do Regulamento dos Observadores Associados;
- b) Resolução sobre a concretização do Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP (2021-2022);
- c) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
- d) Resolução sobre a Alteração do Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP;
- e) Resolução sobre o reforço da organização e funcionamento das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP;

- f) Resolução sobre o reforço da articulação entre o Instituto Internacional da Língua Portuguesa e as Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP;
- g) Resolução sobre uma “Carta da CPLP de Direitos e Princípios em Ambientes Digitais”;
- h) Resolução sobre a criação da Rede de Pontos Focais de Direitos Humanos dos Estados-Membros da CPLP;
- i) Resolução sobre a criação da Rede de Pontos Focais para a Formação e Capacitação de Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP;
- j) Resolução sobre o reforço do Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o triénio 2023-2026;
- k) Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa para o ano de 2024;
- l) Resolução sobre o Relatório Conjunto de Auditoria às Contas de 2021 do Secretariado Executivo da CPLP;
- m) Resolução sobre os Relatórios de Auditoria Financeira e de Conformidade ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa referentes aos anos de 2018 e de 2019.

59. Aprovaram as seguintes resoluções e declaração:

- a) Declaração sobre lema da Presidência: “Juventude e Sustentabilidade na CPLP”;
- b) Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP;
- c) Resolução sobre as Recomendações da IV Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

60. Reconduziram, com satisfação, o Secretário Executivo da CPLP, Dr. Zacarias Albano da Costa, indicado pela República Democrática de Timor-Leste, para o segundo mandato (2023-2024).

61. Outorgaram o Prémio José Aparecido de Oliveira ao Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, em reconhecimento do contributo ímpar para a projeção internacional da CPLP, especialmente no empenho para a ratificação do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP, no impulsionamento da cooperação económica na Comunidade, na defesa das causas públicas e na liderança de processos regionais do continente africano.

62. Felicitaram a presidência cessante de Angola da CPLP pela condução dos trabalhos da Organização com vista ao alcance dos objetivos preconizados, em particular a consolidação da cooperação económica e empresarial entre os Estados-Membros da CPLP.

63. Saudaram a disponibilidade da República da Guiné-Bissau para acolher a XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2025;

64. Felicitaram as autoridades santomenses pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Feita e assinada em São Tomé, a 27 de agosto de 2023.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da XIV Cúpula da CPLP³⁰, em São Tomé e Príncipe

Íntegra do discurso lido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da XIV Cúpula da CPLP, com o tema "Juventude e Sustentabilidade na CPLP", em São Tomé e Príncipe, no dia 27 de agosto de 2023

Quero agradecer ao presidente Carlos Manuel Vila Nova e ao primeiro-ministro, Patrice Trovoada, pela organização deste encontro e ao povo são-tomense pela calorosa hospitalidade.

Escolhi São Tomé e Príncipe como ponto final de meu primeiro périplo africano. Em Joanesburgo, participei de uma Cúpula do BRICS dedicada à África. Em Luanda, visitei o presidente João Manuel Lourenço, na minha primeira visita de Estado, neste meu terceiro mandato, a um país deste continente.

É muito oportuno retornar a este belo país para tratar de um assunto que nos une. Falar de juventude e sustentabilidade, tema desta 14ª Cúpula da CPLP, é falar de futuro. Quando eu era jovem, os dilemas da minha geração pareciam ser mais simples. Meu objetivo era ter uma formação técnica que me abrisse as portas para uma profissão e um emprego estável, ter uma família e financiar a casa própria. Na política sindical buscávamos organizar os trabalhadores para obter melhorias nas condições de vida. Na esfera política, lutávamos pelo fim da ditadura.

Mas quando falo com a juventude de hoje, percebo que as coisas são muito mais complexas. As novas gerações vivem com as incertezas de um mercado de trabalho que se transforma. As novas tecnologias são uma conquista extraordinária da inteligência humana, mas com elas o desemprego e a precarização alcançam novos patamares. O uso irresponsável das redes sociais, com a propagação de fake news e discursos de ódio, ameaça à democracia.

O culto ao individualismo leva à descrença de muitos jovens na ação coletiva. Essas tendências foram exacerbadas pela pandemia, que afastou crianças e adolescentes da escola e do convívio social, ampliando as desigualdades.

Por isso é importante recorrer à própria juventude para entender essa nova realidade. Há 10 anos, os jovens da CPLP tiveram uma atitude premonitória ao adotarem a Carta da Juventude. Essa Carta é um instrumento visionário ao propor o conceito de Justiça Intergeracional.

As decisões de hoje afetam diretamente os direitos e oportunidades das próximas gerações. Não podemos sacrificar o bem-estar dos que virão. Eles já nos alertavam que a mudança do clima colocaria em xeque o futuro do planeta. A maioria dos países da CPLP possui uma população jovem. Para que eles tenham esperanças de um futuro melhor, a sustentabilidade tem de ser promovida, desde agora, nas suas três dimensões: a social, a econômica e a ambiental.

Sem alimentação adequada não há perspectiva de uma vida digna. Na CPLP, podemos nos orgulhar do nosso trabalho conjunto na promoção da segurança alimentar e nutricional. Nossa cooperação em prol da agricultura familiar e do reforço dos programas de alimentação escolar são exemplos a serem multiplicados. Saúdo a recém-concluída reunião do Conselho de Segurança Alimentar, realizada com a presença do Conselho Brasileiro – o CONSEA, recriado em meu governo. A África tem tudo para se tornar uma potência agrícola, com capacidade para alimentar seu povo e o mundo.

O Brasil continuará a ser parceiro nessa empreitada. O Programa Mais Alimentos, que relancei em junho passado, permite que pequenos produtores possam ter acesso a financiamento para compra de tratores e implementos agrícolas. Assim como no passado, uma versão do Mais Alimentos para a África deve ser retomada como mais uma vertente da cooperação Sul-Sul brasileira.

A educação é outra área central de cooperação. A formação técnica e acadêmica são o passaporte para autonomia da juventude na construção de seus projetos de vida. Tenho muito orgulho de dizer que mais de 1.700 estudantes dos países lusófonos concluíram estudos de graduação no Brasil nos últimos 20 anos. Cito aqui o

³⁰ Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/texto-2

nosso companheiro, presidente José Maria Pereira Neves, do Cabo Verde, que fez seu curso de graduação em Administração no Brasil. Ontem, em Luanda, encontrei vários ex-estudantes angolanos que se formaram em universidades brasileiras. Muitos deles são altos funcionários governamentais e importantes lideranças da sociedade civil e do setor privado.

Além do envio e recebimento de alunos, devemos fomentar a pesquisa e a colaboração — presencial e à distância. Para a efetiva implementação do Acordo de Mobilidade da CPLP, estamos regulamentando a emissão de vistos para a comunidade acadêmica, científica, cultural e empresarial.

Mas formar a nossa juventude não é suficiente. Com as mudanças no mundo do trabalho, vivemos o desafio de dinamizar nossas economias garantindo trabalho digno, salário justo e proteção aos trabalhadores e trabalhadoras. Esse é o espírito da iniciativa em defesa do trabalho decente que lançarei com o presidente Biden, à margem da próxima Assembleia Geral da ONU.

As transições digital e ecológica precisam ser aproveitadas para gerar oportunidades e evitar a concentração de renda e a desigualdade. A promoção do comércio e de investimentos deve garantir empregos dignos e verdes, e ter como objetivo a diversificação de nossa pauta exportadora para além das commodities. A iniciativa angolana de incorporar a cooperação econômica como novo pilar da nossa comunidade ajudará a interligar nossos mercados. Somos quase 300 milhões de consumidores, espalhados por quatro continentes e com um PIB de 2,3 trilhões de dólares.

Meu caros amigos e amigas,

O enfrentamento à mudança do clima é um dos eixos centrais da minha política externa. No início do mês reunimos em Belém os presidentes dos países amazônicos. Realizamos também diálogos com a sociedade civil que contaram com quase 30.000 participantes. Muitos ali eram jovens que se engajam de diversas formas na luta contra a mudança do clima.

Precisamos colocar as pessoas no centro das políticas públicas, criando soluções que remunerem de forma equitativa a preservação das florestas e da biodiversidade. Temos de evitar o neocolialismo que leve a um novo ciclo de exploração predatória de minerais críticos e outros recursos naturais. A transição ecológica tampouco deve servir de pretexto para novos protecionismos verdes. Com sua energia e criatividade, os jovens são a força motriz na busca por soluções inovadoras para desafios do desenvolvimento sustentável.

Eles também manterão a língua portuguesa — o grande patrimônio comum que nos une — viva e em constante renovação. Como nos ensina a poeta são-tomense Marcelo da Veiga:

*“A língua é que é a unidade
Ela é que é a consciência
Que desde a mais tenra idade
Diz do direito à independência.”*

Ou como diz o compositor brasileiro Caetano Veloso:

*“A língua é a minha pátria
Eu não tenho pátria, tenho mátria.
E quero frátria.”*

Que a CPLP seja a nossa “frátria”. Uma grande fraternidade unida pelo idioma e pela busca de soluções sustentáveis e pacíficas em um tempo de grandes incertezas.

Muito obrigado.

Resultados e caminhos futuros para a agenda da saúde no G20

Outcomes and future paths for the G20 health agenda

Vitória Kavanami

Nina Bouqvar

Thaiany Medeiros

Pedro Burger

Paulo Esteves

Resumo G20: Os destaques da quinzena para o G20 foram voltados especialmente para a reunião dos Ministros da Saúde, seus eventos adjacentes e os documentos e materiais relativos difundidos durante o período, ressaltando e analisando os principais pontos alcançados pela presidência indiana nessa agenda. Em relação ao Brasil, foram abordadas as repercussões dos eventos sob a ótica da participação do país e a apresentação dos temas priorizados em Saúde para a próxima presidência do grupo.

Palavras-chave: G20; Saúde; Brasil; Finanças

Resumo G7: Com a inclusão de 6 novos países do BRICS, está em campo uma reforma da governança econômica global e muito se falou sobre um contraponto do bloco ao G7, G20 ou Estados Unidos. No entanto, para além do aumento do multilateralismo e representação na geopolítica mundial, está também o risco de não chegar a qualquer consenso.

Palavras-chave: G7; BRICS; Multilateralismo.

G20 Abstract: *The fortnight's highlights for the G20 were focused especially on the Health Ministers' meeting, its adjacent events and the related documents and materials disseminated during the period, highlighting and analyzing the main points achieved by the Indian presidency in this agenda. With regard to Brazil, the repercussions of the events were addressed from the perspective of the country's participation and the presentation of the themes prioritized in Health for the next presidency.*

Keywords: G20; Health; Brazil; Finance

G7 Abstract: *BRICS welcomes new six members and a reform of global economic governance is being discussed. Also, much has been said about being a counterpoint to the G7, G20 or even the United States. However, in addition to increasing multilateralism and representation in world geopolitics, there is also the risk of not reaching any consensus.*

Keywords: G7; BRICS; Multilateralism.

Encontros de Saúde no G20

Entre os dias 17 a 19 de agosto, o G20 realizou na cidade indiana de Gandhinagar, a reunião dos Ministros de Saúde e o último encontro do Grupo de Trabalho da área (HWG, na sigla em inglês). Compareceram na ocasião, ministros e representantes do setor saúde de países membros e convidados, além de organizações internacionais. Divididas em três sessões, as discussões foram pautadas nas prioridades definidas pela gestão da Índia no começo do ano: (i) a prevenção, preparação e resposta a pandemias, com ênfase na resistência antimicrobiana (RAM) e na estrutura de Saúde Única (*One Health*); (ii) o fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico, com foco na disponibilidade e acesso equitativo a contramedidas médicas seguras, e (iii) modelos de inovação e

transformação digital como ferramentas para auxiliar no alcance da Cobertura Universal de Saúde (CUS)³¹ e em uma melhor prestação de serviços.

Imagem 1: Autoridades reunidas em reunião dos Ministros da Saúde do G20



Fonte: G20, 2023.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, ressaltou em seu discurso virtual de abertura o papel central da saúde na tomada de decisões ao relembrar das experiências e lições aprendidas com a pandemia. Modi também fez menção a algumas iniciativas nacionais que inspiraram e influenciaram os feitos da presidência do bloco até então, como os programas de erradicação de lepra e da tuberculose (TB) por meio da participação pública; a iniciativa *Vaccine Maitri* que permitiu a entrega de 300 milhões de doses de vacinas contra COVID-19 para mais de 100 países, incluindo muitos no Sul Global; as plataformas digitais *e-Sanjeevani* e *COWIN* que facilitaram cerca de 140 milhões de consultas de tele saúde e disponibilizaram certificados de vacinação verificáveis a nível mundial e o alcance da cobertura de vacinação no país; além da promoção de práticas de medicina tradicional por meio de uma abordagem holística materializada, por exemplo, na criação do Dia Mundial da Yoga³².

Os eventos paralelos que ocorreram à margem dos encontros principais refletiram essas referências da fala do primeiro-ministro e apresentaram desdobramentos importantes para a agenda da saúde no bloco, com o lançamento da *Iniciativa Global sobre Saúde Digital* (GIDH, na sigla em inglês) e a *Cúpula Global de Medicina Tradicional*.

A GIDH funcionará como uma plataforma comum gerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para reunir normas, melhores práticas e recursos globais para acelerar a transformação digital dos países, sobretudo para aqueles com menores condições econômicas. A iniciativa irá apoiar a

³¹ A Cobertura Universal de Saúde (CUS) inclui toda a gama de serviços de saúde essenciais e de qualidade, desde a promoção da saúde até à prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos.

³² Text of PM's Video message at G20 Health Ministers meeting. G20. 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/speeches/august-2023/minister-meet/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

implementação da Estratégia Global sobre Saúde Digital (2020–2025) nos seus quatro pilares, os quais cobrem a colaboração e troca de conhecimentos; o apoio na implementação de estratégias nacionais; a melhora da governança e a promoção de sistemas de saúde centrados nas pessoas³³. Durante o lançamento, o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou a indispensabilidade dos recursos digitais e do potencial de novas tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) para garantir e expandir o acesso aos cuidados, melhorar a prestação de serviços e gerar dados de maneira mais rápida e confiável³⁴.

No que tange a Cúpula Global de Medicina Tradicional, o evento foi organizado de maneira inédita pela OMS em parceria com o governo da Índia. Desde 2022 as duas partes colaboram nessa agenda e chegaram a criar o Centro Global de Medicina Tradicional na cidade de Jamnagar. A medicina tradicional é uma prática secular considerada como um recurso integrativo da saúde de famílias e comunidades ao redor do mundo e ponto de partida dos textos convencionais de medicina – cerca de 40% dos produtos farmacêuticos atuais tem sua origem em produtos naturais, e medicamentos de referência, como a aspirina, derivam dessa prática. Como informado pela OMS, atualmente cerca de 170 Estados-membros da organização reportaram o uso desses métodos e solicitaram dados e evidências para informar políticas, normas e regulamentação para a sua utilização segura, rentável e equitativa³⁵.

A Cúpula, portanto, é resultado desse crescente interesse da comunidade internacional e foi organizada com o intuito de compreender as contribuições da “medicina tradicional, complementar, integrativa baseada em evidências” (TCIM, na sigla em inglês) no progresso rumo à cobertura universal de saúde e no desenvolvimento sustentável. O encontro, então, reuniu diferentes partes interessadas, como membros de comunidades tradicionais, incluindo representações de povos originários do Brasil, Canadá, Bolívia e Nova Zelândia; acadêmicos, setor privado e organizações da sociedade civil (OSCs), para partilharem de melhores práticas. As conclusões preliminares demonstraram que cerca de 100 países possuem políticas e estratégias nacionais relacionadas a TCIM e que esses cuidados são procurados principalmente para a prevenção e gestão de doenças não transmissíveis, cuidados paliativos e reabilitação³⁶.

Para além dessas repercussões, no que se refere especificamente ao resultado do encontro dos Ministros da Saúde do G20, como já previsto no último Informe, não houve uma declaração conjunta. O motivo continua sendo a divergência de opiniões dos países sobre a guerra da Ucrânia e a falta de uma linguagem comum para abordar a situação. No entanto, foi publicado um Documento Resultante (*Outcome Document*) com 24 pontos acordados em unanimidade e um Resumo da Presidência (*Chair Summary*) com um único parágrafo referente ao conflito, o qual reafirma os

³³ WHO launches a new Global Initiative on Digital Health supported by the G20 Presidency. WHO. 19 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/19-08-2023-who-launches-a-new-global-initiative-on-digital-health-at-the-g20-summit-in-india>. Acesso em: 27 ago. 2023.

³⁴ WHO Director-General's opening remarks at the G20 Health Ministers' meeting - session 3 – 19 August 2023. WHO. 19 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-g20-health-ministers--meeting---19-august-2023>. Acesso em: 27 ago. 2023.

³⁵ The First WHO Traditional Medicine Global Summit. WHO. 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2023/08/17/default-calendar/the-first-who-traditional-medicine-global-summit>. Acesso em: 27 ago. 2023.

³⁶ Global partners commit to advance evidence-based traditional, complementary and integrative medicine. WHO. 19 ago. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/19-08-2023-global-partners-commit-to-advance-evidence-based-traditional-complementary-and-integrative-medicine>. Acesso em: 27 ago. 2023.

diferentes posicionamentos dos membros sobre o papel do G20 relativo a questões de segurança, ainda que as mesmas causem impactos na economia³⁷.

Assim, de maneira resumida, iremos abordar aqui os principais pontos contidos no Documento Resultante, o qual pode ser acessado na íntegra neste Caderno. O texto começa com a reafirmação do compromisso em fortalecer a arquitetura global de saúde. Partindo das lições aprendidas com a pandemia, os ministros apresentam consenso no entendimento da necessidade de “construir sistemas de saúde mais resilientes, igualitários, sustentáveis e inclusivos, equipados para lidar com desafios globais sanitários e emergências públicas sanitárias futuras” com acesso equitativo a serviços e contramedidas médicas, especialmente para Países de Baixa e Média Renda (LMICS, na sigla em inglês) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Nesse ponto, e para que se facilite o alcance da Cobertura Universal de Saúde e das metas e objetivos da Agenda 2030, há ênfase em aspectos como a inclusão de perspectiva de gênero, o princípio de “não deixar ninguém para trás” e abordagens centradas em pessoas na construção desses sistemas. O reconhecimento de melhorar a compreensão sobre a chamada COVID longa e suas consequências individuais, sociais e econômicas e o compromisso em erradicar outras epidemias como malária, AIDS, tuberculose e poliomielite também foram mencionados. É válido destacar que apesar do documento fazer referência e demonstrar preocupação com “populações vulneráveis que vivem em configurações afetadas por crises”, não há uma maior especificação sobre a identidade desses grupos, o que prejudica a elaboração de políticas mais assertivas que correspondam às demandas específicas de cada realidade.

Com o alerta de que as mudanças climáticas continuarão a gerar emergências sanitárias ao redor do mundo, seja pelo (re)surgimento de doenças infecciosas ou pelo aumento da gravidade e frequência de desastres, existe o comprometimento com a criação de sistemas de saúde que também sejam resilientes aos impactos das alterações climáticas e com baixas emissões de carbono. Ainda nonexo clima-saúde e frisando o aumento de zoonoses, os ministros ressaltaram a importância de fortalecer os sistemas de vigilância sobre as doenças infecciosas existentes e a cooperação entre os centros de prevenção e controle de doenças. Os trabalhos da *Rede Internacional de Vigilância de Patógenos* no âmbito da OMS (a qual a Fiocruz integra) foram saudados como exemplos de boas práticas nesse ponto.

Sobre a temática de Prevenção, Preparação e Resposta a Futuras Pandemias (PPR, na sigla em inglês), a qual recebe destaque no texto por se configurar como uma das prioridades da gestão indiana, vários pontos são discutidos. Da perspectiva financeira, há o destaque para a conclusão da *Primeira Chamada de Propostas do Fundo para Pandemias* e o reconhecimento dos esforços do *Grupo de Trabalho Conjunto de Finanças e Saúde do G20* nas discussões sobre a otimização dos mecanismos de financiamento para garantir a mitigação de vulnerabilidades econômicas e uma melhor e mais rápida resposta. Já do ponto de vista normativo, os membros expressaram a expectativa de um resultado positivo das negociações em curso do *Órgão de Negociação Intergovernamental* (INB, na sigla em inglês) para a criação de uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre o tema, e do *Grupo de Trabalho para Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional* (RSI).

Em relação ao acesso às contramedidas médicas, que incluem vacinas, terapias e diagnósticos (VTDs), os ministros apoiaram um processo de consulta inclusivo, para averiguar a criação de um mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas liderado pela OMS, com efetiva representação dos LMICS e demais países em desenvolvimento. O intuito do mecanismo seria, a partir

³⁷ G20 Health Ministers' Meeting Outcome Document and Chair's Summary. **G20**. 19 ago. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_HMM_Outcome_Document_and_Chair_Summary.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

de uma abordagem baseada em redes de colaboração, garantir o acesso oportuno e equitativo desses recursos.

Em adição a este último ponto, houve o reconhecimento da indispensabilidade de reforçar as capacidades e a cooperação a nível local e regional na fabricação de produtos e no estabelecimento de redes de P&D, assim como a importância da formação de parcerias público-privada, da transferência de tecnologias e do compartilhamento de conhecimentos em termos voluntários e mutuamente acordados. Dessa maneira, será possível garantir justamente o acesso e a distribuição equitativos de VTDs, com uma melhor adaptação aos contextos específicos de cada região, especialmente nos países em desenvolvimento. De acordo com o exposto, tais ações contribuem para o reforço e identificação de capacidades regionais existentes, algo que pode alavancar o trabalho de redes estabelecidas durante a pandemia, como o caso do Pool de Patentes de Medicamentos (Medicines Patent Pool) e o Programa de Transferência de Tecnologia mRNA ligado ao centro de mRNA da OMS na África do Sul e ao centro regional da OMS na Argentina e no Brasil.

Outro tópico que recebeu atenção foi o reconhecimento do potencial da medicina tradicional baseada em evidências nos sistemas públicos de saúde e dos esforços feitos nesse segmento, principalmente no que tange às iniciativas da OMS na criação de centros globais, na colaboração com países e produção de ensaios clínicos.

De maneira semelhante, a saúde digital e a modernização de dados também foram validadas pelas suas grandes contribuições na criação de serviços de saúde mais acessíveis e com maior qualidade, na continuidade dos cuidados, na facilitação da autogestão da saúde pelos pacientes, no apoio de políticas de saúde pública informadas, em modelos de financiamento da saúde mais estratégicos e oportunidades de investigação sem precedentes.

Por fim, em relação à resistência antimicrobiana, os ministros se comprometeram a combater essa questão por meio de uma abordagem abrangente pautada na Saúde Única. Os membros acolheram favoravelmente a pesquisa de novos antibióticos através de várias iniciativas internacionais, como SECURE, CARB-X e GARDP, ao mesmo tempo em que também mobilizaram esforços para garantir o fornecimento dos antibióticos existentes e o incentivo a produção de genéricos acessíveis, acompanhados do avanço da promoção de princípios para o uso e prescrição adequados.

Repercussões da participação do Brasil

A reunião dos ministros da saúde do G20 marcou o início da transição da presidência do grupo com a Índia passando o bastão para o Brasil, que assumirá a posição em 1º de dezembro de 2023. Será a primeira vez que o Brasil assumirá a presidência do G20 no formato atual de rodízio. Esse ponto justifica a expectativa em torno da fala da ministra Nísia Trindade, tendo em vista que é uma oportunidade de retomada do protagonismo brasileiro nos debates da agenda da saúde global. Dentre os temas abordados no discurso feito pela ministra foram destaques: (i) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), (ii) Cooperação Internacional para futuras emergências de saúde, (iii) Fundo para Pandemias, (iv) Cobertura Universal de Saúde para todos os povos; e (v) mudanças climáticas e saúde.

No âmbito da cooperação internacional, foi enfatizado o fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico, de forma a ampliar o acesso a contramedidas médicas seguras, como vacinas e kits diagnósticos, e a cooperação para a inovação dos países, com foco na Iniciativa de Saúde Digital. A maior integração dos países estaria também direcionada ao fortalecimento e resiliência dos sistemas nacionais de saúde. O Brasil tem muito a compartilhar com a experiência adquirida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo Nísia Trindade: “A pandemia de Covid-19 expôs nossas vulnerabilidades e provocou discussões no mais alto nível sobre maneiras de melhorar a arquitetura internacional e aumentar a resiliência de nossos sistemas nacionais de saúde, incluindo produção e inovação”. Ainda

acrescentou que a “capacidade de vigilância e mecanismos de recuperação, força de trabalho de saúde treinada e produção local e regional de produtos de saúde, são a base para a prevenção, preparação e resposta a emergências sanitárias”³⁸.

Já no que tange aos ODS, a ministra enfatizou a urgência em alcançar os objetivos propostos pela ONU. Segundo ela: “Precisamos de um impulso concreto e eficaz para alcançar nossas metas, um que possa ser sustentado nos próximos anos, ou nossas palavras se revelarão vazias, para decepção legítima de nossos povos”³⁹. Ainda, reafirmou a necessidade de fortalecimento das capacidades de vigilância e resposta à resistência antimicrobiana e, como de costume, o Brasil exerceu seu papel esperado e conhecido de liderança nas negociações pela redução do preço de medicamentos, ao afirmar a importância de garantir a produção, fornecimento e acesso universal a produtos de baixo custo.

Outros temas abordados pelo Brasil foram a expansão da telessaúde e o fortalecimento do Fundo do G20 para prevenção e preparação para pandemias. Como fatores fundamentais para o enfrentamento de emergências, Nísia reforçou a robustez e resiliência de sistemas de saúde e proteção social, incluindo capacidades sólidas de vigilância e de produção local e regional de produtos de saúde. Ainda, em redes sociais, a ministra afirmou ter dado ênfase à Cobertura Universal da Saúde para a eliminação de doenças socialmente determinadas, como a tuberculose, e o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas na saúde, que afetam principalmente as populações mais vulnerabilizadas⁴⁰. A ministra relata ainda que no primeiro dia de evento fez uma crítica ao discurso de que foi um desenvolvimento histórico de vacina em tempo recorde, quando na verdade os esforços para isso estão sendo envidados desde 2017, com os aprendizados do Ebola, Zika e H1N1⁴¹.

Durante a Cúpula de Medicina Tradicional da OMS, a primeira sobre o tema, o Brasil mencionou a Resolução sobre a Saúde dos Povos Indígenas proposta pelo Brasil e aliados, e adotada por consenso na última Assembleia Mundial da Saúde. A resolução histórica inclui a saúde dos povos indígenas como uma agenda prioritária na pauta da OMS, no sentido de avançar em sistemas que promovam ações específicas para essas populações, respeitando seus direitos, culturas e valores e visando reduzir as iniquidades e desigualdades⁴². Segundo a ministra, “a resolução incentiva os países

³⁸ No G20, a ministra Nísia Trindade defende cooperação internacional e tecnologias em saúde para o enfrentamento de futuras pandemias. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/no-g20-ministra-nisia-trindade-defende-cooperacao-internacional-e-tecnologias-em-saude-para-o-enfrentamento-de-futuras-pandemias>>. Acesso em: 27/08/2023.

³⁹ Ibid. 2023.

⁴⁰ TRINDADE, Nísia. “As excelentes discussões da Reunião de Ministros da Saúde do #G20 reforçaram nosso compromisso com uma governança de saúde mais democrática e eficaz. Obrigada à Índia e a @mansukhmandviya pela excelente liderança. Em nossa Presidência, levaremos adiante suas conquistas. (+)” 21 de agosto de 2023. Twitter: @nisia_trindade. Disponível em: <https://twitter.com/nisia_trindade/status/1693702016680247535>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴¹ TRINDADE, Nísia. “Diz-se que desenvolvemos vacinas contra a Covid-19 em tempo recorde, mas a afirmação ignora todo o trabalho de preparação feito desde 2017 para que isso acontecesse. Após seguidas emergências, como as de H1N1, Zika e Ebola, sabíamos que teríamos que nos preparar melhor. (+)”. 19 de agosto de 2023. Twitter: @nisia_trindade. Disponível em: <https://twitter.com/nisia_trindade/status/1693026665255874889>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴² Secretário de Saúde Indígena do Brasil avalia como “histórica” resolução da OMS que prioriza a saúde dos povos indígenas. OPAS. 2023. Disponível em: <[68](https://www.paho.org/pt/noticias/31-5-2023-secretario-saude-indigena-do-brasil-avalia-como-historica-resolucao-da-oms-que#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%3A, reduzir%20as%20inequidades%20e%20desigualdades.>”. Acesso em: 27/08/2023.</p></div><div data-bbox=)

a desenvolverem planos nacionais que incluam a exploração de maneiras apropriadas de integrar serviços de medicina tradicional e complementar nos sistemas de saúde”⁴³.

Com o diretor da OMS, Tedros Adhanom, Nísia discutiu preparação para futuras pandemias, saúde digital, e defendeu um financiamento sustentável para a Organização. Além disso, conversaram sobre os preparativos para a presidência brasileira do G20 em 2024. Em postagem nas redes sociais, Tedros agradeceu à ministra Nísia pela liderança e apoio⁴⁴. Ainda, em vídeo, o diretor-geral e a ministra reafirmaram a aliança de anos na cooperação internacional em prol da saúde e equidade. A ministra brasileira cita pautas em que deseja avançar durante sua gestão, como: promoção da equidade em saúde, inovação em saúde e conciliar a perspectiva econômica e da saúde como duas frentes de um mesmo processo de promoção da justiça social no Brasil. Há uma grande expectativa, por parte de Tedros, na participação de Nísia enquanto liderança em saúde na COP 28 – 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontecerá em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no final deste ano⁴⁵.

Em paralelo à cúpula do G20, Nísia Trindade teve encontros bilaterais com representantes da Indonésia, Reino Unido, Comissão Europeia, Holanda, EUA e Alemanha. Com o ministro da saúde holandês, Ernst Kuipers, a ministra brasileira conversou sobre saúde digital, especificamente sobre os desafios da transição digital e integração de dados. Além disso, foi pauta do encontro a equidade no acesso à saúde, muito piorada pelo avanço das mudanças climáticas. Com o secretário de saúde dos EUA, Xavier Becerra, a ministra tratou de ações de promoção da saúde nas escolas e de preparação para pandemias por meio da inovação em saúde, vigilância e produção local de vacinas e medicamentos. Já com o ministro da saúde alemão, Karl Lauterbach, Nísia Trindade tratou da agenda ambiental e da biodiversidade e mencionou cooperações na área da oncologia⁴⁶.

Com o representante da saúde indonésio, Budi G. Sadikin, a ministra brasileira, trocou experiências acumuladas na última presidência indonésia do G20 e discutiram sobre o papel dos países em desenvolvimento no acesso à saúde e preparação para pandemias, mencionando a importância da descentralização científica e produtiva. Com a Comissão Europeia, Nísia Trindade conversou com a diretora-geral da Saúde e Segurança Alimentar, Sandra Gallina, concluindo que o financiamento dos sistemas nacionais de saúde merece prioridade nas agendas. Por fim, para encerrar o ciclo dos encontros bilaterais, a ministra da saúde brasileira se encontrou com Steve Barclay, Secretário de

⁴³ No G20, ministra Nísia Trindade defende cooperação internacional e tecnologias em saúde para o enfrentamento de futuras pandemias. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/no-g20-ministra-nisia-trindade-defende-cooperacao-internacional-e-tecnologias-em-saude-para-o-enfrentamento-de-futuras-pandemias>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴⁴ GHEBREYESUS, Adhanom. “Obrigado to Brazil's Minister of Health @nisia_trindade for your leadership and support. I appreciated our broad-ranging discussion on pandemic preparedness, digital health, sustainable financing for @WHO and preparations for Brazil's G20 Presidency in 2024.” 19 de agosto de 2023. Twitter: @DrTedros. Disponível em: <<https://twitter.com/DrTedros/status/1692864925239025672>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴⁵ TRINDADE, Nísia. “Temos um longa história de cooperação com o amigo @DrTedros, diretor da @WHO. Feliz de encontrá-lo na Reunião de Ministros do #G20India. Com o presidente @LulaOficial, podemos agora avançar na equidade, tanto no acesso à saúde, quanto nas capacidades científicas de promovê-la.” 20 de agosto de 2023. Twitter: @nisia_trindade. Disponível em: <https://twitter.com/nisia_trindade/status/1693273498972532854>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴⁶ TRINDADE, Nísia. “Ao longo da reunião do #G20, realizamos encontros bilaterais com ministros da Saúde da Holanda, EUA, Alemanha, Indonésia, Comissão Europeia e Reino Unido. Para avançar em parcerias, discutimos temas da prevenção a pandemias, saúde digital e agenda ambiental, entre outros. (+)” 23 de agosto de 2023. Twitter: @nisia_trindade. Disponível em: <https://twitter.com/nisia_trindade/status/1694400313845776694>. Acesso em: 27/08/2023.

Estado para Saúde e Assistência Social do Reino Unido, para falar sobre novas terapias e incorporação de tecnologias nos sistemas nacionais de saúde. Em mais de um encontro, o Novo PAC foi mencionado de forma a mostrar o incremento na infraestrutura de saúde e transição energética⁴⁷.

Para a nova presidência, Nísia já destacou as prioridades na agenda, sendo elas: 1) Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde; 2) Saúde digital, para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; 3) Equidade no acesso a inovações em saúde; 4) Mudanças climáticas, facilitando o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias necessárias para enfrentar os impactos da mudança do clima na saúde⁴⁸.

Imagem 2: Ministra da Saúde do Brasil em encontro do G20



Fonte: Ministério da Saúde, 2023.

Finanças e Saúde no G20

Ainda na agenda de eventos relacionados ao tema da Saúde do G20, outro destaque da quinzena foi a **Reunião Conjunta de Ministros das Finanças e da Saúde (JFHTF, na sigla em inglês)**, ocorrido em formato híbrido em 19 de agosto, em Gandhinagar, Índia⁴⁹. O evento foi copresidido e apresentado pelos Ministros indianos das respectivas áreas (finanças e saúde), que fizeram as falas de abertura. A reunião contou ainda com a contribuição de Tedros Ghebreyesus, Diretor Geral da OMS, que fez uma atualização sobre a saúde global na perspectiva do cenário emergente/pós-pandêmico e a apresentação de atualizações das atividades do Fundo Pandêmico pela Diretora Executiva da iniciativa, Priya Basu.

Ao longo do encontro, também foram ressaltados três principais produtos e contribuições obtidos pela gestão indiana do grupo: (i) o Quadro para Vulnerabilidades e Riscos Econômicos (*FEVR*, na sigla em inglês); (ii) o relatório sobre o mapeamento das opções e lacunas de financiamento da resposta à pandemia; e (iii) o relatório sobre melhores práticas em arranjos institucionais de saúde financeira durante a COVID-19.

⁴⁷ Ibid. 2023.

⁴⁸ Conheça as prioridades do Brasil para coordenar o Grupo de Trabalho de Saúde do G20. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/conheca-as-prioridades-do-brasil-para-coordenar-o-grupo-de-trabalho-de-saude-do-g20>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁴⁹ G20. **Joint Statement after Finance and Health Ministerial Meeting in Gandhinagar**. 19 ago 2023. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1950549>. Acesso em: 26 ago 2023.

Imagem 3: Reunião Conjunta de Ministros das Finanças e da Saúde, ocorrida em 19 de agosto em Gandhinagar



Fonte: G20, 2023.

Sobre o primeiro produto, foi apresentado no encontro de ministros o documento *“Report on Economic Vulnerabilities and Risks to Pandemics and Potential Policy Measures”*⁵⁰, encomendado pelo JFHTF e produzido pela OMS, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Banco de Investimentos Europeu. A pesquisa busca principalmente responder duas questões identificadas como fundamentais: (i) quais são os riscos, vulnerabilidades e impactos atuais para os futuros cenários de pandemia e onde estão as ações políticas para fortalecer a capacidade institucional, a coordenação, a legislação e os investimentos necessários para maximizar a preparação e resiliência para minimizar os impactos na saúde, social e econômico; e (ii) no contexto de uma resposta a futuros cenários de pandemia, quais são os tipos das respostas políticas e dos custos associados necessários, bem como os resultados diferenciados de saúde, sociais e econômicos de diferentes medidas de mitigação.

Desse modo, o relatório aponta uma análise preliminar baseada na versão inicial do FEVR a fim de evidenciar os possíveis usos desse, seus indicadores e estimular a discussão sobre seu potencial para a elaboração de um relatório global sobre vulnerabilidades em saúde, questões sociais e econômicas relacionadas com pandemias. Além disso, o documento, no final, indica os próximos passos referentes à iniciativa, tal como a finalização do FEVR, a apresentação de uma análise mais atualizada e expandida do que foi apontado no relatório e o desenvolvimento de um relatório compreensivo sobre as vulnerabilidades de saúde global, sociais e econômicas.

⁵⁰ OMS; BANCO MUNDIAL; FMI; EIB. **Report on Economic Vulnerabilities and Risks to Pandemics and Potential Policy Measures**. Agosto 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/aug_docs/2_new_G20_Report_FEVR_Paper2Report.pdf. Acesso em: 26 ago 2023.

Sobre financiamento da resposta à pandemia, foi apresentado uma versão preliminar do relatório *“Mapping Pandemic Response Financing Options and Gaps”*⁵¹, elaborado pela OMS e Banco Mundial. Realiza o exercício de mapear e apresentar mecanismos existentes de financiamento da resposta à pandemia e seus gargalos, para assim fundamentar o desenvolvimento de uma abordagem de financiamento eficaz, coordenada e otimizada para responder à pandemia. É esperado que a edição final do documento seja entregue e publicada ainda no final de 2023 e que tal documento ampare a produção do manual estratégico e operacional para orientar a preparação conjunta do setor financeiro e de saúde para apoiar a resposta global a futuras pandemias, conforme estabelecido no plano de trabalho da JFHTF do G20.

No que diz respeito às melhores práticas em arranjos institucionais de saúde financeira durante a Covid-19, foi divulgado o relatório *“Finance-Health Institutional Arrangements among G20 Members”*⁵², que busca evidenciar a importância na coordenação entre os campos de finanças e de saúde na resposta às emergências de saúde e identificar caminhos potenciais para fortalecer tais mecanismos e arranjos, otimizando a preparação para intervenções em grande escala frente aos desafios de pandemias e seus impactos diretos e indiretos.

O documento é produto de uma pesquisa do estilo questionário (*survey*), com a participação de todos os Estados membros do G20, visando identificar aspectos de coordenação institucional entre os dois Ministérios, abrangendo quadros de coordenação, frequência de reuniões e outros mecanismos facilitadores. Seus achados foram divididos em quatro momentos distintos: (i) mandado do arranjo institucional entre finanças e saúde; (ii) arranjos prévios à COVID-19; (iii) arranjos durante a fase aguda da COVID-19; e (iv) arranjos desde a fase aguda da COVID-19. Ademais, o material conta também com o estudo de caso das experiências argentina e espanhola.

A pesquisa observou que todos os membros do G20 concordam com a necessidade vital de coordenação entre os setores de finanças e saúde, que se mostrou essencial para o gerenciamento eficaz de crises de saúde – especialmente à luz da pandemia. Além disso, a maioria dos membros do G20 não somente intensificaram seus esforços de coordenação durante a pandemia, como mantiveram-nos após a crise – indicando assim uma mudança permanente na abordagem. Foi sugerido que as diversas estratégias de coordenação entre os países-membros exigem uma investigação mais aprofundada por parte da Força-Tarefa, visando a criação de estratégias eficientes e versáteis adequadas a diferentes condições econômicas e sistemas de saúde.

Os Ministros das Finanças e da Saúde do G20 concordaram com a necessidade do fortalecimento contínuo da arquitetura global de saúde para a prevenção, preparação e resposta (PPR) à pandemias, por meio de uma maior cooperação entre os Ministérios das Finanças e da Saúde. Os ministros saudaram o plano de trabalho plurianual e os relatórios e manuais desenvolvidos pela Força-Tarefa, referindo pontos e sugestões para trabalhos futuros da iniciativa, como o desenvolvimento de um manual operacional para a garantia do financiamento rápido e adequado da resposta à pandemia; o desenvolvimento de um teste de estresse para pandemias; e o fortalecimento do papel de apoio da Força-Tarefa à OMS na arquitetura da saúde global, considerando devidamente as circunstâncias específicas dos países. A Ministra da Saúde e o Ministro da Fazenda brasileiros foram favoráveis ao

⁵¹ OMS; BANCO MUNDIAL. **Mapping Pandemic Response Financing Options and Gaps**. Agosto 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/aug_docs/JFHTF%20Response%20Financing.pdf. Acesso em: 26 ago 2023.

⁵² G20 JFHTF SECRETARIAT. **Finance-Health Institutional Arrangements among G20 Members**. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/aug_docs/G20%20Report%20on%20Finance%20Health%20Inst%20Arrangem_Final.pdf. Acesso em: 26 ago 2023.

Fundo do G20 para Pandemias, frisando a essencialidade do financiamento dos sistemas nacionais de saúde e de resposta à emergência, reconhecendo a primeira rodada de investimentos do Fundo e salientando a importância de novos aportes⁵³.

Estaria o G7 com sua hegemonia ameaçada?

O grupo do G7 o qual reúne as seis maiores economias do ocidente e o Japão e que, segundo o Banco Mundial, possui o Produto Interno Bruto (PIB) somado de US\$43,5 trilhões, 43% da economia mundial, pode estar enfrentando um questionamento de sua hegemonia com a ampliação do BRICS. Após a entrada de seis novos países no bloco, os BRICS ampliaram sua zona de influência e poder de negociação. Usando o critério de Poder e Paridade de Compra (PPP), segundo Lula, “Agora, você pode fazer uma reunião dos BRICS com o G7 em condições de superioridade (...). Os BRICS agora representam 36,7% do PIB de paridade de compra e o G7, 29%. Então as condições geopolíticas para você negociar mudam, e você negocia em conjunto”, disse o presidente⁵⁴.

No entanto, a ampliação do bloco não é um fator de causa direta dessa redução de hegemonia. Desde 2000, o PIB do G7 está em declínio, passando de USD 22,1 trilhões, equivalente a 65% da economia do mundo, para USD 33,1 trilhões em 2010, equivalente a 50% da economia mundial e, em 2022, 43% da economia mundial⁵⁵. O grande motivo para essa redução de poder foi o crescimento da economia chinesa que, conseqüentemente, aumentou o PIB global. Com a inclusão da Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã no BRICS, e o aumento da zona de influência chinesa, grande vencedora deste acordo, a tendência é que a hegemonia do G7 continue em queda. Ainda, Lula se utiliza do argumento de que o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem reduzido projeções para os países desenvolvidos e aumentado as estimativas para os países em desenvolvimento. E, com as propostas que o BRICS quer implementar, como a criação de uma moeda em substituição ao dólar, a ideia é reduzir ainda mais a dependência dos países ocidentais.

Os esforços para a coordenação e o multilateralismo entre esses países são parte do objetivo de dar importância e peso às negociações. Segundo Lula, não é um contraponto ao G7, G20 ou até mesmo aos Estados Unidos, mas, o objetivo é sobretudo a organização do Sul Global⁵⁶. O presidente reconhece o papel do G7 na política global, mas defende o espaço que vem sendo ocupado pelo BRICS quando diz que “Qualquer ser humano que quiser discutir a geopolítica de qualquer coisa vai ter que conversar com o BRICS também. Não é só com os Estados Unidos e não é só com o G7”⁵⁷. Ainda, acrescenta que “O BRICS não pode ser um clube fechado. O G7 é um clube fechado. Mesmo quando o

⁵³ TRINDADE, Nísia. “O Fundo do #G20 para Pandemias foi um dos temas que eu e o ministro @Haddad_Fernando abordamos na Reunião de Ministros de Finanças e Saúde. É essencial financiar os sistemas nacionais de saúde e de resposta a emergências, inclusive com laboratórios e instalações industriais. (+)”. 21 de agosto de 2023. Twitter: @nisia_trindade. Disponível em: <https://twitter.com/nisia_trindade/status/1693631552381477228>. Acesso em: 26 ago 2023.

⁵⁴ Lula diz que agora Brics podem fazer reunião com G7 “em condições de superioridade”. CNN BRASIL. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-diz-que-agora-brics-podem-fazer-reuniao-com-g7-em-condicoes-de-superioridade/>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁵⁵ G7 teve a menor participação do PIB global em 2022 desde 2000. PODER 360. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/g7-teve-a-menor-participacao-do-pib-global-em-2022-desde-2000/#:~:text=Os%20pa%C3%ADses%20que%20integram%20o%20G7%2C%20grupo%20com%20algumas%20das,representa%2043%25%20da%20economia%20mundial.>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁵⁶ Lula diz que Brics já ultrapassou o G7 no PIB mundial e que é 'força motriz' do Sul Global. O GLOBO. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/08/lula-nega-que-brics-queira-se-colocar-como-contraponto-ao-g7.shtml>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁵⁷ Além do G7, mundo agora terá que conversar com o Brics, diz Lula. PODER 360. 2023. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/internacional/alem-do-g7-mundo-agora-tera-que-conversar-com-o-brics-diz-lula/>>. Acesso em: 27/08/2023.

Brasil chegou à sexta economia do mundo, a gente era convidado, não participante. O G7 é o clube dos ricos. Não queremos isso. Queremos criar uma instituição multilateral e que a gente possa propor algo diferente⁵⁸. De forma semelhante pensa Celso Amorim, que diz que “todo esse interesse, inclusive, que existe na expansão, países que desejam ser parceiros ou membros plenos dos BRICS, demonstra que é uma nova força no mundo. Que o mundo não pode ser mais ditado pelo G7”.

Agora, tem-se um aumento da representatividade, com países africanos e países árabes e, além disso, seis dos nove maiores produtores de petróleo do mundo estarão no bloco. Além da proposta de uma moeda única para comércio entre outros países, promovendo a desdolarização e impulsionando a internacionalização do yuan chinês, também há uma expansão da presença geográfica e cultural desses países. Na mesma via em que há essa maior diversidade, também está o risco de haver uma maior dificuldade em consensos, como por exemplo em questões relacionadas ao papel da mulher, mudanças climáticas, proliferação de armas nucleares e guerra da Ucrânia. No entanto, nada que o G7, grupo com países que possuem pensamentos semelhantes, também não enfrente. Alguns especialistas afirmam que "Se isso não for bem pensado, os riscos de nos tornarmos muito diluídos, como um G7 menor, são muito altos." diz Gustavo Carvalho, pesquisador sênior do *think tank South African Institute of International Affairs*, à Reuters⁵⁹. O cientista político e pesquisador da Universidade de São Paulo, Pedro Costa Júnior, acredita que o BRICS pode se tornar uma espécie de “bloco-geleia” caso cresça sem critérios definidos: “o grupo pode virar um bloco grande, volumoso, mas que não sai do lugar”⁶⁰.

Imagem 4: G7 teve a menor participação no PIB global em 2022.



Fonte: PODER 360, 2023

⁵⁸ Lula: BRICS não querem ser contraponto a G7 ou G20, mas propor multilateralismo mais representativo. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/lula-brics-nao-querem-ser-contraponto-a-g7-ou-g20-mas-propor-multilateralismo-mais-representativo>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁵⁹ Analysis: BRICS expansion could hinder the bloc's geopolitical aspirations. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/brics-expansion-could-hinder-blocs-geopolitical-aspirations-2023-08-24/>>. Acesso em: 27/08/2023.

⁶⁰ Expansão do Brics mostra que mundo não é ditado pelo G7, diz Amorim. PODER 360. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/expansao-do-brics-mostra-que-mundo-nao-e-ditado-pelo-g7-diz-amorim>. Acesso em: 27/08/2023.

Saúde no G20: de Gandhinagar rumo ao Rio de Janeiro

Health in the G20: From Gandhinagar towards Rio de Janeiro

João Miguel Estephanio

Pedro Burger

Paulo Marchiori Buss

Introdução

“A saúde é a riqueza suprema e o meio para todos os propósitos” (आरोग्यं परमं भाग्यं स्वास्थ्यं सर्वार्थसाधनम्). Foi com essa frase em sânscrito que o Primeiro-Ministro da Índia, Shri Narendra Modi, iniciou a sua fala de saudação aos ministros da saúde do G20, no último dia 18 de agosto. De fato, sem mente e corpo sãos, é impossível haver prosperidade, desenvolvimento social, econômico e ambiental, sendo a saúde um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

O G20 (Grupo dos Vinte) é um fórum internacional composto pelas principais economias do mundo, que se reúnem para discutir questões econômicas e financeiras de importância global. Desde a sua criação, em 1999, o G20 tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cooperação e na busca por soluções conjuntas para os desafios econômicos enfrentados pela comunidade internacional. Após a crise financeira global em 2008, o papel do G20 expandiu-se consideravelmente, tornando-se um fórum de encontro para Chefes de Estado e de Governo dos países membros do grupo. Desta forma, o fórum assumiu um papel central na coordenação das políticas econômicas com impacto global, com objetivo, ao menos retórico, de promoção do crescimento inclusivo, redução das desigualdades e resposta aos desafios globais como as alterações climáticas, o comércio e o desenvolvimento sustentável. (AITH; FREITAS; ESTEPHANIO, 2023)

A Presidência do G20 ocorre de maneira rotativa, pelo período de um ano, durante o qual há a organização de diversas reuniões e eventos, sendo a cúpula dos líderes dos países membros, o principal deles. Além disso, como o Grupo não dispõe de um secretariado permanente, a presidência é apoiada pela *Troika* (Presidências anterior, atual e futura). A Índia ocupa a presidência do G20 em 2023 e a *Troika* é composta por Indonésia, Índia e Brasil, respetivamente. (G20 SECRETARIAT, 2023a)

Especificamente em relação à discussão sobre saúde, em 2017, O Grupo de Trabalho de Saúde (GT SAÚDE) foi criado pela Presidência Alemã para melhorar o diálogo e informar questões importantes de saúde global aos líderes do G20. O GT SAÚDE deve trabalhar para criar sociedades sustentáveis de bem-estar, comprometidas em alcançar uma saúde equitativa para a atual e futuras gerações. Isso inclui questões relativas à preparação dos sistemas de saúde para emergências sanitárias, abordagem de Saúde Única (*One Health*), Saúde Digital, Cobertura Universal de Saúde (UHC), conformidade com as normas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), financiamento sustentável, dentre outras prioridades. (G20 SECRETARIAT, 2023b)

Este artigo possui dois grandes objetivos: (i) trazer um panorama geral a respeito das reuniões sobre saúde no G20, que ocorreram entre 16 e 19/08/2023 em Gandhinagar, na Índia, com destaque especial à reunião dos ministros da saúde (18 e 19/08); e (ii) analisar o documento resultante dessa reunião de Ministros da Saúde do G20 publicado após a reunião ministerial, que se encontra anexo. Dessa forma, pretende-se indicar, a partir de lições aprendidas na Índia, recomendações para a presidência do Brasil em 2024.

Saúde no G20, Gandhinagar, 2023

Entre 16 e 19 de agosto, ocorreram em Gandhinagar na Índia, diversas reuniões que se debruçaram sobre os desafios globais de saúde, dentre reuniões oficiais do G20 e eventos paralelos, a saber:

- Reuniões oficiais do G20
 - 17/08 – 4º GT SAUDE
 - 18 a 19/08 – Reunião dos Ministros da Saúde do G20
 - 19/08 – Reunião conjunta entre os Ministros da Saúde e de Finanças
- Eventos paralelos
 - 16 a 17/08 – “*Sustain, Accelerate and Innovate to end TB in the South-East Asia Region*”, organizado pelo escritório regional da OMS para o sudeste da Ásia.⁶¹
 - 17 a 18/08 – “*One Earth One Health – Advantage Healthcare India 2023*”, organizado pelo governo da Índia em associação com a Federação Indiana da Câmara do Comércio e da Indústria (FICCI).⁶²
 - 17 a 18/08 – “*WHO Traditional Medicine Global Summit, 2023: Towards health and well-being for all*”, organizado pela OMS e co-hospedado pelo governo da Índia.⁶³
 - 17 a 19/08 – “*India MedTech Expo 2023*”, organizado pelo Ministério de Químicos e Fertilizantes do governo da Índia em associação com a Federação Indiana da Câmara do Comércio e da Indústria (FICCI).⁶⁴

O artigo focará nas reuniões oficiais do G20. Caso o leitor queira se aprofundar nos eventos paralelos, é possível encontrar os links dos eventos nas notas de rodapé.

Além dos 20 países membros do G20, a Índia convidou os outros países para participar das reuniões do G20: Bangladesh, Egito, Ilhas Maurício, Holanda, Nigéria, Omã, Singapura, Espanha e Emirados Árabes Unidos; bem como, 28 organizações internacionais, a exemplo de OMS, Fórum Econômico Mundial, DNDI, GAVI, PATH, FIND, Welcome Trust, OCDE, União Africana e outras. Foram um total de 158 delegados que participaram e deliberaram sobre várias prioridades no setor de saúde, entre 16 e 19 de agosto de 2023, na cidade de Gandhinagar.

A trajetória para a construção da Declaração dos Ministros da Saúde, ilustrada pela Figura 1, foi longa, intensa e enfrentou uma série de desafios para o alcance do tão desejado consenso entre os membros. O principal deles foi a questão geopolítica da guerra da Ucrânia, a qual será abordada mais adiante.

O *Draft* da declaração dos ministros da saúde começou a ser elaborado/negociado (*Draft 0*) quando da segunda reunião do Grupo de Trabalho da Saúde (GT SAUDE) que ocorreu de 17 a 19 de abril, sendo necessário mais 2 encontros presenciais, totalizando 4 encontros do GT SAUDE, mais 8 reuniões virtuais para finalizar o texto da declaração. A Fiocruz participou da última reunião virtual (11/08) e do 4º GT SAUDE em Gandhinagar (17/08), um dia antes do início da reunião dos ministros da saúde.

⁶¹ Mais informações sobre o evento disponíveis em <https://www.who.int/southeastasia/news/detail/17-08-2023-who-south-east-asia-region-commits-to-further-enhance-efforts-to-end-tb-adopt-gandhinagar-declaration>.

⁶² Mais informações sobre o evento disponíveis em <https://www.ahcindia.in/>.

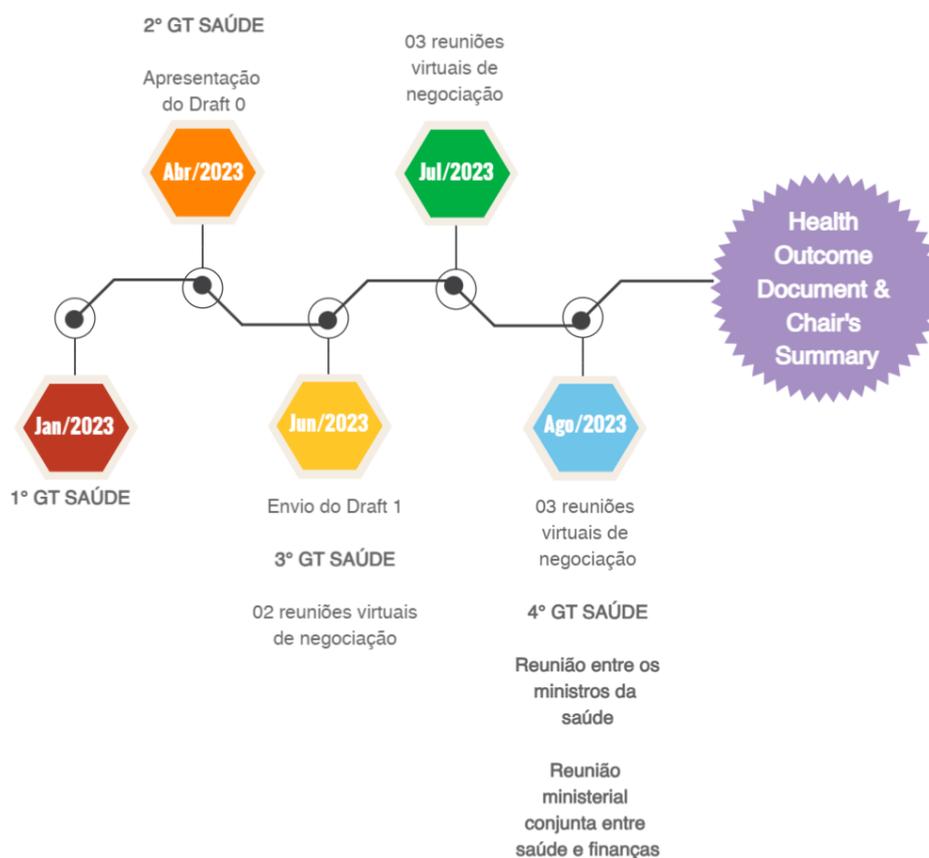
⁶³ Mais informações sobre o evento disponíveis em <https://www.who.int/news-room/events/detail/2023/08/17/default-calendar/the-first-who-traditional-medicine-global-summit>.

⁶⁴ Mais informações sobre o evento disponíveis em <https://indiamedtechexpo.in/>.

Como as questões polêmicas não se resolvem somente na mesa de negociação, seja presencial ou virtual, foram necessárias várias reuniões bilaterais para alinhar posicionamentos e buscar apoios para os pleitos dos países. A delegação brasileira, somente durante o período de 16 a 19/08, participou de 20 reuniões bilaterais com países membros, países convidados, e organizações internacionais.

Em algumas reuniões bilaterais, os países e organizações internacionais procuraram obter do Brasil informações sobre as orientações preliminares da presidência brasileira do G20 em 2024, seja para captar as prioridades na área da saúde que serão trabalhadas pelo Brasil, para prestar apoio ou para expressar a expectativa de participação no processo, em 2024, caso de países não-membros e organizações internacionais. Além disso, houve a negociação pontual de questões específicas que foram propostas por ou estavam sob reserva do Brasil.

Figura 1. Do *Draft* até a Declaração de Ministros da Saúde do G20



Fonte: Elaboração própria.

Especificamente sobre a Guerra na Ucrânia, conforme já publicado em outras edições do Cadernos CRIS, diversas reuniões ministeriais, em diversos espaços geopolíticos, não conseguiram incorporar o tema nas respectivas declarações pelos impasses que suscitava. Quando isso ocorre, é usual que seja publicado um “Resumo do Presidente” com um relato da discussão havida, sem o *status* de declaração.

Foi o caso da reunião em tela. Após longas negociações o impasse permanecia: de um lado, os países do G7⁶⁵ e a União Europeia insistiam numa manifestação contundente contra a Guerra na Ucrânia, e, de outro, Rússia e China alegavam que o G20 não é um fórum para tratar de questões

⁶⁵ O G7 é a abreviação de Grupo dos Sete, uma organização de líderes de algumas das maiores economias do mundo: Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos.

geopolíticas. A presidência indiana propôs, então, um *Outcome Document*, que contém os consensos alcançados, e um parágrafo referente à Guerra na Ucrânia, considerado um ‘Resumo do Presidente’ (*Chair’s Summary*), que também inclui uma nota de rodapé, com a posição de Rússia e China sobre o assunto.

Em relação à discussão geopolítica sobre a guerra da Ucrânia, o Brasil se manteve neutro. Além disso, não levantou temas que estavam ausentes da versão oferecida à discussão na reunião, como saúde de povos indígenas, migrantes, refugiados e de outras populações vulnerabilizadas. As reuniões sobre saúde no G20 poderiam ter sido utilizadas para marcar o protagonismo do Brasil na discussão sobre saúde de populações indígenas, iniciado na 76ª Assembleia Mundial da saúde, quando o Brasil, aliado a outros países, apresentou a resolução WHA76.16 (*The Health of Indigenous People*). Não houve menções a migrantes, refugiados ou indígenas na Declaração, como será evidenciado na segunda parte deste artigo. Consideramos imprescindível que o Brasil se posicione sobre estas questões candentes no mundo contemporâneo durante sua presidência do Grupo.

Os posicionamentos do governo brasileiro nas reuniões do G20 em Gandhinagar foram pautados pela busca de (i) equidade nos sistemas de saúde e de (ii) processos decisórios na saúde global mais inclusivos e participativos para os países de baixa e média renda (LMICs da sigla em inglês). Além disso, foram estabelecidas ou fortalecidas conexões bilaterais muito profícuas, no que tange a busca de apoio para a presidência do grupo em 2024.

A delegação brasileira atuou de forma bastante consistente nas três reuniões oficiais do G20 realizadas no período. Foi chefiada pela ministra da saúde, Nísia Trindade, tendo o embaixador Alexandre Ghisleni (Chefe da AISA/MS) atuado como ponto focal do Brasil nas negociações finais da declaração de ministros da saúde. A secretária Ana Estela Haddad (Secretaria de Saúde Digital) e o secretário Carlos Gadelha (Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde) também participaram da reunião ministerial. Na reunião conjunta entre finanças e saúde, houve a participação do Ministro da Fazenda do Brasil, Fernando Hadad, por videochamada.

Nesta reunião, os Ministros das Finanças e da Saúde do G20 concordaram no reforço contínuo da arquitetura global da saúde para a prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR), por meio de uma colaboração reforçada entre os Ministérios das Finanças e da Saúde. Além disso, falaram sobre o *Framework* para Vulnerabilidades e Riscos Econômicos (FEVR), sobre o Relatório sobre Mapeamento de Opções e Lacunas de Financiamento da Resposta à Pandemia e sobre o Relatório sobre Melhores Práticas em Arranjos Institucionais de Finanças e Saúde durante a Covid-19. Não houve uma declaração conjunta dos ministros, somente, a publicação de um comunicado da presidência indiana sobre a reunião.⁶⁶

Em relação às prioridades de saúde que serão abordadas pela presidência brasileira do G20 em 2024, motivo de indagações dos países e organizações internacionais durante as reuniões bilaterais, a ministra da saúde brasileira, tanto em seus discursos quanto nas próprias reuniões bilaterais, indicou preliminarmente quatro grandes temas:

- Preparação, prevenção e resposta a emergências de saúde pública
- Cobertura Universal de Saúde
- Saúde digital
- Mudança climática e saúde

⁶⁶ Disponível em <https://pib.gov.in/PressReleaselframePage.aspx?PRID=1950549>.

A análise da Declaração dos Ministros da Saúde do G20, a seguir, será feita com base nesses temas elencados pela ministra da saúde brasileira, de modo a gerar proposições para a discussão sobre os temas de saúde para a presidência do Brasil em 2024.

Análise da Declaração dos Ministros da Saúde do G20 de 2023

Metodologia

A análise da Declaração dos Ministros da Saúde do G20 de 2023 utilizará como metodologia a ‘análise de conteúdo’, buscando palavras-chave relacionadas aos 4 grandes temas de interesse identificados pela ministra da saúde brasileira, bem como da ‘análise inferencial (qualitativa)’.

A Análise de Conteúdo é um método aplicável em pesquisas quantitativa e qualitativas, mas com aplicações diferentes. Sobre isso, Bardin (2020) esclarece que a análise quantitativa se funda na frequência de aparição de certos elementos da mensagem, enquanto a análise qualitativa “[...] recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição”. (BARDIN, 2016)

Por essa razão, a presente análise combina o aspecto quantitativo da análise de expressão, de modo a observar a repetição das palavras/expressões selecionadas, com uma avaliação qualitativa, de modo a trazer percepções e inferências sobre o contexto, relevância e importância dos temas em saúde.

Quanto à análise de expressão, palavras e expressões chave foram selecionadas previamente para aumentar o foco da análise com base nos 4 grandes temas indicados acima. Como a análise de expressão busca a expressão exata, optou-se por expandir as palavras e/ou expressões utilizadas na busca ativa, de modo a incluir na análise inferencial a discussão do tema e não da expressão definida (variações das palavras-chave e expressões relacionadas aos 4 grandes temas). Dessa forma, mesmo que uma expressão exata não tenha sido mencionada nos documentos, será possível analisar a discussão do tema como um todo. As palavras e expressões definidas, por grande tema em saúde, foram:

1. Preparação, prevenção e resposta a emergências de saúde pública (*preparedness*)
 - 1.1. *Preparedness* (e a sigla PPR⁶⁷)
 - 1.2. *Pandemic* (e a variação *pandemics*)
 - 1.3. *Local manufacturing* (e variações: *local production / national manufacturing / national production / production / manufacturing*)
 - 1.4. *Regional coproduction* (e variação: *coproduction*)
 - 1.5. *Access* (e variações: *access to/ medicines/ medical countermeasures / vaccines / diagnostics / VTDs*)

Obs: Além da palavra relacionada à preparação e a sigla comumente utilizada (PPR), optou-se por incluir palavras-chave/ expressões relacionadas à produção local, considerando que o Brasil é muito forte no assunto devido à políticas públicas que promovem o uso do poder de compra do Estado brasileiro para o desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS).

2. Cobertura Universal de Saúde
 - 2.1. *Universal Health coverage* (e a sigla: UHC)

⁶⁷ Preparação, prevenção e resposta.

- 2.2. *Vulnerable populations health* (e as variações: *vulnerable people's health / vulnerable populations / indigenous people's health / health of indigenous people / indigenous*)
- 2.3. *Migrants' health* (e variações: *migration / migrant*)
- 2.4. *Refugee health* (e variação: *refugee*)
- 2.5. *Low-income populations' health* (e variação: *low-income population, low-income countries, LMIC*⁶⁸)

Obs: Considerando a perspectiva do SUS sobre Cobertura Universal em Saúde, que ultrapassa a mera prestação de serviços em saúde, optou-se por incluir palavras-chave/expressões relacionadas à populações vulnerabilizadas (povos indígenas, migrantes, refugiados, populações de baixa renda), de modo a observar se houve menção a essas populações na declaração.

3. Saúde digital

3.1. *Digital Health* (e a variação: *digital*)

4. Mudança climática e saúde

4.1. *One health* (e variações: *one-health / environmental health / animal health / climate and health / climate change and health / climate*)

4.2. AMR (e variações: *antimicrobial resistance / antimicrobial / antimicrobials*)

Obs: A abordagem Saúde Única (One Health) é necessária para prevenir, detectar e responder eficazmente aos desafios de saúde decorrentes do contato entre humanos, animais e o meio ambiente⁶⁹. Por essa razão, optou-se por incluir discussões *One Health* no conjunto de palavras-chave/ expressões desta prioridade. Além disso, a resistência antimicrobiana (AMR) é um desafio global em saúde no âmbito desta relação Homem-animal-ambiente.

Com base nas palavras-chave e expressões selecionadas, foi feita uma busca na Declaração dos Ministros da Saúde do G20 de 2023, de modo a identificar a frequência das palavras e conseqüentemente dos temas (análise de expressão). O resultado desta busca foi organizado em uma planilha para facilitar a avaliação e para subsidiar a análise inferencial.

Quanto à análise qualitativa, será feita uma análise inferencial ao se observar elementos textuais utilizados no documento. É importante que seja estabelecida uma relação entre as estruturas semânticas/sintáticas com as estruturas sociológicas/psicológicas dos enunciados. ((BARDIN, 2016) Além disso, serão geradas informações sobre a estrutura do documento, sua divisão, bem como uma inferência sobre a perspectiva política e a concretude dos compromissos assumidos pelos ministros e ministras.

Espera-se, desta maneira, levantar informações qualificadas para suportar a preparação e elaboração da estratégia de posicionamento do Brasil no G20 em relação à saúde, durante a sua presidência em 2024.

Análise de expressão

A Declaração dos Ministros da Saúde do G20 de 2023 (G20 SECRETARIAT, 2023c) contém 3.422 palavras (dentre 988 palavras diferentes, desconsiderando artigos, preposições etc.), que estão distribuídas em 25 parágrafos, sendo:

- Os 3 primeiros parágrafos (1º, 2º e 3º) introdutórios;
- O 4º parágrafo sobre a Força Tarefa conjunta entre saúde e finanças (JFHTF);

⁶⁸ A sigla significa países de baixa e média renda (*Low and middle income countries* em inglês).

⁶⁹ Mais informações sobre a abordagem Saúde Única disponíveis em <https://openwho.org/channels/onehealth?locale=pt-BR>

- O 5º parágrafo sobre os temas discutidos pela presidência indiana em eventos paralelos, como: tuberculose, mudança climática e saúde, hipertensão e diabetes, segurança alimentar e nutrição e bem-estar dos jovens e dos adolescentes.
- O 6º parágrafo reafirmando o papel central e de coordenação da OMS na arquitetura global em saúde.
- O parágrafo 22 sobre a questão geopolítica da Guerra da Ucrânia (o qual é considerado como *Chair's Summary*)
- Os 3 últimos parágrafos (23º, 24º e 25º) de considerações finais/agradecimentos; e
- Os 15 restantes sobre as prioridades em saúde definidas pela Índia, a saber:
 - Prevenção, Preparação e Resposta [PPR] a emergências em saúde (com foco na abordagem Saúde Única e na resistência antimicrobiana [AMR]) - 6 parágrafos (7 a 12)
 - Fortalecendo a cooperação com o setor farmacêutico com foco na disponibilidade e no acesso a contramedidas médicas (vacinas, terapêuticos e diagnósticos) seguras, eficazes, de qualidade e acessíveis - 5 parágrafos (13 a 17)
 - Inovação em Saúde Digital e soluções para suportar a Cobertura Universal em Saúde e para melhorar a entrega de serviços em saúde - 4 parágrafos (18 a 21)

Segue abaixo a frequência das palavras e expressões selecionadas, conforme descrito na metodologia:

Tabela 1. Análise de expressão na Declaração de Ministros da Saúde do G20 de 2023

Palavra ou expressão	Frequência (repetições)
<i>preparedness</i>	4
<i>PPR</i>	5
<i>pandemic</i>	14
<i>pandemics</i>	3
<i>local manufacturing</i>	2*
<i>local production</i>	0
<i>national manufacturing</i>	0
<i>national production</i>	0
<i>production</i>	2
<i>manufacturing</i>	6
<i>regional coproduction</i>	0
<i>coproduction</i>	0
<i>access</i>	11
<i>access to</i>	8
<i>medicines</i>	0
<i>medical countermeasures</i>	8
<i>vaccines</i>	3
<i>diagnostics</i>	3
<i>VTD</i>	7
<i>universal health coverage</i>	2
<i>UHC</i>	8
<i>vulnerable populations health</i>	0
<i>vulnerable people health</i>	0
<i>vulnerable populations</i>	2**
<i>indigenous people's health</i>	0

<i>health of indigenous people</i>	0
<i>indigenous</i>	0
<i>migrants' health</i>	0
<i>migration</i>	0
<i>migrant</i>	0
<i>refugee health</i>	0
<i>refugee</i>	0
<i>low-income populations' health</i>	0
<i>low-income population</i>	0
<i>Low-income countries</i>	0
<i>LMICs</i>	5
<i>digital health</i>	18
<i>Digital</i>	23
<i>one health</i>	5
<i>one-health</i>	0
<i>environmental health</i>	0
<i>animal health</i>	1
<i>climate and health</i>	1
<i>climate change and health</i>	2
<i>climate</i>	6
<i>health surveillance</i>	1
<i>AMR</i>	14
<i>antimicrobial resistance</i>	2
<i>antimicrobial</i>	5
<i>antimicrobials</i>	6

Fonte: Elaboração própria.

*As expressões “*local and regional manufacturing*” e “*local and regional health product manufacturing*” foram consideradas no resultado da análise de expressão apesar de não serem exatamente “*local manufacturing*”, pois tem o mesmo significado para esta análise.

**o texto faz duas menções a “*vulnerable populations*”, uma em um dos parágrafos introdutórios e outra no contexto da saúde digital.

As palavras-chave/expressões mais frequentes foram:

1. *Digital* (23 repetições), sendo que destas menções 18 fazem parte da expressão *digital health*.
2. *Pandemic* (14 repetições), que junto com *pandemics*, a menção à pandemia aparece 17 vezes no documento.
3. AMR (14 repetições), sendo que ao se considerar a sigla e a expressão completa (*antimicrobial resistance*), desconsiderando aquelas menções onde AMR está junto da expressão completa, a menção à resistência antimicrobiana foi feita 15 vezes no documento.
4. *Access* (11 vezes), destas, 8 menções foram relacionadas ao acesso a contramedidas médicas (*medical countermeasures*).

Estas palavras-chave/expressões estão alinhadas às 3 prioridades elencadas pelo governo indiano para as discussões sobre saúde no G20 durante sua presidência. Nota-se que, apesar de a palavra digital ter tido a maior frequência dentre as palavras-chave/ expressões analisadas, o tema de

(Convenção, acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre PPR pandêmico).

- Fortalecendo a cooperação com o setor farmacêutico com foco na disponibilidade e no acesso a contramedidas médicas (vacinas, terapêuticos e diagnósticos) seguras, eficazes, de qualidade e acessíveis
 - A criação de um mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas sob a tutela da OMS, por meio de um processo inclusivo e considerando arranjos para a tomada de decisão inclusivos que considerem a representação efetiva dos LMICs. A inclusão da representação efetiva dos LMICs neste mecanismo ocorreu por sugestão e defesa do Brasil.
 - Os membros de G20 se comprometeram a finalização bem-sucedida do INB e do WGIHR (Grupo de Trabalho sobre o Regulamento Sanitário Internacional). Tal compromisso foi sugerido pelo Brasil com o objetivo de assegurar a inclusão e representatividade de LMICs, com base na preocupação de que o INB e o WGIHR pudessem ser esvaziados após a criação do mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas, uma vez que a negociação no INB é inclusiva e considera a representação de todas as regiões do mundo.
- Inovação em Saúde Digital e soluções para suportar a Cobertura Universal em Saúde e para melhorar a entrega de serviços em saúde
 - Lançamento da Iniciativa Global em Saúde Digital estabelecida pela OMS em parceria com a Índia, que pode colaborar para (i) reduzir a fragmentação, (ii) fornecer convergência das iniciativas em saúde digital com fundos voluntários, inclusive por meio da promoção de fonte aberta interoperável e de padrões abertos de soluções digitais, como definido na Estratégia Global em Saúde Digital da OMS 2020-2025, (iii) coordenar o trabalho com os esforços existentes de organizações multinacionais, e (iv) promover um repositório de soluções em saúde digital com qualidade assegurada.

Encontra-se, a seguir a análise inferencial da declaração com base nos 4 temas elencados pelo governo brasileiro como temas prioritários:

- Preparação, prevenção e resposta a emergências de saúde pública

A presidência indiana tratou o tema de PPR junto com *One Health* e AMR. De certa forma, esta aglutinação faz sentido, tendo em vista que a abordagem Saúde Única está relacionada com a parte de prevenção do PPR. Já o enfoque brasileiro no tema de PPR deve se direcionar para a preparação (desenvolvimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde [CEIS]) e resposta (produção local de contramedidas médicas), considerando a força que o Brasil tem nas políticas públicas de produção local que fomentam o estabelecimento de parcerias público-privado, por meio de diversos arranjos, a fim de desenvolver o CEIS.

Portanto, o Brasil deve dar continuidade nas discussões sobre o mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas, bem como no seu esforço de garantir que seja um mecanismo participativo e inclusivo.

- Cobertura Universal de Saúde (UHC)

A declaração não fala muito sobre o conceito de UHC ou quais iniciativas seriam necessárias para que os membros do G20 alcancem o UHC. A menção a UHC que dá algumas pistas sobre o conceito de UHC utilizado é a seguinte: “Reconhecemos também a importância de integrar uma perspectiva de gênero ao conceber sistemas de saúde, considerando as necessidades específicas das mulheres e meninas, com vistas a alcançar a equidade de gênero nos sistemas de saúde. Isto **facilitaria alcançar a**

Cobertura Universal de Saúde (UHC), com o objetivo de fortalecer a atenção primária e melhorar os serviços essenciais de saúde e os sistemas de saúde para níveis melhores do que os anteriores à pandemia, idealmente dentro dos próximos dois a três anos, e **as metas relacionadas à saúde da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus objetivos**, bem como, a Agenda de Ação da UHC.”

Interessante notar que, apesar dos esforços no estabelecimento de uma meta para retorno dos níveis de atenção primária anteriores ao da pandemia de COVID-19, essa meta parece mais retórica do que algo concreto a se medir e alcançar, justamente porque “níveis anteriores à pandemia” é muito vago e algo difícil de mensurar. Além disso, o texto dá a entender que a UCH está somente no fortalecimento/melhoria da atenção primária, sem trazer um contexto amplo de promoção da universalidade, equidade e integralidade.

A declaração não faz nenhuma menção a migrantes, refugiados, indígenas e populações de baixa renda, apesar de mencionar populações vulnerabilizadas de maneira geral na seguinte frase no segundo parágrafo: “**Afirmamos que a necessidade do momento é convergir, consolidar e criar um futuro mais saudável**, bem como, a importância de fortalecer os sistemas nacionais de saúde, inclusive através do envolvimento efetivo da comunidade e do princípio subjacente de “**Não deixar ninguém para trás**” e considerando as populações vulneráveis que vivem em configurações afetadas por crises.

O tema ‘*migrações / migrantes / refugiados*’ é bastante polêmico, com diferentes interesses entre os países. Foi possível observar durante as reuniões do GT SAÚDE o quão é difícil conseguir consenso entre os países mesmo sobre questões menos polêmicas. Talvez seja esse o motivo que inviabiliza mencionar algo concreto sobre a saúde de migrantes e refugiados. É fundamental que o Brasil consiga encontrar uma forma de superar essa dificuldade para abordar essa questão durante as negociações da declaração de ministros da saúde em 2024.

Entretanto, falar sobre *saúde de povos indígenas* não parece ser tão polêmico, tendo em vista a aprovação da Resolução WHA76.16 (*The Health of Indigenous People*) na última 76ª Assembleia Mundial da Saúde. Assim como, a menção a populações de baixa renda, no âmbito das populações vulnerabilizadas, parece ser menos complicado que a menção a migrantes e refugiados, já que abordar as necessidades de saúde de populações de baixa renda seria muito menos polêmico que abordar a inclusão e a participação na tomada de decisão de LMICs em processos decisórios internacionais. No caso concreto desta declaração em análise, o próprio governo brasileiro, durante as negociações, conseguiu propor uma redação que chegasse ao consenso no que tange a inclusão de LMICs no mecanismo interino de contramedidas médicas, mesmo que essa questão tenha demandado muitas horas de discussão.

Portanto, não só é necessário abordar a saúde destas populações vulnerabilizadas como parece haver espaço para a discussão, considerando a habilidade diplomática do governo brasileiro, apesar da polêmica que envolve o tema da migração e refúgio.

- Saúde Digital

Os aspectos sobre a saúde digital já foram abordados acima quando da análise das prioridades estabelecidas pela presidência indiana do G20.

Cabe destacar que o Brasil deve encarar a saúde digital como transversal às outras prioridades uma vez que ela pode ter impactos positivos na PPR, na UHC e na discussão sobre mudança climática e saúde, conforme fica evidenciado pelo próprio texto da declaração: “**nós percebemos a importância da saúde digital e da modernização dos dados de saúde para o fortalecimento dos sistemas de saúde** e na melhoria dos serviços de saúde, incluindo imunização de rotina, saúde mental, nutrição e serviços

de saúde sexuais e reprodutivos que sejam **acessíveis e equitativos para todos**. A saúde digital é importante para um melhor sistema de saúde e pode apoiar a criação de registros eletrônicos de saúde baseados em padrões, permitir vigilância da saúde pública quase em tempo real, atendimento personalizado, melhorar a qualidade do atendimento através de sistemas de apoio à decisão clínica, permitem a continuidade do cuidado, facilitam a autogestão de saúde pelos pacientes.”

- Mudança climática e saúde

O tema foi tratado de maneira indireta no âmbito da prioridade sobre PPR e *One Health*. Os ministros e ministras da saúde congratularam o trabalho da Rede Internacional de Vigilância de Patógenos (IPSN), da qual a Fiocruz faz parte, e da oportunidade de trabalhar em estreita colaboração com o Centro de Inteligência sobre Pandemias e Epidemias da OMS e seu esforço para expandir globalmente as comunidades de prática, e para estabelecer programas de intercâmbio de conhecimento que disseminam e compartilham boas práticas. Congratularam, também, a liderança técnica e o papel norteador da Quadripartite (OMS, FAO, OMSA e PNUMA) na promoção de PPR de emergências de saúde, orientados pelo Plano de Ação Conjunto da Saúde Única (2022-2026).

É preciso que o governo brasileiro avance mais na discussão com propostas concretas de como lidar e/ou mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde das populações.

A presente análise não tem a pretensão de esgotar todos os pontos discutidos na declaração de ministros da saúde do G20 em 2023, mas, por meio do seu desenho metodológico, visou a levantar informações qualificadas e críticas para subsidiar o governo brasileiro no seu esforço de preparação e organização das discussões sobre saúde no G20 durante a presidência do Brasil em 2024.

Recomendações

Considerando os achados acima, recomenda-se que o governo brasileiro, em seu esforço para planejar, organizar e conduzir as discussões sobre saúde no G20, durante sua presidência em 2024:

1. Seja norteador pela busca da equidade e solidariedade, ao mesmo tempo em que se utilize a Saúde Digital e o Planejamento Estratégico como elementos instrumentais transversais às prioridades elencadas.
2. Alinhe as prioridades em saúde elencadas pelo Brasil no G20 com as agendas da saúde global da OMS, que pode ser acessada e conhecida revisitando as políticas vigentes e as resoluções aprovadas nas últimas Assembleias Mundiais da Saúde.
3. Aborde de maneira direta o tema “saúde de populações vulnerabilizadas” (migrantes, refugiados, povos indígenas, grupos étnicos marginalizados, populações de baixa renda, mulheres e crianças, idosos dentre outras), já que não houve compromissos relacionados a este tema nas declarações de ministros da saúde e na declaração de líderes dos anos anteriores. Especialmente sobre saúde de povos indígenas, visando manter o protagonismo do Brasil nessa temática, iniciado na 76ª Assembleia Mundial da Saúde com a apresentação pelo Brasil da Resolução WHA76.16 (*The Health of Indigenous People*) e sua aprovação.
4. Trate a Cobertura Universal em Saúde (UHC) como Saúde Universal sob a perspectiva da saúde coletiva e do fortalecimento de sistemas públicos universais, equitativos, integrais e de qualidade (perspectiva de direitos humanos).
5. Proponha pelo menos uma iniciativa concreta, que tenham efeitos práticos, para cada prioridade em saúde elencada.
6. Discuta as guerras como fenômenos que atentam contra a vida e dignidade humana, mencionando não somente a Guerra da Ucrânia, caso ainda esteja acontecendo, mas as

demais guerras e conflitos bélicos que estiverem ocorrendo no mundo. É preciso que o G20 se posicione veemente contra guerras e a favor da paz.

7. Fique atento às *Call to Action* em saúde feitas durante a presidência da Índia para organizar eventos paralelos e discussões de alto nível (no âmbito do T20 ou do governo) relacionadas às mesmas, a exemplo de:

7.1. Continuar a discussão sobre o mecanismo de contramedidas médicas.

7.2. Aprofundar a discussão sobre AMR, considerando o *UNGA High Level meeting* sobre AMR.

7.3. Dar continuidade à Iniciativa Global em Saúde Digital estabelecida pela OMS em parceria com a Índia.

Referências

AITH, F.; FREITAS, R. DE; ESTEPHANIO, J. M. La révision du règlement sanitaire international (RSI) au G20. *Journal de Droit de la Santé et de l'Assurance Maladie*, v. 37, p. 173–177, 2023.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

G20 SECRETARIAT. *About G20G20 INDIA*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.g20.org/en/about-g20/#members>>. Acesso em: 24 ago. 2023a.

G20 SECRETARIAT. *G20 - Background Brief*. [s.l.: s.n.].

G20 SECRETARIAT. *G20 Health Minister's Meeting Outcome Document & Chair's Summary*. Gandhinagar: [s.n.].

Documento na Íntegra:
G20 Health Ministers Meeting Outcome Document & Chair's Summary
18th-19th August 2023, Gandhinagar, India

The Outcome Document comprises the entire text, which was unanimously agreed to by all G20 delegations, except for para 22, which pertains to the Chair's Summary.

1. We, the G20 Health Ministers, met in Gandhinagar, Gujarat, India on August 18th - 19th 2023 to discuss major global health priorities & challenges and to reaffirm our commitment to continue strengthening the Global Health Architecture.

2. Building on the lessons from COVID 19 pandemic, we arrived at a consensus to build more resilient, equitable, sustainable and inclusive health systems equipped to address ongoing global health challenges and future public health emergencies with equitable access to safe, effective, quality-assured and affordable vaccines, therapeutics, diagnostics, and other medical countermeasures, especially in Low-and Middle-income Countries (LMICs) and Small Island Developing States (SIDs). There is a need to strengthen and develop resilient and sustainable medical research & development, local and regional manufacturing capacities, supply chain ecosystem, health workforce, and the integration of interoperable digital health solutions in the health systems especially at the primary health care level. We reaffirm the importance of strengthening of national health systems by putting people at the centre of preparedness and equip them to respond effectively. We also recognize the importance of mainstreaming a gender perspective when designing health systems, considering the specific needs of women and girls, with a view to achieving gender equality in health systems. This would facilitate achieving Universal Health Coverage (UHC), with an aim to strengthen primary health care and improve essential health services and health systems to better than pre-pandemic levels, ideally within the next two to three years, and the health-related targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development and its Goals as well as the UHC Action Agenda. We also recognize the need for improving our understanding of long-COVID, its consequences on individual, social and economic levels as well as on post-COVID-related health services, and note the importance of surveillance and research into long-COVID. We affirm that the need of the hour is to converge, consolidate, and create a healthier future and the importance of strengthening national health systems including through effective community involvement and the underlying principle of "Leave No One Behind" and considering vulnerable populations living in crises affected settings.

3. Under the overarching theme of India's G20 Presidency, 'One Earth, One Family, One Future', we deliberated on:

- Health Emergencies Prevention, Preparedness, and Response [PPR] (with focus on One Health and Antimicrobial Resistance [AMR]),
- Strengthening Cooperation in the Pharmaceutical sector with focus on availability & access to safe, effective, quality, and affordable Medical Countermeasures-VTDs (Vaccines, Therapeutics, and Diagnostics), and
- Digital Health Innovation and Solutions to Aid Universal Health Coverage and Improve Healthcare Service Delivery.

4. We are committed to strengthening our dialogue with the Finance track through the G20 Joint Finance-Health Task Force (JFHTF), that is working towards continued and collaborative efforts between Finance & Health streams, striving to mitigate economic vulnerabilities and risks from pandemics and improving readiness for large-scale pandemic response interventions including exploring how pandemic response financing mechanisms could be optimized, better coordinated and when necessary, suitably enhanced. We welcome the conclusion of the First Call for Proposals of the Pandemic Fund and highlight the importance of securing new donors and co-investment.

5. We commend the efforts by India's G20 presidency in arranging co-branded events which discussed beyond the identified priorities, additional challenges in health such as tuberculosis, climate change and health, hypertension and diabetes, food safety and nutrition, and adolescent and youth wellbeing.

6. We reiterate the central and coordinating role of the World Health Organization in global health architecture with the core purpose of achieving SDGs and UHC. We commit to further enhancing political momentum towards a more sustained convening role of WHO for health emergency PPR, and underline the need for its sustainable financing. In this regard, we applaud the landmark decision at the 75th WHA to work towards increasing the share of assessed contributions to 50 percent of WHO's 2022-2023 base budget, which takes into account the importance of monitoring budgetary proposals as well as progress on reforms for efficient operation, we recognize the financing efforts made by WHO Member States particularly LMICs, and welcome the decisions at the 76th WHA in this respect.

7. We recognize that several multilateral forums and international organizations worldwide are engaged in dialogue to strengthen prevention, preparedness, and response to future pandemics and other global health security threats. We also reaffirm our commitment to ending the epidemics of AIDS, tuberculosis, malaria and for polio eradication. We look forward to a successful outcome of the ongoing negotiations in the Inter-Governmental Negotiating Body (INB) for a legally binding WHO convention, agreement or other international instrument on pandemic PPR (WHO CA+) by May 2024 and the Working Group on Amendments to the International Health Regulations (WGIHR), recognizing member states' sovereignty and responsibility for health systems. We look forward to the upcoming UN General Assembly (UNGA) High-Level Meeting (HLM) on pandemic PPR, TB and UHC in September 2023 and affirm the need to avoid duplication and ensure coherence in all such initiatives. We recall the G20 Indonesia's Health Ministers' Chair Summary (2022) where the need to ensure coherency and complementarity of efforts, and actions for pandemic PPR including alignment with efforts to accelerate the achievement of UHC was reaffirmed.

8. Expressing concern over rising cases of zoonotic spill overs and consequently emerging and re-emerging diseases, we acknowledge the need to identify new and address the existing drivers using a science and risk-based approach, and to strengthen existing infectious disease surveillance systems, including at the community-level, duly integrating collaborative and inclusive One Health Approach as enunciated by the One Health High-Level Expert Panel and addressing the nexus between climate change and health. In this regard, we welcome the work of International Pathogen Surveillance Network (IPSN) and the opportunity to work closely with the WHO Hub for Pandemic and Epidemic Intelligence and its endeavour to globally expand communities of practice and establish knowledge exchange programmes that disseminate and share good practices. We recognize the need to provide support to equip the public and animal health emergency workforce including through initiatives such as the WHO Academy and WHO Biomanufacturing Workforce Training Hub in South Korea and Public Health Workforce Laboratorium. We also underline the importance of close cooperation amongst centers for disease prevention and control.

9. We welcome the Quadripartite (WHO, WOA, FAO, and UNEP) technical leadership and guiding role in promoting health emergencies prevention, preparedness and response driven by the One Health Joint Plan of Action (2022-26) as a blueprint for action and recognize the progress by G20 members including through the Indonesian G20 Presidency.

10. Climate change will continue to drive health emergencies, including through the emergence and re-emergence of infectious diseases and by increasing the severity and frequency of natural disasters, thereby threatening to overwhelm health systems' ability to deliver essential health services. As such, we recognize the need to enhance the resilience of health systems against the impact of climate change. We commit to prioritizing climate-resilient health systems development, building sustainable and low-carbon/low greenhouse gas (GHG) emission health systems and healthcare supply chains that deliver high-quality healthcare, mobilize resources for resilient, low-carbon sustainable health systems, and facilitate collaboration, including initiatives such as the WHO-led Alliance for Transformative Action on Climate and Health (ATACH).

11. We as G20 members commit to tackling AMR comprehensively following the One Health approach through strengthening multi-sectoral governance, coordination; research and development (R&D); infection prevention and control (IPC); water, sanitation and hygiene (WASH); improving awareness of AMR; promoting responsible use of antimicrobials including preserving the existing therapeutics across humans, animals and plant sectors through antimicrobial stewardship; augmented surveillance of AMR and antimicrobial consumption including through the WHO Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS); optimal use of surveillance data to inform action and policy development; developing novel antimicrobials guided by the WHO

Critically Important Antimicrobials list, equivalent national prioritization lists, and the WHO AWaRe book as a tool to support access to essential antibiotics; and promoting appropriate use and equitable access for all, leaving no one behind including through a community-based approach. We welcome research and development on novel antimicrobials through various international initiatives such as SECURE, CARB-X & GARDP including push & pull mechanisms., while striving for sustained and reliable supply and sustainable production of existing antimicrobials, by incentivizing the production of affordable generic antimicrobials and advancing appropriate usage/antimicrobial stewardship principles. We continue to support the work of the Global AMR R&D Hub in promoting collaboration and coordination of research and development on AMR. We underline the importance of allocating funds to implement AMR National Action Plans (NAPs) from domestic mechanisms and relevant modalities of global financial instruments like the Global Fund, Pandemic Fund and AMR-specific mechanisms, such as the Quadripartite AMR Multi partner Trust Fund. We look forward to the UN High-Level Meeting on AMR in September 2024 and fourth international ministerial conference on AMR at Riyadh hosted by Saudi Arabia in November 2024 for continuing the momentum on combating AMR and, we support the ongoing INB negotiations which are also considering provisions on AMR in the WHO CA+, noting the landmark opportunity these events and instruments provide for progressing work on AMR globally.

12. We recognize the potential role of evidence-based Traditional and Complementary Medicine (T&CM) in health, and take note of WHO's efforts in this direction including global and collaborating centres, and clinical trial registries. We acknowledge the potential of evidence-based T&CM practices in public health delivery systems, provided they are rigorously and scientifically validated to be safe and effective as per WHO TM Strategy 2014-23, extended till 2025. We acknowledge efforts to integrate evidence-based T&CM, as appropriate, into health systems and services by some member states, and efforts to regulate T&CM practices according to national laws and regulations.

13. We acknowledge that India's G20 presidency is carrying forward the discussions on the need for adaptable, affordable, agile, sustainable, inclusive, effective, efficient, accountable and equitable access to medical countermeasures as also discussed during the Indonesian and Italian G20 Presidencies.

14. We recall the relevant recommendations made by numerous panels and evaluations including the informal Johannesburg process to improve coordination in the end-to-end medical countermeasures ecosystem during health emergencies including focus on LMICs. We welcome the role of G20 members (i) in WHO-convened INB and WGIHR processes to ensure linkages between existing networks and partnerships at national, regional and global level; (ii) WHO-convened process to establish the interim mechanism enabling the relevant functions of research & development, manufacturing, procurement, and delivery to the last mile. This will facilitate equitable inclusive, accountable and timely access to safe, effective, quality, and affordable medical countermeasures during health emergencies.

15. We are aware that the next health emergency may occur at any time. Therefore, we support a WHO-led inclusive consultative process for the development of an interim medical countermeasures coordination mechanism led by an inclusive decision-making arrangement including effective representation of LMICs and other developing countries and convened by WHO to enhance collaboration for timely and equitable access to medical countermeasures against pandemic threats. It should consider a network of networks approach, while building on international and regional partnerships and entities and nurturing opportunities for collaboration.

It should be coherent with the INB and WGIHR processes and may be adapted in alignment with the WHO CA+ where the issue of a permanent mechanism is under discussion. We acknowledge the upcoming UNGA high-level meeting, and look forward to the timely establishment of an interim mechanism. The G20 members are fully committed to the successful completion of the INB & WGIHR processes.

16. We recognize the need for strengthening local and regional health product manufacturing capacities and cooperation as well as sustainable global and regional research and development networks to facilitate better access to VTDs globally, especially in developing countries. There is a need to collaboratively nurture an ecosystem of regional R&D and manufacturing for VTDs, particularly in LMICs, which can support equitable access and distribution, and is tailored to region-specific contexts, to address market failures and regional demand. These actions will identify, include and strengthen existing regional VTD capacities and facilitate new networks where the need exists. This could leverage networks established during COVID-19, such as the network of manufacturers established by MPP for therapeutics and the mRNA Technology Transfer Programme linked

with the WHO mRNA hub in South Africa and the WHO regional hub in Argentina and Brazil. We underscore the importance of public-private partnership, and technology transfer and knowledge sharing on voluntary and mutually agreed terms. Acknowledging the importance of swiftly reacting to pandemics, Ministers will support science to shorten the cycle for the development, manufacturing, and distribution of safe and effective VTDs, with the ambition to develop VTDs from 300 to 100 days in the long term, acknowledging the differences in challenges to develop vaccines compared to therapeutics and diagnostics, following the identification of such threats while maintaining strong regulatory oversight and public confidence, and work to make them affordable and widely available.

17. We encourage strong collaboration between governments, international organizations, initiatives, regional organizations, regulators, academia, civil society organizations, research institutions, philanthropists, multi-lateral development banks and private sectors to promote R&D and diversify manufacturing networks, strengthen the resilience and transparency of global supply chains and delivery capacities. We recognize and support the ongoing inter-agency collaboration to strengthen end-to-end processes within and across the VTD pillars. We recognize the role of innovative and flexible partnerships in global health, such as Global Fund, GAVI, Pandemic Fund, CEPI, UNITAID, MPP and FIND can play through close collaboration with WHO, UNICEF and Member States in building global health resilience and response capacities against future pandemic threats in accordance with the IHR monitoring and evaluation framework.

18. Building on the lessons from COVID-19 pandemic, we realize the significance of digital health and health data modernization in strengthening healthcare systems and making health services including routine immunization, mental health, nutrition, and sexual and reproductive health services accessible and equitable to all. Digital health is important for a better healthcare system and can support the creation of standards-based electronic health records, enable near real-time public health surveillance, personalized care, improve quality of care through clinical decision support systems, enable continuum of care, facilitate self-management of health by patients. Appropriate and safe use of health data proper legal and technical safeguards to the patient's privacy and can support informed public health policy, more strategic health financing models and unprecedented research opportunities. We welcome the results of work done by WHO, OECD, the International Civil Aviation Organization, the International Maritime Organization, and Global Digital Health Partnership (GDHP), started during the Indonesian Presidency, to improve trusted, cross-border interconnectivity and health systems to facilitate international travel and support global collaboration in health through WHO's Global Digital Health Certification Network, and look forward to exploring its broader application in future. We also recognize the potential for innovative technologies, including the use of internet of things, big data analytics, Artificial Intelligence and machine learning, to support people's health needs and the achievement of UHC, and note the importance of applying ethical principles and appropriate governance, standards and principles to their development, adoption and use.

19. We recognize the work of many institutions towards digital transformation of health systems but they are primarily operating in silos leading to reduced country-level impact. We recommend that these existing initiatives are closely coordinated to complement and support an interconnected digital health ecosystem that can increase the coordination and quality health service delivery, and optimize the use of limited resources, thereby reducing duplication of efforts. A platform to strengthen coordination, alignment, and amplifying technical and knowledge resources would facilitate unlocking the potential of digital health and health data to strengthen the delivery of quality and inclusive health information and service delivery, particularly at primary healthcare level. It will especially support health service delivery in low-resource settings and for people living in vulnerable situations including women and girls.

20. Building on the Saudi Arabian G20 presidency priority on Digital Health and Indonesia's G20 presidency initiative on digital health, we commit to support the WHO's efforts to establish the Global Initiative on Digital Health which will support the implementation of WHO member-stated endorsed WHO's Global Digital Health Strategy 2020-2025. Global Initiative on Digital Health, as a WHO managed network, can help reduce fragmentation, provide convergence of digital health initiatives & voluntary funds including through promotion of interoperable open source, open standard digital solutions as defined in the WHO Global Strategy on Digital Health 2020- 2025, and with WHO guidance and recommendations on effective practices and standards, coordinate work with existing multi-national organizational efforts and promote repository of quality-assured digital health solutions in a transparent manner.

21. The Initiative aims to support countries to plan and implement high quality digital health systems and facilitate patients to access healthcare services based on a people-centric approach with the highest regard for privacy and ethics, in accordance with the health information policies and privacy legislations and in full compliance with respective data protection regimes of each jurisdiction. The initiative is intended to ensure people-centric, inclusive and equitable digital health solutions, complement existing health service delivery models, and maintain patient & public trust. Through wider availability of standards-based technology tools with specific focus on developing countries, the Initiative aims to help bridge the digital divide across the countries. The Initiative will strive to include a focus on promotion of digital literacy including for women & girls and capacity building of health workforce, including at the primary health level. The Initiative through supporting wider usage of technology in health sector will promote ongoing efforts towards achievement of UHC.

22. The war in Ukraine has further adversely impacted the global economy. There was a discussion on the issue. We reiterated our national positions as expressed in other fora, including the UN Security Council and the UN General Assembly, which, in Resolution No. ES-11/1 dated 2 March 2022, as adopted by majority vote (141 votes for, 5 against, 35 abstentions, 12 absent) deplores in the strongest terms the aggression by the Russian Federation against Ukraine and demands its complete and unconditional withdrawal from the territory of Ukraine. Most members strongly condemned the war in Ukraine and stressed it is causing immense human suffering and exacerbating existing fragilities in the global economy – constraining growth, increasing inflation, disrupting supply chains, heightening energy and food insecurity, and elevating financial stability risks. There were other views and different assessments of the situation and sanctions. Recognizing that the G20 is not the forum to resolve security issues, we acknowledge that security issues can have significant consequences for the global economy^{1,2}.

23. It is essential to uphold international law and the multilateral system that safeguards peace and stability. This includes defending all the Purposes and Principles enshrined in the Charter of the United Nations and adhering to international humanitarian law, including the protection of civilians and infrastructure in armed conflicts. The use or threat of use of nuclear weapons is inadmissible. The peaceful resolution of conflicts, efforts to address crises, as well as diplomacy and dialogue, are vital. Today's era must not be of war.

24. We commend India's G20 presidency for their efforts in steering the G20 Health Working Group meetings in the field of health emergencies, access to medical countermeasures and use of digital technologies and carrying forward the foundation laid down by previous presidencies towards building more resilient, equitable and sustainable health systems with a view to achieve UHC and SDGs. We acknowledge the contribution of all invited countries, International Organizations and other stakeholders towards enriching the agenda. We reaffirm our commitment to the Global Patient Safety Leaders Group created during the Saudi Arabia G20 Presidency and we look forward to furthering its outcomes during the G20 Brazilian Presidency.

25. We are committed to further continuing action-oriented dialogues in global health under the incoming G20 presidencies, including Brazil in 2024.

Following countries stated their distinct positions on Paragraph 22 as presented below:

1 Russia rejected the inclusion of geopolitical paragraph 22 on the basis that it does not conform to the G20 mandate and recognizes the status of the paragraph as Chair's Summary. Russia agrees with the rest of the text.

2 China stated that G20 is not the right platform to address security issues and opposed the inclusion of the geopolitical- related content.

Os legados do Colonialismo – pedras no caminho do Direito ao Desenvolvimento e, portanto, de uma Saúde Universal

Armando De Negri Filho

Com o início da 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, programada para o dia 11 de setembro de 2023, indicamos o link da Agenda e Anotações sobre os conteúdos a serem abordados [G2315218.pdf \(un.org\)](#). Nesta fase de preparação para o trabalho da 54ª Sessão, apresentamos o destaque em torno aos debates e resoluções sobre o Direito ao Desenvolvimento, posto que está prevista a apresentação e adoção por parte do Plenário, do texto proposta do Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu encaminhamento para a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Também estão previstos outros pontos de agenda sobre o Direito ao Desenvolvimento:

"Em sua resolução 51/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu prorrogar, por um período de três anos, o mandato de Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento. O Conselho analisará o relatório do novo titular do mandato, Surya Deva (A/HRC/54/27), que também apresentará o relatório do antigo titular do mandato, Saad Alfarargi (A/HRC/54/27/Add.1) durante um diálogo interativo.

Nos termos da Resolução 77/212 da Assembleia Geral e da Resolução 51/7 do Conselho, o Conselho analisará o relatório consolidado do Secretário-Geral e do Alto Comissário sobre o direito ao desenvolvimento (A/HRC/54/38).

Nos termos das resoluções 9/3 e 51/7 do Conselho, o Conselho analisará o relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento na sua vigésima quarta sessão (A/HRC/54/40) e o relatório do Presidente-Relator do Grupo de Trabalho, Zamir Akram, sobre o texto final do projecto de pacto internacional sobre o direito ao desenvolvimento (A/HRC/54/50, A/HRC/54/50/Add.1 e A/HRC/54/50/Add.2).

Na sua Resolução 42/23, o Conselho decidiu criar um mecanismo subsidiário de peritos para dotar o Conselho de conhecimentos especializados temáticos sobre o direito ao desenvolvimento na procura, identificação e partilha de boas práticas com os Estados-Membros e para promover a implementação do direito ao desenvolvimento a nível mundial. O Conselho analisará o relatório anual do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento (A/HRC/54/41) durante um diálogo interativo.

Na sua Resolução 47/11, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que organizasse uma série de seminários regionais, um para cada uma das cinco regiões geográficas, sobre a contribuição do desenvolvimento A/HRC/54/17 para o gozo de todos os direitos humanos, a fim de permitir que os Estados-Membros, as agências, fundos e programas pertinentes das Nações Unidas, as organizações internacionais e regionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para identificar desafios e lacunas e compartilhar boas práticas e experiências a esse respeito.

Solicita igualmente ao Alto Comissário que elabore um relatório de síntese sobre os debates realizados nos seminários e que o apresente ao Conselho na sua quinquagésima quarta sessão. O Conselho terá diante de si o relatório do Alto Comissário (A/HRC/54/43).

De acordo com sua resolução 49/8, o Conselho de Direitos Humanos terá diante de si o relatório resumido do ACNUDH sobre a reunião de alto nível comemorativa do trigésimo quinto

aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, realizada em sua quinquagésima segunda sessão (A/HRC/54/45).

De acordo com suas resoluções 45/6 e 51/7, o Conselho de Direitos Humanos considerará os estudos temáticos do Mecanismo de Especialistas."

Para fins deste informe, destacamos três relatórios fundamentais para entender os debates estratégicos para alcançar o direito universal à saúde como parte do direito ao desenvolvimento em escala global e que serão apresentados na 54ª Sessão.

O primeiro é o resumo do painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos, produzido pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, documentando o **painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos**, realizado em 28 de setembro de 2022. Este documento expressa a profunda relação entre ordem colonial persistente e os obstáculos ao desenvolvimento dos países do Sul Global, destaca a relação entre colonialismo e racismo e permite reivindicar uma nova ordem que repare os legados negativos do colonialismo em favor do pleno direito o desenvolvimento de povos e nações. [G2311063.pdf \(un.org\)](#)

Cabe destacar os seguintes trechos:

"Alguns participantes destacaram situações em curso, enquanto outros se referiram a violações de direitos humanos decorrentes do colonialismo e seus legados em curso. Alguns oradores recordaram o impacto duradouro do colonialismo, testemunhado na pobreza persistente, na exploração econômica, no controle financeiro, nas desigualdades estruturais dentro e entre os Estados, nas hierarquias raciais, étnicas e religiosas, na migração forçada e no tráfico de seres humanos. Um palestrante observou que, devido aos efeitos contínuos do colonialismo, os países passaram por desafios domésticos e internacionais para superar as relações de poder com os ex-colonizadores. Observou-se que, além de criar instabilidade, o colonialismo também limitou a capacidade do antigo país colonizado de estabilizar sua economia, e que seus efeitos persistem muitas décadas depois que os países conquistaram a independência, em grande parte porque a ordem internacional atual foi esculpida no colonialismo.

26. Um representante dos Estados-Membros da Comunidade do Caribe em Genebra sublinhou que o peso das recentes empresas coloniais continuava a ser predominantemente sofrido pelos povos do Sul global. Eles sublinharam que, em sua região, os legados históricos do colonialismo e do comércio e tráfico de africanos escravizados continuaram a impulsionar o racismo sistêmico que definiu aspectos críticos da economia global moderna e ditou como as pessoas na região comiam, o que produziam e a qualidade e duração gerais da vida. Os estudos sobre a região há muito reconheciam que o empobrecimento da maioria negra estava diretamente ligado aos mecanismos institucionais da economia e da sociedade coloniais. O impacto duradouro do colonialismo foi, portanto, evidente na pobreza persistente.

Alguns oradores recordaram que o legado persistente do colonialismo constituía um importante obstáculo ao gozo do direito ao desenvolvimento. Uma perspectiva holística e abrangente do direito ao desenvolvimento foi crucial para abordar e remover obstáculos históricos e sistêmicos que impediram o desenvolvimento em muitas regiões do mundo. Isso poderia abrir caminho para a descolonização das estruturas e práticas que perpetraram os legados do colonialismo, especialmente em processos desiguais de governança global, por exemplo, desmantelando mecanismos sistêmicos de exploração, como regimes injustos de comércio e investimento internacional e mecanismos de dívida externa. Outros oradores observaram que abordar esses legados era uma pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável e promover o gozo dos direitos humanos, incluindo o direito

ao desenvolvimento. Foi feito um apelo ao aumento da ajuda económica e da ajuda pública ao desenvolvimento prestada às ex-colónias, bem como a medidas de redução da dívida, que não devem ser consideradas como uma dádiva, mas como um meio de contribuir para o gozo do direito ao desenvolvimento. “

O segundo relatório destacado, apresenta os debates realizados nos **cinco seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos**, relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Inclui também recomendações baseadas nas discussões substantivas durante os seminários. Os Seminários foram realizados no último trimestre de 2022 e primeiro trimestre de 2023, e recolhem as percepções e entendimentos sobre o direito ao desenvolvimento nos vários contextos regionais, reiterando a relação desenvolvimento e superação da colonialidade e apontando com destaque a necessidade de uma nova ordem internacional que permita materializar os direitos humanos e ambientais, incluindo o direito à saúde, em particular neste ambiente de insuficiência e fragilidade explicitado pela pandemia de Covid19. [G2312647.pdf \(un.org\)](#)

O terceiro relatório se refere ao relato da reunião **do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento, na sua vigésima quarta sessão (Genebra, 15-19 de maio de 2023), informe do Presidente-Relator, Embaixador Zamir Akram – Paquistão**. O relatório ilustra com perfeição os temas que marcam os desentendimentos e conflitos entre a posição ativa dos não-alinhados em favor do fluxo imediato do texto proposta do Tratado pelo Direito ao Desenvolvimento para a Plenária de Setembro e logo para a Assembleia Geral da ONU e a posição da Uniao Europeia contra o avanço do Tratado, ademais da posição ambígua dos países latino-americanos, exceto Cuba e Venezuela, que não terminam de firmar posição em favor do proposto. A leitura do relatório da 24ª Sessão do grupo de trabalho, traduz um verdadeiro mapa dos conflitos que relacionam o direito ao desenvolvimento com os legados mais profundos do colonialismo e vale como preparação para o debate que cercará o processo de adoção do Tratado no CDH, na UNGA e nos passos que virão para a ratificação do Tratado nos países. A posição europeia e de seus aliados ocidentais argumentando que os ODS já suprem a função proposta para o Tratado revela o cinismo com que ambas as iniciativas – o Tratado e os ODS são tratados: de forma retorica e sem compromissos verdadeiros pela superação das crescentes desigualdades injustas.

Em um momento de intensa reconfiguração geopolítica e ensaios sobre uma multipolaridade que demanda uma nova ordem econômica e política internacional, o debate sobre o direito ao desenvolvimento e a superação dos legados do colonialismo ganha uma densidade renovada e se crispam ainda mais as posições ocidentais contra movimentos que são temidos pois podem conduzir a pedidos de reparação relacionados a uma justiça restaurativa capaz de curar as profundas feridas ainda abertas da ordem colonial e instalar um outro padrão de relacionamento entre as nações. Nunca estivemos tão próximos de poder discutir de fato a determinação social da Saúde.

Seguem as traduções ao português dos relatórios mencionados:

1. **Resumo do painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos.** [G2311063.pdf \(un.org\)](#)

Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Resumo. Em sua resolução 48/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu convocar, em sua quinquagésima primeira sessão, um painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos. Durante o painel de discussão, que foi realizado em 28 de setembro de 2022 em um formato híbrido com participação virtual e presencial, painelistas e

palestrantes destacaram o impacto dos legados do colonialismo nos direitos humanos, identificaram desafios na abordagem dessa questão e apontaram caminhos a seguir.

I. Introdução

1. Em sua resolução 48/7, o Conselho de Direitos Humanos decidiu convocar, em sua quinquagésima primeira sessão, um painel de discussão sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos. Além disso, o Conselho solicitou ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) que elaborasse um relatório de síntese sobre o painel de discussão e o apresentasse ao Conselho em sua quinquagésima quarta sessão. O presente relatório é apresentado ao Conselho nos termos desse pedido.

2. O painel de discussão foi realizado no dia 28 de setembro de 2022 em formato híbrido, com participação virtual e presencial. Teve um webcast e foi gravado,¹ e disponibilizado a pessoas com deficiência por meio de interpretação internacional de sinais e legendagem em tempo real.

3. O objetivo do painel de discussão foi examinar as várias formas de impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos e identificar desafios, medidas concretas e medidas para enfrentá-los. Os participantes da discussão também consideraram os papéis potenciais que o Conselho de Direitos Humanos, os Estados-Membros, os órgãos e agências relevantes das Nações Unidas, as organizações internacionais, os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, as instituições nacionais de direitos humanos, as organizações não governamentais e outras partes interessadas relevantes poderiam desempenhar.

4. O painel de discussão foi presidido pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos para o décimo sexto ciclo (2022), Federico Villegas, e moderado (por videoconferência) pelo Relator Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e intolerância relacionada, E. Tendayi Achiume. Após uma declaração de abertura da Vice-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos em exercício, a Vice-Alta Comissária Nada Al-Nashif, e da Presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, Verene Shepherd, os painelistas fizeram observações introdutórias. Os painelistas foram o relator especial sobre os direitos dos povos indígenas, José Francisco Calí Tzay; o Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, Mihir Kanade (por mensagem de vídeo); o relator especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não reincidência, Fabian Salvioli (por mensagem de vídeo); e um membro do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, Koen De Feyter, que fez as observações finais.

Durante a discussão que se seguiu, representantes de 23 Estados, intervieram a União Europeia e seis organizações não governamentais.

II. Declarações iniciais.

5. O Alto Comissário em exercício abriu o painel de discussão enfatizando que, embora muitas ex-colônias tivessem conquistado a independência desde a criação das Nações Unidas, o processo de descolonização permaneceu incompleto. A Quarta Década Internacional para a Erradicação do Colonialismo (2021-2030) apresentou uma oportunidade para acelerar o ritmo de ação em direção à descolonização universal e enfrentar os legados do colonialismo. O direito à autodeterminação, consagrado no Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, era condição essencial para a efetiva garantia e observância dos direitos humanos individuais, bem como para a promoção e fortalecimento desses direitos. Tal como reconhecido pelos Estados quando adotaram a Declaração de Durban e o Programa de Ação em 2001, o colonialismo conduziu ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância conexa. Eles também reconheceram que africanos e afrodescendentes, asiáticos e indígenas foram vítimas do

colonialismo e continuaram a ser vítimas de suas consequências. A Alta Comissária em exercício recordou que, a nível regional, em março de 2019, o Parlamento Europeu encorajou as instituições da União Europeia e os Estados-Membros a reconhecerem e marcarem oficialmente as histórias das pessoas de ascendência africana na Europa, incluindo as injustiças passadas e em curso, como a escravatura e o tráfico transatlântico de escravos, ou as cometidas durante o colonialismo europeu.

1 Ver <https://media.un.org/en/asset/k1k/k1k1tyq3k2>.

6. O Alto Comissário em exercício referiu-se ao relatório do ACNUDH sobre justiça racial e igualdade apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em conformidade com sua resolução 43/1. 2 Em seu relatório, o ACNUDH constatou que o racismo sistêmico contra africanos e afrodescendentes persistia, em grande parte, devido a concepções equivocadas de que a abolição da escravatura, o fim do comércio transatlântico de africanos escravizados e o colonialismo e as medidas tomadas pelos Estados até o momento haviam removido as estruturas racialmente discriminatórias construídas por essas práticas e criado sociedades iguais. De fato, nenhum Estado havia contabilizado de forma abrangente o passado ou as consequências contínuas do racismo sistêmico, incluindo a marginalização socioeconômica e política que moldou a vida das pessoas de ascendência africana em alguns países. Ela ainda ressaltou que, enquanto alguns Estados haviam empreendido iniciativas para reformar leis e práticas da era colonial que não estavam em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos, em muitos outros, essas leis continuaram a sufocar as liberdades fundamentais, impedir o desenvolvimento econômico e interferir nas liberdades pessoais, por exemplo, no direito penal e processual e na gestão de emergências. Os legados contínuos do colonialismo tiveram um impacto desproporcional nos direitos, culturas e línguas dos povos indígenas, bem como em suas oportunidades econômicas e prosperidade. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas ressaltou o fato de que os povos indígenas sofreram injustiças históricas por causa de sua colonização e da desapropriação de suas terras, territórios e recursos. Isso continuou a alimentar as desigualdades e impediu que os povos indígenas exercessem seu direito ao desenvolvimento de acordo com suas próprias necessidades e interesses. O Alto Comissariado interino também destacou o aumento do racismo, da xenofobia e da estigmatização de asiáticos e pessoas de ascendência asiática em alguns países, por exemplo, durante a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19). Exemplos incluem incidentes de abuso físico e verbal com motivação racial, incitação ao ódio na mídia, discriminação no local de trabalho, violência em espaços públicos, bullying em escolas e negação de acesso a serviços, incluindo cuidados de saúde.

7. Por último, o Alto Comissário em exercício sublinhou que só com uma liderança política forte, um diálogo honesto e respostas criativas, eficazes e abrangentes é possível abordar o impacto duradouro dos legados do colonialismo em muitas sociedades e as suas ligações às formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e desigualdades de longa data. Isso exigiu uma análise mais profunda das causas profundas e dos impulsionadores e a identificação das estruturas, leis e políticas existentes que perpetuaram a discriminação, a marginalização e a exclusão. Abordar os legados do colonialismo poderia contribuir para superar as desigualdades dentro e entre os Estados e os desafios do desenvolvimento sustentável do século XXI. Além disso, as recomendações feitas pelas Nações Unidas e pelos mecanismos regionais de direitos humanos, os compromissos políticos contidos na Declaração e no Programa de Ação de Durban e as obrigações legais descritas na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial poderiam ajudar a enfrentar o impacto negativo de tais legados nos direitos humanos e proporcionar justiça reparadora. O Alto Comissário em exercício concluiu lembrando que a agenda de quatro pontos para uma mudança transformadora para a justiça racial e a igualdade, anexada ao relatório do ACNUDH acima mencionado, forneceu recomendações, incluindo o enfrentamento desses legados e a contribuição

para a responsabilização e reparação para africanos e afrodescendentes, inclusive por meio de reparações em várias formas.

8. O Presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial recordou que a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial condenava o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a elas associadas, independentemente da sua forma e onde quer que existissem. Ela destacou que a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais de 1960 afirmava a necessidade de levá-los a um fim rápido e incondicional. Antes e desde 1960, muitas ex-colônias haviam alcançado a independência, deixando apenas 17 oficialmente cobertas pela Convenção e aqueles chamados departamentos ultramarinos ou territórios ultramarinos, e aqueles que buscavam a independência como territórios incorporados. A independência política e os esforços de descolonização não significaram, no entanto, o fim do colonialismo. A descolonização deu às ex-colônias liberdade de ação, mas raramente a oportunidade de explorá-la ao máximo porque a descolonização econômica, especialmente no Sul Global, nem sempre foi acompanhada pela descolonização política. Além disso, o desenvolvimento que se esperava que acompanhasse a independência não se concretizou para muitos países ex-colônias; o direito ao desenvolvimento não foi reconhecido. Portanto, a extensão em que as ex-colônias puderam desfrutar de direitos socioeconômicos foi prejudicada pelos legados persistentes do colonialismo, especialmente a ideologia da supremacia branca, e o mundo pós-colonial manteve formas de colonialismo expressas por meio de manipulação, exploração, expropriação cultural e desigualdades.

Ver também o documento da sala de conferências intitulado "Promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos africanos e das pessoas de ascendência africana contra o uso excessivo da força e outras violações dos direitos humanos por agentes da lei", disponível em www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/regular-sessions/session47/list-reports.A/HRC/54/44

9. O Presidente do Comitê chamou a atenção para os efeitos do colonialismo manifestados na degradação ambiental, no subdesenvolvimento econômico, no perfil racial, no racismo estrutural ou sistêmico e na infraestrutura social precária manifestada no acesso desigual à saúde, à educação e à justiça social. Esses problemas socioeconômicos contemporâneos não estavam desconectados do passado, inclusive em relação à escravidão, que deixou incapacitantes as desigualdades socioeconômicas e o subdesenvolvimento no momento da emancipação. Os legados do colonialismo eram profundos e estavam enraizados em injustiças históricas. O presidente citou a Declaração e o Programa de Ação de Durban como um marco na articulação dos danos do colonialismo, tanto historicamente quanto no presente. Também reconheceu que o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância conexa, e enfatizou formas estruturais de racismo e discriminação racial que até hoje exigem atenção urgente, especialmente para africanos e afrodescendentes, asiáticos e descendentes de asiáticos e povos indígenas, que foram vítimas do colonialismo e continuaram a ser vítimas de suas consequências. Embora essas injustiças tenham sido reconhecidas há muito tempo, elas não foram postas em prática. Ao concluir, a Presidência apelou às antigas potências coloniais para assumirem os erros do passado e se envolverem numa conversa de justiça reparadora com as ex-colônias.

III. Resumo dos processos.

A. Contribuições do moderador e dos painelistas.

10. Como moderador, o Relator Especial sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata abriu a discussão observando que o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos hoje foi absolutamente de tirar o fôlego. Em seus relatórios, ela havia mostrado que algumas das formas mais arraigadas de racismo

sistêmico eram o resultado de legados contínuos de escravidão e colonialismo. Pelo menos um legado do colonialismo foi um mundo onde raça e etnia determinavam, para muitas pessoas, se gozavam ou não de direitos humanos fundamentais.

11. O Relator Especial acrescentou que a ordem global foi confrontada hoje por muitas crises: a pandemia de COVID-19 não acabou; crises econômicas e financeiras estavam, na melhor das hipóteses, no horizonte; e em um nível fundamental, a existência humana na Terra estava profundamente ameaçada pela crise ecológica. Em tempos como estes, pode ser tentador para os Estados considerar os legados do colonialismo como uma questão a ser despriorizada em favor de outras crises. Ela enfatizou, no entanto, que não poderia haver saída real para as crises globais mais urgentes sem abordar significativamente os legados do colonialismo, incluindo o clima e crises ecológicas mais amplas. Ela apontou as maneiras pelas quais os legados do colonialismo continuaram a moldar a economia global e os modos de extração, produção e consumo que estiveram no centro da crise ecológica. Não poderia haver justiça climática sem justiça racial e nenhuma resolução para a emergência climática que não levasse em conta legados coloniais arraigados. As questões em discussão exigiam, portanto, medidas urgentes. O fracasso em lidar com legados coloniais, especialmente por antigas e contemporâneas potências coloniais, foi uma parte importante da crise global; e a responsabilidade de agir por um futuro justo recaiu especialmente sobre as nações que, no passado e no presente, se beneficiaram do colonialismo.

12. O Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas afirmou que a implementação de padrões e mecanismos internacionais de direitos humanos era uma ferramenta essencial para reparar o impacto negativo dos legados do colonialismo sobre os povos indígenas. De acordo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, os povos indígenas gozam de um status especial e têm direito a direitos coletivos, incluindo os direitos à autodeterminação, terra, território, recursos e consentimento livre, prévio e informado. O reconhecimento desses direitos exigia reparação de irregularidades passadas devido à história colonial e às políticas de assimilação e à acomodação das especificidades políticas, culturais e sociais indígenas dentro das sociedades democráticas.

13. O Relator Especial acrescentou que, a fim de abordar as causas profundas do impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos, o direito à autodeterminação dos povos indígenas deve ser reconhecido. Esse direito constituiu-se em elemento central para a reparação coletiva das violações históricas e sistemáticas dos direitos dos povos indígenas e deve ser entendido como base de diálogo para a construção de uma nova relação entre povos indígenas e Estados. Ele instou os Estados a implementarem os vários direitos estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O impacto negativo do colonialismo sobre os povos indígenas resultou em racismo sistêmico, pobreza cíclica, desigualdade econômica, violência, superencarceramento, resultados ruins de saúde, espoliação de terras e territórios tradicionais, criminalização de defensores de direitos humanos indígenas, perda de língua e cultura e violência e discriminação contra mulheres e meninas. Ele pediu aos Estados que tomem medidas concretas para enfrentar os legados negativos do colonialismo em todas as suas manifestações, a fim de proteger e apoiar os povos indígenas e criar um meio eficaz de reparação para os erros históricos. Ele pediu às organizações internacionais que garantam a participação significativa dos povos indígenas em painéis técnicos, plataformas e fóruns que abordem, entre outros, soluções para mudanças climáticas, biodiversidade, linguagem e políticas de saúde.

14. Em sua mensagem em vídeo, o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento apontou que o direito ao desenvolvimento emergiu como uma resposta normativa ao impacto negativo dos legados do colonialismo sobre os direitos humanos. O reconhecimento do direito ao desenvolvimento como um direito humano foi o resultado da luta

concertada dos povos dos países recém-descolonizados para superar os legados negativos do colonialismo. Esse direito surgiu como uma tentativa do Sul global de preencher as lacunas no marco internacional dos direitos humanos, que se concentrava principalmente na necessidade de um ambiente nacional propício, mas nem sempre em um ambiente internacional propício. Assim, quando a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento foi adotada pela Assembleia Geral, os legados do colonialismo encontraram um lugar de destaque. O preâmbulo da Declaração e seu artigo 5º exigem que os Estados tomem medidas resolutas para eliminar as violações maciças e flagrantes dos direitos humanos resultantes do colonialismo e do neocolonialismo.

15. Apesar da reafirmação unânime do direito ao desenvolvimento pelos Estados em mais de 25 resoluções e declarações internacionais e no vinculativo Acordo do Clima de Paris, sua não operacionalização por mais de 35 anos foi também o resultado direto dos legados contínuos do colonialismo. O Presidente do Mecanismo de Peritos sugeriu que a oposição ideológica e normativa aos princípios fundamentais do direito ao desenvolvimento por parte de muitas antigas potências coloniais era um reflexo dos contínuos legados negativos do colonialismo. O direito ao desenvolvimento foi um dos mais importantes direitos humanos emergentes do Sul global, e baseou-se firmemente nas experiências vividas daqueles que continuaram a enfrentar os obstáculos para a realização de sua autodeterminação. No entanto, havia uma visão e uma narrativa dominantes que desconsideravam ou despriorizavam esse direito, inclusive ao sustentar que os Estados tinham obrigações apenas internamente e em relação aos direitos individuais, e não extraterritorialmente e em relação aos direitos coletivos.

16. O Presidente do Mecanismo de Especialistas concluiu que, no futuro, a operacionalização do direito ao desenvolvimento era uma forma importante de abordar o impacto negativo dos legados do colonialismo. Um instrumento juridicamente vinculativo contribuiria muito para a operacionalização desse direito. O sistema das Nações Unidas deve assegurar que o direito ao desenvolvimento seja integrado e promovido a nível nacional (através de equipas nacionais) e em todas as suas entidades, programas e fundos; na cooperação para o desenvolvimento; e por agências especializadas.

17. O Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não recorrência enfatizou que a transferência colonial de riqueza e a opressão racial criaram um legado de exclusão social, econômica, cultural e política cujos efeitos foram sentidos por gerações e ainda são sentidos hoje. A busca da verdade, da justiça e da reparação das injustiças coloniais constituía uma dívida que não podia ser adiada. Para combater as causas mais profundas da violência colonial, notadamente a violência estrutural e a exclusão sistêmica, mecanismos de justiça transicional – como comissões de verdade, programas de reparação, desculpas públicas e medidas para garantir a lembrança e a educação – e garantias de não recorrência foram essenciais.

18. O Relator Especial destacou dois contextos principais em que as consequências diretas e indiretas para os direitos humanos eram claras, a saber, aquelas relacionadas aos Estados coloniais e às ex-colônias que agora eram Estados independentes. No primeiro contexto, os Poderes colonizadores se apropriaram das terras e dos recursos das populações colonizadas, submetendo-as à discriminação, assimilação e criminalização, negaram-lhes direitos básicos, como a posse de terras ancestrais e de recursos, e impediram o acesso à justiça, à saúde, à educação e às oportunidades econômicas. Os processos de justiça transicional poderiam dar uma contribuição importante se buscassem reverter a situação de dominação que os povos colonizados ainda suportavam. Entre os exemplos estão a identificação das condições que permitiram a ocorrência das violações; reconhecimento de responsabilidade e desculpas públicas; reparação individual e coletiva; lembrança; restauração da dignidade das vítimas; e a inclusão nos currículos escolares de relatos precisos das

violações cometidas. O relator especial destacou as garantias de não recorrência como meio de identificar e reformar normas e estruturas opressoras que sustentaram injustiças estruturais sofridas pelas populações colonizadas.

19. O Relator Especial falou então sobre o segundo contexto, no qual as ex-colônias haviam conquistado a independência mesmo enquanto as estruturas do poder colonial, a marginalização de certos grupos étnicos ou a expropriação de terras continuavam. Nesse contexto, o estabelecimento de medidas de justiça transicional exigia um diálogo entre a antiga potência colonizadora e a ex-colônia, cuja natureza dependeria de qual dos dois atores iniciou o processo e suas razões para fazê-lo. O Relator Especial apontou as diferentes obrigações e expectativas de respostas para violações passadas ou em curso relacionadas aos dois Estados envolvidos. Ele explicou que o dever de fornecer remédios eficazes às vítimas, garantir a responsabilização, estabelecer a verdade e a memória, facilitar o acesso irrestrito aos arquivos e garantir reparações para as vítimas cabe ao ex-colonizador. O recém-independente Estado também tinha obrigações, especificamente em relação à reabilitação, reinserção socioeconômica, garantias de acesso à justiça, educação, saúde e serviços básicos para as vítimas, e a busca da verdade e da memorialização. Nos casos em que os perpetradores ainda estavam vivos e permaneciam na jurisdição do Estado independente, este tinha o dever de garantir a responsabilização, com o apoio da comunidade internacional. Embora tenha observado os desafios associados ao tempo decorrido desde o início das injustiças, o Relator Especial lembrou que, em geral, os processos para abordar o passado e enfrentar as repercussões do presente eram essenciais para promover a justiça restaurativa e construir um futuro pacífico e sustentável. As reparações eram necessárias e não deveriam ser disfarçadas de ajuda humanitária ou de ajuda ao desenvolvimento. Ele concluiu apontando a importância de gerar mudanças culturais por meio do reconhecimento e do enfrentamento das violações de direitos humanos de forma holística.

B. Discussão interativa.

20. Durante o debate interativo, foram intervencionados os representantes da Arménia, de Barbados (em nome das Bahamas, de Barbados, da Guiana, do Haiti, da Jamaica, do Suriname e de Trinidad e Tobago), do Estado Plurinacional da Bolívia, da China, da Costa do Marfim (em nome do Grupo dos Estados Africanos), de Cuba, da Etiópia, da Indonésia, da República Islâmica do Irão, do Malawi, da Malásia, das Maurícias, do Paquistão, a Federação Russa, a África do Sul, a Suíça, a República Árabe Síria, o Togo, a Tunísia, a Ucrânia, os Estados Unidos da América, a República Bolivariana da Venezuela e o Estado da Palestina, e também da União Europeia. 3

21. Também usaram da palavra representantes de organizações não-governamentais – Action Canada for Population and Development, American Civil Liberties Union, Associazione Comunità Giovanni XXIII, International Lesbian and Gay Association, Penal Reform International e Rencontre africaine pour la défense des droits de l'homme. 3

As declarações proferidas durante a discussão estão disponíveis em <https://hrcmeetings.ohchr.org/HRCSessions/RegularSessions/51/Pages/Statements.aspx?SessionId=61&MeetingDate=28/09/2022%2000:00:00>. Giovanni XXIII, a Associação Internacional de Lésbicas e Gays, a Reforma Penal Internacional e a Rencontre africaine pour la défense des droits de l'homme – também usaram da palavra.

22. Vários oradores congratularam-se com o foco do painel de discussão e afirmaram o seu empenho em abordar o impacto negativo dos legados do colonialismo nos direitos humanos. Alguns lembraram que o período 2021-2030 marcou a Quarta Década Internacional para a Erradicação do Colonialismo, e que o painel de discussão foi uma oportunidade para abrir um diálogo sincero entre os Estados para encontrar soluções tangíveis para enfrentar as consequências sistêmicas do colonialismo, promover os direitos humanos e encontrar um equilíbrio entre o passado e o presente.

23. Alguns oradores recordaram que a Declaração e o Programa de Acção de Durban estabeleceram uma ligação intrínseca entre o colonialismo e o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas, reafirmando ao mesmo tempo que os africanos e os afrodescendentes, os asiáticos e os povos de ascendência asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuaram a suportar as suas consequências. Apelaram à aplicação plena e efectiva da Declaração e do Programa de Acção de Durban e ao cumprimento dos compromissos contidos nos documentos da Conferência de Durban.

24. Outros oradores salientaram que a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais eram vitais para superar o impacto negativo dos legados do colonialismo em todas as suas formas. Alguns também apontaram que o colonialismo contrariava o espírito desses instrumentos internacionais, bem como o direito internacional.

25. Alguns participantes destacaram situações em curso, enquanto outros se referiram a violações de direitos humanos decorrentes do colonialismo e seus legados em curso. Alguns oradores recordaram o impacto duradouro do colonialismo, testemunhado na pobreza persistente, na exploração económica, no controle financeiro, nas desigualdades estruturais dentro e entre os Estados, nas hierarquias raciais, étnicas e religiosas, na migração forçada e no tráfico de seres humanos. Um palestrante observou que, devido aos efeitos contínuos do colonialismo, os países passaram por desafios domésticos e internacionais para superar as relações de poder com os ex-colonizadores. Observou-se que, além de criar instabilidade, o colonialismo também limitou a capacidade do antigo país colonizado de estabilizar sua economia, e que seus efeitos surgiram muitas décadas depois que os países conquistaram a independência, em grande parte porque a ordem internacional atual foi esculpida no colonialismo.

26. Um representante dos Estados-Membros da Comunidade das Caraíbas em Genebra 5 sublinhou que o peso das recentes empresas coloniais continuava a ser predominantemente exercido pelos povos do Sul global. Eles sublinharam que, em sua região, os legados históricos do colonialismo e do comércio e tráfico de africanos escravizados continuaram a impulsionar o racismo sistêmico que definiu aspectos críticos da economia global moderna e ditou como as pessoas na região comiam, o que produziam e a qualidade e duração gerais da vida. Os estudos sobre a região há muito reconheciam que o empobrecimento da maioria negra estava diretamente ligado aos mecanismos institucionais da economia e da sociedade coloniais. O impacto duradouro do colonialismo foi, portanto, evidente na pobreza persistente.

27. Alguns oradores recordaram que o legado persistente do colonialismo constituía um importante obstáculo ao gozo do direito ao desenvolvimento. Uma perspectiva holística e abrangente do direito ao desenvolvimento foi crucial para abordar e remover obstáculos históricos e sistêmicos que impediram o desenvolvimento em muitas regiões do mundo. Isso poderia abrir caminho para a descolonização das estruturas e práticas que perpetraram os legados do colonialismo, especialmente em processos desiguais de governança global, por exemplo, desmantelando mecanismos sistêmicos de exploração, como regimes injustos de comércio e investimento internacional e mecanismos de dívida externa. Outros oradores observaram que abordar esses legados era uma pré-condição para alcançar o desenvolvimento sustentável e promover o gozo dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento. Foi feito um apelo ao aumento da ajuda económica e da ajuda pública ao desenvolvimento prestada às ex-colónias, bem como a medidas de redução da dívida, que não devem ser consideradas como uma dádiva, mas como um meio de contribuir para o gozo do direito ao desenvolvimento. Alguns participantes apelaram aos Estados e à comunidade internacional para que repensem os fundamentos do sistema económico global. Alguns observaram que esses legados

históricos, e o comércio e tráfico de africanos escravizados, continuaram a impulsionar o racismo sistêmico que definiu aspectos críticos da economia global.

4 Declarações de organizações não governamentais que não foram entregues por falta de tempo também estão disponíveis em

<https://hrcmeetings.ohchr.org/HRCSessions/RegularSessions/51/Pages/Statements.aspx?SessionId=61&MeetingDate=28/09/2022%2000:00:00>. 5 compreendendo Bahamas, Barbados, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago.

28. Alguns oradores exortaram a comunidade internacional a intensificar os esforços para erradicar o colonialismo e a abordar o seu impacto na realização dos direitos humanos, incluindo o direito à autodeterminação. De acordo com um palestrante, o atual sistema de direito internacional foi estabelecido para regular as relações entre os Estados, auxiliar os movimentos de autodeterminação e supervisionar o fim do colonialismo e, embora o arcabouço legal exista, os mecanismos de execução são fracos. Vários oradores salientaram que a negação do direito à autodeterminação entrava o desenvolvimento económico, social e cultural dos povos colonizados. Um orador sublinhou que o respeito pelo direito à autodeterminação era uma obrigação erga omnes.

29. Um orador referiu-se à imposição de medidas coercivas unilaterais, apelando ao fim da utilização de tais sanções devido ao seu impacto negativo nos direitos humanos. Observou-se também que sua imposição contra os países em desenvolvimento refletia uma mentalidade colonial que dirigia as políticas das antigas potências coloniais e privava as pessoas dos países em desenvolvimento de seus direitos ao desenvolvimento e à autodeterminação.

30. Vários oradores salientaram as várias manifestações dos legados do colonialismo, incluindo o racismo, a xenofobia e o supremacismo, e salientaram a necessidade de erradicar as suas raízes ideológicas. Eles apontaram que o colonialismo estava entre as causas e impulsores do racismo sistêmico, da discriminação racial, da xenofobia, da intolerância e da violência relacionadas. Um dos piores crimes do colonialismo tinha sido o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, que tinha preparado o terreno para a discriminação racial, o racismo, a intolerância étnica e religiosa, a xenofobia e a intolerância conexa, que prosperam hoje em vários países. Um representante da União Europeia observou que a luta contra o racismo e a discriminação racial inclui reconhecer e abordar o legado de transgressões passadas. Os oradores também observaram que uma conversa sobre o passado poderia contribuir para encontrar maneiras de abordar as injustiças do passado e proporcionar oportunidades para homenagear e refletir sobre os sacrifícios e perdas. Um orador recordou que o relatório do ACNUDH sobre justiça racial e igualdade (ver ponto 6 acima) reconheceu que o racismo sistêmico estava frequentemente enraizado na história e no legado da escravização, do comércio transatlântico de africanos escravizados e do colonialismo. O orador acrescentou que o relatório sublinhou a urgência de desmantelar o racismo sistêmico contra africanos e afrodescendentes e de garantir que recebam justiça reparadora. Outro orador sublinhou a relutância do sistema de direitos humanos em envolver-se com estruturas arraigadas de racismo e colonialismo, inclusive em suas manifestações contemporâneas.

31. Alguns participantes salientaram que, embora a maioria das ex-colônias tivesse conquistado sua independência, as leis coloniais, que não haviam evoluído de acordo com os padrões de direitos humanos, continuaram a existir em muitos países. Um orador destacou os procedimentos penais, os códigos penais e as políticas de aplicação da lei como reflexo de um legado colonial brutal. Isso resultou na implantação rotineira de policiais, tribunais e prisões contra os membros mais pobres e marginalizados da sociedade, com o principal motor sendo crimes vagos e arbitrários enraizados na era da criação de leis do império. Tais leis resultaram na prisão de pessoas pobres ou sem-teto, migrantes, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiência, comerciantes informais, usuários de drogas e

minorias raciais e étnicas. Alguns acrescentaram que a aplicação dessas medidas resultou em violações de direitos humanos fundamentais, incluindo discriminação sistêmica, uso de força letal, tortura, prisão arbitrária, ilegal e excessiva, sentenças extremas e desproporcionais, condições desumanas de detenção e formas múltiplas e interseccionais de discriminação no sistema de justiça criminal. Outro orador referiu-se à assimilação forçada e remoção de crianças indígenas de suas famílias. Também foi sublinhada a necessidade de tomar medidas claras para extirpar a ordem patriarcal que discriminava as mulheres e os povos indígenas.

32. Um palestrante afirmou que os legados sociais e jurídicos do colonialismo também desempenharam um papel fundamental na formação da homofobia, transfobia e interfobia contemporâneas globalmente. Observou-se que pessoas de diversas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero e/ou características sexuais foram e continuam a ser afetadas pela repressão colonial e a suportar estigma, violência e discriminação estrutural, inclusive como resultado desses legados. Além disso, uma abordagem baseada nos direitos humanos para o impacto dos legados coloniais deve abordar as violações que foram e continuam a ser perpetradas com base na orientação sexual, identidade e expressão de gênero e/ou características sexuais, bem como formas interseccionais.

33. Alguns oradores sublinharam a importância dos mecanismos, ferramentas e processos de justiça transicional como meio de dar conta das violações contemporâneas dos direitos humanos causadas pelo legado do colonialismo. Um representante do Grupo de Estados Africanos recordou que alguns Estados implementaram iniciativas para pedir desculpas e reparar as graves violações em massa cometidas em relação à escravidão, ao tráfico de pessoas escravizadas, ao colonialismo, ao apartheid, ao genocídio e a tragédias passadas, e instou outros Estados a seguirem o seu exemplo. O representante destacou a necessidade de adotar uma abordagem realista que proporcione reparações para os povos africanos e instou os Estados envolvidos a assumirem sua responsabilidade como condição essencial para um futuro mais forte e resiliente de dignidade, igualdade e não discriminação para todos. Outros se referiram à necessidade de intensificar as medidas tomadas por alguns países para pedir desculpas e garantir a verdade, a justiça e as reparações para as vítimas. Reparções pela escravidão de pessoas e pela pilhagem de saberes e recursos indígenas por meio do colonialismo devem ser parte da solução; Com efeito, as reparações e o restabelecimento da justiça para as vítimas devem estar no centro de todos os esforços, incluindo a reconciliação. Também foi levantada a necessidade de promover o ensino da história colonial nas escolas primárias.

34. Alguns oradores chamaram a atenção para o impacto negativo do colonialismo nos direitos culturais. Destacaram a pilhagem e a destruição sistemática das identidades culturais e existenciais dos povos colonizados por meio da apropriação e roubo ilícitos de seus recursos e patrimônio cultural. Além disso, alguns países buscaram erradicar tribos, apagar a cultura tribal e destruir o futuro dos povos indígenas para colonizar suas terras. A devolução de arquivos e bens culturais foi mencionada como uma forma de reparação moral para as vítimas do colonialismo. Foi mencionado o trabalho da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura na reabilitação de vestígios históricos e do patrimônio que foi saqueado e destruído pelas potências coloniais.

35. Os palestrantes destacaram que as questões de direitos humanos enraizadas nos legados coloniais agravaram as crises atuais, desde a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) até as mudanças climáticas. Um exemplo dado foi a resposta à varíola dos macacos, que destacou a duradoura dinâmica de poder colonial e racista na saúde global e nas organizações internacionais, e a desigualdade vivida durante a pandemia de COVID-19 e HIV-AIDS, revelando que certas vidas eram consideradas dispensáveis. Foram levantadas preocupações relativas, por exemplo, ao direito à saúde, à degradação ecológica resultante da extração excessiva de recursos naturais e aos danos irreversíveis

para o ambiente. Alguns palestrantes citaram o surgimento de novas formas ou manifestações do colonialismo; As formas contemporâneas de escravidão, incluindo o trabalho forçado, continuaram em todo o mundo. Alguns oradores afirmaram que a negação frequente das consequências históricas, contemporâneas e contínuas da colonização para os direitos humanos precisava ser enfrentada e considerada para alcançar os direitos humanos para todos.

36. Alguns oradores manifestaram o seu apoio aos esforços internacionais para eliminar o colonialismo, remediar os seus efeitos negativos e abolir todas as formas de discriminação e segregação. Outros apelaram à comunidade internacional para que se comprometa a erradicar totalmente o colonialismo em todas as suas formas e manifestações. Vários oradores apelaram ao Conselho de Direitos Humanos para que contribuísse para a agenda global de direitos humanos, particularmente ao abordar o impacto negativo do legado colonial persistente, uma vez que nenhum outro órgão estava mais bem posicionado para lidar com esta questão crítica. Um orador sublinhou que era essencial uma abordagem consensual e que as delegações de todas as regiões deveriam ser envolvidas no planeamento do seguimento do debate sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo, cujas graves consequências ainda hoje se fazem sentir.

37. Alguns oradores sublinharam a necessidade de cooperação e solidariedade globais para fazer face às consequências persistentes do colonialismo. Outros enfatizaram a necessidade de se engajar coletivamente em um diálogo transparente e construtivo sobre soluções tangíveis para enfrentar o impacto sistêmico do colonialismo. A paz e a prosperidade, especialmente para aqueles que haviam suportado o colonialismo, só poderiam ser realizadas por meio de uma construção nacional sólida que eliminasse os legados do passado colonial por meio de políticas e tomadas de decisões significativas e inclusivas, inclusive na realização do desenvolvimento.

38. Os oradores colocaram aos membros do painel uma vasta gama de perguntas, incluindo sobre a forma como o Conselho dos Direitos do Homem poderia contribuir de forma eficiente e eficaz para o debate sobre o impacto negativo do colonialismo no gozo dos direitos humanos; como enfrentar o racismo sistêmico; como incentivar os Estados a se envolverem com os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos ao abordar o racismo sistêmico e melhorar a implementação de seus compromissos internacionais de direitos humanos; como os Estados poderiam lidar com o impacto do neocolonialismo no direito ao desenvolvimento; como operacionalizar o direito ao desenvolvimento; que medidas poderiam ser tomadas para fazer face às consequências dos legados do colonialismo para as pessoas com orientações sexuais, identidades e expressões de gênero diversas e/ou características sexuais; como a comunidade internacional poderia apoiar os Estados na revogação ou reforma de leis coloniais e práticas policiais obsoletas, para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os cidadãos; e o papel que os instrumentos juridicamente vinculativos sobre o direito ao desenvolvimento e sobre as empresas transnacionais poderiam desempenhar para reverter o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos.

IV. Considerações finais.

39. O moderador abriu o segmento final da discussão apontando que, desde 2020, houve uma mudança, inclusive dentro do Conselho de Direitos Humanos, que incluiu um envolvimento mais profundo com os legados do colonialismo e do tráfico transatlântico de escravos. Ela apontou relatórios referenciados pelos painelistas que forneceram roteiros para seguir em frente e ressaltou que representantes de grupos racialmente marginalizados também continuaram a fazer suas demandas serem ouvidas. Apesar dessa mudança, houve uma reação negativa, especialmente no Norte global e nas nações ex-coloniais, contra aqueles que pressionavam pelo fim dos legados coloniais. O moderador destacou as ameaças, a repressão e a marginalização dos defensores da justiça

racial, e que defender contra o racismo sistêmico foi tratado como perigoso e ameaçador. Portanto, era importante que os Estados reafirmassem seu compromisso com o combate à injustiça racial e com a proteção dos defensores de direitos humanos que trabalham nessas questões, e alinhassem suas ações com suas declarações. Ela expressou apoio aos comentários feitos por alguns oradores sobre a necessidade de enfrentar a dominação colonial em curso. Uma análise interseccional deve incluir a atenção aos direitos humanos de pessoas de diversas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero e/ou características sexuais, bem como mulheres e crianças.

40. Um membro do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento concluiu que o direito internacional desempenhou um papel ambivalente no combate ao colonialismo, tendo-o justificado durante muito tempo. Mesmo no período de descolonização, protegeu as empresas dos países coloniais para permitir que elas mantivessem um controle considerável sobre os recursos naturais em muitos Estados recém-independentes. O principal desafio era tornar o direito dos direitos humanos mais inclusivo e relevante, o que implicava abordar o passado por meio de medidas de justiça transicional destinadas a alcançar a reconciliação e a reparação, e abordando questões contemporâneas e as consequências do passado. Em nível global, isso significou refletir no sistema internacional de direitos humanos as preocupações dos detentores de direitos em todos os lugares, especialmente aqueles que foram historicamente afetados pela marginalização, incluindo povos e comunidades indígenas que sofreram discriminação racial e outras formas de discriminação. No nível normativo, havia espaço para progresso para garantir que o direito dos direitos humanos criasse um ambiente internacional propício para o direito ao desenvolvimento e para reformar o direito econômico internacional e o direito internacional de comércio e investimento, a fim de abordar o legado histórico do colonialismo.

41. O Relator Especial sobre os Direitos dos Povos Indígenas concluiu que as mulheres e meninas indígenas foram confrontadas com desigualdade social e sistêmica, discriminação, ataques às suas estruturas comunitárias e incapacidade de prestar atenção às formas indígenas de governança. Além disso, a discriminação no sistema educacional também levou à perda de línguas indígenas e, com isso, a uma rica tradição oral de transmissão de conhecimento científico para a próxima geração. A capacidade das mulheres indígenas de transmitir conhecimento científico foi ainda mais afetada pela violência que sofreram na forma de violência doméstica, violência sexual e de gênero, violência devido a conflitos armados, exploração laboral e tráfico.

42. O Relator Especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência exortou os Estados a levarem a sério as recomendações feitas pelos detentores de mandatos de procedimentos especiais em seus relatórios. Ele chamou especial atenção para seu relatório sobre a memorialização como o quinto pilar da justiça transicional, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em 2019.⁶ As desculpas públicas eram muito importantes e deveriam ser entregues com o consentimento e a participação efetiva das vítimas.⁷ Citando seu recente relatório sobre o colonialismo,⁸ ele reiterou que a reparação e o recurso devem ser abrangentes e holísticos, e que a ajuda humanitária e a assistência não representavam reparação ou reparação na devida forma. Ele enfatizou a necessidade de reconhecer os danos causados e reconhecer as violações do passado, e de que as antigas potências coloniais considerem seriamente o fim das dívidas das ex-colônias.

43. O Presidente do Conselho de Direitos Humanos encerrou a discussão destacando que todos os temas e itens da agenda tratados pelo Conselho eram igualmente importantes. Ele acrescentou que alguns tópicos se referiam a novos contratos sociais e obrigações vinculantes devidas à humanidade. Homenageá-los contribuiria significativamente para erradicar práticas sistêmicas que tiveram um impacto adverso no mundo, como foi o caso do fim da escravidão e da abordagem adotada para combater a tortura, e isso também foi verdade para o colonialismo. Referiu-se ao seu apelo anterior

para que, num espírito de compreensão mútua, os Estados estivessem prontos a ouvir, mesmo que tivessem opiniões divergentes. Todos os mandatos eram igualmente válidos e mereciam ser ouvidos, independentemente de terem sido aprovados por meio de uma resolução por consenso ou por votação. Ele concluiu lembrando que todos os Estados que foram os principais responsáveis no processo de colonialismo deveriam aproveitar a oportunidade para refletir e estar presentes em discussões futuras para que todos os lados e vozes pudessem ser ouvidos. Ele agradeceu às pessoas entre esses Estados por suas contribuições e presença nesta primeira discussão importante.

2. Seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Resumo. O presente relatório, apresentado em conformidade com a Resolução 47/11 do Conselho de Direitos Humanos, fornece um resumo dos cinco seminários regionais sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos. Inclui também recomendações baseadas nas discussões substantivas durante os seminários. Nações Unidas A/HRC/54/43 [G2312647.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/ga/docres/hrc/2009/43/res43_01.html)

I. Introdução

1. O presente relatório foi elaborado em conformidade com a Resolução 47/11 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que organizasse uma série de seminários regionais, um para cada uma das cinco regiões geográficas, sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, a fim de permitir que os Estados-Membros, agências, fundos e programas relevantes das Nações Unidas, organizações internacionais e regionais, instituições nacionais de direitos humanos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para identificar desafios e lacunas e compartilhar boas práticas e experiências a esse respeito.

2. A definição de desenvolvimento que foi utilizada na organização dos seminários consta do preâmbulo da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. O desenvolvimento é definido como "um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios dele decorrentes". Uma nota conceitual foi elaborada para estabelecer a metodologia e o programa de trabalho para todos os seminários regionais.¹

3. O seminário para a Europa e Ásia Central realizou-se nos dias 1 e 2 de setembro de 2022, no Palais des Nations, em Genebra. Foram recebidas inscrições de 296 participantes, sendo 138 mulheres e 158 homens, de 75 países. O seminário para os países de língua árabe foi realizado nos dias 8 e 9 de novembro de 2022, na Casa das Nações Unidas, em Beirute. Foi organizado em colaboração com a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA), e foram recebidas inscrições de 301 participantes (147 mulheres e 154 homens) de 30 países. O seminário para a região africana foi realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2022, no Escritório das Nações Unidas em Nairóbi, e 568 participantes (269 mulheres e 299 homens) de 51 países se inscreveram. O seminário para as Américas e o Caribe foi organizado em colaboração com a Universidade das Nações Unidas para a Paz e realizado nos dias 8 e 9 de dezembro de 2022, em San Jose. Recebeu 175 pedidos de inscrição de 77 mulheres e 98 homens de 50 países. O seminário para a Ásia e o Pacífico realizou-se nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2023 na Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), em Bangucoque. Foram recebidas inscrições de 445 participantes, sendo 221 mulheres e 224 homens, de 78 países. Os cinco

seminários apresentaram 35 painéis com cerca de 150 painelistas e reuniram aproximadamente 1.800 participantes de 138 países.

4. Esta série de seminários regionais baseou-se nos mandatos do Conselho de Direitos Humanos, discussões e atividades sobre a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos.² Três temas foram comuns a todos os seminários: o papel essencial da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável na promoção e proteção dos direitos humanos; o compromisso de acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões; e a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos. Estes temas foram debatidos numa perspectiva regional no âmbito da Resolução 47/11 do Conselho.

5. Além disso, cada seminário teve dois painéis temáticos específicos da região, o que permitiu que a série cobrisse uma gama mais ampla de tópicos. O seminário Europa e Ásia Central abordou a contribuição da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e outras formas de financiamento do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, e a contribuição das oportunidades de desenvolvimento para os migrantes para o gozo de todos os direitos humanos. O seminário para os países de língua árabe incluiu painéis sobre a contribuição das oportunidades de desenvolvimento para os jovens para o gozo de todos os direitos humanos, e a contribuição do desenvolvimento de alimentos, água e saneamento infraestrutura e governança para o gozo de todos os direitos humanos. Nos dois painéis específicos por região do seminário em África, os participantes consideraram a contribuição do Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos para o gozo de todos os direitos humanos e a contribuição do desenvolvimento de infraestruturas e governação nos setores energético e digital para o gozo de todos os direitos humanos. O seminário para as Américas e o Caribe considerou a contribuição do desenvolvimento das cidades e da melhoria das políticas locais para o gozo de todos os direitos humanos, e a contribuição das capacidades produtivas no setor saúde para o gozo de todos os direitos humanos. Por último, o seminário sobre a Ásia e o Pacífico centrou-se na contribuição do desenvolvimento de tecnologias limpas e sustentáveis para o gozo de todos os direitos humanos e na contribuição do desenvolvimento e dos direitos humanos para o compromisso global de não deixar ninguém para trás.

6. Cada seminário foi realizado ao longo de dois dias em formato híbrido, envolvendo participação online e presencial. Cada um composto por um segmento de abertura destinado a preparar o cenário para as discussões; um painel de apresentação seguido de uma discussão geral; painéis temáticos seguidos de diálogos interativos; e uma mesa redonda de encerramento para identificar conclusões e recomendações. Os programas de trabalho e informações relacionadas, incluindo as biografias dos oradores, estão disponíveis na página do respectivo seminário. O presente relatório contém uma visão geral de cada seminário, bem como as conclusões e recomendações de todos os seminários.

1 Ver www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/development/seminar-contributiondevelopment/2022-07-01/Seminar-Concept-Note-final.pdf

2 Ver www.ohchr.org/en/development/contribution-development-enjoyment-all-human-rights.

II. Visão geral

7. A série de seminários regionais considerou a contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos de forma holística, a partir de uma variedade de perspectivas que vão desde experiências vividas de base até o desenho de políticas e estratégias de alto nível nos níveis local, regional e global. Os seminários destacaram a sinergia da relação entre desenvolvimento e direitos humanos em seus aspectos econômicos, civis, políticos, sociais, culturais e ambientais. Embora não seja possível captar as deliberações de todos os seminários na íntegra, este relatório de síntese

destina-se a refletir a diversidade e a riqueza da discussão de temas transversais e específicos de cada região.

8. Cada seminário sublinhou a importância do desenvolvimento centrado nas pessoas para melhorar o bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base na sua participação activa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e numa distribuição justa dos benefícios daí resultantes, tal como consagrado na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. A importância do desenvolvimento do povo, pelo povo e para o povo, em benefício das gerações presentes e futuras, foi levantada em todas as regiões. Os debates reafirmaram que o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e a paz são interdependentes e se reforçam mutuamente. Reconheceu-se a universalidade e indivisibilidade de todos os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento.

9. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram referidos regularmente, destacando assim onexo entre desenvolvimento e direitos humanos. O apelo à ação do Secretário-Geral em prol dos direitos humanos e o seu relatório intitulado "A nossa Agenda Comum" foram frequentemente mencionados. Muitos depoimentos enfatizaram que os direitos humanos deveriam nortear as políticas necessárias nos níveis internacional, regional, nacional e local para efetivar o direito ao desenvolvimento. O conceito de economia dos direitos humanos, no qual os direitos humanos seriam integrados às políticas económicas, às decisões de investimento, aos modelos de negócios e às escolhas dos consumidores, foi introduzido e discutido. As comunidades de desenvolvimento e direitos humanos compartilhavam os mesmos objetivos, a saber, acabar com a discriminação e a marginalização, promover a dignidade humana e a igualdade e realizar o bem-estar e os direitos de todos, em todos os lugares.

10. As discussões identificaram muitas questões urgentes relacionadas ao desenvolvimento regional e global e sua conexão com o gozo de todos os direitos humanos. Essas questões incluíam pobreza, desigualdade (dentro e entre países), marginalização e exclusão, crise climática, pandemia de coronavírus (COVID-19), conflitos armados, modelos de desenvolvimento inadequados, lacunas tecnológicas, insegurança alimentar, acesso limitado à saúde básica e outros serviços públicos, desemprego e segurança social fraca, autoritarismo e populismo crescentes, encolhimento do espaço cívico e político e repressão aos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, legados não resolvidos de colonialismo e exploração neocolonial, racismo, crises de refugiados, migração forçada, disparidade de poder entre governos e empresas transnacionais, a arquitetura atual das instituições financeiras internacionais e a necessidade de reformá-la, níveis insustentáveis de dívida externa e endividamento, corrupção, fragilidade institucional e falta de boa governança, evasão fiscal e fluxos financeiros ilícitos. Nas discussões sobre o compromisso de acabar com a pobreza, observou-se repetidamente que a agenda de "não deixar ninguém para trás" exigia um ambiente que permitisse que as pessoas marginalizadas e as pessoas que vivem na pobreza participassem plenamente e se beneficiassem da política de desenvolvimento e da tomada de decisões económicas. O impacto da pobreza sobre as pessoas vulneráveis e marginalizadas, incluindo mulheres, jovens, refugiados, migrantes, povos indígenas, minorias e pessoas com deficiência, foi destacado, inclusive por pessoas com experiência vivida de pobreza. A importância do trabalho decente e das medidas de proteção social também foi mencionada com frequência, e exemplos de esforços bem-sucedidos para aliviar a pobreza foram destacados. Alguns participantes pediram a revisão dos contratos sociais para garantir um desenvolvimento duradouro baseado na justiça social.

12. Muitos oradores salientaram que o desenvolvimento sustentável exige cooperação e solidariedade assentes nos direitos humanos. As discussões frequentemente apontaram a pandemia de COVID-19 e a desigualdade global de vacinas como ilustrações de deficiências na cooperação e

solidariedade internacionais. Alguns palestrantes pediram novos modelos de cooperação internacional, reforma institucional e transformação estrutural da arquitetura financeira e comercial internacional, e maior cooperação Sul-Sul para atender às necessidades dos países do Sul, além da cooperação Norte-Sul e triangular, inclusive por meio de transferências de tecnologia. As discussões sobre cooperação internacional abrangeram a cooperação intergovernamental, da sociedade civil e empresarial nos campos econômico, comercial, financeiro, cultural, social, ambiental e outros.

13. A série destacou estratégias e iniciativas regionais que reconheceram os desafios e experiências históricas e de desenvolvimento particulares de cada região. Os participantes discutiram os benefícios das iniciativas regionais e da cooperação e instituições intra e inter-regionais, bem como os arranjos específicos da região para padrões de direitos humanos, acordos comerciais e estratégias de desenvolvimento.

14. Os participantes concordaram que o desenvolvimento envolvia mais do que o crescimento econômico e não poderia ser capturado apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB). Muitos reiteraram que o desenvolvimento não era um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar o bem-estar das pessoas, incluindo o bem-estar espiritual. Eles pediram novos modelos de desenvolvimento. A série apontou muitas boas práticas, incluindo a integração dos direitos humanos em avaliações comuns de países e estruturas de cooperação e a iniciativa do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), que ajuda os governos a levar em conta os direitos humanos nos processos orçamentários e tributários em busca de economias de direitos humanos.

15. Os participantes debateram a importância da relação que se reforça mutuamente entre as reformas políticas e o desenvolvimento econômico, bem como a relação entre a reforma econômica e a mudança política. Alguns observaram que o desenvolvimento econômico justo e inclusivo aumentaria a conscientização dos cidadãos sobre os direitos humanos – incluindo os direitos civis e políticos – e facilitaria a transição para sociedades mais equitativas, livres e justas. Os palestrantes também destacaram a importância da boa governança, da mobilização de recursos internos, da arrecadação de impostos e do espaço fiscal para programas de desenvolvimento e dos serviços públicos para a realização dos direitos humanos. Foram expressas preocupações quanto à elisão fiscal, aos fluxos financeiros ilícitos e à perturbação causada por medidas coercivas unilaterais. Numerosos oradores mencionaram as contribuições do setor privado para o desenvolvimento e os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos como um quadro importante para regular as atividades das empresas no contexto do desenvolvimento. Alguns oradores expressaram preocupação com a falta de responsabilização de corporações poderosas e com o fato de que poucas empresas incorporaram a devida diligência em direitos humanos.

16. A contribuição crucial da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável foi um tema comum, inclusive dos movimentos populares e dos sindicatos. Muitos oradores salientaram a importância de uma participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento, sem a qual o desenvolvimento não poderia ser sustentável. A participação deve ser inclusiva e aberta a todas as pessoas, incluindo pessoas com deficiência, povos indígenas, outras minorias e grupos marginalizados. A transparência e o acesso à informação foram mencionados com frequência. Os participantes enfatizaram que o desenvolvimento sustentável requer igualdade de gênero.

17. O papel e a contribuição dos jovens para o desenvolvimento foram fortemente enfatizados em todos os seminários, inclusive em relação à justiça climática e ambiental e ao combate à pobreza. O desemprego e a falta de oportunidades econômicas foram levantados como obstáculos ao engajamento dos jovens. Alguns recomendaram maior investimento em educação de qualidade e oportunidades de emprego para os jovens.

A. Seminário regional Europa e Ásia Central.

18. As observações de abertura do seminário regional Europa e Ásia Central 3 foram proferidas pelo Alto Comissário Adjunto para os Direitos Humanos, seguido pelo Presidente do Conselho dos Direitos do Homem e pelo Secretário Executivo Adjunto da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas. Eles diferenciaram entre o desenvolvimento que realmente contribuiu para os direitos humanos e o desenvolvimento estritamente orientado para o mercado e que resultou em desigualdades crescentes, políticas populistas e o esgotamento dos recursos naturais e da biodiversidade. Eles se referiram à revisão periódica universal e a outros mecanismos, incluindo a Convenção sobre Acesso à Informação, Participação Pública na Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental, como plataformas para mobilizar recursos humanos e financeiros para realizar um desenvolvimento resiliente, inclusivo e sustentável que contribuísse para os direitos humanos.

19. Os desafios comuns identificados no seminário incluíram a desigualdade extrema dentro e entre os países, o desenvolvimento supercentralizado, as lacunas de pobreza, a escassez de alimentos, a crise climática, as crises econômicas, os conflitos armados, o aumento do desemprego, a agitação civil, a corrupção e a falta de boa governança. Os participantes mencionaram as medidas coercitivas unilaterais como desafios à solidariedade e à proteção dos direitos humanos. Enfatizaram também a importância da infraestrutura, da transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento e do reforço da APD para o melhor gozo de todos os direitos humanos.

20. No painel principal, os palestrantes destacaram os desafios persistentes enfrentados por grupos marginalizados, a necessidade de equidade nas vacinas e a importância de abordar a desinformação. Os participantes defenderam esforços para se comunicar em linguagem simples, a fim de alcançar as pessoas de forma eficaz. Os painelistas destacaram os níveis extremos de desigualdade e a necessidade de uma redefinição completa da arquitetura financeira global para financiar bens públicos globais e abordar a justiça climática. O painel também reconheceu as duras realidades em muitas regiões e a necessidade de soluções tangíveis para enfrentá-las. A discussão abordou questões de redistribuição, pré-distribuição, tributação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, inclusive por meio de uma lente de economia política e promoção da finalidade pública. Os painelistas enfatizaram o papel da sociedade civil na consecução do desenvolvimento sustentável e na promoção da boa governança, e observaram a importância da colaboração com o setor privado.

21. Durante o painel sobre o papel essencial da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável na promoção e proteção dos direitos humanos, inclusive no contexto da pandemia de COVID-19, os painelistas pediram maior financiamento para o desenvolvimento e alívio da dívida para os países em desenvolvimento, bem como o papel da juventude e dos mecanismos de direitos humanos na promoção da cooperação internacional. Os palestrantes abordaram a enorme lacuna de desenvolvimento para os países em desenvolvimento, que se agravou durante a pandemia de COVID-19. Um orador apelou a que a cooperação internacional inclua a consulta dos jovens, incluindo a coliderança e a cocriação com os jovens nos mecanismos de tomada de decisão. Outro painalista discutiu o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos e o desenvolvimento e defendeu uma abordagem baseada em evidências para avaliar esses impactos. Os participantes enfatizaram a necessidade urgente de que o direito ao desenvolvimento seja uma realidade para todos, especialmente em países que enfrentam dificuldades financeiras e escassez de alimentos.

22. No painel sobre o compromisso de acabar com a pobreza, os palestrantes apresentaram propostas para redefinir o desenvolvimento para priorizar os direitos humanos, reavaliar a ênfase no crescimento do PIB e envolver as pessoas que vivem na pobreza nos processos de tomada de decisão. Eles argumentaram contra políticas que desconsideravam e estigmatizavam as pessoas com

experiência vivida de pobreza. Um palestrante detalhou os efeitos desproporcionais da pandemia de COVID-19 sobre as mulheres. Para resolver este problema, era importante basear-se nas recomendações do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres e dos titulares de mandatos de procedimentos especiais conexos.

3 Ver www.ohchr.org/en/events/meetings/2022/europe-and-central-asia-regional-seminar.

Os participantes discutiram a necessidade de aumentar o apoio orçamentário para os pisos de proteção social. Eles pediram mecanismos para garantir programas de proteção social acessíveis para países de baixa renda e que os países desenvolvidos sejam responsabilizados por contribuir para esses programas. Eles também discutiram a subvalorização da economia do cuidado e outras formas de promover a igualdade de gênero.

23. No painel sobre a contribuição da APD e outras formas de financiamento do desenvolvimento para o gozo dos direitos humanos, os painelistas defenderam a coerência das políticas e as reformas sistêmicas globais para superar os obstáculos ao desenvolvimento e garantir o gozo dos direitos humanos por todos. Os oradores manifestaram preocupações sobre a diplomacia da dívida e o desrespeito pelas prioridades nacionais e pela apropriação. A APD deve contribuir para o Estado social e reforçar as capacidades dos países beneficiários. Um orador apresentou uma boa prática de consagrar 1% do rendimento nacional bruto (RNB) per capita à APD, ao mesmo tempo que o isola da assistência ambiental e migratória. Outro orador partilhou os desafios para capacitar os jovens na tomada de decisões políticas nos países beneficiários. Os participantes defenderam uma distribuição de vacinas baseada nas necessidades em todo o mundo, em vez do nacionalismo vacinal. A discussão enfatizou o dever legal de cooperação e assistência internacional, conforme afirmado pelos órgãos de tratados.

24. Durante o painel sobre como as oportunidades de desenvolvimento para os migrantes contribuem para o gozo de todos os direitos humanos, observou-se que o Pacto Global para as Migrações estabeleceu uma linguagem comum para promover a cooperação interestatal e criar condições para que os migrantes contribuam plenamente para o desenvolvimento sustentável. Os desafios relacionados às oportunidades para os migrantes incluíram pobreza, desemprego, insegurança, conflitos e desastres relacionados ao clima. Os oradores recomendaram o reforço da cooperação internacional, a promoção de vias migratórias legais e seguras, a proteção dos migrantes contra violações dos direitos humanos, a abordagem das causas profundas, o combate ao tráfico de pessoas e a promoção da inclusão, integração e capacitação dos migrantes e refugiados. Os oradores recomendaram igualmente que as leis em matéria de migração fossem compatibilizadas com os direitos humanos, que fosse proporcionada educação para a integração dos migrantes e que as questões relacionadas com a migração fossem abordadas como parte do trabalho sobre os direitos sociais. Os participantes questionaram a priorização das preocupações de segurança em detrimento do desenvolvimento por parte de alguns países desenvolvidos e recomendaram uma mudança dessa para uma abordagem baseada no direito ao desenvolvimento.

25. Durante o painel sobre a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos, os oradores salientaram que as desigualdades e as crises atuais minam os direitos humanos e apelaram a um novo contrato ecossocial para abordar essas questões. O novo contrato social deve incluir políticas fiscais progressistas, enfrentar injustiças históricas, promover a justiça de gênero e promover a solidariedade. Os desafios relacionados às iniciativas de desenvolvimento regional incluíram seus impactos intra e extrarregionais sobre os direitos humanos, as tensões entre desenvolvimento e proteção ambiental e a necessidade de educação para o desenvolvimento sustentável. Os oradores apelaram à avaliação e responsabilização do impacto

extraterritorial das estratégias regionais nos direitos humanos. Eles também discutiram o papel das instituições nacionais de direitos humanos no aconselhamento aos governos sobre políticas regionais.

26. Na mesa redonda final, os painelistas enfatizaram a importância de integrar a linguagem dos direitos humanos nas estratégias de desenvolvimento e encontrar maneiras de medir o impacto de programas de desenvolvimento que não deixaram ninguém para trás. Eles reconheceram a importância de envolver grupos vulneráveis no planejamento e implementação de processos de desenvolvimento. Os participantes consideraram a simplificação de metodologias para avaliações de impacto em direitos humanos e o estabelecimento de bases de dados sobre boas práticas relacionadas ao direito ao desenvolvimento. Os painelistas também discutiram os desafios de equilibrar desenvolvimento e direitos humanos, especialmente em países que enfrentam ameaças à segurança, e sugeriram abordagens alternativas para substituir os gastos militares pela promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento social. Eles também destacaram a importância da participação ativa da comunidade no planejamento de políticas.

B. Seminário para os países de língua árabe.

27. Ao abrir o seminário para os países de língua árabe, o Alto Comissário Adjunto para os Direitos Humanos, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos, o Vice-Primeiro-Ministro do Líbano e o Líder do Grupo de Governança e Prevenção de Conflitos da ESCWA falaram sobre a relação entre desenvolvimento e direitos humanos e os desafios específicos da região, ao mesmo tempo em que reafirmaram que os direitos humanos e o desenvolvimento eram interdependentes e se reforçavam mutuamente.⁴

28. Os temas predominantes ao longo dos seminários incluíram os obstáculos ao desenvolvimento e ao gozo dos direitos humanos colocados pela pobreza, desigualdade, sectarismo, corrupção e nepotismo; o papel central da juventude no desenvolvimento sustentável; os desafios das mudanças climáticas; a importância dos direitos das mulheres, da igualdade de gênero e da participação das mulheres no desenvolvimento; a necessidade de um maior espaço cívico, de democracia e de um desenvolvimento participativo inclusivo centrado nas pessoas; e a situação vulnerável dos refugiados e migrantes. A importância da boa governança, da eficácia das instituições públicas e da prestação de contas do governo foi mencionada com frequência. Alguns oradores referiram-se às situações de violência e instabilidade em muitas partes da região e apelaram a que fosse dada mais atenção à prevenção de conflitos. Os participantes afirmaram a necessidade de abordar a interdependência da paz, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos nas políticas de desenvolvimento.

29. Os participantes do painel de discussão sobre a contribuição das oportunidades de desenvolvimento para os jovens para o gozo de todos os direitos humanos discutiram como proporcionar aos jovens e suas comunidades oportunidades de desenvolvimento. Os jovens representavam metade da população da região e eram uma força importante para a mudança através da sua energia, criatividade e empreendedorismo. Eles devem ser vistos como construtores de comunidades, inovadores e parceiros no desenvolvimento, e não apenas como seus beneficiários. Os participantes falaram sobre como lidar com os desafios fundamentais enfrentados pelos jovens, como desemprego e falta de oportunidades econômicas, acesso limitado a educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem, discriminação baseada em gênero e outras formas de discriminação, problemas de saúde mental e desempoderamento geral. Foi salientada a necessidade urgente de investimento nos jovens, especialmente nas mulheres e raparigas, bem como no princípio da equidade intergeracional. Os palestrantes deram exemplos de iniciativas de e para jovens no Egito, Jordânia, Líbano, Tunísia, Iêmen e outros países, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância Aprendendo a Ganhar e programas de dinheiro para o trabalho.

30. O painel de discussão sobre a contribuição do desenvolvimento da infraestrutura e da governança de alimentos, água e saneamento para o gozo de todos os direitos humanos ilustrou como o acesso a alimentos, água e saneamento não eram apenas direitos humanos, mas também facilitadores essenciais para a educação, a saúde, o emprego e o gozo de outros direitos. A discussão abordou questões relativas à gestão, governança e distribuição da água; a importância da água para a agricultura, a produção de alimentos e a segurança alimentar; o valor das novas tecnologias para alimentos, água e saneamento; e o papel da educação, da formação profissional e das oportunidades de emprego na concretização dos direitos humanos. Os participantes discutiram como superar os desafios colocados pelas mudanças climáticas, incluindo chuvas e secas extremas, altas temperaturas e riscos de incêndios e inundações; tensões entre as necessidades hídricas urbanas e rurais; poluição e contaminação da água; desperdício de água e alimentos; e a vulnerabilidade de migrantes e refugiados à insegurança alimentar.

31. A insegurança alimentar foi atribuída a crises globais, incluindo a guerra na Ucrânia, inflação, instabilidade política, desafios econômicos, mudanças climáticas e outros fatores ambientais, escassez de água e perda de terras aráveis. Foi destacada a importância da cooperação internacional e da solidariedade para a segurança alimentar, assim como a necessidade de cooperação regional para enfrentar a gestão da água e as consequências das mudanças climáticas. Um orador sublinhou a importância de integrar o direito ao desenvolvimento e o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável na abordagem do fornecimento de alimentos, água e saneamento.

32. Na discussão sobre o compromisso de acabar com a pobreza, os apresentadores destacaram o aspecto multidimensional da pobreza nos países de língua árabe. Foi sugerido que a pobreza na região era intergeracional, e o crescimento econômico sozinho não resolveria esse problema. As causas da pobreza eram complexas, e a reforma tão necessária enfrentava um desafio de economia política que exigia um novo contrato social com grandes mudanças de governança e política econômica. Os painelistas também destacaram a importância do trabalho decente, das normas internacionais de trabalho, do papel do setor privado, da proteção social e de uma agenda baseada em direitos em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O desenvolvimento comunitário foi mencionado com frequência, e um palestrante ilustrou o valor de aproveitar o conhecimento e a experiência das comunidades em projetos de desenvolvimento.

4 Ver www.ohchr.org/en/events/meetings/2022/arabic-speaking-countries-regional-seminar. A/HRC/54/43 8 GE.23-11977

33. Na discussão sobre a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos, os oradores analisaram os progressos nos desafios comuns na região. Os desafios de desenvolvimento relacionados aos migrantes e refugiados também foram examinados de forma mais geral, e a importância de respeitar os direitos humanos e a agência dos migrantes foi enfatizada. Também foi discutida a atuação das redes da sociedade civil na região sobre modelos alternativos de desenvolvimento.

34. No painel sobre o papel essencial da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, os palestrantes destacaram as consequências devastadoras da pandemia de COVID-19 para o desenvolvimento e os direitos humanos. Os participantes argumentaram que a falta de solidariedade internacional afetou a capacidade mundial de responder à pandemia, com os países mais ricos acumulando vacinas e equipamentos de proteção médica. No entanto, os participantes também compartilharam boas práticas em nível regional e internacional no campo da saúde. Os participantes explicaram como os órgãos de tratados e outros mecanismos das Nações Unidas poderiam contribuir para fomentar a cooperação internacional. Falando sobre o papel da sociedade civil na região, um

painelista enfatizou a importância da cooperação do governo com a sociedade civil e pediu um maior diálogo internacional dentro da sociedade civil árabe.

35. Alguns oradores apelaram a uma mudança da ênfase estrita no crescimento econômico para a ênfase no desenvolvimento humano sustentável, incluindo o capital humano e social. O desenvolvimento deve garantir a não discriminação, a equidade, a autodeterminação e a coerência com os padrões internacionais de direitos humanos, a responsabilização do governo e a participação popular baseada em direitos na tomada de decisões. A boa governação era essencial para garantir o direito de todas as pessoas a participar e a usufruir do desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Os participantes propuseram reformas políticas e econômicas para estimular o desenvolvimento econômico e garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos. Eles argumentaram que o desenvolvimento econômico aumentaria a consciência dos cidadãos sobre os direitos e facilitaria a transição para sociedades mais equitativas, livres e justas.

C. Seminário regional África.

36. As observações de abertura do seminário regional em África⁵ foram proferidas pelo Alto Comissário Adjunto para os Direitos Humanos, pelo Presidente do Conselho dos Direitos do Homem, pelo Secretário Executivo Interino da Comissão Econômica para África, pelo Vice-Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para os Colonatos Humanos, membro da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos em representação da União Africana, e o representante da Procuradoria-Geral do Quênia. Destacaram que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e defenderam a importância de promover uma economia que reforce os direitos humanos, a integração econômica regional e a proteção do ambiente como caminhos para a construção de resiliência contra choques externos e para o desenvolvimento sustentável em África.

37. Os temas recorrentes no seminário foram a importância da promoção da saúde física e mental, a educação, a habitação, a proteção social, um ambiente limpo e saudável como direito humano e parte integrante do Estado de Direito, muitas vezes com dimensões extraterritoriais. Os participantes consideraram que os direitos humanos deveriam constituir a base de um quadro de responsabilização para travar a captura de influência e poder desigual a nível nacional e global, nomeadamente através do combate à corrupção, aos fluxos financeiros ilícitos, à dívida insustentável, às medidas de austeridade, às práticas de emprego excludentes, ao encolhimento da política e dos espaços cívicos, à poluição, às alterações climáticas e aos legados não abordados do colonialismo. Alguns participantes elaboraram sobre a natureza interdependente e mutuamente reforçadora da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos, sem que nenhum tenha precedência sobre os demais. Os painelistas pediram que os custos das atividades econômicas sejam internalizados e que sejam pagas indenizações por violações de direitos. Os debates demonstraram uma clara necessidade de uma economia que reforce os direitos humanos.

5 Ver www.ohchr.org/en/events/meetings/2022/africa-regional-seminar.

38. Durante o painel principal, os oradores reconheceram o impacto devastador da COVID19 nas economias vulneráveis e o aumento dos conflitos armados. Os oradores destacaram a importância de identificar desafios e partilhar experiências para combater a pobreza, as emergências sanitárias e climáticas, os conflitos, as desigualdades e a discriminação. Os participantes mencionaram os mecanismos das Nações Unidas sobre o direito ao desenvolvimento, incluindo o Grupo de Trabalho, o Relator Especial e o Mecanismo de Especialistas, e suas orientações políticas. A Zona de Comércio Livre Continental Africana foi destacada como um "divisor de águas" para impulsionar o comércio intra-africano e alimentar a criação de empregos decentes no continente. Os participantes apelaram a medidas inclusivas para a conservação da natureza e na luta contra as alterações climáticas. Alguns

defenderam a adoção de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento como fundamental para ajudar a promover a cooperação internacional e regional em África.

39. Durante o painel sobre cooperação internacional, os palestrantes abordaram os desafios globais exacerbados pela pandemia de COVID-19. Eles destacaram a Carta das Nações Unidas e várias declarações e tratados internacionais como sendo marcos legais que impunham obrigações aos Estados de agir em conjunto. Os palestrantes discutiram a necessidade de solidariedade para enfrentar proativamente as desigualdades e combater a corrupção e outros obstáculos estruturais que geraram pobreza em todo o mundo. Os palestrantes compartilharam boas práticas no trabalho das equipes de países das Nações Unidas para superar os desafios nacionais relacionados a secas e outras crises. Os oradores apelaram à cooperação internacional para combater a injustiça climática e ambiental e proteger os defensores dos direitos humanos ambientais. Sublinharam que o desenvolvimento e os direitos humanos devem andar de mãos dadas e apelaram a uma abordagem multisetorial para combater a corrupção. Os participantes também levantaram questões relacionadas ao deslocamento, graves violações de direitos humanos e a necessidade de financiamento e apoio adequados para adaptação e financiamento nos países em desenvolvimento.

40. No painel de discussão sobre o compromisso de acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, os palestrantes discutiram a importância de promover a cooperação internacional para superar a pobreza, especialmente nos países menos desenvolvidos. Eles forneceram exemplos de políticas eficazes em Botsuana e no Brasil e enfatizaram a necessidade de responsabilização e participação dos jovens na formulação de políticas. Os oradores também enfatizaram a importância de incluir as pessoas com deficiência e promover seus direitos ao trabalho decente e à educação nos esforços de redução da pobreza. Durante a discussão, os participantes levantaram preocupações sobre como proteger a saúde mental dos jovens e os direitos das crianças com deficiência. Os painelistas destacaram a importância da mobilização dos jovens além das fronteiras e da responsabilidade do governo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

41. Os oradores do painel sobre a contribuição do Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos discutiram os desafios específicos enfrentados pelos países de baixa renda com alta vulnerabilidade a choques econômicos e ambientais e baixos níveis de ativos humanos.⁶ Os palestrantes propuseram um quadro de transformação estrutural verde para avançar em direção a setores de atividade econômica de maior valor agregado que permitissem a graduação sustentável do status de países menos desenvolvidos. Isso exigiu transferência de tecnologia, melhor governança e aumento do acesso ao desenvolvimento e ao financiamento climático. Os palestrantes defenderam a integração continental e a cooperação Sul-Sul. Os participantes discutiram como os países menos desenvolvidos poderiam tirar lições dos mecanismos de direitos humanos na concepção e implementação de políticas de desenvolvimento. Os oradores também compartilharam boas práticas na promoção do empreendedorismo entre as mulheres em África, a fim de tornar as economias mais dinâmicas e equipar melhor as mulheres para superar ciclos de pobreza e violência. Os oradores enfatizaram a liderança e a legitimidade da África na formação do discurso do desenvolvimento global e dos direitos humanos. Os participantes também discutiram o impacto do comércio de carbono na África e a necessidade de uma melhor distribuição das rendas de recursos naturais nos países ricos em recursos.

42. No painel sobre a contribuição do desenvolvimento de infraestrutura e governança nos setores de energia e digital para o gozo de todos os direitos humanos, os palestrantes defenderam estruturas políticas e de governança que refletissem as necessidades específicas de cada país e

apoiassem a transição no setor de energia. Um orador apelou a uma estratégia baseada nos direitos para o desenvolvimento digital e energético e sublinhou a importância dos fundos de acesso universal e da conectividade significativa. O espaço digital refletiu as assimetrias da sociedade em termos de gênero, classe, geografia e fluxos financeiros, entre outros, e essas devem ser abordadas tanto online quanto offline. Um palestrante compartilhou os impactos positivos na igualdade de gênero da promoção do acesso à água potável e eletricidade solar em comunidades pobres. A questão da propriedade de dados e da tecnologia digital também foi levantada, com um alerta de que a dependência de plataformas globais poderia prejudicar pequenas e médias empresas. Os participantes enfatizaram a necessidade de soluções locais, abordagens intersetoriais e investimento em pesquisa e desenvolvimento, embora reconhecendo a corrupção como um desafio significativo enfrentado pelo processo de desenvolvimento.

6 Para a relação entre o direito ao desenvolvimento e os critérios de classificação dos países menos desenvolvidos (em termos de renda e crescimento econômico, ativos humanos e vulnerabilidade econômica e ambiental), ver A/HRC/45/21.

43. O painel sobre a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos centrou-se na contribuição do Acordo que Estabelece a Zona de Comércio Livre Continental Africana e da Agenda 2063: A África que Queremos para o gozo de todos os direitos humanos. Os participantes reconheceram o potencial do Acordo da Zona de Livre Comércio Continental para aumentar o comércio intra-africano, a geração de emprego e a igualdade de gênero. Os desafios identificados incluíram déficits de infraestrutura, barreiras não tarifárias e problemas de capacidade que afetaram negativamente algumas comunidades na implementação do tratado. Uma implementação inclusiva do Acordo exigiu estratégias nacionais e regionais de implementação que integrassem perspectivas de gênero. Os participantes discutiram a incorporação dos direitos humanos nas operações comerciais e empresariais e o uso de mecanismos continentais e sub-regionais de direitos humanos e justiça para compensar perdas em setores de atividade econômica devido à liberalização do comércio e para regular os lobistas corporativos. Apelaram a uma política complementar para melhorar o comércio transfronteiriço, simplificar o processo de criação de uma empresa e melhorar o acesso dos jovens aos fundos para apoiar os seus empreendimentos empresariais.

44. No painel final, sobre boas práticas e experiências na abordagem de desafios e lacunas, os participantes identificaram os desafios enfrentados por África, incluindo a pobreza, o fosso entre ricos e pobres e a falta de infraestruturas para apoiar a inovação digital. Os participantes enfatizaram a necessidade de cooperação e parceria internacionais para alcançar o desenvolvimento e realizar os direitos humanos dentro e fora da África. Sublinharam a necessidade de as Nações Unidas serem mais ativas na promoção de uma cooperação que reforce os direitos humanos e responsabilize os países desenvolvidos. Eles observaram que o trabalho decente exigia salários justos e um ambiente de trabalho que promovesse os direitos humanos e os meios para superar a pobreza. Os jovens devem ter igualdade de oportunidades de emprego, acesso a produtos básicos e educação. Resultados concretos exigiam a proteção dos espaços democráticos. Um participante pediu uma participação mais inclusiva dos jovens, sem privilegiar os jovens nas classes de elite.

D. Seminário regional das Américas e do Caribe.

45. O seminário foi aberto pelo Secretário-Geral Adjunto para os Direitos Humanos, pelo Reitor da Universidade para a Paz, pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos e pelo Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 7 Eles enfatizaram a interdependência e o reforço mútuo do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos como particularmente importantes em

tempos de múltiplas crises. Eles ressaltaram a importância dos mecanismos regionais e das Nações Unidas de direitos humanos para orientar as políticas de desenvolvimento.

46. Um tema recorrente durante o seminário foi a complexidade do desenvolvimento em nível nacional e internacional. Recomendações comuns relacionadas à promoção da participação popular ativa na tomada de decisões para o desenvolvimento, medidas para reduzir desigualdades arraigadas e discriminação em todas as suas formas, abordando fatores históricos. Alguns obstáculos ao desenvolvimento e sua contribuição para os direitos humanos incluíram dívida insustentável, evasão fiscal, ajuda vinculada, corrupção, os legados não resolvidos do colonialismo e do neocolonialismo, as mudanças climáticas e o ressurgimento de governos autoritários. Os participantes salientaram igualmente a importância de uma crescente cooperação e integração intra-regionais.

47. Durante o painel principal, os palestrantes discutiram a importância da igualdade, das leis antidiscriminação, da liberdade de religião e crença e o papel das presenças de países e empresas das Nações Unidas no desenvolvimento que contribuiu para os direitos humanos. No que se refere aos direitos das minorias, um orador apresentou um guia prático para o desenvolvimento de legislação abrangente contra a discriminação. 8 Outro orador enfatizou a importância de integrar os direitos humanos nos programas de desenvolvimento dos países. Os palestrantes defenderam que as empresas realizem *due diligence* sobre potenciais riscos de direitos humanos nas operações. Os participantes discutiram questões de economia política relacionadas ao desenvolvimento e o papel fundamental do direito ao desenvolvimento no combate às desigualdades dentro e entre os países, o legado do colonialismo, pobreza, discriminação, exclusão e estigmatização.

7 Ver www.ohchr.org/en/events/meetings/2022/americas-and-caribbean-regional-seminar.

48. No painel de discussão sobre o papel essencial da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável na promoção e proteção dos direitos humanos, os palestrantes enfatizaram a importância de abordar a pobreza, a desigualdade, a discriminação, a injustiça vacinal, a corrupção e a dívida para promover o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos. Recomendaram alternativas aos sistemas econômicos atuais com vistas a promover um desenvolvimento mais justo e sustentável, por meio de estruturas globais e abordagens globais com ações específicas do contexto. Os participantes discutiram o papel do ACNUDH, dos movimentos de base, dos sindicatos, da juventude e das comunidades locais na promoção de políticas econômicas e de desenvolvimento melhores e mais justas por meio de parcerias e colaboração entre as partes interessadas locais, nacionais e internacionais. Os palestrantes defenderam a efetivação do direito ao desenvolvimento, a partir das dimensões individual e coletiva, e a remoção de obstáculos à realização desse direito pelas mulheres. No diálogo interativo, os participantes pediram solidariedade internacional entre as Américas e a África, especialmente considerando a diáspora africana na região.

49. Durante o painel sobre o compromisso de acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, os oradores explicaram como a pobreza era simultaneamente causa e consequência das violações dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos. A exclusão digital tornou as pessoas que vivem na pobreza mais vulneráveis a violações de direitos humanos. Como superar essa divisão era uma questão fundamental. Boas práticas foram compartilhadas em termos de projetos liderados por organizações da sociedade civil, Nações Unidas e governos nacionais que ajudaram a reduzir a pobreza extrema, promover o desenvolvimento e proporcionar acesso a serviços públicos e aos direitos à moradia, educação e saúde adequadas. Os oradores defenderam que as comunidades e as pessoas com experiência vivida de pobreza sejam protagonistas de políticas e estudos destinados a promover a justiça social. As políticas devem também abordar a natureza multidimensional da pobreza. Os participantes discutiram desafios específicos enfrentados por mulheres e meninas que

vivem na pobreza, fundos de sementes para promover empregos decentes e empoderamento econômico e a importância de debater a transformação estrutural das economias.

50. No painel sobre a contribuição do desenvolvimento das cidades e a melhoria das políticas locais para o gozo de todos os direitos humanos, os painelistas discutiram o direito à moradia, os processos participativos nas cidades e nas comunidades rurais para ajudar a orientar o desenvolvimento que contribuiu para os direitos humanos e a importância de construir cidades acessíveis para que as pessoas com deficiência pudessem usufruir dos direitos humanos. A obrigação dos governos de respeitar, proteger e cumprir o direito à habitação adequada incluiu considerações de acessibilidade, localização, qualidade e adequação cultural. Algumas boas práticas foram compartilhadas em relação a orçamentos e políticas participativas, inclusive com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-Mulheres). Essas políticas ajudaram quilombolas, indígenas e outras comunidades no gozo dos direitos à moradia adequada, água e saneamento e educação, bem como melhor acesso a bens públicos e culturais. Os participantes discutiram a implementação do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Questões Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú) e da Rede de Cidades de Direitos Humanos. Também pediram aos Estados que regulem os interesses privados e protejam os bens públicos da captura privada.

51. No painel sobre a contribuição das capacidades produtivas no setor saúde para o gozo de todos os direitos humanos, os palestrantes apresentaram exemplos de cooperação Sul-Sul na transferência de tecnologia relacionada a equipamentos médicos, a importância do acesso a tecnologias assistivas acessíveis, a mobilização de recursos, a análise orçamentária para capacidades produtivas no setor saúde e além, e a importância essencial da soberania nacional sobre os meios para proporcionar a saúde como um direito humano para todos. Os oradores apelaram à transferência das capacidades produtivas das armas para a saúde e a educação. Eles também pediram a transferência de tecnologia relacionada a tecnologias assistivas para países de baixa e média renda, a fim de promover o acesso universal para pessoas com deficiência e manter, reparar e substituir essas tecnologias. Eles denunciaram o impacto negativo das medidas de austeridade nos gastos públicos essenciais em saúde. Os participantes mencionaram desafios e oportunidades relacionados à digitalização no setor de saúde, à cooperação internacional na área esportiva como meio de promoção da saúde e à importância da tributação progressiva.

8 Ver www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/2022-11-28/OHCHR_ERT_Protecting_Minority%20Rights_Practical_Guide_web.pdf. A/HRC/54/43 12 GE.23-11977

52. No painel sobre a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos, os palestrantes discutiram a integração regional exemplificada pela Comunidade do Caribe, a coordenação regional dos Povos Indígenas por meio da Confederação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica e o trabalho do ACNUDH em regiões vulneráveis abrangendo diferentes países. Os painelistas argumentaram que a integração regional contribuiu para superar os legados do colonialismo e da escravidão, promovendo o crescimento econômico, o desenvolvimento sustentável e o pleno emprego, especialmente para os jovens. A coordenação transnacional dos Povos Indígenas aumentou a eficácia da proteção de biomas com biodiversidade única e foi essencial para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Os participantes enfatizaram a importância da cooperação regional para garantir a participação e reparações adequadas para os legados do colonialismo. Mecanismos mais amplos de integração regional, como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, também apresentaram importantes oportunidades para a criação de condições para o gozo de direitos na região.

53. A mesa-redonda final abordou questões relacionadas com a boa governação, o espaço político, a justiça social e a consecução do direito ao desenvolvimento através de esforços intencionais para combater a pobreza e a desigualdade dentro e entre os países. Os participantes defenderam uma participação mais significativa dos jovens e das pessoas com deficiência na elaboração de políticas de desenvolvimento. Eles explicaram que as medidas de austeridade reduziram as capacidades dos Estados de proteger e cumprir os direitos humanos e defenderam um planejamento político sustentado que favorecesse o investimento em direitos econômicos e sociais e no desenvolvimento. Apelaram à integração dos direitos humanos no direito ambiental, comercial e fiscal internacional. Os oradores também pediram educação política e combate aos movimentos antidireitos e de extrema-direita.

E. Seminário regional da Ásia e do Pacífico.

54. Na abertura do seminário para a Ásia e o Pacífico, o Alto Comissário Adjunto para os Direitos Humanos, o Presidente do Conselho dos Direitos do Homem, o Subsecretário-Geral para os Assuntos Económicos e Sociais e o Diretor-Geral do Departamento das Organizações Internacionais, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, destacaram as relações entre o desenvolvimento e os direitos humanos e os desafios específicos da região, ao mesmo tempo em que enfatiza a importância da realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁹

55. Os temas recorrentes no seminário incluíram a diversidade na região Ásia-Pacífico, a necessidade de uma revisão crítica dos atuais modelos de desenvolvimento, financeiros e comerciais, a ameaça das mudanças climáticas ao desenvolvimento e aos direitos humanos e a participação inclusiva ativa, livre e significativa, inclusive da sociedade civil e dos povos indígenas, na concepção e implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento. Entre outras questões, os oradores abordaram a necessidade de modelos de desenvolvimento mais adequados às diferentes partes da região, os efeitos da geopolítica e da geoeconomia no quadro internacional de desenvolvimento e nos direitos humanos, e os desafios específicos enfrentados pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

56. No painel sobre a contribuição do desenvolvimento de tecnologias limpas e sustentáveis para o gozo de todos os direitos humanos, os participantes discutiram o papel da tecnologia na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os palestrantes expressaram preocupações sobre tecnologias, mineração e outras atividades relacionadas desenvolvidas em nome da ação climática que não eram sustentáveis ou que tinham implicações negativas em direitos humanos para comunidades vulneráveis e marginalizadas. Os participantes defenderam a adoção de salvaguardas de direitos humanos, inclusive por meio da aplicação dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. Os oradores debateram a necessidade urgente de transferir tecnologia respeitadora do ambiente e capital verde para os países em desenvolvimento, incluindo o apoio às pequenas e médias empresas, e a flexibilidade dos direitos de propriedade intelectual para facilitar as transferências. Um orador apresentou um inovador "painel ambiental" das Nações Unidas concebido para melhorar a produtividade agrícola e apoiar o direito à alimentação na República Popular Democrática da Coreia.

⁹ Ver www.ohchr.org/en/events/meetings/2023/asia-and-pacific-regional-seminar.

57. A discussão sobre o compromisso global de não deixar ninguém para trás ilustrou como as políticas e atividades de desenvolvimento poderiam contribuir melhor para o gozo de todos os direitos humanos por todos. Alguns oradores observaram que o crescimento económico tinha sido muitas vezes à custa de uma desigualdade crescente. Um painalista descreveu a contribuição das instituições nacionais de direitos humanos para garantir que os direitos humanos fossem abordados em todas as políticas e iniciativas nacionais de desenvolvimento desde o início dos processos de formulação de

políticas. Outro palestrante discutiu os impactos negativos da colonização sobre os povos indígenas e pediu a descolonização das políticas de desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento.

58. Os oradores salientaram que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência constitui um modelo para uma abordagem inclusiva e não discriminatória do desenvolvimento, que envolve a plena participação das pessoas com deficiência em todas as fases do desenvolvimento. Um orador descreveu as boas práticas de integração dos direitos humanos no desenvolvimento através da análise comum por país e da tradução do quadro de cooperação nos processos de planeamento e projetos no Sudeste Asiático. Outro orador referiu-se à importância de a ONU Mulheres identificar as pessoas deixadas para trás devido à discriminação histórica ou institucional na prossecução da promessa de não deixar ninguém para trás no Sul da Ásia. Os participantes argumentaram a favor da interseccionalidade na promoção do desenvolvimento e consideraram as necessidades específicas dos povos indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais e daqueles que sofrem discriminação com base na casta.

59. No painel de discussão sobre a contribuição das estratégias de desenvolvimento regional para o gozo de todos os direitos humanos, a dimensão ambiental das estratégias de desenvolvimento regional e dos direitos humanos foi mencionada com frequência. Os oradores descreveram a Estratégia 2050 para o Continente Pacífico Azul¹⁰ como uma resposta aos desafios do desenvolvimento regional que se baseou nos princípios dos direitos humanos, colocou as pessoas no centro do desenvolvimento e estava alinhada com a Agenda 2030. Os participantes referiram-se ao Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas do Pacífico 2023-2027 como uma contribuição para as prioridades de desenvolvimento nacional na região, relacionadas com o planeta, as pessoas, a prosperidade e a paz.

60. Os oradores abordaram a importância do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável, bem como dos defensores do ambiente e do Estado de direito ambiental para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e forneceram exemplos de processos e estratégias de desenvolvimento regional que abordaram os direitos ambientais. Entre eles, a Comissão do Ambiente e do Desenvolvimento da ESCAP e o seu reconhecimento da importância das abordagens participativas para a proteção do ambiente e os direitos humanos processuais conexos. Fóruns intergovernamentais sub-regionais, incluindo a Comissão Intergovernamental de Direitos Humanos da Associação de Nações do Sudeste Asiático e o Fórum das Ilhas do Pacífico, também discutiram desenvolvimento, direitos ambientais e defensores.

61. Em uma discussão sobre a mobilização das organizações de direitos das mulheres em torno da Agenda 2030, um palestrante descreveu uma abordagem feminista centrada no cuidado e baseada em direitos para o desenvolvimento que tornaria os cuidados de saúde universais, a educação gratuita garantida, a moradia e o direito a um meio ambiente saudável as prioridades, em torno das quais o desenvolvimento seria organizado. A igualdade entre homens e mulheres foi invocada como um princípio necessário no planeamento do desenvolvimento.

62. No painel de discussão sobre cooperação internacional, o valor do multilateralismo foi enfatizado. Foram discutidas múltiplas formas de cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul, Norte-Sul e triangular, bem como a cooperação com instituições financeiras internacionais, sociedade civil e setor privado. A cooperação internacional foi descrita como central para o projeto de instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento.

¹⁰ Ver www.forumsec.org/2050strategy/.

Os participantes tomaram nota das diferentes percepções dos países do Norte global e do Sul global sobre o caráter jurídico da cooperação internacional.

63. No debate sobre o compromisso de acabar com a pobreza, as pessoas com experiência vivida demonstraram a necessidade de uma participação ativa das pessoas que vivem na pobreza na concepção de programas de redução da pobreza. Os participantes defenderam a eliminação dos obstáculos educacionais e financeiros ao acesso aos programas de seguridade social.

III. Conclusões e recomendações.

64. Os participantes nos seminários regionais congratularam-se com a oportunidade de se envolverem no tema da contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos, tendo em conta as realidades e os conhecimentos regionais especializados.

65. A série de seminários apelou a uma cooperação internacional e a uma solidariedade sólidas para assegurar que o desenvolvimento contribua para o gozo de todos os direitos humanos para todos. Os Estados-Membros, as organizações internacionais e os parceiros de desenvolvimento devem apoiar e reforçar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável, com vista à melhoria constante do bem-estar das pessoas e dos povos, tal como previsto na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Para tanto, devem promover a integração dos direitos humanos nas políticas globais, regionais e nacionais, incluindo as políticas econômicas, tendo em vista a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos.

66. Os atores não estatais, incluindo empresas, organizações da sociedade civil e instituições nacionais de direitos humanos, devem trabalhar juntos, dentro e fora das fronteiras, para um desenvolvimento que contribua para o gozo de todos os direitos humanos para todos. As empresas devem respeitar os direitos humanos e ser responsáveis pelas cadeias de abastecimento a montante e a jusante. As organizações da sociedade civil e outras partes interessadas devem considerar os direitos humanos como meios úteis para avaliar a coerência da atividade econômica com as normas e obrigações internacionais de direitos humanos, incluindo, em particular, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.

67. Os Estados-Membros, as organizações internacionais, os parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes devem envidar esforços adicionais para assegurar que a cooperação internacional para o desenvolvimento: a) Cumpra os compromissos em matéria de APD, nomeadamente tomando medidas mais ambiciosas para atingir o objetivo de 0,7 % do RNB dos países desenvolvidos em APD para os países em desenvolvimento e de 0,20 % do seu RNB em APD para os países menos desenvolvidos; com compromissos adicionais e separados para a assistência ambiental e à migração nos países; e promove um fluxo líquido de riqueza para o Sul Global; b) Orienta-se pelos princípios da apropriação das prioridades de desenvolvimento pelos países em desenvolvimento, centra-se nos resultados, na participação, na igualdade e na não discriminação, no desenvolvimento centrado nas pessoas, na transparência e na responsabilidade partilhada; e preserva o espaço fiscal para o cumprimento das obrigações de direitos humanos, incluindo os direitos ao desenvolvimento, à saúde e à educação; c) Tem em conta as necessidades específicas das pessoas que vivem em países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países em desenvolvimento sem litoral, países em conflito e países sujeitos a sanções.

68. Os Estados-Membros, as organizações internacionais, os parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes devem apoiar a cooperação internacional para o desenvolvimento, os programas e políticas nacionais e subnacionais de desenvolvimento, através: a) Integrando as recomendações da revisão periódica universal, os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos, os órgãos de tratados e os mecanismos regionais de direitos humanos; (b) Incorporar avaliações de impacto em direitos humanos e diligência devida em direitos humanos, bem como levar em conta potenciais impactos extraterritoriais em direitos humanos; c) Abordar os

principais obstáculos à realização do direito ao desenvolvimento, incluindo o neocolonialismo, o racismo e a discriminação racial, a dominação e ocupação estrangeiras, a dívida insustentável, os fluxos financeiros ilícitos, a corrupção e os desafios relacionados com o ambiente e o clima; d) Promover o desarmamento eficaz e reorientar os recursos libertados do desarmamento para as políticas de saúde, educação e outras políticas relacionadas com o desenvolvimento, em especial as políticas nos países em desenvolvimento; e) Incluir processos participativos eficazes na sua concepção, implementação e avaliação, com base no direito a uma participação ativa, livre e significativa, incluindo por mulheres e raparigas, jovens, pessoas com deficiência, povos indígenas, afrodescendentes, minorias, comunidades locais, migrantes, refugiados, pessoas com experiência vivida de pobreza e pessoas que vivem em regiões e zonas historicamente deixadas para trás nos processos de desenvolvimento; entre outros; e não deixar ninguém para trás; (f) Enfrentar a pobreza, em todas as suas dimensões, e a desigualdade dentro e entre os países, a fim de cumprir as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (acabar com a pobreza em todas as suas formas em todos os lugares) e do Objetivo 10 (reduzir a desigualdade dentro e entre os países), inclusive por meio das abordagens de todo o governo e "Entregar como um só"; (g) Tratar alimentos, água e saneamento como direitos e não mercadorias, e construir resiliência e sustentabilidade da governança e infraestrutura de alimentos, água e saneamento, especialmente nos países mais afetados pelas mudanças climáticas, conflitos e outras crises; h) Desenvolver infraestruturas que forneçam eletricidade e acesso à Internet suficientes, a preços acessíveis, fiáveis e sustentáveis em todo o lado, como meios essenciais para aceder a outros direitos humanos. Tal deve ter em conta as necessidades específicas de cada país e apoiar a transição justa no setor da energia e para a economia digital, apoiando os trabalhadores dos setores mais afetados; (i) Melhor operacionalização dos mecanismos de transferência de tecnologias, incluindo tecnologias verdes sustentáveis; j) Transferir tecnologia no setor da saúde de uma forma que contribua para a resiliência nacional, regional e global contra futuras crises de saúde, tirando partido das lições aprendidas com a pandemia de COVID-19 e garantindo o acesso a tecnologias essenciais e assistivas em todo o lado; k) Distribuir recursos para a saúde, a nível internacional e dentro dos países, com base em avaliações das necessidades e não na riqueza dos países ou dos consumidores; l) Construir cidades e regiões sustentáveis, seguras e acessíveis, com integração económica, social, cultural e política que contribua para o gozo de todos os direitos humanos por todos.

69. Os Estados-Membros, as organizações internacionais e os parceiros de desenvolvimento devem integrar os direitos humanos na implementação do Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos. As Nações Unidas e os mecanismos regionais de direitos humanos devem considerar as necessidades específicas dos países menos desenvolvidos e os compromissos assumidos no Programa de Ação de Doha em suas recomendações aos países receptores e doadores.

70. Todas as partes interessadas devem colaborar com a terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países em Desenvolvimento sem Litoral e a Quarta Conferência Internacional sobre os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, bem como com os seus trabalhos preparatórios, com vista à adoção de programas de ação ambiciosos para ajudar estes países a ultrapassar os obstáculos estruturais à consecução de um desenvolvimento que contribua para o gozo de todos os direitos humanos;

71. Os Estados-Membros devem continuar a negociar de boa-fé o projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, tendo em vista a sua adoção e entrada em vigor; As capacidades do ACNUDH devem ser fortalecidas para aumentar sua assessoria técnica e apoio às equipes dos Estados e das Nações Unidas na área do desenvolvimento sustentável e do direito ao desenvolvimento, inclusive por meio do aprofundamento da operacionalização de economias e estudos de direitos humanos e do desenvolvimento de ferramentas para avaliar o papel do desenvolvimento centrado nas pessoas para o gozo de todos os direitos humanos.

3. Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento na sua vigésima quarta sessão (Genebra, 15-19 de maio de 2023) Presidente-Relator: Zamir Akram [G2311554.pdf \(un.org\)](#)

Introdução.

1. O presente relatório foi elaborado em conformidade com a Resolução 9/3 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho decidiu renovar o mandato do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento até que este tenha concluído as tarefas que lhe foram confiadas pelo Conselho em sua Resolução 4/4, e que o Grupo de Trabalho deve convocar sessões anuais de cinco dias úteis e apresentar seus relatórios ao Conselho.

2. O mandato do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento, estabelecido pela Comissão de Direitos Humanos em sua Resolução 1998/72, é acompanhar e revisar os progressos realizados na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento, conforme estabelecido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, nos níveis nacional e internacional, Formular recomendações sobre o assunto e continuar a analisar os obstáculos à sua plena fruição, centrando-se todos os anos em compromissos específicos constantes da Declaração; Analisar relatórios e quaisquer outras informações apresentadas pelos Estados, agências das Nações Unidas, outras organizações internacionais relevantes e organizações não governamentais sobre a relação entre suas atividades e o direito ao desenvolvimento; e apresentar à consideração da Comissão um relatório de sessão sobre suas deliberações, incluindo aconselhamento ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) sobre a implementação do direito ao desenvolvimento e sugerindo possíveis programas de assistência técnica a pedido dos países interessados com o objetivo de promover a implementação do direito ao desenvolvimento.

3. Em sua resolução 51/7, o Conselho de Direitos Humanos ressaltou a importância da realização do mandato do Grupo de Trabalho e reconheceu a necessidade de esforços renovados com vistas a superar o impasse político existente no Grupo de Trabalho para que este possa cumprir, em tempo hábil, seu mandato, conforme estabelecido pela Comissão de Direitos Humanos em sua resolução 1998/72 e pelo Conselho de Direitos Humanos em suas resoluções 4/4 e 39/9. O Conselho salientou igualmente a importância de um empenhamento construtivo na vigésima quarta sessão do Grupo de Trabalho, que prosseguirá a análise do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento apresentado pelo Presidente-Relator do Grupo de Trabalho, e solicitou ao Presidente-Relator que apresente um segundo projeto revisto de convenção ao Grupo de Trabalho na sua vigésima quarta sessão para negociação intergovernamental e, Após esse processo, submeter o projeto final de texto da Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento ao Conselho de Direitos Humanos.¹

III. Resumo dos processos.

A. Declarações gerais.

9. Declararam representantes dos seguintes Estados: Argélia, Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não Alinhados), China, Costa do Marfim (em nome do Grupo Africano), Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irão (República Islâmica da), Malásia, México, Nigéria, Paquistão (também em nome da Organização de Cooperação Islâmica), Arábia Saudita, África do Sul, Sri Lanka, Tunísia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da). Um representante da União Europeia também fez uma declaração. Um representante do Centro Sul, uma organização, fez uma declaração. Declararam-se as seguintes organizações da sociedade civil:

Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONGs de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra,5 Maloca Internationale e CETIM.

5 resolução intergovernamental 3 do Conselho de Direitos Humanos 4/4. 4 A/HRC/WG.2/24/1.

10. O Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não-Alinhados) declarou que a implementação do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável era de extrema importância, particularmente no contexto do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. O Movimento dos Países Não-Alinhados reafirmou que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais e inter-relacionados. O direito ao desenvolvimento tinha de ser central para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, integrado nas políticas nacionais e integrado nas atividades operacionais das Nações Unidas e nos quadros comerciais multilaterais. O Movimento dos Países Não-Alinhados enfatizou o papel da cooperação internacional no apoio ao desenvolvimento integral. A convenção poderia tornar o desenvolvimento uma realidade para todos e elevar o direito ao desenvolvimento ao mesmo nível de outros direitos humanos.

III. Resumo dos processos.

A. Declarações gerais.

9. Declararam representantes dos seguintes Estados: Argélia, Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não Alinhados), China, Costa do Marfim (em nome do Grupo Africano), Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Irão (República Islâmica da), Malásia, México, Nigéria, Paquistão (também em nome da Organização de Cooperação Islâmica), Arábia Saudita, África do Sul, Sri Lanka, Tunísia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da). Um representante da União Europeia também fez uma declaração. Um representante do Centro Sul / *South Center*, uma organização, fez uma declaração. Declararam-se as seguintes organizações da sociedade civil: Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONGs de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra,5 Maloca Internationale e CETIM.

5.resolução intergovernamental 3 do Conselho de Direitos Humanos 4/4. 4 A/HRC/WG.2/24/1.

10. O Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não-Alinhados) declarou que a implementação do direito ao desenvolvimento como um direito humano inalienável era de extrema importância, particularmente no contexto do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. O Movimento dos Países Não-Alinhados reafirmou que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais e inter-relacionados. O direito ao desenvolvimento tinha de ser central para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, integrado nas políticas nacionais e integrado nas atividades operacionais das Nações Unidas e nos quadros comerciais multilaterais. O Movimento dos Países Não-Alinhados enfatizou o papel da cooperação internacional no apoio ao desenvolvimento integral. A convenção poderia tornar o desenvolvimento uma realidade para todos e elevar o direito ao desenvolvimento ao mesmo nível de outros direitos humanos.

12. A Costa do Marfim (em nome do Grupo Africano) manifestou o seu apoio ao desenvolvimento de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento era interdependente e interligado com os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e deveria ser considerado igualmente importante. O Grupo Africano sublinhou a necessidade de políticas internacionais favoráveis ao desenvolvimento, de uma

cooperação e solidariedade internacionais reforçadas, de esforços intensificados para reduzir as desigualdades económicas e de um maior apoio aos países em desenvolvimento nos seus esforços para promover os direitos económicos, sociais e culturais. O Grupo Africano sublinhou a relevância duradoura da Declaração de 1986 sobre o Direito ao Desenvolvimento e apelou a compromissos renovados para a sua implementação.

13. A União Europeia declarou o seu firme empenho em alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo e em implementar a Agenda 2030. Em sua opinião, embora o desenvolvimento fosse um direito e sua realização contribuísse para o gozo de outros direitos humanos, alcançar o desenvolvimento não era uma condição necessária para o respeito aos direitos humanos, e nem a falta de desenvolvimento poderia justificar violações de direitos humanos. A União Europeia levantou questões sobre se um instrumento juridicamente vinculativo era a forma mais adequada de alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Apesar da sua posição e num espírito construtivo, a União Europeia partilhou em dezembro de 2022 um contributo para o projeto de convenção e apresentou comentários escritos sobre o segundo texto revisto. A União Europeia sublinhou que os debates no Grupo de Trabalho devem ser inclusivos e consensuais, e que a decisão de submeter um rascunho final da convenção ao Conselho de Direitos Humanos deve ser colegiada e respeitar as diferentes posições. Na sua opinião, era prematuro considerar o segundo projeto de texto como definitivo. A União Europeia manifestou a sua preocupação de que algumas disposições possam comprometer as obrigações dos Estados ao abrigo dos tratados existentes, incluindo os dois Pactos Internacionais. Criar responsabilidades de natureza interestatal não era apropriado nem consistente com o direito internacional dos direitos humanos. Os indivíduos devem ser definidos como detentores de direitos e os Estados como detentores de deveres com responsabilidade primária de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos.

5 Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, Association Points-Cœur, Fundação AVSI, Caritas Internationalis (Confederação Internacional de Caridades Católicas), Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, Dominicanos para a Justiça e a Paz (Ordem dos Pregadores), Instituto Internacional de Maria Nossa Auxiliadora das Irmãs Salesianas de Dom Bosco, Organização Internacional para o Direito à Educação e à Liberdade de Educação, MIAMSI, Nova Humanidade, Associação Teresiana e Organização Internacional de Voluntariado para Mulheres, Educação e Desenvolvimento (VIDES).

14. Muitos delegados recordaram que o direito ao desenvolvimento era um direito humano inalienável, inter-relacionado e interligado com todos os outros direitos humanos. Eles enfatizaram a importância e a urgência de implementar o direito ao desenvolvimento para todos, em todos os lugares. Algumas delegações observaram que a aplicação do direito ao desenvolvimento contribuiria para enfrentar os desafios globais, como as crises económicas, as alterações climáticas e os conflitos.

15. O Paquistão declarou que era necessária uma maior cooperação, transparência na ordem financeira internacional e o cumprimento do financiamento dos compromissos de desenvolvimento para enfrentar os desafios sistémicos globais e avançar na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O texto revisado da convenção representou um avanço, pois encapsulava elementos-chave para a promoção do desenvolvimento sustentável e a operacionalização do direito ao desenvolvimento. Contextualizou adequadamente todos os aspectos relevantes do direito ao desenvolvimento, incorporou a essência dos princípios universais, delineou caminhos para superar desafios e enfatizou o papel significativo da cooperação internacional. Estava também em conformidade com os princípios consagrados no direito internacional dos direitos humanos. Uma vez finalizado, acordado e adotado, o instrumento juridicamente vinculativo colocaria o direito ao desenvolvimento em pé de igualdade com o marco normativo sobre outros direitos humanos e contribuiria para fortalecer a ordem económica e financeira internacional baseada em regras.

16. A República Islâmica do Irã declarou que a pobreza, a desigualdade e as medidas coercitivas unilaterais impediam a realização do direito ao desenvolvimento. Um instrumento vinculativo reforçaria o quadro jurídico para a realização do direito ao desenvolvimento. As comemorações dos aniversários da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Declaração e Programa de Ação de Viena constituíram uma ocasião auspiciosa para dar passos duradouros no sentido da plena realização do direito ao desenvolvimento. O Sri Lanka afirmou que a cooperação internacional, juntamente com os programas nacionais, era crucial para garantir o direito ao desenvolvimento para todas as pessoas. O Sri Lanka mencionou seu progresso no acesso a cuidados de saúde gratuitos e universais, educação, água potável segura e instalações sanitárias, habitação e eletrificação.

17. A África do Sul apelou ao reforço da cooperação internacional e apoiou a elaboração de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento que apoie a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Nigéria afirmou que a falta de oportunidades de desenvolvimento impactou negativamente o bem-estar das populações nos países em desenvolvimento e contribuiu para a instabilidade e para as ameaças à paz e à segurança. A solidariedade internacional e os renovados esforços coletivos internacionais para a realização do direito ao desenvolvimento eram de extrema importância, uma vez que a responsabilidade pela promoção do direito ao desenvolvimento, dada a sua universalidade, não poderia recair apenas sobre os Estados individuais.

18. A Arábia Saudita enfatizou a natureza abrangente do direito ao desenvolvimento e seu papel na melhoria do bem-estar dos indivíduos e na garantia do gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A convenção sobre o direito ao desenvolvimento elevaria o direito ao desenvolvimento em pé de igualdade com outros direitos humanos e liberdades fundamentais. A Tunísia reiterou o seu apoio à elaboração de um instrumento jurídico internacional vinculativo relativo ao direito ao desenvolvimento e salientou a importância de renovar, por ocasião do setenta e quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o compromisso internacional coletivo para a realização efetiva deste direito, reforçando a cooperação e a solidariedade internacionais e estabelecendo relações económicas internacionais justas e equitativas, em especial através da implementação dos compromissos internacionais em termos de ajuda ao desenvolvimento e da redução das dívidas dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos. A Tunísia sublinhou a necessidade de cooperação e apoio de todas as partes ao direito dos países de recuperarem os seus bens saqueados e colocados no estrangeiro e de os utilizarem em programas para o desenvolvimento e o bem-estar dos seus povos, na consolidação dos princípios da democracia e do Estado de direito, no combate à corrupção e no lançamento das bases da boa governação. A Malásia afirmou que a inclusão era um princípio fundamental para garantir que todos os cidadãos se beneficiassem do desenvolvimento. Eram necessárias uma colaboração mais forte e a partilha das melhores práticas para promover a inclusão e o desenvolvimento sustentável. A Malásia apoiou o processo de deliberação e finalização de uma convenção sobre o direito ao desenvolvimento.

19. O Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte expressou a importância dos direitos humanos no desenvolvimento, mas questionou a necessidade de um novo instrumento juridicamente vinculativo. O Reino Unido levantou várias preocupações sobre o atual projeto, incluindo a falta de clareza sobre os novos direitos, a ausência de uma definição de desenvolvimento e o amplo âmbito de aplicação do Tratado. O Reino Unido enfatizou a necessidade de um foco nos direitos individuais e questionou a inclusão de obrigações que não foram acordadas e potencialmente inviabilizariam discussões em outros fóruns. Na sua opinião, o projeto omitiu elementos fundamentais em matéria de direitos humanos, como a participação, as instituições democráticas, o Estado de direito e o combate à corrupção. Ao apresentar as suas preocupações, o Reino Unido sublinhou a sua intenção

de promover a compreensão e encontrar um terreno comum, e afirmou que seria necessário um passo atrás para estabelecer um objetivo comum e soluções colaborativas.

20. A República Bolivariana da Venezuela afirmou que o direito ao desenvolvimento era um processo abrangente que abrangia o desenvolvimento social, político e cultural dos povos, e estava ligado à criação de uma ordem social e internacional democrática e equitativa, na qual todos os direitos humanos pudessem ser plenamente realizados. Diversos e complexos fatores continuaram a dificultar o gozo desse direito, particularmente nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, incluindo a pobreza, as consequências negativas da crise econômica, a falta de recursos e transferência de tecnologia, o peso da dívida e as medidas coercitivas unilaterais. A Argélia sublinhou a necessidade de relações econômicas internacionais justas, de progresso social e econômico e de partilha equitativa da prosperidade para o pleno reconhecimento do direito ao desenvolvimento. A Argélia pediu esforços para superar os obstáculos à realização do direito, que incluíam a ocupação, e o impacto negativo no desenvolvimento da não repatriação de fundos ilícitos. O instrumento internacional juridicamente vinculativo ajudaria a enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas, pela pandemia, pela crise financeira e pelos desenvolvimentos geopolíticos.

21. O México reiterou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza e as desigualdades. No entanto, tinha reservas quanto à utilidade da adoção de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento. O direito ao desenvolvimento já estava consagrado em instrumentos internacionais, incluindo a Carta das Nações Unidas, a Agenda 2030 e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, por meio dos quais foi assegurado o pleno respeito ao direito. Em sua opinião, não havia outro direito a ser protegido além daqueles já protegidos por outras normas de direitos humanos ou outras normas de direito internacional de natureza consuetudinária ou convencional ou pelos princípios gerais de direito.

22. A Índia declarou que a implementação plena e efetiva do direito ao desenvolvimento era essencial para o desenvolvimento sustentável e referiu-se aos esforços nacionais em saúde, educação, redução da pobreza e ação climática. A Índia declarou a importância de centrar o projeto de convenção na codificação dos conceitos, direitos e obrigações existentes ao abrigo do direito internacional e de promover o consenso. Além dos esforços nacionais na realização do direito ao desenvolvimento, a Indonésia mencionou seu apoio à realização do direito ao desenvolvimento nos países menos desenvolvidos por meio da cooperação Sul-Sul. Um projeto de convenção reforçaria, em vez de diluir, a importância e a implementação da Agenda 2030 e forneceria um instrumento jurídico abrangente para lidar efetivamente com qualquer desafio de desenvolvimento, colocando o direito ao desenvolvimento em pé de igualdade com outros direitos humanos básicos.

23. Cuba afirmou que as crises sistêmicas globais e a ineficácia da ordem internacional perpetuaram a desigualdade e constituíram um sério obstáculo à realização do direito ao desenvolvimento, que era um direito universal e inalienável dos indivíduos e dos povos. As medidas coercivas unilaterais impostas a muitos países em desenvolvimento afectaram negativamente o seu desenvolvimento. Os progressos no sentido de um instrumento internacional vinculativo, tal como promovido pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, devem ser abordados com vontade política, cooperação e diálogo. A China recordou a reunião de alto nível do Conselho de Direitos Humanos comemorativa do trigésimo quinto aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, na qual os Estados reafirmaram seu compromisso de promover e proteger o direito ao desenvolvimento e apontaram os graves desafios para a implementação do direito ao desenvolvimento em nível global. A China reiterou sua proposta para a Iniciativa de Desenvolvimento Global e enfatizou a importância de ouvir as vozes dos países em desenvolvimento, eliminar a desigualdade e promover um desenvolvimento de alta qualidade, inclusivo e equitativo.

24. O Uruguai declarou que o direito ao desenvolvimento estava consagrado em várias normas e instrumentos internacionais, incluindo a Carta das Nações Unidas, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, que estabeleceram uma série de compromissos e serviram de guia para os esforços dos Estados. A agenda de desenvolvimento e a agenda de direitos humanos estavam intrinsecamente relacionadas, uma vez que o desenvolvimento exigia uma abordagem multidimensional e centrada nos direitos humanos. O Uruguai não era favorável a avançar na negociação de um tratado sobre o direito ao desenvolvimento. Na sua opinião, os esforços devem centrar-se na implementação da Agenda 2030.

25. O Egito destacou a importância da Resolução 51/7 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho reconheceu a necessidade de superar o impasse político no Grupo de Trabalho e solicitou ao seu Presidente-Relator que apresentasse um segundo projeto revisado de convenção para negociação intergovernamental. O direito ao desenvolvimento não tinha recebido a devida atenção e um instrumento juridicamente vinculativo tornaria o direito ao desenvolvimento uma realidade para todos.

26. O Brasil enfatizou que as discussões para um instrumento internacional sobre o direito ao desenvolvimento devem ser inclusivas, garantir flexibilidade, cooperação, boa vontade de todas as partes envolvidas e assegurar a participação da maioria da comunidade internacional, para serem efetivas. O instrumento internacional teve que ser cuidadosamente elaborado para evitar minar o direito nacional ou internacional ou duplicar os tratados de direitos humanos existentes. Como a obtenção de um consenso pode levar tempo, o Grupo de Trabalho deve permanecer como o principal locus para as discussões interestaduais.

27. O Centro Sul destacou os desafios exacerbados pelas crises globais, enfatizando a importância de promover o direito ao desenvolvimento como um dever da comunidade internacional para uma recuperação sustentável e inclusiva. As negociações sobre o projecto de convenção constituíram uma oportunidade para encontrar um terreno comum e abordar as desigualdades existentes.

28. A Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONGs de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, declarou que a elaboração do projeto de convenção representava uma oportunidade para reconhecer e implementar o direito ao desenvolvimento. O texto revisado continha normas concretas, detalhadas e implementáveis. Maloca Internationale lembrou que indivíduos e povos, incluindo os povos indígenas, foram os beneficiários do desenvolvimento, e discutiu os impactos da mineração, do crime organizado transnacional e da corrupção em seu desenvolvimento. A eliminação dos fluxos financeiros ilícitos dos Estados, como previsto no artigo 13 do projeto de convenção, exigia um sistema judicial forte e independente que investigasse as informações fornecidas pelos indivíduos. O CETIM apontou para a urgência de se repensar o modelo de desenvolvimento dominante que esteve na origem das crises e desigualdades multidimensionais globais. Além disso, o CETIM lembrou que a convenção poderia desempenhar um papel decisivo como alavanca política e jurídica para promover o direito ao desenvolvimento, e que o desenvolvimento rural era fundamental para o desenvolvimento e exigia a participação efetiva dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais, que continuavam a ser discriminadas e excluídas da tomada de decisões em muitos países.

B. Diálogo interativo com o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento e o Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento.

29. Em sua declaração, o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento delineou sua visão do direito ao desenvolvimento e à implementação de seu mandato, ressaltando a importância de adotar uma compreensão holística que incluísse as liberdades fundamentais e ultrapassasse o mero crescimento econômico. Ele afirmou que o direito ao desenvolvimento era relevante para todos os indivíduos em todo o mundo e destacou a necessidade de uma colaboração fortalecida para realizá-lo plenamente. Ele identificou sete "Ps" como críticos para a implementação do direito ao desenvolvimento em nível local, nacional, regional e internacional, a saber: pessoas, participação, paz, planeta, setor privado, coerência de políticas e passado. O Relator Especial expressou sua intenção de dedicar seus dois próximos relatórios à explicação de sua visão do mandato e ao papel das empresas na realização do direito ao desenvolvimento, respectivamente. Ele encorajou todas as partes interessadas a fornecer informações para esses relatórios. O Relator Especial havia feito comentários sobre o texto atual do projeto de convenção, inclusive sobre o papel das empresas e sua responsabilidade de realizar a devida diligência em direitos humanos, sobre as conexões com outros processos regionais e globais de direitos humanos e sobre a relevância de adotar uma abordagem interseccional e integrar a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas.

30. Na sua declaração, a Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento explicou que o Mecanismo de Peritos tinha concluído o seu primeiro mandato de três anos, tendo realizado cinco estudos temáticos que forneceram orientações e recomendações sobre a implementação do direito ao desenvolvimento. O mecanismo de peritos desenvolveria novos estudos com base em sugestões dos Estados-Membros e das partes interessadas. O Presidente enfatizou a urgência de enfrentar os obstáculos e promover recomendações políticas concretas para a realização do direito ao desenvolvimento. O Presidente reiterou o apoio do Mecanismo de Peritos a um tratado para reafirmar a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento que sublinharia os princípios de responsabilização, empoderamento, participação, não discriminação, igualdade e equidade.

31. O Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não Alinhados) incentivou os Estados-Membros e os organismos pertinentes das Nações Unidas a cooperarem com o Mecanismo de Peritos na promoção da implementação do direito ao desenvolvimento. O Movimento dos Países Não-Alinhados enfatizou as contribuições complementares do Relator Especial e do Mecanismo de Especialistas para a implementação efetiva do trabalho do Grupo de Trabalho. A convenção, baseada nos princípios enunciados na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, contribuiria para tornar o desenvolvimento uma realidade para todos.

32. A República Islâmica do Irã destacou as contribuições do Relator Especial para a realização do direito ao desenvolvimento. A África do Sul incentivou a cooperação com os mandatos do direito ao desenvolvimento, que compartilhavam objetivos comuns, conforme articulado na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. A República Bolivariana da Venezuela destacou a importância desses mecanismos para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento e declarou seu apoio ao seu trabalho e às iniciativas do Conselho de Direitos Humanos para implementar efetivamente os princípios da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. O Egito congratulou-se com os esforços do Mecanismo de Peritos na identificação e partilha das melhores práticas. A China reconheceu os esforços do Mecanismo de Peritos na elaboração de relatórios temáticos e manifestou a sua disponibilidade para oferecer contributos construtivos. A Índia elogiou o compromisso dos mecanismos dedicados a abordar o direito ao desenvolvimento e reiterou seu apoio a interações regulares entre o Relator Especial, o Mecanismo de Especialistas e o Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento.

33. A Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONG de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, salientou a importância da paz na realização do direito ao desenvolvimento e solicitou a opinião dos Presidentes sobre se o artigo 22.º sobre a paz e a segurança do segundo texto revisto do projeto de convenção captava suficientemente as interligações entre o direito ao desenvolvimento e paz.

34. Em resposta aos pontos levantados durante o diálogo interativo, o Presidente do Mecanismo de Peritos sublinhou a importância do mandato e do trabalho do Mecanismo de Peritos para promover o direito ao desenvolvimento. O Mecanismo de Peritos tinha apresentado um documento com o quadro mínimo essencial que, na sua opinião, tinha de ser incluído num instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento. A Presidência reconheceu a importância de enfrentar a pobreza como um desafio global que afeta todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento. O Presidente concordou que a paz e a segurança são primordiais e estão interligadas com o direito ao desenvolvimento. Em resposta a perguntas, o Relator Especial expressou seu compromisso de colaborar com todas as delegações e partes interessadas para integrar o direito ao desenvolvimento em todas as políticas, enfatizando sua inter-relação com outros direitos humanos. Ele enfatizou a importância da convenção para reconhecer o direito ao desenvolvimento tão valioso quanto outros direitos humanos. Ele agradeceu o apoio oferecido por várias delegações e organizações da sociedade civil e expressou sua disposição de trabalhar juntos para promover o direito ao desenvolvimento. Em relação ao projeto de artigo 22, ele sugeriu que a convenção abordasse a paz e a segurança em termos genéricos e não específicos. Ele enfatizou o papel de outras convenções e instrumentos para lidar com a paz e a segurança, embora reconheça que o direito ao desenvolvimento pode ajudar a enfrentar as causas profundas dos conflitos e a manter a paz.

C. Análise e negociação intergovernamental do segundo projeto revisto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento.

35. O presidente-relator forneceu informações sobre o processo empreendido para preparar o segundo texto revisto do projeto de convenção. Ele reiterou que não era possível refletir todos os comentários e propostas textuais na íntegra no corpo do relatório anual ao Conselho de Direitos Humanos e que o secretariado havia disponibilizado todas as submissões recebidas, incluindo os comentários feitos durante as duas sessões anteriores do Grupo de Trabalho, no site do ACNUDH dedicado ao Grupo de Trabalho.⁶

36. O presidente-relator declarou que o grupo de trabalho ouviria primeiro uma panorâmica das observações e propostas textuais sobre o segundo texto revisto do projeto de convenção, por Mihir Kanade, relator-presidente do grupo de peritos, seguida de observações gerais. Os participantes poderiam, então, fazer comentários e propostas textuais sobre o segundo texto revisado. O presidente-relator também lembrou aos participantes que enviassem seus comentários e propostas textuais por escrito ao secretariado.

37. O Sr. Kanade forneceu uma visão geral da comunicação, comentários e propostas textuais recebidas sobre o segundo texto revisto do projeto de convenção. O texto revisado contextualizou as submissões considerando o direito internacional e a jurisprudência, as práticas dos tratados, a elaboração interpretativa, os comentários e as decisões de outros mecanismos de interpretação de tratados de direitos humanos, principalmente no âmbito do sistema de direitos humanos das Nações Unidas. Todas as tentativas foram feitas para garantir que quaisquer revisões substantivas fossem estritamente fundamentadas ou consistentes com o direito internacional e a jurisprudência. As deliberações do grupo de peritos foram orientadas pelas seguintes três considerações: (a) Foram aceites propostas que reforçaram e melhoraram o texto, em conformidade com o direito internacional. As propostas que, em última análise, enfraqueceram o texto devido à inconsistência

com o direito internacional, ou introduzindo novos desafios à implementação efetiva do projeto de convenção, foram cuidadosamente analisadas e examinadas pelo grupo de redação de especialistas.

b) Não foram aceites as propostas que repetiam ou duplicavam disposições do projeto de convenção. Foram evitadas quaisquer revisões propostas que fossem contrárias ao direito internacional existente ou que pudessem resultar num conflito ou numa violação total do direito internacional existente. (c) As propostas que buscavam a elaboração contextual do texto do projeto de convenção foram anotadas para possível inclusão nos comentários ao segundo projeto de convenção revisado. Apenas foram aceites as sugestões pertinentes para o contexto da disposição em causa.

38. O Sr. Kanade também delineou alguns dos contornos gerais das revisões. Em particular, explicou as observações recebidas e as alterações introduzidas nos projetos dos artigos 2.º, 5.º, 13.º, 16.º, 25.º, 30.º e 35.º. Além dessas modificações principais, várias outras mudanças foram feitas, o que seria refletido em uma versão de mudanças de faixa e explicado nos comentários.

39. O Sr. Kanade abordou as observações feitas pelo Reino Unido e esclareceu várias preocupações levantadas. Ele enfatizou que o projeto de convenção não trazia uma definição específica, mas descrições do desenvolvimento, reconhecendo-o como um processo abrangente que visa melhorar o bem-estar de toda a população. Ele afirmou que o direito ao desenvolvimento era sobre o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento, e que o desenvolvimento em si era um direito humano. Ele explicou que o projeto de convenção deixava claro que os indivíduos determinavam o que era desenvolvimento para eles. O projeto de artigo 4º definia o direito ao desenvolvimento, afirmando que seus titulares eram indivíduos e povos, e fazendo referência específica à participação. O Sr. Kanade convidou os delegados a consultar os comentários para uma compreensão mais profunda das fontes normativas das disposições contidas no segundo rascunho. Reiterou que o grupo de peritos fez todos os esforços para garantir que a convenção se baseasse nos instrumentos jurídicos internacionais existentes.

6 Ver <https://www.ohchr.org/en/hrc-subsiidiaries/iwg-on-development>.

40. O Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não-Alinhados) enfatizou a necessidade de promover e proteger todos os direitos humanos universalmente reconhecidos, incluindo o direito ao desenvolvimento. O Movimento dos Países Não-Alinhados instou os Estados a implementarem as políticas e medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento como um direito humano fundamental, e pediu uma cooperação ampliada e a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento nos níveis nacional e internacional.

41. A República Islâmica do Irão sublinhou a importância de um resultado conclusivo através de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento. Um instrumento vinculativo estabeleceria um quadro sólido para a cooperação, apoiaria o desenvolvimento sustentável e forneceria orientação, mecanismos e oportunidades de colaboração para enfrentar os desafios do desenvolvimento. A África do Sul declarou que o projeto de texto era um contributo significativo para a realização prática do direito ao desenvolvimento para todos e para elevar este direito inalienável ao seu lugar de direito, juntamente com outros direitos humanos e liberdades fundamentais. Como Estado Parte da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a África do Sul reconheceu e apoiou o direito ao desenvolvimento nos níveis internacional e doméstico.

42. O Chile expressou seu compromisso com os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, mas manteve suas reservas quanto à necessidade de um instrumento juridicamente vinculativo. Em sua opinião, faltou amplo consenso e clareza quanto ao conteúdo do direito. Foram levantadas preocupações sobre a apresentação apressada do rascunho final e a ausência de linguagem inclusiva de gênero. O Chile pediu que as negociações continuem a desenvolver um texto que gere

consenso em toda a comunidade internacional e fortaleça o direito ao desenvolvimento em conjunto com outros direitos humanos.

43. O presidente-relator manifestou a sua vontade de chegar a um consenso e à linguagem adequada no projeto de texto. Instou as delegações a apresentarem ideias alternativas e propostas linguísticas que possam ser consideradas pelo Grupo de Trabalho. Ele lembrou a decisão do Conselho de Direitos Humanos de apresentar um projeto de convenção até sua sessão de setembro de 2023.

44. A China apreciou os esforços envidados para equilibrar as diferentes perspectivas e declarou a necessidade de deliberações sobre a definição do direito ao desenvolvimento e de um equilíbrio entre direitos e responsabilidades e clareza sobre as funções e o mandato dos mecanismos de monitorização. A Federação Russa congratulou-se com a inclusão de algumas das suas observações, mas observou que a maioria das suas observações jurídicas substantivas não foram incluídas no segundo texto revisto. Várias disposições não estavam alinhadas com as normas e princípios do direito internacional e baseavam-se em interpretações ou opiniões de especialistas. Um instrumento juridicamente vinculativo deve ser cuidadosamente elaborado para evitar o enfraquecimento do direito internacional dos direitos humanos, ou contradições e sobreposição com outros tratados de direitos humanos.

45. A Argentina reconheceu os avanços na linguagem do texto, mas destacou alguns elementos de preocupação e inconsistências. Em sua opinião, a linguagem usada no texto deveria ser mais simples e direta, particularmente sobre obrigações específicas do Estado, e incorporar perspectivas inclusivas de gênero. A República Bolivariana da Venezuela enfatizou a urgência de avançar em um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, que fortaleceria os sistemas de proteção social e abordaria os obstáculos ao desenvolvimento. O México reconheceu as explicações fornecidas por Kanade, mas levantou preocupações sobre a falta de clareza sobre o objeto e a finalidade, e sobre o assunto dos direitos e das responsabilidades. O México enfatizou a necessidade de definições precisas e linguagem inclusiva de gênero.

46. A Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONG de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, do CETIM e da Organização Mundial do Movimento Escoteiro, manifestou o seu apoio ao segundo projeto revisto. A Organização Mundial do Movimento Escoteiro enfatizou o papel dos jovens no desenvolvimento e seu direito de participar. O CETIM sublinhou a natureza evolutiva do direito internacional e sublinhou os progressos realizados no segundo projeto revisto, embora reconhecendo a necessidade de novas melhorias.

47. O Grupo de Trabalho procedeu então à análise dos projetos de artigos do segundo projeto revisto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento. A secretaria disponibilizou todos os comentários e propostas textuais recebidos no site do ACNUDH dedicado ao Grupo de Trabalho.⁷

48. Representantes dos seguintes Estados fizeram comentários e sugestões textuais para o segundo projeto revisto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento: Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Chile, China, Colômbia, Cuba, Egito, Indonésia, Irã (República Islâmica da), Iraque, México, Nigéria, Paquistão, Panamá, Federação Russa, Arábia Saudita, África do Sul e Venezuela (República Bolivariana da). Representantes das seguintes organizações da sociedade civil também fizeram comentários e sugestões textuais: Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONGs de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, CETIM, Organização Mundial do Movimento Escoteiro, Maat pela Paz, Desenvolvimento e Direitos Humanos e Maloca Internationale.⁸

49. Os comentários sobre o título, o preâmbulo e a parte I (arts. 1-3) incluíam pedidos para encurtar e racionalizar o preâmbulo e torná-lo conforme com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Alguns delegados sugeriram mudar a redação do título de convenção para convênio, enquanto um delegado se opôs a isso, argumentando que era prematuro elevá-lo a um pacto, a menos que houvesse amplo consenso. Outros solicitaram que fossem acrescentadas referências ao desenvolvimento centrado nas pessoas, aos jovens, às crianças e aos camponeses e a outras pessoas que trabalham nas zonas rurais, bem como à idade, à deficiência e à igualdade de gênero. As opiniões divergem quanto à inclusão do gênero nesta e noutras secções do projecto de convenção. Alguns delegados solicitaram a substituição do "desenvolvimento baseado em direitos humanos" por "desenvolvimento que respeite plenamente os direitos humanos internacionais", enquanto outros se opuseram à mudança da linguagem do projeto de artigo 3º. Houve pedidos de esclarecimentos sobre o direito e a responsabilidade de indivíduos, povos, grupos e órgãos da sociedade de promover e proteger os direitos humanos.

50. Os comentários sobre a parte II (arts. 4-7) e a parte III (arts. 8-18) relacionavam-se, entre outros, a uma definição ou esclarecimentos sobre o desenvolvimento e o direito ao desenvolvimento, identificação clara dos beneficiários, esclarecimentos sobre as obrigações gerais dos Estados Partes e quem poderia ser parte na convenção. Foram igualmente feitas observações sobre o dever de cooperação. As opiniões divergiram quanto às referências à igualdade entre homens e mulheres, bem como sobre as referências à discriminação em razão do gênero.

51. Os comentários à parte III (arts. 19 a 24) relacionavam-se, nomeadamente, com as restrições ao direito ao desenvolvimento por razões de segurança nacional ou de ordem pública, à hierarquia dos direitos e à sua coerência com o direito internacional, à recolha de dados e às estatísticas, bem como ao papel das organizações internacionais. Na parte IV (artigos 25.º a 27.º), as observações incidiram, nomeadamente, sobre os requisitos em matéria de apresentação de relatórios, a seleção de peritos, incluindo o equilíbrio entre homens e mulheres e as competências exigidas, e sobre a preparação de observações gerais. As observações sobre a parte V (artigos 28.º a 38.º) referiam-se, nomeadamente, a métodos alternativos de resolução de litígios antes de recorrer ao Tribunal Internacional de Justiça. Alguns delegados apelaram à clareza, à coerência e a um mecanismo de execução bem definido.

52. O presidente-relator e o Sr. Kanade responderam às observações apresentadas. O presidente relator recordou a todos os participantes que apresentassem os seus comentários e propostas textuais por escrito ao secretariado. O presidente-relator e o grupo de peritos analisarão cuidadosamente e abordarão as propostas e observações na finalização do texto. O presidente-relator reconheceu o amplo acordo expresso sobre a maioria dos aspectos do projeto de convenção. Ele também observou que algumas áreas geraram bastante discussão, como a questão de gênero. Ele esclareceu que a linguagem usada no projeto foi baseada em tratados internacionais existentes, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Ele lembrou que não estava dentro do mandato do Grupo de Trabalho reescrever conceitos existentes ou introduzir novos conceitos além do que estava disponível em tratados internacionais. O Sr. Kanade formulou esclarecimentos, inclusive sobre o acréscimo e comentários recebidos sobre os projetos de artigos 13, 17 e 35.9

7 Ver <https://www.ohchr.org/en/hrc-subsiidiaries/iwg-on-development>. 8 As gravações do 4º e 5º encontros estão disponíveis no <https://media.un.org/en/asset/k1w/k1wfoo9k4a> e <https://media.un.org/en/asset/k10/k10bvvc0t6> respectivamente.

- D. Consideração do caminho a seguir.

53. O presidente-relator expressou o seu apreço a todos os delegados pela sua participação nas negociações sobre o projeto de convenção revisto e agradeceu ao grupo de peritos o seu trabalho excepcional. Ele comemorou os insumos recebidos e as extensas discussões realizadas. Recordou o mandato conferido ao Presidente-Relator pelo Conselho de Direitos Humanos na sua resolução 51/7, solicitando-lhe que submetesse ao Conselho o texto final revisto do projeto de convenção. Os membros do Conselho decidiriam então sobre o caminho a seguir.

54. O Presidente-Relator declarou que apresentaria o projeto final do projeto de convenção ao Conselho de Direitos Humanos em setembro de 2023 e recomendaria que o Conselho submetesse o texto à Assembleia Geral para as medidas apropriadas. Na sua opinião e nas discussões realizadas durante a sessão do Grupo de Trabalho, ficou claro que a Assembleia Geral era um fórum universal, inclusivo e apropriado para as discussões sobre o projeto de convenção.

55. A Argentina (também em nome do Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, Paraguai e Peru) observou que, embora o segundo projeto de texto revisto tenha abordado algumas das preocupações expressas durante as negociações, o texto ainda não era consensual. As visões expressas por algumas delegações denotavam a persistência de divergências sobre o projeto de texto. Para fazer a ponte e chegar a um consenso, era fundamental que as discussões sobre o texto continuassem. Encerrar as discussões no Grupo de Trabalho em Genebra e considerar o projeto de texto como definitivo seria prematuro. Não pareceu prudente ou eficiente o uso de recursos para enviar essas discussões abertas a Nova York. As delegações expressaram a sua convicção de que, num espírito de diálogo, cooperação e vontade política, o Conselho dos Direitos do Homem teria a capacidade de decidir que uma negociação tão importante prosseguiria em Genebra e se realizaria da forma mais inclusiva.

56. O Paquistão registou tanto a convergência como a divergência nas deliberações durante a sessão, que ajudaram a identificar elementos-chave para enfrentar os desafios socioeconómicos que entravam o desenvolvimento sustentável. O Paquistão enfatizou a necessidade de determinar um ponto para encerrar as discussões e considerou que o projeto de convenção deveria ser discutido pelo órgão nas Nações Unidas com adesão universal.

57. A África do Sul reconheceu que a divergência era uma parte natural das negociações e sugeriu a transferência do processo para a Assembleia Geral em Nova York para um novo impulso e participação universal.

58. Cuba apoiou as intervenções do Paquistão e os comentários da África do Sul sobre a necessidade de transferir as negociações para Nova Iorque. Isso não significaria fechar o processo de negociação, mas levá-lo a um órgão com composição universal e experiência em negociações de tratados, o que enriqueceria as deliberações e refinaria o texto do projeto de convenção.

59. A República Islâmica do Irão declarou que o Grupo de Trabalho tinha chegado a uma boa base. Apelou à vontade política e à tomada de decisões para fazer avançar os trabalhos e manifestou o seu apoio à apresentação do segundo texto revisto ao Conselho, tendo em vista a prossecução das negociações na Assembleia Geral.

60. O Azerbaijão encorajou a continuação do processo, em conformidade com a Resolução 51/7 do Conselho dos Direitos do Homem, na qual foi solicitado ao Presidente que apresentasse o projeto de texto final ao Conselho.

61. O Equador declarou que, embora as sugestões textuais anteriores que havia formulado tivessem sido consideradas, alguns aspectos críticos do projeto de texto ainda precisavam ser mais

esclarecidos. Em seu 9 A gravação do 6º encontro está disponível em <https://media.un.org/en/asset/k1w/k1w70s6d3c>. O projeto de texto continha uma série de elementos essenciais sobre os quais uma massa crítica de Estados não tinha chegado a um consenso e havia elementos críticos que faltavam no texto. Foram necessárias mais deliberações para progredir adequadamente na elaboração do instrumento juridicamente vinculativo. A título de exemplo, o Equador observou que era necessária uma definição operacional de vários conceitos, como o próprio conceito de "direito ao desenvolvimento"; afirmou que o projeto de convenção deveria excluir qualquer tipo de interpretação que pudesse implicar que o desenvolvimento pudesse justificar a violação dos direitos humanos; e juntou-se às delegações que apontavam para a presença de uma linguagem regressiva sobre a igualdade de gênero. O Equador enfatizou que o processo deve permitir o espaço e o tempo necessários para que os Estados continuem a dialogar e contribuam construtivamente para a elaboração do instrumento, a fim de obter um texto o mais inclusivo, participativo e democrático possível.

62. A Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONG de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, declarou que a resolução do Conselho de Direitos Humanos era muito clara quanto ao facto de o processo de negociação ter de passar para a Assembleia Geral, onde o processo não poderia ser mais adiado, considerando os esforços que foram feitos e para o bem-estar de muitas pessoas no mundo.

63. O presidente-relator expressou a sua opinião de que a concessão de mais tempo para os debates não colmataria as diferenças existentes nas últimas três décadas. Um número significativo de países gostaria de ver este processo avançar. O Conselho de Direitos Humanos, durante sua sessão em setembro de 2023, decidiria sobre o caminho a seguir.

IV. Conclusões e recomendações.

64. Na última reunião de sua vigésima quarta sessão, realizada em 19 de maio de 2023, o Grupo de Trabalho adotou por consenso as presentes conclusões e recomendações, de acordo com seu mandato estabelecido pela Comissão de Direitos Humanos em sua Resolução 1998/72.

65. O Grupo de Trabalho adoptou igualmente, por consenso, o presente relatório ad referendum. As declarações finais foram feitas pelo Azerbaijão (em nome do Movimento dos Países Não Alinhados), pela China, pelo Irão (República Islâmica da), pelo Líbano (em nome do Grupo Árabe), pelas Maldivas, pelo Paquistão e pela África do Sul, bem como pela União Europeia. A Associazione Papa Giovanni XXIII, falando em nome das ONGs de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, Maloca Internationale, CETIM e do Conselho Internacional de Direitos Humanos também fez observações finais.

66. O Azerbaijão, falando em nome do Movimento dos Países Não-Alinhados, acreditava que uma convenção sobre o direito ao desenvolvimento poderia tornar o desenvolvimento uma realidade para todos, garantir a operacionalização do direito ao desenvolvimento como prioridade para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e elevar o direito ao desenvolvimento, conforme estabelecido na Declaração e no Programa de Ação de Viena, ao mesmo nível e estar em pé de igualdade com todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais. Exortou todos os Estados-Membros a prestarem especial atenção ao direito ao desenvolvimento no contexto da elaboração das suas políticas nacionais, em conformidade com a Agenda 2030, e instou as Nações Unidas, os seus fundos e programas, bem como as agências especializadas, a integrarem o direito ao desenvolvimento nas suas políticas e atividades operacionais, bem como nas políticas e estratégias do sistema financeiro e multilateral de comércio internacional.

67. A União Europeia considerava que o processo devia ser o mais inclusivo e consensual possível, uma vez que esta era a única forma de garantir a universalidade e que todos os Estados se apropriavam do processo. Salientou a importância da inclusão e apelou a novas discussões e a uma abordagem consensual sobre o direito ao desenvolvimento. Constatou que os Estados-Membros estão longe de um consenso, mesmo longe de um acordo sobre os princípios básicos deste instrumento, que foram apresentadas várias propostas controversas e que nem Genebra nem Nova Iorque são o local para resolver estas divergências de posição de longa data. As negociações sobre um potencial instrumento de natureza juridicamente vinculativa sempre tiveram uma abordagem consensual, com amplo apoio da sociedade civil e dos titulares de direitos, e a União Europeia considerou que desta vez não deveria ser diferente. A União Europeia declarou que era prematuro considerar o atual projeto de texto como definitivo e apelou a que o projeto de convenção respeitasse o direito internacional.

68. O Líbano, falando em nome do Grupo Árabe, sublinhou a importância de implementar o mandato do Grupo de Trabalho, em conformidade com as respectivas resoluções do Conselho dos Direitos do Homem. Apesar da evolução do direito ao desenvolvimento ao longo do tempo, ele não recebeu o impulso que merecia. Havia uma necessidade urgente de um esforço global concertado para enfrentar os desafios inter-relacionados, incluindo a insegurança alimentar, as alterações climáticas e as crises da dívida e da energia, através de uma estratégia abrangente que fornecesse soluções globais para abordar as causas profundas destes desafios. Por conseguinte, o Líbano apelou a todos os membros para que contribuam ativamente e construtivamente para os debates no Grupo de Trabalho, a fim de chegar a uma convenção amplamente reconhecida que constitua um passo importante na direção certa e de reforçar a base para o crescimento inclusivo, revitalizando a parceria global para o desenvolvimento.

69. As Maldivas sublinharam que o direito ao desenvolvimento é um direito humano indispensável e um meio necessário para alcançar um futuro mais equitativo, próspero e sustentável para todos. Como um pequeno Estado insular em desenvolvimento, enfrentou sérios desafios impostos pelas mudanças climáticas e tinha recursos limitados que dificultavam seus esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A promoção de práticas sustentáveis ambientalmente corretas e a resposta às necessidades especiais dos pequenos Estados insulares foram cruciais para garantir a realização do direito ao desenvolvimento.

70. A África do Sul reafirmou o seu empenho na promoção e proteção de todos os direitos humanos sem discriminação. Apoiou o apelo do Movimento dos Países Não-Alinhados para integrar o direito ao desenvolvimento nas políticas e atividades operacionais das Nações Unidas, bem como nos seus fundos e programas, bem como nas agências especializadas, bem como nos sistemas financeiros e multilaterais de comércio internacional, e encorajou todos os Estados-Membros a empenharem-se neste processo com vista à finalização das deliberações, trabalhar no sentido de eliminar os obstáculos ao reconhecimento jurídico deste Tratado fundamental da forma mais ambiciosa possível e assegurar que este se torne uma realidade.

71. O Paquistão acreditava que a Assembleia Geral era a plataforma apropriada para discussões futuras sobre o projeto de convenção. Havia uma necessidade urgente de ir além da retórica para compromissos firmes, a fim de operacionalizar o direito ao desenvolvimento e melhorar as condições de vida das pessoas. O fortalecimento do arcabouço normativo e a finalização do projeto de convenção ajudariam a mobilizar recursos e tornar o desenvolvimento uma realidade.

72. A China reconheceu os esforços envidados sob a liderança do Presidente-Relator e manifestou apreço pelos debates aprofundados conduzidos pelas partes participantes sobre o segundo projeto de convenção.

73. A República Islâmica do Irã reconheceu a dificuldade de se chegar a um consenso sobre todas as seções, conceitos e tópicos cobertos pela Convenção, o que também aconteceu com outros instrumentos de direitos humanos. Salientou a necessidade de concluir as negociações e os debates. Acreditava que, embora o texto atual pudesse não satisfazer totalmente todos os lados, ele tinha o potencial de servir de base para finalizar o documento. Um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento estabeleceria um quadro jurídico sólido e proporcionaria vias de cooperação e capacitação, apoiando o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A República Islâmica do Irã reiterou que medidas que impedem a cooperação igualitária e respeitosa entre os países dificultam a plena realização do direito ao desenvolvimento e devem ser evitadas.

74. A Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII, intervindo também em nome das ONG de inspiração católica do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento do Fórum de Genebra, desejou que a adoção de um instrumento juridicamente vinculativo pela Assembleia Geral se realizasse muito em breve para o bem de todas as pessoas e de todos os povos do mundo, especialmente os mais vulneráveis, e esperava que tal instrumento fosse nomeado no Pacto Internacional sobre o Direito ao Desenvolvimento. Constatando a persistente polarização, apelou a que as preocupações dos povos do mundo sejam colocadas no centro, para superar a divisão e caminhar para a unidade. O mundo precisava da unidade de todos os Estados, como família humana.

75. A Maloca Internationale destacou o direito à autodeterminação e reiterou que a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais de 1989 (nº 169) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas devem ser mencionadas no artigo 17 do texto negociado. Salientou a necessidade de um Estado de direito eficaz, de uma boa governação e de uma responsabilização para concretizar o direito ao desenvolvimento.

76. O CETIM observou com pesar que alguns Estados não entenderam ou não quiseram compreender o momento histórico e as potencialidades e importância do documento. Em sua opinião, o futuro pacto estava maduro o suficiente para ser adotado. Enquanto algumas das críticas ou propostas feitas durante a sessão foram construtivas, outras não o foram, e visavam claramente distorcer o próprio conteúdo do futuro pacto. O Cetim lembrou o mandato e a urgência, e que o objetivo era operacionalizar o direito ao desenvolvimento.

77. O Conselho Internacional de Direitos Humanos afirmou que todos os Estados deveriam empreender esforços em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito ao desenvolvimento. Salientou a importância dos esforços para o respeito dos direitos humanos e do direito ao desenvolvimento dos povos. Ele destacou a responsabilidade dos Estados e das partes interessadas em empreender esforços de desenvolvimento para os indivíduos afetados pela pobreza e pela pandemia.

78. Em suas observações finais, o Presidente-Relator afirmou que apresentaria um texto revisado do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento, juntamente com o relatório anual do Grupo de Trabalho, ao Conselho de Direitos Humanos em sua sessão de setembro de 2023. Caberá então ao Conselho decidir como pretendia proceder nesta matéria. Lamentou que alguns Estados tenham optado por não participar nas negociações sobre o projeto de convenção e avisou que todos os comentários e propostas textuais seriam devidamente tidos em conta na revisão do projeto pelo grupo de peritos e por ele próprio antes de este ser finalizado e apresentado ao Conselho. Reiterou que continua comprometido com uma condução inclusiva, participativa e consensual do trabalho do Grupo de Trabalho e que continuará a fazê-lo.

A. Conclusões.

79. O Grupo de Trabalho expressou o seu apreço a todos aqueles que contribuíram para os trabalhos na sua vigésima quarta sessão. 80. O Grupo de Trabalho tomou nota com apreço das observações iniciais feitas pela Alta Comissária Adjunta, nas quais reiterou o total apoio do ACNUDH ao Grupo de Trabalho e à plena realização do direito ao desenvolvimento.

81. O Grupo de Trabalho congratulou-se com a reeleição do Presidente-Relator e elogiou-o pela sua competente gestão na orientação das deliberações durante a sessão. Manifestou igualmente gratidão e apreço ao Presidente-Relator e aos peritos que o apoiaram na elaboração do segundo texto revisto do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento e dos seus comentários apresentados a pedido do Conselho dos Direitos do Homem. Nesse contexto, o Grupo de Trabalho expressou seu apreço pela interação com os especialistas.

82. O Grupo de Trabalho manifestou igualmente o seu apreço pelo diálogo interativo mantido com o Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento e o Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, que proporcionou uma oportunidade para trocar pontos de vista sobre o segundo texto revisto do projeto de convenção, os benefícios da operacionalização do direito ao desenvolvimento e as formas de ultrapassar os obstáculos e desafios para o pleno gozo deste direito.

83. O Grupo de Trabalho debateu a forma como um instrumento juridicamente vinculativo poderia contribuir para tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade para todos, criando condições, a nível nacional e internacional, conducentes à sua realização e à suspensão de todas as medidas que possam ter impacto no direito ao desenvolvimento – em conformidade com a Carta das Nações Unidas, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e outros instrumentos e documentos internacionais pertinentes. Sublinhou que as disposições do projeto de convenção devem estar em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos.

84. O Grupo de Trabalho tomou nota das opiniões da maioria dos Estados, que expressaram preocupação com o impacto negativo na economia e na sociedade e o conseqüente agravamento das desigualdades dentro e entre os países devido a conflitos, mudanças climáticas, calamidades naturais, pandemia e crise financeira global. A maioria dos Estados enfatizou a necessidade de uma ação coletiva para responder a esses desafios e suas conseqüências socioeconômicas, e para promover o desenvolvimento sustentável e a realização de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento. Eles destacaram a necessidade de que a convenção sobre o direito ao desenvolvimento seja finalizada para uma análise mais aprofundada pela Assembleia Geral, pois sua adoção precoce ajudaria na operacionalização do direito ao desenvolvimento. Apelaram a uma maior ênfase na ajuda internacional ao desenvolvimento e nos meios de financiamento do desenvolvimento, no texto do projeto de convenção.

85. O Grupo de Trabalho tomou nota dos pontos de vista de vários Estados, salientando que deveria continuar a considerar o projeto de convenção e salientando que as disposições da convenção também deviam estar em conformidade com as normas internacionais em matéria de direitos humanos. Alguns outros também enfatizaram a necessidade de definir o direito ao desenvolvimento no projeto de convenção.

86. O Grupo de Trabalho tomou nota das opiniões divergentes sobre o segundo texto revisto do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento e do facto de alguns Estados continuarem a participar no Grupo de Trabalho, reafirmando a sua posição de que não eram a favor de uma norma jurídica internacional de carácter vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, pois não acreditavam que este fosse um mecanismo adequado e eficiente para realizar o desenvolvimento sustentável. Esses Estados são de opinião que, nesta fase, os Estados devem concentrar seus esforços na implementação

efetiva da Agenda 2030, que compreende uma ampla e abrangente gama de compromissos consensuais. Uma vez que alguns Estados não apoiaram nem se envolveram nas negociações sobre o projeto de convenção, o resultado dessas negociações não refletiu necessariamente os seus pontos de vista.

87. O Grupo de Trabalho encorajou os órgãos relevantes do sistema das Nações Unidas, no âmbito dos respetivos mandatos, incluindo as agências especializadas e os fundos e programas do sistema das Nações Unidas, e outras organizações internacionais e partes interessadas relevantes, incluindo organizações da sociedade civil, a darem a devida consideração ao direito ao desenvolvimento na implementação da Agenda 2030, contribuir para o trabalho do Grupo de Trabalho e cooperar com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Mecanismo de Peritos e o Relator Especial no cumprimento dos seus mandatos no que diz respeito à implementação do direito ao desenvolvimento.

B. Recomendações.

88. O Grupo de Trabalho formulou as seguintes recomendações:

(a) O Alto Comissariado e o ACNUDH devem tomar as medidas necessárias para assegurar uma alocação equilibrada e visível de recursos e prestar a devida atenção à visibilidade e à implementação efetiva e à integração do direito ao desenvolvimento, identificando e realizando sistematicamente projetos tangíveis dedicados a esse direito, e devem continuar a atualizar o Conselho de Direitos Humanos e o Grupo de Trabalho sobre os progressos nesse sentido;

(b) O Grupo de Trabalho deve continuar a implementar seu mandato por meio de um processo colaborativo de engajamento, de acordo com a Resolução 1998/72 da Comissão de Direitos Humanos e outras resoluções relevantes do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral;

(c) O Presidente-Relator do Grupo de Trabalho deverá proceder a novas consultas com todos os Estados-Membros, organizações internacionais, o Mecanismo de Peritos, o Relator Especial, o ACNUDH, as agências das Nações Unidas, as comissões económicas regionais e outras organizações sobre a realização do direito ao desenvolvimento, incluindo para os próximos passos em frente no projecto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento; Tendo em conta os debates realizados na vigésima quarta sessão do Grupo de Trabalho e as apresentações feitas pelos peritos convidados para o mesmo;

(d) O Alto Comissário deve incluir no seu próximo relatório anual uma análise da realização do direito ao desenvolvimento, tendo em conta os desafios e obstáculos existentes à realização desse direito e fazendo recomendações sobre a forma de os ultrapassar e propostas concretas para apoiar o Grupo de Trabalho no cumprimento do seu mandato;

(e) O Grupo de Trabalho deve convidar o Relator Especial e o Presidente do Mecanismo de Peritos a continuarem a contribuir para os trabalhos do Grupo de Trabalho;

(f) O Alto Comissário deve continuar a facilitar a participação de peritos nas futuras sessões do Grupo de Trabalho e a prestar aconselhamento com vista a contribuir para a execução do mandato do Grupo de Trabalho; (g) O Presidente-Relator deve apresentar o relatório do Grupo de Trabalho em sua vigésima quarta sessão à Assembleia Geral em sua setenta e oitava sessão e relatar as atividades para promover a integração do direito ao desenvolvimento nos esforços para implementar a Agenda 2030.

Engajamento sociedade civil e saúde digital: agenda de transformação na OMS

Civil society engagement and digital health: the transformation agenda at WHO

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo - A participação e engajamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são chave para envolvimento ativo de diversos atores, sobretudo no campo da saúde global, e foi por isso estabelecida a nova comissão na OMS para articulação junto às Organizações da Sociedade Civil. Terá como objetivo reforçar o diálogo, promover a colaboração e fornecer recomendações para apoiar a OMS no seu envolvimento com a sociedade civil a nível global, regional e nacional para alcançar a saúde para todos e os objectivos do Programa Geral de Trabalho da OMS. Ainda incipiente processo, com pouca participação no steering committee de vozes latinoamericanas, devemos manter atenção a maior inclusão nas arenas. Outro lançamento recente da OMS, durante a reunião dos ministros da saúde do G20, foi a Iniciativa Global para Saúde Digital. Tem como meta apoiar a implementação da Estratégia Global no tema, convergindo e reunindo padrões globais, melhores práticas e recursos para a transformação digital da saúde. Para isso, é fundamental que haja investimento em diversas etapas, para que não seja esse mais um entrave para o acesso a saúde e um empecilho como novo determinante social da saúde.

Palavras-chave: Comissão OSC, Iniciativa global para saúde digital

Abstract. - *The engagement of Civil Society Organizations (CSOs) is key to the active involvement of different actors, especially in the field of global health. For this reason, a new commission was established at WHO for articulation with Civil Society Organizations. It will aim to enhance dialogue, promote collaboration and provide recommendations to support WHO in its engagement with civil society at global, regional and national levels to achieve health for all and the objectives of the WHO General Programme of Work. It is still an incipient process, with little participation in the steering committee of Latin American voices. We must pay attention to greater inclusion in the arenas. Another recent release by the WHO, during the G20 health ministers meeting, was the Global Initiative for Digital Health. Its goal is to support the implementation of the global strategy on the subject, converging and bringing together global standards, best practices and resources for the digital transformation of health. For this, it is essential there is investment in several stages, so that this is not yet another barrier to access to health and a hindrance as a new social determinant of health.*

Keywords: *CSO Commission, GIDH*

Nova Comissão para Sociedade Civil

A participação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) é chave para envolvimento ativo de diversos atores, sobretudo no campo da saúde global. São muitas as OSC que colaboram com a porção técnica de atuação da OMS, vigilância para aplicação de programas políticos, avaliação de processos de implementação, percepção de demandas e vivência em cenários específicos.

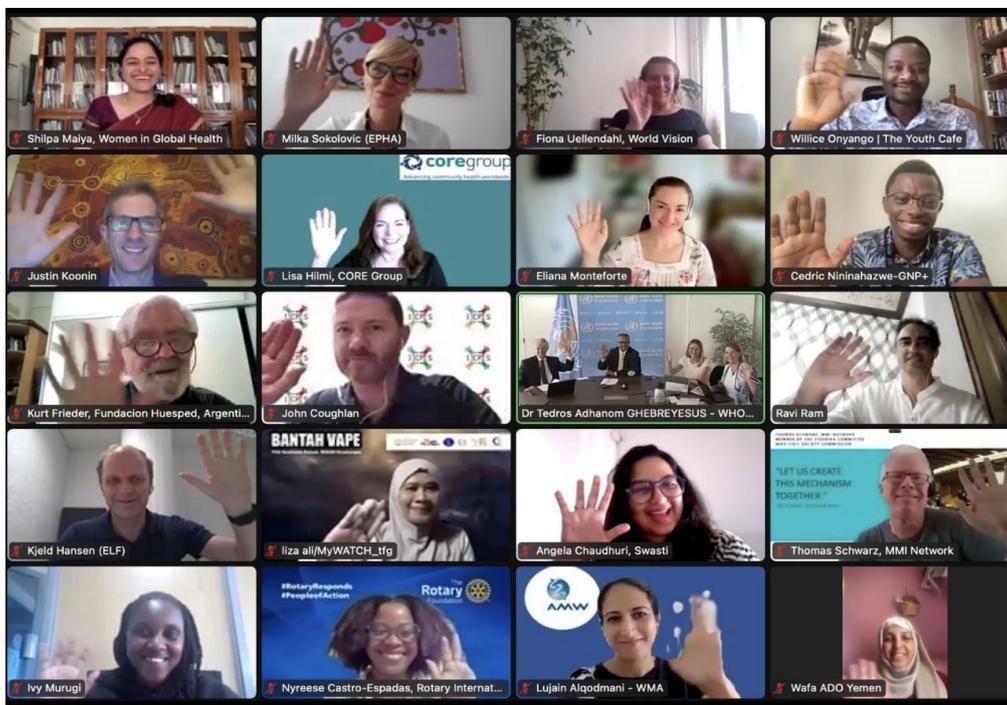
O engajamento com as OSCs tem sido um dos pontos de atuação durante a gestão do Diretor Geral da OMS, Dr Tedros Adhanom. Seja através da FENSA, seja através da nova comissão lançada no último 24 de agosto¹. A chamada, em inglês, WHO Civil Society Commission (CSO Commission) proporciona, pela primeira vez, a capacidade de canalizar conselhos e recomendações de uma forma mais estruturada e sistemática da sociedade civil para a OMS sobre prioridades de saúde e questões relacionadas².

A missão desta Comissão será a de reforçar o diálogo, promover a colaboração e fornecer recomendações para apoiar a OMS no seu envolvimento com a sociedade civil a nível global, regional e nacional para alcançar a saúde para todos e os objectivos do Programa Geral de Trabalho da OMS como bem como acelerar a consecução dos ODS relacionados com a saúde.

A Comissão está estruturada como uma rede da OMS composta por um Comitê Diretivo, uma Assembleia Geral e Grupos de Trabalho. A orientação estratégica global e os principais resultados do trabalho da Comissão da Sociedade Civil da OMS serão fornecidos pelo seu Comitê Diretivo com um máximo de 25 membros. As suas responsabilidades incluem apoiar o desenvolvimento dos planos e estratégias globais de trabalho da Comissão da Sociedade Civil da OMS e coordenar as assembleias gerais. A proposta é que reúnam-se 4 vezes por ano.

Até o momento, são [120 OSCs registradas na plataforma](#). Para dinâmica de liderança, foram apontados 22 nomes representando diferentes organizações como parte do Steering Committee, que podem ser [aqui](#) consultados. Apenas um nome vem da América Latina, o gerente da Fundação Huésped, argentina dedicada ao enfrentamento ao HIV/aids.

Assim, a comissão aponta-se ser um novo espaço para diálogo, mas mais uma vez o sul global e sobretudo a nossa região seguem com representatividade longe do ideal.



Reprodução Rede social - Primeiro encontro Steering Committee CSO Commission, agosto 2023.

G20 e OMS

Como evento que antecede o encontro presidencial do G20, aconteceu em Gandhinagar na Índia a reunião dos ministros da saúde do G20. Dentre os compromissos apresentados e trabalhados no cenário de 75% da população global, também houve o lançamento de importantes estratégias da OMS.

Como trabalho da presidência indiana, além da plataforma de contramedidas médicas (apresentada em nosso último informe), o diretor da OMS, Dr Tedros Adhanom, reforçou o papel de liderança do país para o estabelecimento da iniciativa global em saúde digital³ (Global Initiative on Digital Health, ou GIDH em inglês, pronunciada como "guide").

Esta importante iniciativa apoiará a Estratégia Global da OMS sobre Saúde Digital (2020-2025) e ampliará outras iniciativas, incluindo a Rede Global de Certificação de Saúde Digital da OMS.

Desde a primeira resolução da OMS sobre saúde eletrônica (e-health, em inglês) em 2005, abriu-se o caminho para o desenvolvimento e adoção da Estratégia Global da OMS sobre Saúde Digital, mais de 120 Estados-Membros da OMS desenvolveram uma política ou estratégia nacional de saúde digital. Foi então em 2019, que a OMS, como parte da agenda de transformação, criou o primeiro Departamento de Saúde Digital e Inovação da OMS, para apoiar os países na sua jornada de transformação da saúde digital. Através deste departamento, a OMS apoia os países, definindo normas e padrões, desenvolvendo planos de investimento e construindo capacidade nacional para orientar a transição de sistemas de saúde analógicos para ecossistemas digitalmente habilitados.

A COVID-19 foi uma catalisadora da percepção do posicionamento de diversos serviços vinculados à saúde digital, como a telemedicina, que se tornou subitamente indispensável, com muitos países a lançar programas em grande escala, eliminando barreiras políticas para permitir consultas e cuidados à distância. Outro exemplo foram os certificados de vacinação eletrônicos para facilitar a circulação segura das pessoas dentro e fora das fronteiras.

Entretanto, apesar dessa crescente, muitos países expressam a necessidade de apoio para passar de iniciativas piloto de saúde digital focadas em produtos para o estabelecimento de infra-estruturas nacionais de saúde digital com governança, políticas e uma força de trabalho de saúde competente, capacitadas para selecionar, manter e adaptar intervenções de saúde digital.

A GIDH³ é ancorada em 4 pilares: a colaboração e partilha de conhecimentos; o apoio à implementação de estratégias nacionais; a melhoria da governança; e a promoção de sistemas de saúde centrados nas pessoas.

Visa ainda reunir países e parceiros para alcançar resultados mensuráveis através de:

- desenvolvimento de planos de investimento claros e orientados para prioridades para a transformação digital da saúde;
- melhoria da comunicação e a transparência dos recursos digitais de saúde;
- facilitação do intercâmbio de conhecimentos e a colaboração entre regiões e países para acelerar o progresso;
- apoio a abordagens de todo o governo para a governação digital da saúde nos países; e
- aumento do apoio técnico e financeiro à implementação da Estratégia Global para a Saúde Digital 2020-2025 e à sua próxima fase.

Como mencionado em um dos discursos durante o encontro, Dr Tedros afirmou que um dos principais desafios que enfrentamos é a fragmentação significativa, impulsionada pela proliferação de

novas ferramentas digitais nos últimos anos. Soluções digitais fragmentadas que não estão conectadas entre si criam uma experiência frustrante para profissionais de saúde e pacientes.

A Iniciativa Global sobre Saúde Digital apoiará a implementação da Estratégia Global, convergindo e reunindo padrões globais, melhores práticas e recursos para a transformação digital da saúde. Ampliará áreas de interesse, como a IA, para as quais as equipas da OMS estão a desenvolver orientações sobre ética, política e governação.

Mais importante ainda, a iniciativa coloca os países no centro – ouvindo o que necessitam, alinhando recursos para os apoiar e fornecendo blocos de construção robustos que permitam aos empresários locais apoiar as prioridades de saúde pública.

Por último, a iniciativa promoverá a equidade – para garantir que, à medida que avançamos num mundo digital, não deixemos ninguém para trás. A OMS está empenhada em trabalhar com os países para reforçar as suas capacidades e melhorar o acesso a soluções digitais de qualidade garantida para um futuro mais saudável, mais seguro e mais justo.

As tecnologias digitais têm potencial comprovado para prestar serviços de saúde a grupos marginalizados, para melhorar a qualidade dos cuidados e para detectar, preparar, prevenir e responder a emergências de saúde, como a COVID-19. Para esse potencial ser aproveitado é fundamental que haja organização financeira e suporte para estabelecimento, treinamento e sustentação dos projetos.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPAS)

O [60º Conselho Diretor e a 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas \(OPS\)](#) serão realizados em Washington, D.C., de 25 a 29 de setembro de 2023. O tema da reunião será "A saúde nas Américas: Construindo um futuro sustentável e resiliente".

O Conselho Diretor é o órgão executivo da PAHO e é composto por representantes dos 35 Estados Membros da Organização. O Comitê Regional é o principal órgão deliberativo da OPS e é composto por representantes dos 35 Estados Membros e dos Territórios de Ultramar dos Estados Unidos.

As principais prioridades para o 60º Conselho Diretor e a 75ª Sessão do Comitê Regional da PAHO incluem:

- O enfrentamento das consequências da pandemia de COVID-19, incluindo a redução da transmissão, o aumento da cobertura vacinal e a melhoria da preparação para futuras emergências de saúde pública.
- A promoção da saúde e do bem-estar, com foco na atenção primária à saúde, na prevenção de doenças não transmissíveis e na equidade em saúde.
- O novo plano de trabalho da OPS, garantindo que esteja bem equipado para cumprir sua missão de melhorar a saúde da população da região.

Esse é o primeiro conselho diretivo da nova administração da Repartição e por tanto todas as atenções estão sobre o **Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024–2025** que deve conter as propostas de ação para o próximo período já sob a direção do Dr Jarbas Barbosa. A Agenda inclui:

- Relatório anual do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana

- Eleição de três Estados Membros para integrar o Comitê Executivo ao expirar o mandato do Brasil, de Cuba e do Suriname
- **Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024–2025**
- Política sobre a força de trabalho em saúde para 2030: fortalecendo os recursos humanos em saúde para alcançar sistemas de saúde resilientes
- Política para prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e pessoas jovens
- Comunicação estratégica em saúde pública para promover mudança de comportamento
- Estratégia para melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio na Região das Américas
- Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)
- Eleição de dois membros para integrar o Comitê Assessor do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
- Atualização sobre a pandemia de COVID-19 na Região das Américas
- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
- Situação do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva
- Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016–2022:
- Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo\ na Região das Américas 2018–2022: Relatório final
- Plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017–2022: Relatório final
- Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central: Relatório final
- Saúde e turismo: Relatório final
- Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças: política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020–2025: Revisão intermediária
- Estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019–2025: Relatório de progresso
- Cooperação para o desenvolvimento da saúde nas Américas: Relatório de progresso
- A saúde e os direitos humanos: Relatório de progresso
- Proteção radiológica e segurança das fontes de radiação:
- Normas básicas Internacionais de Segurança: Relatório de progresso

Referências

1. New WHO Civil Society Commission to strengthen civil society organizations’ role in accelerating progress in global health [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/24-08-2023-new-who-civil-society-commission-to-strengthen-civil-society-organizations--role-in-accelerating-progress-in-global-health>. Acesso em 27 jul. 2023.
2. TERMS OF REFERENCE OF WHO Civil Society Commission (CSO Commission) [Internet]. Disponível em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/documents/about-us/collaborations/civil-society/terms-of-reference-who-cso-commission.pdf?sfvrsn=3f1f4027_3. Acesso em 27 jul. 2023.
3. Global Initiative on Digital Health [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/global-initiative-on-digital-health>. Acesso em 27 jul. 2023.

As atuais iniciativas ambientais e de sustentabilidade em todo o mundo

The recent environmental and sustainability initiatives worldwide

Danielly de P. Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Resumo: GEF aprovou um fundo para Biodiversidade focando em países insulares, menos desenvolvidos e iniciativas indígenas. A ONU-Águas discutiu seu papel no impulso à água e saneamento, formando um grupo de especialistas em águas subterrâneas. A Cúpula Global de Medicina Tradicional da OMS enfatizou a integração das práticas de MTCI nos cuidados de saúde e nas listas de medicamentos essenciais. Um seminário sobre moda sustentável abordou a necessidade da melhoria da cadeia de suprimentos, visando reduzir emissões de gases, desperdício de água e poluição química. Na América Latina, ocorreu um congresso de Mudanças Climáticas e Saúde. Na AMCEN africana, ministros planejaram a participação da África em agendas ambientais globais. No Brasil, o ministério de Minas e Energia forçou a exploração de petróleo no Foz do Amazonas, enquanto no Equador, um plebiscito votou contra a exploração na Amazônia, levando ao fechamento gradual dos campos até 2024.

Palavras-chave: ONU-Água. Fundo do Quadro Global para a Biodiversidade. África. América Latina. Clima. Petróleo. Amazônia

Abstract: GEF approved a Biodiversity fund focusing on island nations, less developed countries, and indigenous initiatives. UN-Water convened a consultative meeting on the role of UN agencies in driving water and sanitation agendas, forming an expert group on groundwater. WHO's Global Traditional Medicine Summit highlighted the integration of TCIM practices in healthcare and essential medicine lists. A sustainable fashion seminar discussed the urgency of supply chain improvements to reduce greenhouse gas emissions, water waste, and chemical pollution. An International Congress on Climate Change and Health took place in Latin America. Ministers planned Africa's engagement in global environmental agendas at the African Ministerial Conference on the Environment (AMCEN). In Brazil, the Ministry of Mines and Energy pushed for oil exploration in the Amazon's Foz Basin, while in Ecuador, a referendum voted against oil exploration in the Amazon, leading to the gradual closure of fields by October 2024.

Keywords: Un-Water. Global Biodiversity Framework Fund. Africa. Latin America. Climate. Petroleum. Amazon.

Sétima Assembleia do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

A 7ª. Assembleia do GEF, realizada em Vancouver, Canadá, de 22 a 26 de agosto, reuniu representantes ministeriais de 185 países, membros de instituições internacionais, organizações da sociedade civil e do setor privado para discutir questões ambientais globais, como a perda de biodiversidade, as alterações climáticas e a poluição.

O ápice da reunião foi a ratificação e lançamento do novo Fundo para o Quadro Global para a Biodiversidade (Global Biodiversity Framework Fund - GBFF) que visa reunir contribuições de governos, organizações sem fins lucrativos e do setor privado para atingir as metas do Quadro Global de

Biodiversidade Kunming-Montreal (GBF) estabelecido pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) até 2030. Canadá e Reino Unido já fizeram doações significativas de 200 milhões de dólares canadenses e 10 milhões de libras, respectivamente, para o GBFF.

A criação do fundo foi celebrada, com doações apoiando esforços para deter e reverter a perda de biodiversidade até 2030 e restaurar a natureza até 2050. Será também dada prioridade aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e aos Países Menos Desenvolvidos, que recebem mais de um terço dos recursos do fundo. Uma parcela notável, 20%, será direcionada para iniciativas lideradas por indígenas para a conservação da biodiversidade. Isto marca a primeira vez que os fundos serão atribuídos a intervenientes não estatais, como as comunidades indígenas.

O fundo está alinhado com a Decisão do Conselho do GEF, exigindo contribuições iniciais de 200 milhões de dólares de três doadores até dezembro de 2023. Embora o Canadá e o Reino Unido tenham contribuído, são necessários 40 milhões de dólares adicionais para ativar o fundo até ao final de 2023. Mais financiamento é previsto no ano seguinte através dos processos fiscais dos principais doadores. A reunião inaugural do Conselho do GBFF está agendada para janeiro de 2024, com o objetivo de aprovar o primeiro programa de trabalho até junho de 2024. O desembolso inicial de fundos está previsto após a reunião do Conselho para permitir o lançamento dos primeiros projetos antes da CoP16 da CDB.

38ª Reunião ONU-Água

A 38ª Reunião ONU-Água⁷¹ foi convocada em Estocolmo, Suécia, de 18 a 19 de agosto de 2023, na sede da Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (SIDA). A reunião incluiu uma sessão aberta na sexta-feira e sábado, seguida por uma sessão fechada à tarde de sábado apenas para membros da ONU-Água. Aproximadamente 100 membros, parceiros e observadores da ONU-Água se inscreveram para participar do evento, com 30 participando virtualmente.

A Conferência centrou-se em garantir um acompanhamento eficaz e resultados relacionados com a água, com ênfase no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) até 2030 (relacionado com o [Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2023: Edição Especial](#)).

Destacou a importância de abordar as questões de água e saneamento, com mais de 800 compromissos voluntários assumidos pelos países na ONU-água em março deste ano. As discussões abrangeram tópicos como estratégias e papel da ONU para água e saneamento, implementação de compromissos e integração da água nas agências da ONU. A reunião também forneceu atualizações sobre iniciativas como o Quadro de Aceleração Global do ODS 6, desenvolvimento de capacidades, coordenação regional, monitoramento integrado, direitos humanos à água e saneamento e aceleração da inovação. A urgência em enfrentar os desafios da água e a importância dos esforços colaborativos foram as principais conclusões da reunião, que contou com a participação de membros, parceiros e observadores da ONU-Água em Estocolmo, Suécia.

⁷¹ É importante destacar que nenhuma entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) se dedica exclusivamente às questões da água. Em vez disso, mais de 30 organizações da ONU estão envolvidas em iniciativas de água e saneamento, reconhecendo que as preocupações com a água se cruzam com todas as áreas-chave do foco da ONU. A principal função da ONU-Água é sincronizar esforços, garantindo que a ONU enfrente coletivamente os desafios relacionados à água com uma abordagem unificada.

Sobre a melhor forma de agrupar os compromissos, os participantes discutiram opções, incluindo: de acordo com as metas do ODS 6; alinhá-los com os temas de diálogo interativo da Conferência da Água da ONU 2023 (água para a saúde, desenvolvimento sustentável, clima, cooperação e a Década de Ação da Água); ou em linha com as cinco áreas-chave do Quadro de Aceleração Global do ODS 6 (financiamento; dados e informações; desenvolvimento de capacidades; inovação e governança).

Representantes de várias organizações, incluindo OMM, UNECE e UNFCCC, forneceram atualizações sobre as atividades recentes relacionadas à água e às mudanças climáticas. Eles discutiram o trabalho do Grupo de Especialistas em Água e Mudanças Climáticas, que realizou um workshop para explorar conexões entre a água e diferentes ações de mitigação climática. Os participantes do workshop descobriram que as informações existentes são inadequadas para orientar os formuladores de políticas na compreensão dos requisitos de água para implementar várias medidas para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Entre os planos e recomendações incluem incentivar os países a incorporar considerações sobre a água nas suas Contribuições Nacionalmente Determinadas e nos Planos Nacionais de Adaptação. A discussão destacou que a água foi reconhecida na decisão de cobertura da COP da UNFCCC pela primeira vez na COP 27 em 2022. O Secretariado da UNFCCC agora tem três pontos focais de água, e haverá um anúncio sobre a Aliança Nexo Água-Clima na COP 28. Está previsto um dia temático com foco em Alimentos e Água, além de eventos paralelos e pavilhões.

Foi apresentada uma proposta para a formação de um novo grupo de experts centrado nas águas subterrâneas. O principal objetivo desse grupo giraria em torno do compartilhamento eficiente de informações, evitando o trabalho redundante, aumentando a conscientização das partes interessadas, preenchendo as lacunas existentes e motivando iniciativas proativas. Os membros e parceiros interessados devem manifestar-se fazer parte deste grupo.

O Panamá tornou-se o primeiro país latino-americano a aderir à Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção e o Uso de Cursos de Água Transfronteiriços e Lagos Internacionais (Convenção da Água). Este movimento destaca a dedicação do Panamá à gestão sustentável da água por meio da cooperação transfronteiriça. A bacia do rio Sixaola, que o Panamá compartilha com a Costa Rica, se beneficiará de um monitoramento aprimorado e do intercâmbio de dados para melhorar a gestão da água. A Convenção da Água, facilitada pela Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (UNECE), estabelece um quadro jurídico e uma plataforma institucional para a gestão colaborativa da água. Com 51 partes globais, incluindo vários países latino-americanos no processo de adesão, a convenção desempenha um papel fundamental para conservação dos recursos hídricos compartilhados em todo o mundo. A cooperação com a Colômbia também será promovida, enfatizando a governança eficaz e colaborativa da água.

Semana Mundial da Água

Entre os dias 20 e 24 de agosto de 2023, ocorreu de forma online e em Estocolmo, Suécia, a [Semana Mundial da Água 2023](#), com o objetivo de aumentar a conscientização sobre o uso sustentável da água. Durante o evento, foram explorados os impactos das mudanças climáticas, questões relacionadas à água e saneamento, bem como outros tópicos cruciais relacionados à água em todo o continente africano.

Além disso, o evento abordou questões importantes da água na região da América Latina e do Caribe, com coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e aprofundou discussões sobre tópicos-chave relacionados à água na região da Ásia, com a organização do Fórum da Água Ásia-Pacífico (APWF). O evento também proporcionou uma plataforma para elevar as “Vozes das

Primeiras Nações” e promover o conhecimento sobre a água, especialmente em relação aos Povos Indígenas.

Cúpula Global de Medicina Tradicional da OMS 2023

A Cúpula Global de Medicina Tradicional 2023 da OMS foi concluída com um compromisso resoluto de uma gama diversificada de parceiros e partes interessadas para aproveitar a medicina tradicional, complementar e integrativa (MTCI) baseada em evidências para avançar a cobertura universal de saúde e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. O evento reuniu ministros, médicos, cientistas e membros da sociedade civil de 88 países para compartilhar experiências e ideias de colaboração. A cimeira destacou a integração das práticas de MTCI nos cuidados de saúde, nas listas de medicamentos essenciais e nos regimes nacionais de seguros. O potencial da inteligência artificial na análise de dados de MTCI foi enfatizado, levando a políticas efetivas para sua integração aos sistemas de saúde. A cúpula enfatizou a ação coletiva, a colaboração e a geração de evidências mais fortes para a eficácia, segurança e qualidade das práticas de MTCI. Foram assumidos compromissos em vários domínios para promover ainda mais o papel da MTCI na saúde e no bem-estar.

Evento: Moda Livre de Poluição, Natureza Positiva e Net Zero

O evento presencial foi organizado pelo Global Environment Facility (GEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela Conservação Internacional (CI) e pelo Pacto da Moda (TFP), a reunião teve como objetivo enfatizar a necessidade urgente de ação acelerada dentro das cadeias de suprimentos de moda. A sessão examinou o papel das instituições públicas globais e do financiamento em colaboração com o setor privado para melhorar as práticas de design, abastecimento, produção e consumo na indústria. Ao gerar novos conceitos e estratégias, a discussão buscou estabelecer cadeias de suprimentos livres de poluição, promover impactos positivos na natureza e alcançar resultados de emissões líquidas zero. Esses insights também informarão o recém-aprovado Programa Integrado (PI) focado na "Eliminação de Produtos Químicos Perigosos das Cadeias de Suprimentos".

As cadeias de suprimentos da indústria da moda evoluíram para redes intrincadas e longas, muitas vezes causando danos ambientais significativos. Esse setor contribui para uma parcela substancial das emissões globais de gases de efeito estufa, variando de 2% a 8%, e gera resíduos substanciais, cerca 0,58 kg de insumos químicos para cada 1 kg de tecido produzido. Também é responsável por 20% do desperdício de água no mundo - Para produzir uma peça de jeans são gastos algo como 7.500 litros de água - levando a um alto consumo de recursos para a vida útil curta dos produtos. Esses produtos químicos infiltram no meio ambiente durante todo o ciclo de vida do produto, resultando em água, solo e até contaminação de alimentos.



Figura: Lixão de roupa em 300 hectares do Deserto do Atacama. Fonte: [BBC](#)

Recentemente a [BBC publicou](#) o caso do maior lixão de roupas no Deserto do Atacama - roupa descartada pelos Estados Unidos, pela Europa e Ásia, enviada ao Chile para ser revendida, porém das 59 mil toneladas importadas todos os anos, grande parte (algo como 40 mil toneladas) não é vendida - acaba no lixo. Além disso, a maior parte das roupas contém poliéster, uma resina plástica derivada do petróleo que oferece vantagens como custo reduzido, peso leve, secagem rápida e resistência a amassados em comparação com o algodão. No entanto, o problema é que o poliéster leva cerca de 200 anos para se decompor, em contraste com os 2 anos e meio do algodão. Com o tempo, essas roupas se desgastam e liberam microplásticos que entram na atmosfera, prejudicando a vida marinha e terrestre nas proximidades. Autoridades também estão preocupadas com incêndios recorrentes em aterros clandestinos onde a única solução, devido à falta de regulamentação, é queimar as roupas, resultando em poluição do ar e impactos ambientais significativos. A fumaça pode provocar doenças cardiorrespiratórias nos moradores de áreas próximas aos lixões, a maioria deles imigrantes ilegais que se instalam em casas improvisadas e em mau estado.

A conexão entre sustentabilidade da moda e saúde abrange o bem-estar ambiental, incluindo a redução da poluição e o esgotamento de recursos que podem impactar diretamente a saúde e a segurança humanas. Além disso, a saúde dos trabalhadores do vestuário é melhorada através de condições de trabalho justas e redução da exposição a produtos químicos perigosos. O uso de materiais naturais pela moda sustentável também minimiza a sensibilidade da pele e alergias entre os consumidores, além de menos poluição ao meio ambiente. Além disso, ao abordar as mudanças climáticas e a degradação ambiental, a moda sustentável protege indiretamente a saúde pública de eventos relacionados ao clima e seus riscos associados, destacando a relação entrelaçada entre as escolhas de moda e o bem-estar geral da sociedade.

Ao adotar práticas de moda sustentável, como escolher roupas produzidas de forma ética, apoiar marcas ecológicas e praticar o consumo responsável, os indivíduos podem contribuir tanto para sua saúde pessoal quanto para a saúde mais ampla do planeta e da sociedade.

Região da Américas realiza I congresso internacional de Investigação em Mudanças Climáticas e Saúde

O 1º Congresso Internacional de Mudanças Climáticas e Pesquisa em Saúde (21 a 23 de agosto) foi organizado pelo Instituto Nacional de Saúde em colaboração com a Direção Geral de Gestão de Riscos de Desastres e Defesa Nacional do Ministério da Saúde do Peru, a Organização Andina de Saúde-Acordo Hippolyto Unanue (ORAS-CONHU), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Universidade Peruana Cayetano Heredia através da equipe da Lancet Countdown, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e outras organizações. O evento contou com a I Competição Nacional de Pesquisa em Mudanças Climáticas e Saúde, que aconteceu no terceiro dia do congresso (23 de agosto), no auditório da Comunidade Andina de Nações (CAN).

Foi realizado um diálogo com os Ministérios do Meio Ambiente dos seis países andinos para integrar a ciência à política estadual de ação climática. O objetivo era dar resposta aos desafios e oportunidades para as autoridades nacionais no domínio das alterações climáticas. O Ministério do Meio Ambiente da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, juntamente com o Comitê Andino de Saúde para Riscos, Emergências e Desastres, participaram desse diálogo.

O congresso teve como foco otimizar a formulação de políticas de saúde para reduzir o impacto das mudanças climáticas na saúde. O objetivo foi discutir mecanismos e a implementação de intervenções de adaptação e mitigação que reduzam o risco de danos, especialmente entre grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com comorbidades. O Ministro da Saúde (Minsa), em coordenação com a Organização Andina de Saúde (ORAS-CONHU), o Instituto Nacional de Saúde (INS) e a Universidade Peruana Cayetano Heredia (UPCH), inaugurou o congresso. Durante o evento, vários

tópicos foram discutidos, incluindo os efeitos das mudanças climáticas na saúde mental, estratégias de mitigação no transporte e seus cobenefícios para a saúde, conhecimento tradicional peruano e mudanças climáticas, e muito mais. Palestrantes especialistas de instituições nacionais e internacionais, como OPS/OMS, Universidade do Colorado, Universidade Johns Hopkins, entre outras, participaram do congresso. O evento teve como objetivo contribuir com insights valiosos para o desenho e implementação de políticas para mitigar o impacto das mudanças climáticas na saúde.

A programação completa do evento pode ser encontrada [aqui](#) e as diversas palestras estão disponíveis na página do [YouTube do ORAS-CONHU](#).

Décima nona sessão ordinária da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN)

A [décima nona sessão ordinária da AMCEN](#)⁷² foi realizada de 14 a 18 de agosto de 2023, em Adis Abeba, Etiópia, sob o tema "Aproveitar as oportunidades e melhorar a colaboração para enfrentar os desafios ambientais na África". O principal objetivo da sessão foi fortalecer a colaboração entre as instituições e melhorar a implementação de estruturas ambientais regionais e globais para enfrentar os desafios que acomete o continente. Isso envolve desenvolver as iniciativas existentes e apoiar a implementação de resultados regionais e globais.

Os ministros planejaram a participação ativa da África em agendas ambientais globais e eventos-chave, permitindo que a região enfrente desafios e capitalize oportunidades de desenvolvimento sustentável, como na UNFCCC COP28, [UNEA-6](#), discussões sobre [poluição plástica](#), UNCCD COP16, [ICCM5](#) e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Além disso, a sessão teve como objetivo aumentar a contribuição da ACCEN para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região, abordando questões emergentes, fomentando a colaboração, fortalecendo os recursos financeiros e revisando melhorias processuais.

O [Relatório do secretariado](#) para o período de setembro de 2022 a julho de 2023 fornece uma atualização sobre as decisões tomadas durante a décima oitava sessão ordinária e iniciativas relacionadas. O relatório enfatiza a urgente necessidade de reforçar a governança sustentável do solo para proteger a biodiversidade, ecossistemas, sistemas alimentares, enfrentar mudanças climáticas, desertificação, deflorestação e poluição, e promover a neutralidade da degradação do solo para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ele também aborda a implementação das decisões da Conferência na décima oitava sessão ordinária sobre quatro tópicos principais: A. Reforço do papel da Conferência, B. Participação da África no desenvolvimento de um instrumento internacional legalmente vinculativo sobre poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho, C. Biodiversidade, vida selvagem e desertificação, D. Mudanças climáticas.

Como resultado final, foi publicada a [Declaração de Adis Abeba](#) sobre aproveitar oportunidades e reforçar a colaboração para enfrentar os desafios ambientais na África -

A declaração destacou vários pontos-chave:

1. **Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável:** Os ministros afirmaram o seu compromisso de tomar medidas em questões ambientais e climáticas para promover a criação de riqueza inclusiva que salve o bem-estar socioeconômico das pessoas na África.

⁷² A Conferência realiza suas sessões ordinárias uma vez a cada dois ou três anos e fornece uma plataforma para os ministros de ambiente africanos desenvolverem decisões e resoluções destinadas a fazer avançar a agenda ambiental na região. O Escritório Regional para a África do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente atua como secretariado da Conferência.

2. **Conservação da Biodiversidade:** Reconhecendo a perda de biodiversidade e espécies ameaçadas, ações urgentes foram enfatizadas para preservar serviços ecossistêmicos cruciais para o bem-estar humano, como polinização de culturas, purificação de água, segurança alimentar e sequestro de carbono.
3. **Degradação da Terra e Desertificação:** A perda significativa de terras produtivas na região africana e a necessidade de ações para combater a desertificação foram reconhecidas, especialmente considerando o crescimento populacional.
4. **Economia Azul Sustentável:** O papel da Comissão da União Africana, da Comissão Econômica para África e de outras entidades regionais no desenvolvimento de estratégias e programas para a economia azul sustentável foi apreciado, uma vez que contribuiu para a transformação e o crescimento continentais.
5. **Bacia do Congo e Turfeiras:** A importância da Bacia do Congo na regulação do clima global e nos serviços ecossistêmicos foi destacada, juntamente com a importância de conservar turfeiras que armazenam grandes quantidades de carbono e fornecem funções essenciais.
6. **Mudanças climáticas e resiliência:** O compromisso de enfrentar as mudanças climáticas por meio de estruturas multilaterais foi reafirmado, e os esforços para fortalecer a adaptação, mitigação e resiliência foram enfatizados.
7. **Financiamento e Apoio:** Foram feitos apelos para melhorar a prestação de financiamento climático, promover o acesso equitativo aos recursos de desenvolvimento sustentável e colaborar com instituições financeiras internacionais.
8. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** O compromisso de avançar a Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na África por meio de várias iniciativas e estratégias foi reiterado.
9. **Quadro Global de Produtos Químicos e Resíduos:** As prioridades africanas nas negociações para o quadro global de produtos químicos e resíduos foram destacadas, incluindo vias de transição justas para um desenvolvimento resiliente e com baixas emissões.
10. **Poluição plástica:** Foram enfatizados os esforços para combater a poluição plástica, especialmente no ambiente marinho, e a participação do grupo africano nas negociações para um instrumento internacional vinculativo.
11. **Engajamento com governos subnacionais e locais:** Foi enfatizado o fortalecimento do engajamento com governos subnacionais e locais para acelerar a ação climática e a implementação de decisões.
12. **Apoio às Iniciativas:** Foram expressos o reconhecimento e o endosso de diversas iniciativas e parcerias de apoio ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental.

Os ministros concluíram expressando sua determinação em continuar enfrentando os desafios ambientais e buscando oportunidades para o desenvolvimento sustentável na África, ao mesmo tempo em que colaboram com vários parceiros e instituições para alcançar esses objetivos. Eles também reconheceram a presidência da Etiópia para o próximo mandato e estenderam gratidão a todas as partes interessadas por suas contribuições.

Relatório: O Estatuto dos Recifes de Coral do Mundo: 2020

O [relatório](#) organizado pela Global Coral Reef Monitoring Network (GCRMN) como parte da International Coral Reef Initiative (ICRI), destaca a perda progressiva de cerca de 14% dos recifes de coral globais entre 2009 e 2018 devido a eventos de branqueamento, evidenciando declínio da saúde dos recifes. Embora tenham sido perdidos aproximadamente 11.700 km² de corais duros, o relatório ressalta o potencial de recuperação dos recifes quando não perturbados. Esses ecossistemas vitais enfrentam ameaças climáticas e locais, mas são cruciais para biodiversidade, proteção costeira e benefícios econômicos, médicos e culturais.

Na página do relatório também é possível encontrar dados por regiões, o do Brasil pode ser encontrado [aqui](#).

A Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável e a Década das Nações Unidas sobre a Restauração de Ecossistemas estão focadas na proteção oceânica. A conservação dos recifes é crucial, e ligadas aos marcos como a Convenção sobre Diversidade Biológica e conferências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A ação individual, como a campanha "Glowing Glowing Gone" do PNUMA, é essencial para proteger os recifes.

Os recifes de coral são ecossistemas vitais que suportam a biodiversidade e fornecem serviços cruciais, mas enfrentam ameaças das mudanças climáticas e estressores locais. São essenciais para a proteção costeira e oferecem potencial para aplicações medicinais e comerciais. É necessária uma ação urgente para preservar estes ecossistemas notáveis e os seus benefícios.

Os recifes de coral são vitais para a saúde dos ecossistemas marinhos e o bem-estar humano, fornecendo serviços cruciais. Esses diversos ecossistemas subaquáticos suportam uma variedade de espécies marinhas, beneficiando o equilíbrio geral da vida marinha e a saúde do ecossistema. Além disso, desempenham um papel crucial na pesca, fornecendo locais de reprodução e alimentação para importantes espécies de peixes que contribuem para a segurança alimentar e meios de subsistência nas comunidades costeiras.

Os recifes de corais atuam como barreiras naturais que protegem as costas de erosão, inundações e impactos de tempestades, protegendo as comunidades costeiras de desastres naturais. A importância econômica dos recifes de coral é sublinhada pela sua atração turística, contribuindo para as economias locais e apoiando os empregos no setor do turismo.

Os recifes de coral têm potencial para avanços médicos, com organismos marinhos encontrados dentro deles oferecendo compostos que podem ter aplicações em produtos farmacêuticos. Eles também possuem significado cultural, estando inseridos nas tradições e no patrimônio de muitas comunidades costeiras.

Além de suas funções culturais e econômicas, os recifes de coral auxiliam na regulação do clima, atuando como sumidouros de carbono, absorvendo e armazenando dióxido de carbono. Sua degradação contribui para a liberação de carbono armazenado, intensificando os impactos das mudanças climáticas.

Consequentemente, a saúde dos recifes de coral está interligada com a saúde e o bem-estar dos ecossistemas marinhos e das sociedades humanas. Os esforços para proteger e restaurar os recifes de coral são essenciais para manter as funções do ecossistema, apoiar meios de subsistência sustentáveis e garantir a resiliência das comunidades costeiras face aos desafios ambientais.

Exploração de petróleo no Brasil

Em maio deste ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) indeferiu o licenciamento ambiental solicitado pela Petrobras para realizar atividade de perfuração marítima na bacia da foz do Rio Amazonas, no Amapá. O parecer técnico julgou insuficientes as propostas de mitigação apresentadas pela Petrobras ou mesmo os cuidados e a base técnica para evitar desastres caso se tenha uma situação de perda de controle, e por entender que é uma área completamente sensível e sem conhecimento das correntes.

Em 22 de agosto, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu um parecer para declarar que a falta de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não pode impedir a concessão de licenciamento ambiental para exploração de petróleo- mas não é o que diz a legislação. O documento foi elaborado a pedido do Ministério de Minas e Energia (MME).

A AAAS é um estudo de planejamento, previsto na Portaria Interministerial MME MMA 198/2012, que avalia quais áreas numa região são aptas ou não aptas para exploração de petróleo e gás natural, buscando respeitar o meio ambiente e a população. Para as áreas consideradas aptas, tem também como objetivo "promover a eficiência e aumentar a segurança jurídica nos processos de licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natura.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 198, DE 5 DE ABRIL DE 2012.

OS MINISTROS DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA E DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, os arts. 2º, incisos I a V, 5º e 9º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 1º, incisos I e IV, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o art. 27, incisos XV e XVI, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º, incisos I e II, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, resolvem:

Art. 1º Fica instituída a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS, disciplinando sua relação com o processo de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, localizados nas bacias sedimentares marítimas e terrestres, e com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse que o parecer favorável da Advocacia-Geral da União (AGU) à Petrobras sobre a exploração de petróleo na Foz do Amazonas não muda em nada a avaliação do órgão - "O Ibama vai continuar pedindo os estudos que ele entende que são necessários para que a viabilidade ambiental possa ser garantida ao longo de toda essa atividade", disse Agostinho.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, fez uma analogia com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Alguém vai ficar teimando com a Anvisa quando ela diz não, esse remédio aqui é tóxico? Existem alguns órgãos da administração pública que dão pareceres técnicos. Num governo republicano, a gente olha para o que a ciência está dizendo", disse Marina em audiência na Câmara.

Exploração de petróleo no Equador

Com 93% dos votos apurados, 59% dos eleitores optaram por interromper as atividades da estatal Petroecuador no Parque Nacional Yasuni, o bloco 43, uma das áreas com maior biodiversidade do mundo com presença de grupos indígenas isolados – estima-se que um único hectare de terra em Yasuni pode ter mais espécies animais do que toda a Europa e maior diversidade de árvores do que a América do Norte. Sob a superfície encontra-se a maior reserva de petróleo bruto do Equador.

A decisão determina que o governo de Guillermo Lasso feche progressivamente os campos de exploração de petróleo até outubro de 2024. O bloco 43 responde por 12% da produção diária de petróleo do país. A perda anual estimada com a suspensão é de US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6 bilhões), o equivalente a 0,1% do PIB do Equador.

O referendo foi defendido pelo coletivo ambientalista "[Yasunidos](#)", que há uma década defendia a necessidade de colocar o tema em votação pública. A decisão faz do Equador o primeiro país do mundo a proibir a exploração de combustíveis fósseis em área ambientalmente sensível por meio de um plebiscito. Esse passo coloca o país na vanguarda do abandono de combustíveis fósseis entre as nações amazônicas, contrastando com o plano progressivo da Colômbia de eliminar a extração de petróleo no bioma e a busca do Brasil pelo desenvolvimento de petróleo e gás na região amazônica da Foz do Amazonas.

"Esperamos que o governo brasileiro se inspire no exemplo equatoriano e decida fazer a única coisa compatível com um futuro para a humanidade e com a liderança que o Brasil aspira ter na luta contra a crise climática: manter o petróleo na Foz do Amazonas no subsolo e apoiar, ao assumir a presidência do G20 no próximo mês, um pacto global pela eliminação gradual de todos os combustíveis fósseis", comentou Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

O abandono da exploração de petróleo na Amazônia foi uma das principais demandas dos movimentos populares e das agendas relacionadas ao clima durante os Diálogos Amazônicos, evento que antecedeu a Cúpula da Amazônia em Belém, Brasil. Lideranças indígenas e tradicionais do bioma destacaram os graves impactos ambientais e pediram consultas prévias às comunidades afetadas. Apesar disso, a Cúpula de Presidentes da Amazônia decepcionou organizações da sociedade civil ao não estabelecer metas para conter as atividades petrolíferas.

Reunião de Ministros do Trabalho em Benguela (Angola) fortaleceu a cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em compromissos da Agenda 2030

Meeting of Ministers of Labor in Benguela (Angola) strengthened cooperation between the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) and the International Labor Organization (ILO) commitments of the 2030 Agenda

René Mendes

Abstract. *This article addresses the growing partnership and cooperation between the International Labor Organization (ILO) and the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP), specifically in the areas of Labor and Social Protection. This partnership and cooperation between the ILO and the CPLP has almost 20 years of rich history. The XV Meeting of Ministers of Labor of CPLP member countries, held in Angola in May this year, served to renew and strengthen these relations, which can be observed in the analysis of the “Declaration of Benguela”, signed by the Ministers of Labor. All themes prioritized by the Ministers of Labor of the nine Member States of the CPLP are in line with the international priorities agreed within the scope of the ILO, and aligned with the SDGs of the 2030 Agenda, mainly SDG-8. For the ILO, this type of partnership and cooperation typifies the so-called “triangular” South-South cooperation modality, aligned with SDG 17. This brief article concludes with the satisfaction of perceiving the confluence of national and international efforts towards the 2030 Agenda, in this case, agendas of the Labor Sector of the CPLP member countries, aligned with the ILO agenda, in close and growing partnership and cooperation, with the Portuguese language at the epicenter of efforts, and now, again, a possible leading role for Brazil.*

Keywords: *Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP); International Labour Organization (ILO); 2030 Agenda; SDG-8; Work/Labour*

Resumo. O presente artigo aborda a crescente parceria e cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especificamente nas áreas do Trabalho e Proteção Social. Esta parceria e cooperação entre a OIT e a CPLP tem quase 20 anos de uma rica história. A XV Reunião dos Ministros do Trabalho dos países membros da CPLP, realizada em Angola, em maio deste ano, serviu para renovar e fortalecer estas relações, o que pode ser observado na análise da “Declaração de Benguela”, firmada pelos Ministros do Trabalho. Todos os temas priorizados pelos Ministros do Trabalho dos nove Estados-Membros da CPLP estão em sintonia com as prioridades internacionais pactuadas no âmbito da OIT, e alinhadas aos ODS da Agenda 2030, principalmente ODS-8. Para a OIT, este tipo de parceria e cooperação tipifica a modalidade de cooperação Sul-Sul dita “triangular”, alinhada ao ODS 17. Conclui-se esta breve matéria com a satisfação de perceber a confluência de esforços nacionais e internacionais na direção da Agenda 2030, no caso, agendas do Setor Trabalho dos países integrantes da CPLP, alinhadas à agenda OIT, em estreita e crescente parceria e cooperação, tendo o idioma português no epicentro dos esforços, e agora, novamente, um possível protagonismo do Brasil.

Palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Organização Internacional do Trabalho (OIT); Agenda 2030; ODS-8; Trabalho

Introdução

A XV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), recentemente realizada em Benguela (Angola), ajudou a fortalecer os reforçar os laços de cooperação entre a CPLP e a OIT, principalmente nas grandes prioridades da Agenda 2030. A “Declaração de Benguela” – adiante sumarizada – expressa o clima positivo de busca de sinergia entre as duas organizações, com destaque para a atuação dos escritórios da OIT em Genebra, em Lisboa e em Brasília. A parceria e cooperação, formalizadas a partir de 2004, estão alinhadas aos conceitos de Cooperação Sul-Sul (CSS) e Cooperação Sul-Sul Triangular (CSST), ancoradas em vários ODS da Agenda 2030, com destaque para o ODS-8 e ODS-17. Justiça Social, trabalho e emprego decente (digno) para todos, ampliação e fortalecimento dos sistemas de proteção social, erradicação do trabalho infantil, do tráfico de pessoas e erradicação do trabalho escravo estão no coração dos esforços articulados.

A reunião serviu, também, para apresentar à OIT o pleito consensual de abertura de um Escritório-País da OIT em Angola, “para servir os países africanos de língua oficial portuguesa” (item 16 da “Declaração de Benguela”). Os ministros do trabalho – com presença brasileira qualificada – comprometeram-se a promover pautas avançadas em seus respectivos países, e os 20 anos de cooperação OIT-CPLP, a serem celebrados no próximo ano, deverão propiciar uma série de eventos promocionais, incluindo a realização do “II Fórum de Segurança e Saúde no Trabalho da CPLP (SST)”, como ressalta o item 13 da “Declaração de Benguela”.

Breve histórico e alguns exemplos da parceria OIT-CPLP⁷³

Como é amplamente conhecido, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização transnacional, criada em 1996, com o objetivo de fortalecer a amizade mútua e a cooperação em CSST entre os países de língua portuguesa. Seus membros incluem Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Possui 32 observadores associados, incluindo Estados e organizações internacionais.

Os objetivos da CPLP incluem a harmonia política e diplomática entre seus Estados membros, a cooperação entre as nações constituintes em todos os domínios e o desenvolvimento de projetos para promover e disseminar a língua portuguesa por meio da cooperação Sul-Sul. Todos os Estados membros têm igualdade e reciprocidade de tratamento dentro da CPLP, mantendo suas identidades nacionais e respeitando o princípio de não interferência nos assuntos internos e na integridade territorial. A CPLP funciona como um fórum para a promoção internacional dos Estados membros com base no desenvolvimento de valores e na cooperação mútua, considerando como princípios fundamentais a paz, a democracia, os direitos humanos, a justiça social e o Estado de Direito.

A CPLP e a OIT assinaram um Memorando de Entendimento em 2004⁷⁴, que permite a promoção da língua portuguesa no âmbito da OIT e fornece um enquadramento para futuros protocolos entre as duas organizações para o desenvolvimento de programas conjuntos em áreas de interesse comum. Desde 2005, o Escritório da OIT- Lisboa tem atuado como uma interface entre a OIT e a comunidade de língua portuguesa, de acordo com um Protocolo de Colaboração entre a OIT e a CPLP.

Ambas as organizações compartilham o objetivo comum de promover a justiça social e o trabalho decente/ digno, além de contribuir para o crescimento econômico sustentável e o

⁷³ https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_883778/lang--pt/index.htm

⁷⁴ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_651257.pdf

desenvolvimento harmonioso de todos os seres humanos, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. A CPLP e a OIT reconhecem o princípio do diálogo entre governos e parceiros sociais, bem como outros atores da sociedade civil, como um instrumento adequado para promover a justiça social a partir de uma abordagem de Cooperação Sul-Sul Triangular (CSST). De fato, nas últimas décadas, por meio da CSST, os países lusófonos têm conseguido melhorar seus indicadores sociais, reduzir a pobreza, combater a desigualdade socioeconômica e de gênero, aumentar os níveis de inclusão social e promover o trabalho decente/digno. Esta modalidade de cooperação tem permitido a transferência e adaptação ao contexto nacional de boas práticas entre os vários países membros.

Alguns exemplos desta parceria e cooperação serão citados, lembrando que o Brasil tem sido um dos parceiros presentes e ativos, seja através do governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores e Agência Brasileira de Cooperação), seja pelo protagonismo do Escritório da OIT no Brasília (Brasília).

Em 2013, a CPLP e a OIT uniram esforços para realizar um **“Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas Recomendações na Legislação Nacional dos países da CPLP”**⁷⁵. Esse estudo fornece uma análise detalhada da legislação nacional de combate ao trabalho infantil e a compara com os parâmetros de ambas as Convenções. Ele também fornece uma visão geral da situação do trabalho infantil em cada país e uma visão geral das instituições governamentais, dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil envolvidas em programas nacionais e planos de ação contra o trabalho infantil. Após dez anos, esse estudo está sendo atualizado como parte do Plano de Ação contra o Trabalho Infantil na CPLP (2021-2025).

Em 2014, a CPLP e a OIT lançaram a publicação conjunta **“A Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP: Boas práticas na proteção social e no combate ao trabalho infantil”**^(Ref.1). Lê-se no Prefácio desta excelente obra, que ela “pretende promover a divulgação e o intercâmbio de experiências e boas práticas nos domínios do trabalho infantil e da proteção social na esfera dos estados membros da CPLP. Poderá constatar-se que através da Cooperação Sul-Sul e triangular, os países lusófonos puderam melhorar os seus indicadores sociais, reduzir a pobreza, combater a desigualdade socioeconômica e de gênero, aumentar os níveis de inclusão social e promover o trabalho decente. Esta modalidade de cooperação permitiu a transferência e a adaptação ao contexto nacional de boas práticas entre os vários países interlocutores. Ao compilar e divulgar esta informação espera-se que se reforce ainda mais o espaço para o diálogo e a cooperação no mundo da Lusofonia.”

Em linha com os esforços desenvolvidos a nível mundial, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) adotou na XIV Reunião do Trabalho e Assuntos Sociais, realizada a 30 de março de 2021, sob a Presidência de Cabo Verde e com o apoio e aconselhamento técnico da OIT, uma **Declaração e Plano de Ação de Combate ao Trabalho Infantil (AIETI) para o período 2021-2025**. Na referida declaração os países membros da CPLP comprometem-se a aderir à **Aliança 8.7**, a parceria global criada para catalisar a ação em torno do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8.7** sobre a erradicação do trabalho forçado, a erradicação da escravidão moderna e do tráfico de seres humanos e a eliminação do trabalho infantil, incluindo nas suas piores formas. A CPLP tem sido uma plataforma fundamental para sustentar a erradicação do trabalho infantil nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, garantindo uma maior coerência dos planos nacionais e dos mecanismos de diálogo social para o combate ao trabalho infantil, bem como a partilha de boas práticas. Um dos objetivos específicos do Plano de Ação é «promover e fortalecer a cooperação técnica multilateral entre os Estados Membros da CPLP e entre eles e a OIT». Para tanto, o Plano propõe

⁷⁵ https://www.ilo.org/ipecc/Informationresources/WCMS_222484/lang--en/index.htm

diversas atividades a serem realizadas em parceria com a OIT a partir de uma abordagem de CSST, incluindo: a atualização do Estudo sobre a aplicação das Convenções 138 e 182 da OIT; a realização de um estudo preliminar sobre a situação do trabalho infantil em cada país, com base em indicadores harmonizados estabelecidos pela OIT; o apoio técnico para a elaboração e/ou implementação de estratégias nacionais, planos de ação ou outros documentos de políticas públicas sobre o trabalho infantil; e a promoção de ações de formação e capacitação na área da inspeção do trabalho.

Em novembro de 2021, um Curso de e-Learning sobre **“O Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil para os Países da CPLP”** foi ministrado pelo Centro Internacional de Formação da OIT (ITC-OIT), em colaboração com a CPLP e com o apoio financeiro do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Portugal, a fim de promover a CSST. Ministrado como parte dos esforços para o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, o objetivo do curso foi criar e fortalecer parcerias entre as Inspetorias do Trabalho dos países membros da CPLP para melhorar suas capacidades de identificar, prevenir e remediar casos de trabalho infantil, em especial as piores formas de trabalho infantil. Para isso, o treinamento promoveu a troca de informações entre os países sobre as lacunas e os desafios encontrados, bem como o conhecimento e a experiência sobre como a legislação nacional sobre trabalho infantil, especialmente em suas piores formas, está sendo implementada.

XV Reunião dos Ministros do Trabalho (2023) e a “Declaração de Benguela”

A cidade de Benguela, em Angola, sediou a XV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, em maio deste ano, tendo como lema oficial **“Por uma Justiça Social e Trabalho Digno para Todos”**. Esse evento apoiado pela OIT facilitou o diálogo sobre a criação de um Escritório nacional da OIT em Luanda para os PALOP; a atualização do “Plano de Ação Tíbar” sobre a promoção da Proteção Social; a troca de informações sobre a situação da Inspeção do Trabalho e da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho nos países da CPLP; e a atualização do Plano de Ação 2021-2025 para combater o trabalho infantil nos Estados membros da CPLP.

Participaram da reunião nove Estados-Membros da CPLP, funcionários do Secretariado-Executivo, Organizações Internacionais, parceiros sociais, observadores e convidados.

Conclui-se esta breve matéria com a satisfação de perceber a confluência de esforços nacionais e internacionais na direção da Agenda 2030, no caso, agendas do Setor Trabalho dos países integrantes da CPLP, alinhadas à agenda OIT, em estreita e crescente parceria e cooperação, tendo o idioma português no epicentro dos esforços, e agora, novamente, um possível protagonismo do Brasil. A “Declaração de Benguela”, de maio deste ano, já teve as ‘digitais’ do Brasil, em sua vocação agregadora e colaborativa. Que os compromissos internacionais e comunitários do Brasil também se expressem internamente, em especial no que se refere ao ODS 8: “Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente (digno) para todas e todos”.

Referências

Amorim, Anita; Martins, Nuno Tavares A Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP: boas práticas na proteção social e no combate ao trabalho infantil Anita Amorim, Nuno Tavares Martins; Organização Internacional do Trabalho, Departamento de Parcerias e Apoio aos Programas Exteriores – Genebra: OIT, 2014. Disponível na Internet: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/event/wcms_240290.pdf (acesso em 28 ago. 2023)

Documento na Íntegra

XV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP

Benguela, 18 de maio de 2023

“Por uma Justiça Social e Trabalho digno para todos”

Declaração de Benguela⁷⁶

1. Os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ou seus representantes, reunidos em Benguela, Angola, no dia 18 de maio de 2023, por ocasião de sua XV Reunião Ordinária, com o objetivo de abordar o tema: “Por uma Justiça Social e Trabalho digno para todos” e, assim, contribuir para o reforço da cooperação Comunitária no domínio do trabalho e assuntos sociais;
2. Manifestando a preocupação em continuar a contribuir para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no quadro da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente na área do Trabalho e Assuntos Sociais, “não deixando ninguém para trás”;
3. *Reafirmando* o seu firme compromisso com a erradicação do trabalho infantil, em consonância com a meta 8.7. da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, designadamente “assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e utilização de crianças-soldado e, até, 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas”;
4. *Reafirmando também*, o Apelo à Ação de Durban sobre a Eliminação do Trabalho Infantil e a Declaração Conjunta da CPLP à V Conferência Global sobre a Eliminação do Trabalho Infantil, realizada em Durban, África do Sul, entre 15 e 20 de maio de 2022;
5. *Reafirmando* os esforços desenvolvidos pela CPLP para a plena execução das atividades previstas no “Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025 (PACTI) e, nesse âmbito, *instando* os Pontos Focais, com o acompanhamento do Secretariado Executivo da CPLP, a desenvolverem esforços para implementar todas as atividades nele previstas;
6. *Recomendando* o reforço das estratégias nacionais e/ou planos nacionais de desenvolvimento para a erradicação da pobreza extrema, diminuição da pobreza e combate às desigualdades sociais;
7. *Recordando* a assinatura da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, em julho de 2015, em Dili e a necessidade de os Estados-Membros da CPLP diligenciarem para que os procedimentos internos de ratificação se efetivem para que a Convenção entre em vigor;
8. *Reiterando* o empenho na promoção de políticas sociais, designadamente medidas ativas de emprego, com enfoque no emprego jovem, bem como na extensão da proteção social universal, concretizando, gradualmente, os pisos nacionais de proteção social, em linha com a Recomendação no. 202 da OIT;
9. *Assinalando* grau de execução do “Plano de Ação de Tibar”, aprovado pela XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (RMTAS-CPLP) e *recomendando* que, seguindo os normativos em vigor na CPLP e a prática de outros setores ministeriais setoriais, se possa desenvolver um Plano Estratégico de Cooperação no setor do Trabalho e Assuntos Sociais, a aprovar pela RMTAS-CPLP;
10. *Saudando, também*, a iniciativa lançada pelo Diretor Geral da OIT para a criação de uma “Coligação Mundial para a Justiça Social, com a convicção de que, em articulação com o “Acelerador Mundial sobre Emprego e Proteção Social”, poderá mobilizar o mundo do trabalho e o sistema multilateral, em prol da universalização da proteção social e da promoção de padrões de dignidade humana nas relações laborais e económicas, através de uma abordagem justa e inclusiva, face às transições climáticas e tecnológicas em curso;

⁷⁶ Acesso: https://xvrmtas-cplp.maptss.gov.ao/wp-content/themes/cplpmaptss/assets/pdf/Anexo%20658_%20Declaração%20de%20Benguela.pdf

11. *Manifestando* o seu apreço pelos esforços e recursos que estão a ser empenhados por Angola para a abertura de um Escritório-País da OIT para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
12. *Encorajando* o Governo de São Tomé e Príncipe, que receberá a Presidência da CPLP, em agosto de 2023, na prossecução de uma articulação comunitária que permita incrementar a cooperação intersetorial entre os Estados-Membros, reforçando a contribuição da CPLP para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 da União Africana.

DECIDEM:

1. *Instar* os Estados-Membros a nos procedimentos internos de ratificação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, visando a sua entrada em vigor no melhor calendário possível e, nesse sentido, *solicitar* à Presidência em exercício da RMTAS que, em coordenação com o Secretariado Executivo da CPPL, convoque uma nova reunião para esclarecimentos e finalização do Acordo Administrativo para a Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP e respectivos formulários para a troca de informações entre os Estados, a realizar, preferencialmente, até novembro de 2023;
2. *Apoiar* os processos em curso em Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste para a ratificação e implementação da Convenção no. 102 da OIT, sobre Segurança Social, sublinhando a este respeito, com satisfação, os progressos já registados nos demais Estados-Membros;
3. *Endossar* a constituição de um Grupo de Trabalho, composto pelos Pontos Focais do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP e coordenado pelo Secretariado Executivo da CPLP para, até novembro de 2023, submeter à aprovação de uma Reunião Extraordinária de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, uma proposta de Plano Estratégico de Cooperação no setor do Trabalho e Assuntos Sociais, que contemple as diferentes opções e alinhamentos estratégicos endossados pela RMTAS-CPLP;
4. *Aprovar* o “Plano de Ação da CPLP para a Inspeção do Trabalho” e *instar* os Pontos Focais designados para essa área a desenvolverem esforços concludentes à implementação das atividades nele previstas;
5. *Envidar* esforços para, numa parceria ativa entre os Ministérios com a tutela do Trabalho e dos Assuntos Sociais, identificar e mobilizar fontes de financiamento que permitam viabilizar a execução de um futuro Plano Estratégico de Cooperação no setor do Trabalho e Assuntos Sociais e respectivos Planos de Ação;
6. *Reforçar* o apoio, troca de experiências e a partilha de lições, nos domínios das “Políticas Públicas de Extensão da Proteção Social”, designadamente através da realização de ações transversais de capacitação e formação profissional;
7. *Desenvolver* projetos de cooperação técnica no domínio da prevenção e erradicação do trabalho infantil, envolvendo, entre outros temas, assuntos ligados com a legislação, inspeção do trabalho, estratégias nacionais, recolha e análise de dados para a produção de conhecimento, diálogo social tripartido e, desenvolvimento de políticas públicas para a retirada de crianças e adolescentes do trabalho;
8. *Apoiar* o desenvolvimento e a implementação de programas de ação para eliminar, com caráter prioritário, as piores formas de trabalho infantil, em especial, o trabalho forçado, o tráfico de pessoas e a exploração sexual;
9. *Promover*, em parceria com a OIT, a partilha de experiências e a disseminação de conhecimento sobre a temática da erradicação do trabalho infantil entre os Estados-Membros, por meio da realização de seminários, cursos, reuniões técnicas e produção e disseminação de material informativo;
10. *Prosseguir* com campanhas conjuntas entre a CPLP e a OIT contra o trabalho infantil, encorajando os Estados-Membros à sua disseminação, bem como à adoção do dia 12 de junho como data nacional contra o trabalho infantil;
11. *Encorajar* Timor-Leste à conclusão do processo relativo à Convenção no. 138 da OIT, sobre a “idade mínima para a admissão ao trabalho”;

12. *Instruir* o Secretariado Técnico Permanente da RMTAS e os Pontos Focais CPLP para o Trabalho e os Assuntos Sociais para que, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP, procedam à elaboração de uma proposta de Declaração conjunta da CPLP, a apresentar na 111ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, a decorrer em Genebra, Suíça, em junho de 2023;
13. *Promover*, até ao final de 2025, na Sede da CPLP, num quadro mais alargado das comemorações dos 20 anos da assinatura do Memorando de Entendimento entre a CPLP e a OIT, o “II Fórum de Segurança e Saúde no Trabalho da CPLP (SST)”;
14. *Promover* campanhas conjuntas entre CPLP e OIT para a prevenção de doenças profissionais/ocupacionais e acidentes do trabalho, em alusão ao dia 28 de abril, Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho;
15. *Instar* à ratificação pelos Estados-Membros das Convenções no. 155, sobre Segurança e Saúde no Trabalho, de 1981, e no. 187, sobre o quadro promocional da segurança e saúde no trabalho, de 2006, da OIT;
16. *Aprovar a Resolução* de Apoio à Abertura de um Escritório-País da OIT em Angola para servir os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
17. *Expressar* o seu reconhecimento às autoridades angolanas pelo nível de organização dos trabalhos e manifestar o seu agradecimento pelo acolhimento e hospitalidade dispensada a todos os participantes da XV RMTAS CPLP.

Feita e assinada em Benguela, aos de 18 de maio de 2023.

Migrações, refúgio e saúde global

Rafael Gomes França
Caio Murta
Harim Baek
Júlia Moraes
Marina Sujkowski
Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global apresenta Matriz de Monitoramento de Deslocamento, elaborada pela Organização Internacional de Migrações (OIM), que traça o perfil da comunidade indígena Warao e seu deslocamento pelo território brasileiro. Também explora o aumento no número de pessoas que atravessam o perigoso trajeto de Darién, no Panamá, com destino aos Estados Unidos da América.

Palavras chave: Deslocamento forçado. Saúde Global. Migração.

Resumen: *El Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global presenta Matriz de Monitoreo de Deslocamento, elaborada por la Organización Internacional de Migraciones (OIM), que traza el perfil de la comunidad indígena Warao y su desplazamiento por el territorio brasileiro. También explora el aumento en el número de personas que atraviesan el peligroso trayecto de Darién, en Panamá, con destino a los Estados Unidos de América.*

Palabras clave: *Deslocamento. Salud Global. Migración.*

Fluxo Venezuelano de população indígena para o Brasil

No último mês (agosto de 2023), foi lançada a segunda edição da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil⁷⁷ - sendo a primeira de 2021. O estudo focou na população indígena do fluxo venezuelano no Brasil e teve como objetivo geral aprofundar os conhecimentos levantados na primeira edição da pesquisa - sobre as características gerais das diversas etnias indígenas mapeadas - e de subsidiar as políticas públicas para essa população em todo o país⁷⁸.

A pesquisa compreendeu o universo de 3.725 pessoas, distribuídas em 908 famílias e 65 comunidades indígenas, das quais 53 são compostas por uma única etnia e 12 são multiétnicas⁷⁹. A etnia Warao (71%), que foi mencionada em nosso último informe, é a mais numerosa entre as pessoas

⁷⁷ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁷⁸ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁷⁹ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

no levantamento, assim como na pesquisa realizada em 2021. Essa também é a etnia que mais se desloca no território nacional.

Considerando o perfil das pessoas mapeadas pela pesquisa, 87% nasceram na Venezuela e 13% no Brasil, além de três pessoas nascidas na Guiana⁸⁰. As comunidades encontram-se principalmente em meio urbano (89%), e, em menor medida, em área rural (8%) e semi-rural (3%) - sendo que, entre as comunidades que moram em meio urbano, a maior parte das pessoas são da etnia Warao.

A maioria das comunidades chegaram entre 2017 e 2019. Em 2019, houve um pico de entrada no país, seguido por uma queda entre 2020 e 2021 — o que ocorreu não só com as populações indígenas, mas com a totalidade do fluxo venezuelano, devido às restrições da pandemia de COVID-19.

A maioria das comunidades indicou que saiu da Venezuela para procurar emprego (25%), motivo seguido pela busca de atendimento médico (18%) e a reunião familiar (18%). Por fim, a venda de artesanato e a ausência de terra também foram citadas, com 9% e 8%, respectivamente⁸¹.

97% das pessoas encontram-se em situação regular no Brasil, como solicitante de refúgio (42%), residente por prazo determinado ou indeterminado (32%), brasileiros natos ou naturalizados (13%) e refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados, CONARE (10%)⁸².

Em relação ao tipo de moradia no Nordeste e no Norte, a maior parte das comunidades (44%) encontra-se em abrigos; no Sudeste metade das comunidades mapeadas estão em abrigos e a outra metade mora em casa alugada. No Centro-Oeste, a maioria vive em casa alugada (89%) e, no Sul, todas as comunidades habitam em casas alugadas⁸³.

Em relação aos serviços disponíveis no local de moradia, 9% das comunidades não têm acesso à água potável e à energia elétrica, e todas encontram-se na região Norte do país. Além disso, 22% das comunidades não contam com tratamento de esgoto (19% no Norte e 3% no Nordeste). Já em relação ao gás de cozinha, 55% das comunidades não possuem acesso⁸⁴.

Já, a inclusão socioeconômica apresenta uma série de desafios, devido à situação de vulnerabilidade desta população. A principal fonte de renda das famílias é a arrecadação de dinheiro nas ruas ou “coleta” (35%), trabalho assalariado informal e doações de dinheiro (ambas com 17%), e

⁸⁰ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸¹ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸² https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸³ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸⁴ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

o trabalho empreendedor informal (8%). Em 2022, o salário mínimo estabelecido no Brasil era de 1.302 reais. A renda mensal média das famílias indígenas entrevistadas era de 522 reais⁸⁵.

Grande parte das pessoas mapeadas cursou até o Ensino Fundamental 1 (23%), enquanto 20% afirmaram não saber ler nem escrever. É interessante observar que 12% cursaram o ensino indígena⁸⁶.

Trajetos do Darien Gap para chegar aos EUA tem recorde de imigrantes

No início do mês de agosto, as autoridades de imigração no Panamá relataram que o número de imigrantes que atravessaram o Darien Gap, área repleta de montanhas da floresta tropical que liga as Américas do Sul e Central, alcançou um novo recorde. Essa rota é utilizada principalmente por aqueles que almejam chegar aos Estados Unidos.⁸⁷

A vice-diretora da autoridade de imigração panamense, Maria Isabel Saravia, afirmou em uma coletiva, que o crescente número de travessias observados no ano de 2022 foi superado no final de julho de 2023. No ano passado tiveram um total de 248.284 pessoas que cruzaram o Parque Nacional Darién, sendo que somente nos primeiros sete meses de 2023, essa quantidade já foi ultrapassada.⁸⁸

De acordo com a vice-diretora, as travessias deste ano contabilizaram mais de 240 mil incidentes, sendo que aproximadamente 20% das pessoas que fazem esse percurso são crianças e adolescentes. Dentro dessa faixa etária, ao menos 51% são crianças com cinco anos ou menos. Os venezuelanos e haitianos correspondem pela maior parte das pessoas que fazem esse percurso, seguidos por colombianos, equatorianos e imigrantes de outras regiões. A caminhada de 60 quilômetros pelo Darien Gap traz imigrantes da Colômbia para o Panamá, sendo essa uma passagem essencial para as pessoas que visam chegar aos Estados Unidos e ao Canadá. Ela disse que as análises já previam que esse ano iria superar os números de travessias do ano passado. Porém, as viagens dos últimos três anos conseguiram ser muito superiores às dos últimos onze anos.⁸⁹

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) se mostraram preocupadas com o aumento de pessoas que cruzam a selva de Darien. De acordo com as autoridades panamenhas, se essa tendência permanecer, estima-se que mais de 400 mil pessoas poderão passar por esse trajeto perigoso, no decorrer de 2023. Conforme os relatórios mensais de monitorização de ambas as organizações, as pessoas saem de seus países de origem, principalmente por motivos econômicos, incluindo a alta taxa de desemprego existente. Mais da metade das pessoas tiveram que sair de seus países por conta dos elevados níveis de insegurança ou ameaças, assim como, ataques mais específicos relacionados a elas e às suas famílias.⁹⁰

⁸⁵ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸⁶ https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/2023-08/resumo-executivo_matriz-de-monitoramento-de-deslocamento-dtm-nacional-sobre-a-populacao-indigena-do-fluxo-venezuelano-no-brasil-2a-rodada.pdf

⁸⁷ <https://veja.abril.com.br/mundo/trajeto-mais-perigoso-para-chegar-aos-eua-tem-recorde-de-imigrantes>

⁸⁸ <https://veja.abril.com.br/mundo/trajeto-mais-perigoso-para-chegar-aos-eua-tem-recorde-de-imigrantes>

⁸⁹ <https://veja.abril.com.br/mundo/trajeto-mais-perigoso-para-chegar-aos-eua-tem-recorde-de-imigrantes>

⁹⁰ <https://news.un.org/es/story/2023/04/1520177>

Saúde Materna de Mulheres e Meninas Afrodescendentes nas Américas

Maria Teresa Rossetti Massari

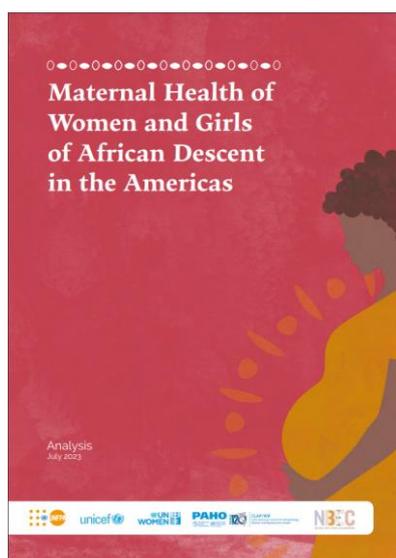
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: A report organized by PAHO, UNICEF, and UN Women analyzed data on women and girls of African descent in nine countries in the Americas. In three of the five indicators analyzed Afro-descendant women and girls had worse results when compared to non-Afro-descendant women and girls: maternal mortality ratio (MMR), adolescent birth rate and reproductive planning. Results for antenatal care were mixed, ranging from much worse for Afro-descendant women and girls in half of the countries studied, to slightly better results in the other half. Available data suggest that, for women and girls of African descent, systemic racism and gender discrimination are key organizing principles upon which structural barriers to achieving the highest standard of health are built.

Keywords: women's health, black people, health of ethnic minorities, Pan American Health Organization

Resumo: Um relatório organizado pela OPAS, UNICEF e ONU Mulheres analisou dados de mulheres e meninas afrodescendentes em nove países das Américas. Em três dos cinco indicadores analisados, as mulheres e meninas afrodescendentes apresentam resultados piores quando comparadas com mulheres e meninas não afrodescendentes: razão de mortalidade materna (RMM), taxa de natalidade na adolescência e planejamento reprodutivo. Os resultados para atenção pré-natal foram mistos, com resultados que variaram entre muito piores para mulheres e meninas afrodescendentes em metade dos países estudados, e resultados ligeiramente melhores na outra metade. Os dados disponíveis sugerem que, para mulheres e meninas afrodescendentes, o racismo sistêmico e a discriminação de gênero são princípios organizadores fundamentais sobre os quais são construídas barreiras estruturais à obtenção do mais alto padrão de saúde.

Palavras-chave: saúde da mulher, população negra, saúde das minorias étnicas, Organização Pan-americana de Saúde



A UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres publicou um relatório intitulado "[A Saúde Materna de Mulheres e Meninas Afrodescendentes nas Américas](#)"(1) onde analisou os dados nacionais de saúde de nove países da região: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Estados Unidos, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai. O objetivo do documento foi explorar os dados sobre como a interseção de racismo e sexismo (racismo patriarcal) afeta o acesso e os resultados de saúde, os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos maternos para mulheres e meninas afrodescendentes nas Américas.

A discriminação, o racismo, o sexismo e a intolerância continuam a existir em todas as sociedades, se manifestando nos resultados de saúde e no desenvolvimento humano. No caso da saúde materna nas Américas, a situação tem se agravado desde 2016:

- na América Latina e no Caribe, a razão de mortalidade materna (RMM) aumentou 15% entre 2016 e 2020;
- na América do Norte, a RMM aumentou 17% no mesmo período.

Os fatores determinantes identificados para esse aumento incluem o aumento das desigualdades e da exclusão social, onde mulheres e meninas afrodescendentes são as mais afetadas.

Em 2015, havia aproximadamente 209 milhões de afrodescendentes nas Américas, o que corresponde a cerca de um em cada quatro latino-americanos e caribenhos e um em cada sete americanos e canadenses se identificando como afrodescendentes ou negros.

O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes definiu que o termo “afrodescendente” se refere aos “descendentes das vítimas africanas do comércio de escravizados pelo Atlântico e o mar Mediterrâneo”. A análise considerou o termo afrodescendente para se referir às populações negras e miscigenadas (negras e de outra raça) identificadas como afrodescendentes.

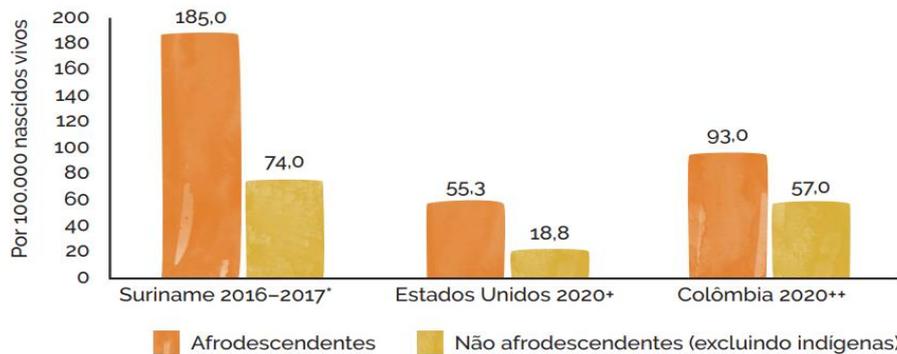
Mortes Relacionadas à Gravidez

Nas Américas, a literatura aponta que as condições cardiovasculares (eclâmpsia, pré-eclâmpsia e cardiomiopatia) são as principais causas evitáveis de morte materna de mulheres e meninas. No entanto, para mulheres e meninas afrodescendentes esses números são até cinco vezes maiores que os de mulheres e meninas brancas.

Explicações baseadas em determinantes sociais não são suficientes para englobar essas diferenças porque elas persistem, independentemente do nível socioeconômico e da educação dessas mulheres. Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxa de mortalidade relacionada à gravidez de mulheres afrodescendentes com ensino superior ou mais é 5,2 vezes maior que a de mulheres brancas com o mesmo nível educacional.

A Figura 1 mostra as mortes relacionadas à gravidez de mulheres e meninas em três países analisados: Suriname, Estados Unidos e Colômbia. A RMM de mulheres e meninas afrodescendentes é muito superior à de mulheres e meninas não afrodescendentes nos três países, especialmente nos Estados Unidos, onde a RMM de mulheres e meninas afrodescendentes é quase três vezes maior do que a de mulheres e meninas não afrodescendentes. No Suriname e na Colômbia, a RMM de mulheres e meninas afrodescendentes é 2,5 vezes maior e 1,6 vez maior, respectivamente, que a de mulheres e meninas não afrodescendentes.

Figura 1 - Razão de mortalidade materna (RMM) entre mulheres de 15 a 49 anos, por raça/etnia

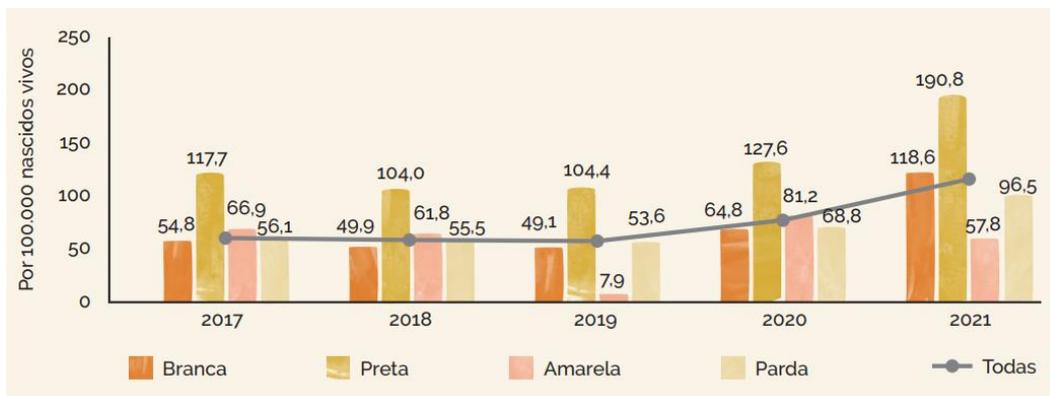


Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

As evidências também apontam que o racismo e a discriminação por médicos aumentam a probabilidade de mulheres e meninas afrodescendentes sofrerem maus-tratos na maternidade. Constatou-se que maus-tratos obstétricos aumentam a RMM e criam barreiras ao uso de serviços de saúde entre mulheres e meninas afrodescendentes e indígenas. Um estudo realizado nos Estados Unidos mostrou que mulheres brancas relataram quase 15% menos experiências de maus-tratos do que todas as outras mulheres.

Outro componente que deve ser observado é que, ainda assim, em termos absolutos, a experiência de mulheres e meninas afrodescendentes nos Estados Unidos ainda é melhor que a de mulheres e meninas não afrodescendentes da Colômbia e do Suriname. Essa diferença entre esses três países revela desigualdades regionais significativas.

Figura 2 - Razão de mortalidade materna desagregada por raça/etnia no Brasil (2017-2021)



Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

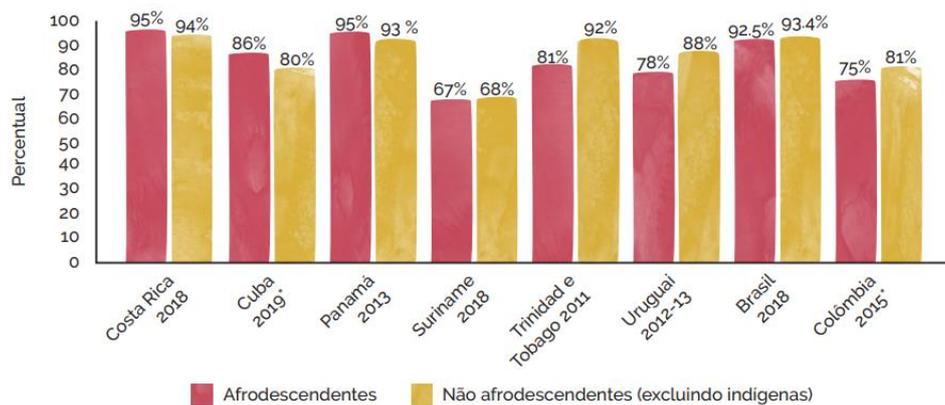
Atenção ao Pré-natal

As consultas de pré-natal possibilitam a detecção precoce de complicações relacionadas à gravidez que podem levar à mortalidade e à morbidade materna e possibilitam que profissionais de saúde prestem apoio adicional para pessoas com alto risco de complicações no parto.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda um mínimo de oito consultas de pré-natal, mas poucos países nas Américas relatam mais de quatro consultas. No Brasil, Colômbia, Trinidad e Tobago e Uruguai, mulheres e meninas afrodescendentes relatam menor probabilidade de realizar pelo menos quatro consultas de pré-natal.

As principais barreiras para acesso de mulheres e meninas afrodescendentes ao cuidado pré-natal são estruturais, relacionadas à localização geográfica, acesso ao transporte e aos serviços de saúde. Outro ponto que vale ser mencionado é a ausência de serviços de saúde culturalmente apropriados e pensados para essa população⁹¹(2). Experiências desproporcionais de violência física e/ou sexual por parceiro íntimo também podem reduzir a probabilidade das mulheres e meninas acessarem os serviços de atenção pré-natal.

Figura 3 - Percentual de mulheres de 15 a 49 anos que comparecem a quatro ou mais consultas de pré-natal, por raça/etnia



Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

É importante ressaltar que, embora seja fundamental analisar o número de consultas de pré-natal, esses dados não refletem a qualidade das mesmas. A qualidade das consultas é um desafio paralelo que pode explicar por que poucas mulheres grávidas procuram as oito consultas, quando elas estão disponíveis.

Nascimentos entre adolescentes

As principais causas de mortalidade de meninas e adolescentes de 15 a 19 anos são a gravidez e o parto. Além disso, as evidências apontam alto risco de complicações durante parto e impactos nos seus bebês, com maior probabilidade de baixo peso ao nascer, parto prematuro e dentre outros problemas. As evidências também apontam que as mulheres que dão à luz na adolescência são mais propensas a problemas de saúde física e mental no futuro, violência por parte do parceiro íntimo e desemprego.

Apesar dos avanços obtidos nos últimos 20 anos na redução da gravidez na adolescência (entre meninas e adolescentes de 15 a 19 anos) na América Latina e no Caribe, a região ainda tem o segundo maior índice do mundo (60,7 nascimentos por 1.000, entre 2015 e 2020). Além disso, a região das Américas registra o declínio mais lento na fertilidade adolescente quando comparada com as demais regiões do mundo.

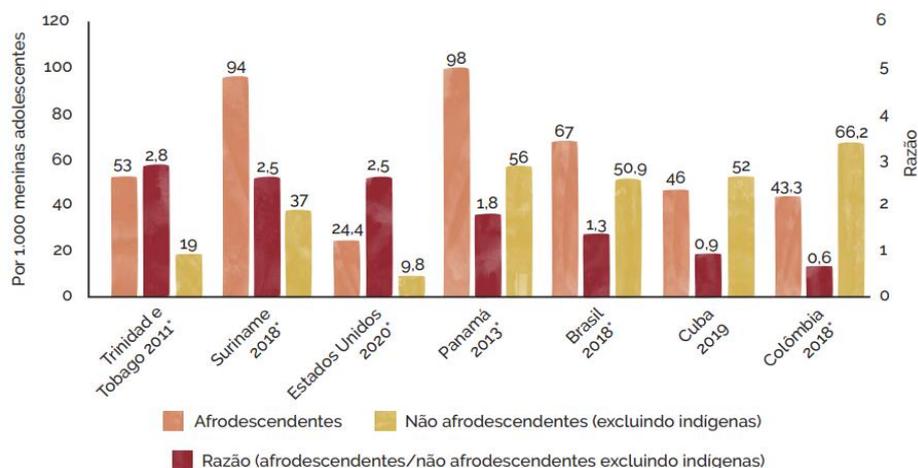
Meninas afrodescendentes apresentam os índices de gravidez mais altos da região, ao lado de adolescentes com menor escolaridade, dos quintis de riqueza mais baixos e de meninas indígenas.

A Figura 4 mostra que as desigualdades raciais são mais profundas no Panamá, Suriname e Trinidad e Tobago. Já em Cuba e na Colômbia, as meninas afrodescendentes têm menos incidência de

⁹¹ Para conhecer mais sobre parto culturalmente seguro, sugerimos o [Manual Básico para a Aplicação da Ferramenta de Promoção do Parto Culturalmente Seguro](#), da Organização Panamericana de Saúde, de 2022.

gravidez na adolescência quando comparadas às não afrodescendentes. As diferenças apontadas são significativas para todos os países, exceto para Cuba, onde a razão afrodescendentes/não afrodescendentes é menor de 1.

Figura 4 - Taxa de natalidade na adolescência (15 a 19 anos), por raça/etnia



Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

Os fatores que influenciam a gravidez na adolescência incluem alto desemprego e baixo nível educacional. A discriminação racial e de gênero na empregabilidade e o isolamento geográfico tornam esse problema mais agudo para jovens afrodescendentes. Vários estudos mostraram que treinamento profissional e apoio para a continuidade dos estudos reduziram os índices de gravidez na adolescência em vários países latino-americanos, principalmente entre meninas e mulheres jovens.

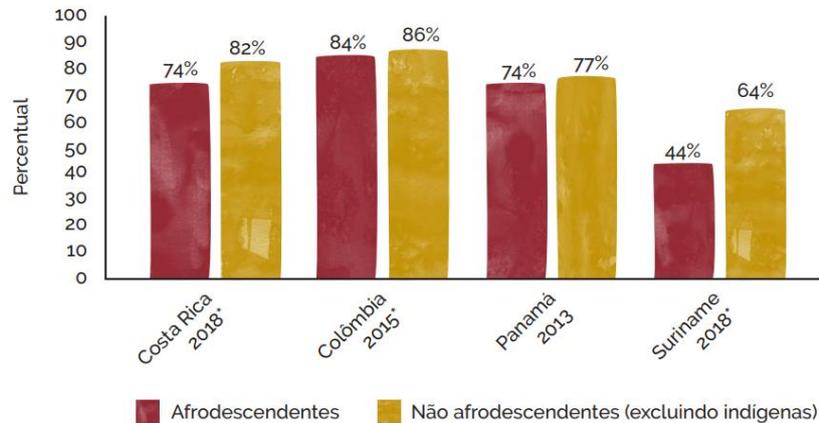
Planejamento reprodutivo

As necessidades não atendidas de planejamento reprodutivo refletem como e se os sistemas de saúde estão cumprindo os direitos humanos e apoiando as mulheres para exercerem sua escolha em ter filhos ou não, e quando tê-los. Mulheres que relatam uma necessidade de planejamento reprodutivo não atendido enfrentam a possibilidade de partos indesejados ou inoportunos que podem levar a abortos inseguros. Estes, por sua vez, contribuem para a mortalidade e morbidade materna.

A Figura 5 mostra que mulheres e meninas afrodescendentes casadas ou em união estável têm menos probabilidade de relatar se suas necessidades de planejamento reprodutivo foram atendidas. De modo geral, mulheres com renda mais baixa e níveis mais baixos de educação formal não têm acesso a serviços de planejamento reprodutivo. Mulheres afrodescendentes, que são sobrerrepresentadas entre as pessoas em situação de pobreza, correspondem a essa generalidade, demonstrando menos necessidades atendidas em todos os países estudados. Apenas os resultados do Panamá não foram estatisticamente significativos, com uma diferença de apenas 3%.

É importante ressaltar que o relatório analisou as necessidades não atendidas de planejamento reprodutivo em mulheres casadas/em união estável. Considerando que as taxas oficiais de casamento formal são geralmente baixas em alguns países das Américas, e que famílias chefiadas por uma única pessoa são comuns, há um viés importante a ser considerado. Nos países onde maiores informações estão disponíveis (por exemplo, Suriname e Trinidad e Tobago), há um relatório paralelo de altas necessidades não atendidas de planejamento reprodutivo entre mulheres solteiras.

Figura 5 - Necessidades contraceptivas atendidas por métodos modernos para meninas e mulheres de 15 a 49 anos casadas/em união estável, por raça/etnia



Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

Assistência qualificada ao parto

A grande maioria dos partos nas Américas é assistida por profissionais de saúde qualificados, conquista significativa para as mulheres da região. Mulheres e meninas afrodescendentes não parecem estar em desvantagem, ao menos nesse indicador. No entanto, o relatório considera que é necessário realizar uma análise mais aprofundada da qualidade dos cuidados obstétricos, de saúde sexual e reprodutiva e maternos para mulheres e meninas afrodescendentes. Isso porque elas são mais propensas a sofrer maus-tratos obstétricos e carecem de recursos adequados para cuidados pós-natais, uma ocorrência correlacionada com o aumento da mortalidade e morbidade materna, especialmente neste grupo.

Racismo, determinantes sociais e desigualdades em saúde

A literatura sobre a saúde das mulheres afrodescendentes nas Américas faz inúmeras referências ao modelo de determinantes sociais da saúde como a principal causa de desigualdades na saúde. No entanto, esse modelo não é suficiente para explicar a maior parte das desigualdades observadas, uma vez que elas ocorrem em todos os níveis de escolaridade, renda e localização de mulheres afrodescendentes na região.

É fundamental combater explicações regressivas, como: falta de conhecimento (no que se refere à capacidade de comportamentos de busca de saúde ou de adotar a medicação prescrita); práticas culturais imperfeitas (estereotipar práticas e culturas de saúde tradicionais como “atrasadas”); ou mesmo deficiências biológicas (observar o corpo das mulheres negras como extraordinário ou doente).

Há um debate sobre se racismo, sexismo e outras ideologias de exclusão são determinantes sociais ou estruturais de saúde (ou ambos simultaneamente). O relatório considerou que o racismo patriarcal é estrutural e sistêmico, pois serve de base para as políticas nacionais, práticas institucionais e crenças dos tomadores de decisão.

Educação médica e viés racial

Existem conexões profundas entre os avanços no campo da ginecologia e o racismo, desde técnicas cirúrgicas para cesáreas a reparo fístulas obstétricas que foram inventadas por

experimentação em mulheres africanas escravizadas que, pensava-se, não “sentiam dor da mesma forma que as brancas”.

O viés na educação médica também significa que os livros didáticos descrevem partos pautados em uma morfologia pélvica comum às mulheres europeias, ainda que esta seja altamente variável entre etnias não brancas, tornando outras apresentações pélvicas anormais ou de alto risco. Como resultado, a dor autorrelatada entre mães afrodescendentes é minimizada ou negligenciada pelos profissionais de saúde. Alguns estudos demonstram que de 50% a 60% dos profissionais de saúde têm crenças racistas sobre a biologia de pessoas negras.

O artigo [A Cor da Dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil](#)(3) mostrou que há grandes disparidades sociais e econômicas entre as mulheres segundo a raça/cor. Os dados são oriundos da pesquisa *Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento*, um estudo de base populacional de abrangência nacional com entrevista e avaliação de prontuários de 23.894 mulheres entre 2011 e 2012.

Mesmo depois de equipar os dados de disparidades sociais e econômicas entre as mulheres, segundo raça/cor, foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda, em comparação às brancas. Elas também sofreram menos intervenções obstétricas no parto. A princípio, menor exposição a intervenções entre pretas e pardas (como uso de ocitocina, episiotomia e cesariana) poderia significar um cuidado mais consonante com as recomendações da Organização Mundial da Saúde. No entanto, na prática, o modelo de assistência obstétrica adotado no Brasil é intervencionista e os profissionais de saúde em larga medida não somente identificam essas práticas como adequadas, mas também como indicativas de um “bom cuidado”, reforçando mais uma vez, essas disparidades no cuidado. Outra questão destacada é a constatação de menor aplicação de analgesia para os grupos étnico-raciais mais discriminados, onde as mulheres pretas receberam menor uso de analgesia.

Por fim, o artigo também ressalta que, apesar de pardas e pretas possuírem similaridades quanto ao cuidado, a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior. Identificou-se um gradiente de cuidado menos satisfatório para mais satisfatório entre pretas, pardas e brancas para a maioria dos indicadores avaliados, o que evidencia aspectos do funcionamento cotidiano dos serviços de saúde que resultam em benefícios e oportunidades diferenciadas segundo a raça/cor, com prejuízo para as de cor mais escura.

Outro ponto importante a ser considerado é a formação dos profissionais médicos. Há indicações de que no Brasil, por exemplo, menos de 20% dos médicos são afrodescendentes, apesar de representarem 56% da população. Aumentar o número de graduados afrodescendentes em faculdades de medicina e ciências da saúde indubitavelmente contribuirá para melhorias no bem-estar dos afrodescendentes na região

Figura 6 - Por que as mulheres e meninas afrodescendentes têm resultados piores de saúde materna



Fonte: UNFPA, UNICEF e ONU Mulheres, 2023.

Políticas, planos e programas

As políticas relacionadas à saúde nas Américas também negligenciam a importância da raça e do gênero como indicadores de vulnerabilidade que podem ser melhorados por meio de políticas, planos e programas direcionados. Um estudo de 2019 da OPAS sobre planos nacionais de saúde constatou que apenas 34% dos 32 países haviam incorporado ou executado estratégias para enfrentar a discriminação no setor da saúde.

Chamada à ação

Mudar a saúde de mulheres e meninas é urgente. A menos de sete anos de completar a Agenda 2030, estratégias audaciosas devem ser tomadas por:

Governos e organizações internacionais:

1. Aumentar a disponibilidade e a qualidade dos dados estatísticos oficiais desagregados de mulheres e meninas afrodescendentes;
2. Adotar uma abordagem de ciclo de vida para coleta de dados, formulação de políticas públicas e criação de programas;
3. Instigar a participação de mulheres e meninas afrodescendentes na formulação de políticas de saúde materna;
4. Fortalecer o sistema de saúde nas Américas como um todo, adotando um modelo de cuidado universal com foco na atenção primária à saúde;
5. Garantir que a saúde e políticas, planos e programas relacionados à saúde abordem os determinantes estruturais das desigualdades em saúde e não apenas os determinantes sociais de saúde;
6. Investir no aumento da representação de afrodescendentes entre profissionais de saúde e de mulheres afrodescendentes entre profissionais médicos;

Sistemas de saúde e educação médica:

7. Melhorar a coleta de dados desagregados por raça/etnia e gênero no nível administrativo para complementar as estatísticas oficiais;
8. Investir em intervenções e estabelecer políticas para conter abuso, desrespeito e maus-tratos obstétricos;
9. Abordar racismo e ideologias racistas nos currículos de treinamento em ciências da saúde, não apenas no contexto do curso de competência cultural.

Referências

1. PAHO/WHO. Maternal Health of Women and Girls of African Descent in the Americas [Internet]. World Health Organization; 2023 ago p. 27. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA_MM_Analysis-July2023.pdf
2. PAHO/WHO. Manual básico para la aplicación de la herramienta de promoción del parto culturalmente seguro [Internet]. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/es/documentos/manual-basico-para-aplicacion-herramienta-promocion-parto-culturalmente-seguro>
3. Leal MDC, Gama SGND, Pereira APE, Pacheco VE, Carmo CND, Santos RV. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad Saúde Pública [Internet]. 2017 [citado 25 de agosto de 2023];33(suppl 1). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001305004&lng=pt&tlng=pt

Produtos alimentícios ultraprocessados: mais do que a ponta do iceberg da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell, Juliana Ubarana

Resumo

Nesse informe, discutimos a necessidade de abordagem dos produtos ultraprocessados pelos governos e pelos organismos internacionais nas questões de saúde e de transformação dos sistemas alimentares para o enfrentamento da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Os ultraprocessados possuem relevantes consequências à saúde humana e ao meio ambiente, sendo mais do que a ponta do iceberg em termos dos sistemas alimentares hegemônicos, visto que são forças motrizes desses sistemas e as relações com seus representantes, quando necessárias e úteis, devem ter efetivo gerenciamento de conflitos de interesses e devem ser pautados por objetivos de saúde humana e planetárias.

A discussão da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, ou seja, a sinergia dessas três pandemias que ocorrem ao mesmo tempo e nos mesmos espaços - reúne vários aspectos da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à segurança alimentar e nutricional e aos sistemas alimentares pois se interagem para produzir sequelas complexas sobre a saúde humana e planetária e compartilham causas sociais básicas (Swinburn *et al.*, 2019). Apesar disso, a abordagem dos organismos internacionais relacionados à saúde e alimentação, como FAO, OMS e PMA, tem sido insuficiente em relação ao reconhecimento do problema dessa sindemia global, bem como em relação ao seu enfrentamento, mesmo no contexto dos movimentos globais como a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula das Nações Unidas para Sistemas Alimentares.

Nesse sentido, os produtos alimentícios ultraprocessados têm relação direta com essa sindemia global, visto que estão intrinsecamente associados aos sistemas alimentares hegemônicos baseados na monocultura de commodities agrícolas e com a dupla carga da má nutrição como força motriz e não somente como a ponta do iceberg desses problemas. Esse reconhecimento é particularmente importante para o efetivo enfrentamento dessa prioridade global, visto que soluções focadas somente no final da cadeia de produção, distribuição e consumo dos alimentos são insuficientes, ineficazes e inefetivas.

As grandes indústrias de ultraprocessados, o *Big Food*, estão intimamente ligadas às grandes do agronegócio (o *Big Agro*) e, juntamente com o restante de mercado financeiro global, determinam os rumos dos sistemas alimentares hegemônicos, desde a produção agrícola de variedades de interesse econômico à homogeneização global das dietas (baseados nos ultraprocessados). Essas empresas são, portanto, responsáveis diretas pelas suas consequências em termos da saúde das populações (particularmente com a carga das doenças crônicas não-transmissíveis - DCNTs) e pelas consequências ambientais de modelos de produção insustentáveis e poluidores, que causam perda de biodiversidade, esgotamento de solos, poluição do ar, solos e águas, enquanto tiram terras e recursos naturais e financeiros da produção agrícola diversificada e tradicional, baseada na agricultura familiar.

Ultraprocessados, saúde e a dupla carga da má nutrição

Começando pela relação dos ultraprocessados com a dupla carga da má nutrição, ou seja, a coexistência da obesidade e excesso de peso com a desnutrição, os efeitos da globalização econômica e social (incluindo as mudanças nos padrões alimentares das populações) é particularmente pronunciada entre os mais países mais pobres no mundo, bem como nos países de médios rendimentos (Seferidi *et al.*, 2022). Essa tendência também se manifesta dentro desses países, considerando as diferenças socioeconômicas em suas populações, de forma que a dupla carga da má nutrição cresce mais expressivamente entre os grupos mais vulneráveis, com a manutenção de problemas de desnutrição infantil e carências de micronutrientes junto aumentos expressivos no excesso de peso e obesidade nesses grupos (Popkin, Corvalan e Grummer-Strawn, 2020).

A relação entre os ultraprocessados e a dupla carga da má nutrição tem múltiplos mecanismos interligados, tais como a influência dos preços dos alimentos nos padrões de consumo (devido ao barateamento gradual dos ultraprocessados, enquanto alimentos in natura e minimamente processados tem crescido de preço), o perfil nutricional desbalanceado (produtos com alta densidade energética e pobres em fibras e nutrientes) e a substituição das dietas tradicionais e diversificadas, entre outros. Em relação às doenças associadas ao consumo de ultraprocessados, as evidências científicas são crescentes, desde resultados de estudos de coortes populacionais até revisões com meta-análises, que mostraram aumento do risco de mortes por todas as causas assim como da morbimortalidade por doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e alguns tipos de cânceres (Pagliai *et al.*, 2020)(Suksatan *et al.*, 2021)(Moradi *et al.*, 2021).

Mais particularmente no contexto das DCNTs, os mecanismos de atuação dos ultraprocessados envolvem uma provável sinergia de fatores como os hábitos alimentares (substituição da dieta diversificada e baseada em alimentos frescos e minimamente processados e com isso gerando alterações no tempo e frequência de consumo, tamanho de porções e redução da comensalidade), mudanças na composição nutricional dos alimentos (maior conteúdo de nutrientes críticos como sódio, gorduras e açúcares e baixo conteúdo de nutrientes essenciais, como vitaminas e minerais), mudanças físicas (alterações da estrutura física que representa a matriz alimentar tornando os nutrientes extracelulares em sua natureza), mudanças químicas (como o uso intensivo de aditivos alimentares tais como edulcorantes, emulsificantes, estabilizantes, flavorizantes, aromatizantes e outros, bem como aumentando a presença de contaminantes formados durante o processamento industrial físicos, os contaminantes neoformados). Assim, além da mediação de DCNTs por nutrientes críticos, da relação do excesso de ingestão energética com a obesidade, do aumento da exposição a substâncias não presentes nos alimentos na natureza e das transformações negativas na forma de alimentação, há crescentes evidências relacionadas com mecanismos fisiológicos de inflamação e sua relação com alterações na microbiota intestinal dos indivíduos (Juil, Vaidean e Parekh, 2021).

No âmbito da América Latina, o grande aumento da dupla carga da má nutrição durante as últimas décadas vem sendo bastante estudado (Grajeda *et al.*, 2019), mostrando, além da vulnerabilidade socioeconômica como fator de risco nas populações, a relação entre o consumo de ultraprocessados e a coexistência de desnutrição e carências nutricionais e de obesidade entre crianças e adolescentes (Oviedo-Solís *et al.*, 2022). Essa relação é, inclusive, explicada por mecanismos fisiológicos, como o exemplo, a relação entre a desnutrição crônica (déficit de estatura para idade) entre crianças e o aumento do risco de obesidade futura (Sawaya e Roberts, 2003), além da própria manutenção dos níveis de desnutrição em populações vulneráveis, junto com o aumento das prevalências de excesso de peso e obesidade em toda a população (mas também entre os grupos de menor renda).

Somente no Brasil, a participação dos ultraprocessados no total de energia da dieta da população aumentou de 14,3% em 2002-2003 para 19,4% em 2017-2018, enquanto o consumo de alimentos in natura e minimamente processados caiu de 51,0% para 48,7% no mesmo período. Além disso, apesar do consumo de ultraprocessados ainda ser maior entre os estratos de maior renda, houve maior aumento percentual no seu consumo entre os grupos de menor rendimento (Levy *et al.*, 2022). Em consequência desse consumo, há estimativas de 57 mil mortes prematuras por ano atribuíveis ao consumo de ultraprocessados no Brasil (Nilson, E. A. *et al.*, 2022), das quais um terço são por doenças cardiovasculares (Nilson, E. A. F. *et al.*, 2022), porém ainda faltam estudos sobre diferenças socioeconômicas e demográficas em relação a esse impacto na morbimortalidade nacional.

Enquanto isso, é importante destacar que a nova fronteira para um grande avanço dos ultraprocessados vem sendo representada pelo continente africano, onde o rápido crescimento no consumo desses produtos, inclusive chamado de uma revolução dos alimentos (ultra)processados nos sistemas alimentares africanos que tem caminhado proximamente à proposta de Revolução Verde na região, tem aumentado rapidamente a prevalência de obesidade nas populações e, somado à redução lenta na desnutrição aguda e crônica, tem estabelecido a dupla carga da má nutrição como relevante problema de saúde pública em grande parte dos países africanos (Reardon *et al.*, 2021).

Impactos ambientais dos ultraprocessados

Apesar da produção ser pequena em relação aos impactos sobre a saúde, tem crescido a base de evidências sobre os impactos ambientais dos produtos ultraprocessados e dos sistemas alimentares aos quais estão vinculados, inclusive no contexto da ruptura dos limites planetários para a garantia da sobrevivência da humanidade: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, mudanças nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudanças no uso das terras, poluição atmosférica com aerossóis e poluição química. Até 2009, três dessas barreiras já haviam sido rompidas (Rockström, Steffen e Noone, 2009), porém na última década totalizaram-se seis barreiras rompidas, enquanto as demais estão em grande risco.

Esse impacto dos ultraprocessados se dá por uma somatória de mecanismos e processos que envolvem todo o sistema alimentar dominante, visto que os commodities são em grande parte a base dos ingredientes na produção dos ultraprocessados, aos quais se somam as características próprias do extensivo processamento industrial. Dessa forma, esse impacto engloba desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e com uso intensivo de fertilizantes químicos, do transporte dos produtos por grandes distâncias, do elevado consumo energético da produção, da redução da biodiversidade e do desmatamento associados às monoculturas, do estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e da poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt *et al.*, 2019)(Leite *et al.*, 2022)(Seferidi *et al.*, 2020). Como exemplo deste último item, as grandes transnacionais de produtos ultraprocessados foram responsáveis pelo descarte anual de mais de 8 milhões de toneladas de plástico no mundo em 2020, sendo as maiores produtoras de lixo plástico empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas, seguidas pelas indústrias de produtos lácteos, todavia as tendências futuras de produção de plástico tendem a crescer exponencialmente se medidas mais robustas não forem tomadas (Changing Markets Foundation, 2020).

Para uma dimensão do impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos produtos ultraprocessados, esses sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeito estufa, pelo uso de 50% da terra habitável, por 70% do uso de água fresca e por 78% da poluição (eutrofização) das águas do planeta (Poore e Nemecek, 2018). Além disso, em termos da perda de biodiversidade, o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos é impressionante: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por

rebanhos e 71% da biomassa de pássaros é representada por aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

Segundo uma revisão recente (Anastasiou *et al.*, 2022), considerando a somatória de inputs e outputs dos sistemas alimentares associados aos produtos ultraprocessados, contemplando as etapas da produção agrícola, do processamento industrial dos alimentos, da embalagem e distribuição e do comércio, armazenamento doméstico, preparação e consumo, foram encontrados impactos ambientais significantes. Por exemplo, os produtos ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, por 36% a 45% da perda de biodiversidade, por cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e desperdícios relacionados à dieta, bem como por aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda. Cabe destacar que, apesar de já alarmantes, tratam-se de estimativas conservadoras que não incluem outros efeitos ambientais da cadeia de produção dos ultraprocessados, tais como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e uso de embalagens (Anastasiou *et al.*, 2022).

Estudos no Brasil, avaliando especificamente o impacto dos padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais mostraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Maria Fellegger Garzillo *et al.*, 2021) e que a contribuição dos produtos ultraprocessados está diretamente associada à pegada hídrica (Garzillo *et al.*, 2022). Além disso, durante as últimas três décadas, no Brasil houve aumento de 21% na produção de gases de efeito estufa, de 22% na pegada hídrica e de 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais aumentou em 183% a 245% nesse período (T Da Silva *et al.*, 2021).

Ainda no Brasil, dados preliminares mostraram que a maior participação de ultraprocessados na dieta está associada a perdas de biodiversidade de até 13,8% entre o primeiro e o último quintos de consumo na população. Portanto a contribuição dos ultraprocessados sobre a biodiversidade é significativa porém, ainda assim, é subestimada ou desconsiderada nas discussões globais de sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferência sobre mudanças climáticas (Leite *et al.*, 2022)

A falta de reconhecimento do termo ultraprocessados e de seus impactos na agenda dos sistemas alimentares

Apesar de já existirem suficientes e robustas evidências do ponto de vista dos impactos do consumo de ultraprocessados sobre a saúde e de dados crescentes sobre suas consequências ambientais, essenciais para informar políticas públicas globais, regionais e nacionais, a abordagem dos ultraprocessados ainda é menor que sua importância para as agendas de saúde e meio ambiente.

Mesmo no contexto dos guias alimentares, apesar do aumento no número de guias baseados em alimentos, a exemplo do pioneiro Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014), predomina entre os guias nacionais a abordagem focada nos nutrientes. Além disso, também entre publicações internacionais que se tornaram referência na abordagem da relação dos alimentos com a saúde e ambiente, como o relatório da Comissão EAT-Lancet (Willett *et al.*, 2019), não há menção ou abordagem específica dos ultraprocessados e alimentos in natura e minimamente processados quando se detalha a necessidade de uma agenda integrada para os sistemas alimentares, na medida em que optam por usar terminologias como “alimentos altamente processados e alimentos baseados em plantas (*highly processed foods e plant-based foods*), que são considerados em conjunto

com os ingredientes críticos e não na perspectiva de padrões alimentares e como se inserem nos sistemas alimentares.

Da mesma maneira, a FAO, OMS e PMA ainda não adotaram a abordagem dos produtos ultraprocessados em seus documentos e recomendações, seja no tocante a recomendações de alimentação e nutrição e saúde, seja na transformação dos sistemas alimentares, ainda que eventualmente tenham começado a adotar a terminologia de “alimentos altamente processados” em documentos mais recentemente como grupos de alimentos a serem evitados nas dietas. Além disso, merece destaque que a própria sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas não é assumida em documentos ou posições das agências, o que dificulta a abordagem conjunta desses problemas e a construção de soluções sinérgicas em nível global, regional e nacional.

Enquanto disso, escritórios regionais da OMS, como a Opas, têm sido defensores de políticas orientadas para a redução do consumo de ultraprocessados e com reconhecimento da sindemia, inclusive em sua relação com a obesidade e DCNTs e com as recomendações para políticas regulatórias e fiscais (Pan American Health Organization (PAHO), 2016) e o Centro de Excelência Contra a Fome do PMA também incorporou a abordagem dos alimentos in natura e minimamente processados e dos produtos ultraprocessados em suas recomendações para políticas como os programas de alimentação escolar e compras públicas de alimentos. Vale destaque particular para a incorporação mais intensa da abordagem dos ultraprocessados pelo Unicef em recomendações relativas à nutrição infantil, à publicidade de alimentos, à construção de sistemas alimentares saudáveis para as crianças e ainda no engajamento da instituição com atores privados (Unicef, 2023a)(Unicef, 2018)(Unicef, 2023b).

Ainda assim, os organismos e governos têm mostrado grande preocupação, principalmente ao longo das últimas décadas, com a relação entre dietas, saúde e sustentabilidade por meio de documentos técnicos e recomendações, assim como pelo chamamento para compromissos globais mais fortes sobre essas questões, a exemplo da segunda Conferência Internacional de Nutrição (ICN2), o Acordo de Paris sobre o Clima, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares e a Conferência Global sobre Biodiversidade, entre outros.

Contudo, os riscos de interferências e até mesmo de captura corporativa de agendas e de agências pelos interesses das indústrias de ultraprocessados vêm sendo constantemente apontados pela sociedade civil e pela academia, inclusive no âmbito da gestão da FAO, de movimentos com grande participação do setor privado nas agendas de nutrição como o SUN (*Scaling Up Nutrition*) e *Nutrition for Growth* (ACT/Iddec, 2022)(FIAN, 2022) e também se expressam em nível nacional, a partir da crescente grande pressão das indústrias nacionais e transnacionais sobre as políticas de alimentação e contra a regulação dos ambientes alimentares e de políticas fiscais que sejam direcionadas à tributação dos ultraprocessados (Winichagoon e Margetts, 2017).

Esses riscos também estão muito presentes na própria Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas desde a proposição da cúpula até o recente evento de monitoramento (UNFSS+2), como “pontos cegos” que têm permitido a crescente interferência do *Big Food*, do *Big Soda* e do *Big Agro* na governança da agenda da cúpula, criando grandes desequilíbrios de poder e continuando práticas como lobbies antiéticos e publicidade inadequada para crianças. Adicionalmente, esses grupos frequentemente trazem acusações de que as críticas à participação do setor privado e os pedidos por gerenciamento de conflitos de interesses seriam de agendas contra os negócios e o desenvolvimento, enquanto buscam burlar os princípios para engajamento com entre provados do próprio sistema das Nações Unidas e evitar a responsabilização dos atores corporativos por suas ações (Nisbett *et al.*, 2021).

Recordando as questões tratadas em maior detalhe no Informe 13/2023, as atuais regras de engajamento na Cúpula de Sistemas Alimentares são excessivamente genéricas e não possuem critérios ou princípios preestabelecidos, comprometendo seriamente o monitoramento de possíveis parcerias e evitando temas difíceis que desagradem a atores privados poderosos. Assim, mesmo diante do consenso em relação à necessidade de transformação dos sistemas alimentares, as alianças formadas no contexto da Cúpula têm sido instrumentos para a inserção de corporações, filantropias e outros atores financeiros para subverter a governança alimentar, distorcendo a multilateralidade e capturando essa narrativa para o *green, social e blue washing* por meio de compromissos voluntários pouco efetivos e paliativos baseados nos sistemas hegemônicos que provocaram as crises que buscamos enfrentar (Canfield, Anderson e McMichael, 2021).

Em consequência, as políticas e compromissos baseados nos padrões alimentares, incluindo a abordagem dos produtos ultraprocessados, estão ausentes nos discursos e propostas das Nações Unidas e suas organizações, e aparecem somente no discurso de alguns países latino-americanos como o Brasil, o México e a Colômbia.

As perspectivas brasileiras

No Brasil, a partir da indução de políticas a baseadas nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, existe um momento crucial para o fortalecimento de agendas verdadeiramente transformadoras dos sistemas alimentares, como as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e da produção orgânica, principalmente com modelos agroecológicos e agroflorestais, incluindo políticas de compras públicas para essa produção local (tais como as da alimentação escolar).

Outras importantes oportunidades de transformação dos sistemas alimentares a partir dos ambientes alimentares saudáveis e promotores da saúde, alinhadas com o Guia Alimentar, estão no campo regulatório e fiscal, aproveitando a possibilidade de inclusão dos produtos ultraprocessados dentro dos impostos seletivos sobre produtos danosos à saúde e ao ambiente, além da retomada de temas como a regulação da publicidade de alimentos (particularmente para crianças), da venda de ultraprocessados nas escolas, aprimoramento da rotulagem nutricional e estabelecimento de perfis nutricionais mais rígidos para limites de nutrientes críticos nos alimentos processados e ultraprocessados.

Também é muito oportuno o momento das Conferências Nacionais de Saúde, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Agroecologia para fortalecer a participação da sociedade na definição das prioridades e rumos para as políticas, retomando a governança participativa das políticas sociais que foi interrompida.

Ao mesmo tempo, na relação com as agendas e compromissos internacionais, a retomada do protagonismo brasileiro nas redes de ação da Década de Ação e da participação nas coalizões da Cúpula pode potencializar as agendas internas por meio da troca de experiências entre governos e servir de plataformas de apoio mútuo para políticas, principalmente na América Latina.

Conclusão

As evidências sobre os impactos epidemiológicos, econômicos e ambientais dos produtos ultraprocessados são mais que suficientes para demandar um efetivo reconhecimento, compromisso e alinhamento dos organismos internacionais como a FAO, PMA e OMS em relação à transformação dos sistemas alimentares e, no campo da governança, a proteção dessas agendas das interferências do setor privado e a maior participação da sociedade civil serão fundamentais. A partir desse reconhecimento e compromisso, poderá ser induzido um direcionamento global de políticas e

compromissos nacionais baseados em direitos, capazes de atuar no enfrentamento da sindemia global de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas a partir de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

Referências

- ACT/IDEC. **Dossiê Big Food: Como a indústria interfere em políticas de alimentação**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://actbr.org.br/uploads/arquivos/DOSSIE-BIG-FOOD_Como-a-industria-interfere-em-politicas-de-alimentacao_ACT_IDEC_2022.pdf>.
- ANASTASIOU, K. *et al.* A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.
- BAR-ON, Y. M.; PHILLIPS, R.; MILO, R. The biomass distribution on Earth. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 115, n. 25, p. 6506–6511, 2018.
- BURLINGAME, B.; DERNINI, S. **Sustainable diets and biodiversity - Directions and solutions for policy, research and action**. [s.l.] FAO, 2012.
- CHANGING MARKETS FOUNDATION. **Talking Trash - The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.
- FAO. **The UN Food Systems Summit+2 should be a moment of solidarity between nations: FAO Food Systems Director**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/FoodSystemsSummit-Corinna-Hawkes/en>>.
- FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.
- FIAN. **REPORT - Corporate Capture of FAO: Industry's Deepening Influence on Global Food Governance**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fian.org/files/files/CorporateCaptureoftheFAO-EN.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. **Revista de Saude Publica**, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.
- GRAJEDA, R. *et al.* Regional Overview on the Double Burden of Malnutrition and Examples of Program and Policy Responses : Latin America and the Caribbean. **Annals of Nutrition and Metabolism**, v. 75, n. 2, p. 139–143, 2019.
- JUUL, F.; VAIDEAN, G.; PAREKH, N. Ultra-processed Foods and Cardiovascular Diseases: Potential Mechanisms of Action. **Advances in Nutrition**, p. nmab049, 2021.
- LEITE, F. H. M. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.
- LEVY, R. B. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. Epub 03, 2022.
- MARIA FELLEGER GARZILLO, J. I. *et al.* Pegada de carbono da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 90, 8 dez. 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Dietary Guidelines for the Brazilian Population**. Brasília, Brasil: Ministry of Health of Brazil, 2014.
- MORADI, S. *et al.* Ultra-processed food consumption and adult obesity risk: a systematic review and dose-response meta-analysis. <https://doi.org/10.1080/10408398.2021.1946005>, 2021.
- NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.
- NILSON, E. A. F. *et al.* The estimated burden of ultra-processed foods on cardiovascular disease outcomes in Brazil: A modeling study. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, 17 nov. 2022.
- NISBETT, N. *et al.* **UN food systems summit leaders must not remain silent on its inadequate rules of engagement with commercial actors**. Disponível em: <<https://blogs.bmj.com/bmj/2021/09/01/un-food-systems-summit-leaders-must-not-remain-silent-on-its-inadequate-rules-of-engagement-with-commercial-actors/>>.

- OVIEDO-SOLÍS, C. I. *et al.* Trend of Ultraprocessed Product Intake Is Associated with the Double Burden of Malnutrition in Mexican Children and Adolescents. **Nutrients**, v. 14, n. 20, p. 4347, 2022.
- PAGLIAI, G. *et al.* Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. **The British Journal of Nutrition**, v. 125, n. 3, p. 308–318, 2020.
- PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). **Pan American Health Organization Nutrient Profile Model**. Washington, DC: [s.n.].
- POORE, J.; NEMECEK, T. Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. **Science**, v. 360, n. 6392, p. 987–992, 2018.
- POPKIN, B. M.; CORVALAN, C.; GRUMMER-STRAWN, L. M. Dynamics of the double burden of malnutrition and the changing nutrition reality. **The Lancet**, v. 395, n. 10217, p. 65–74, 2020.
- REARDON, T. *et al.* The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. **Global Food Security**, v. 28, p. 100466, 2021.
- RIDOUTT, B. G. *et al.* Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.
- ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. A Safe Operating Space for Humanity. **Nature**, v. 461, n. September, p. 491–505, 2009.
- SAWAYA, A. L.; ROBERTS, S. Stunting and future risk of obesity: principal physiological mechanisms. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 1, p. S21–S28, 2003.
- SEFERIDI, P. *et al.* The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. **The Lancet Planetary Health**, v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.
- _____. Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.
- SUKSATAN, W. *et al.* Ultra-Processed Food Consumption and Adult Mortality Risk: A Systematic Review and Dose-Response Meta-Analysis of 207,291 Participants. **Nutrients**, v. 14, n. 1, p. 174, 30 dez. 2021.
- SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.
- T DA SILVA, J. *et al.* Greenhouse gas emissions, water footprint, and ecological footprint of food purchases according to their degree of processing in Brazilian metropolitan areas: a time-series study from 1987 to 2018. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 11, p. e775–e785, 1 nov. 2021.
- UNICEF. **A Child Rights-Bases Approach to Food Marketing: A Guide for Policy Makers**. [s.l.: s.n.].
- _____. **Transforming Food Systems for Children**. [s.l.: s.n.].
- _____. **Engaging with the Food and Beverage Industry: UNICEF Programme Guidance**. [s.l.: s.n.].
- WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **Lancet (London, England)**, v. 393, n. 10170, p. 447–492, 2019.
- WINICHAGOON, P.; MARGETTS, B. M. The double burden of malnutrition in low- and middle-income countries. *In*: ISABELLE ROMIEU; DOSSUS, L.; WILLETT, W. C. (Eds.). **Energy Balance and Obesity - IARC Working Group Reports 10**. [s.l.] International Agency for Research on Cancer, 2017. p. 138.

Pobreza & ensino: os impactos da Covid-19

"Promovendo a Igualdade e Desenvolvimento Através do Esporte: O Compromisso da UNESCO e a Aliança Fit for Life"

Fabiane Gaspar

Gisele Sanglard

Vitor Rodrigues

Resumo: A UNESCO emprega o esporte como uma estratégia fundamental para enfrentar a desigualdade social, e através do MINEPS, um fórum global onde líderes e especialistas compartilham perspectivas e políticas sobre o papel do esporte na sociedade, cria mecanismos sua promoção. A MINEPS VII, realizada em junho deste ano, concentrou-se na "Aliança Fit for Life", que busca alavancar o esporte para impulsionar mudanças positivas na sociedade, incluindo aumentar os investimentos nesse campo.

Como medida para combater a desigualdade, a UNESCO utiliza o esporte como uma ferramenta estratégica nesta luta. Há mais de 40 anos vem trabalhando na promoção da educação física, esporte e atividades físicas como componentes fundamentais do desenvolvimento humano, através da Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e Esporte (MINEPS). Desde sua primeira edição em 1976, o MINEPS tem sido uma plataforma para líderes, ministros e especialistas de todo o mundo compartilharem conhecimentos, políticas e melhores práticas relacionadas ao papel essencial do esporte na sociedade.

O MINEPS reúne representantes de diversos países em intervalos regulares para abordar uma ampla gama de tópicos. Em suas edições, temas como a inclusão social por meio do esporte, promoção da saúde, igualdade de gênero, ética esportiva, desenvolvimento sustentável e cooperação internacional são discutidos de maneira abrangente e interdisciplinar. Cada edição do MINEPS desempenha um papel vital na definição de diretrizes para a integração da educação física e do esporte em políticas educacionais e de desenvolvimento nacionais e internacionais. Dentre as edições notáveis do MINEPS, destaca-se a segunda edição realizada em Moscou (1988), que sublinhou a importância do esporte para a paz e o desenvolvimento global. Além da sexta edição, ocorrida em Kazan (2017), abordou a contribuição do esporte para a Agenda 2030 da ONU, focando no desenvolvimento sustentável e na paz.

Dando continuidade à promoção do esporte foi realizada entre o dia 26 e 29 de junho deste ano a 7ª Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e Desporto (MINEPS VII) ⁹²com o foco na "Aliança Fit for Life" que tem como principal objetivo desencadear o potencial do esporte para impulsionar mudanças sociais positivas. Será realizado ações

92

<https://www.unesco.org/en/articles/unesco-global-sports-conference-mineps-vii?hub=355>

<https://www.unesco.org/pt/articles/unesco-lanca-alianca-fit-life>

<https://en.unesco.org/mineps6/about>

<https://www.unesco.org/en/fit4life>

políticas concretas destinadas a aumentar os investimentos no esporte, coletar dados e análises para medir o impacto total do esporte em sociedades inclusivas e sustentáveis.

“Tenho orgulho de testemunhar o compromisso inabalável e a grande sinergia de todos os nossos Estados-Membros e parceiros. O esporte tem um poder transformador e, juntos, vamos usá-lo para tornar o esporte para todos uma realidade! Com a Aliança Fit for Life, embarcaremos juntos em uma jornada notável para a promoção da igualdade por meio da linguagem universal do esporte (Gabriela Ramos, Diretora-geral adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO).

A conferência foi um momento crucial para ministros do esporte e outras partes interessadas definirem o futuro do esporte no desenvolvimento. Pela primeira vez, a conferência foi precedida por um Fórum Multissetorial, reunindo representantes do setor privado, bancos de desenvolvimento, atletas e prefeitos para discutir a importância de medir o impacto do esporte para promover a participação, atrair investimentos e melhorar o bem-estar.

“Pensando na diferença que esta iniciativa pode fazer no meu país e no mundo, estou muito feliz por participar da MINEPS VII e ser o porta-voz do Fit for Life. E, para convocar os meus amigos do esporte, e a todo o mundo desportivo, para promoverem esta iniciativa revolucionária, uma revolução pela paz, pela integração, por um esporte que torna as fronteiras e as novas gerações, o nosso Futuro, mais harmonioso” (Rai Vieira de Oliveira, ex-jogador de futebol).

O documento final da conferência ["MINEPS VII Outcome Document: Fit for Life Alliance"](#) destaca como promover a igualdade de gênero no esporte, capacitar a juventude e abordar questões de saúde mental, além de outros resultados socioeconômicos relacionados a habilidades, prevenção de problemas e investimentos de impacto no esporte.

O Fit for Life tem cinco objetivos interligados:

- Aumentar a participação popular no esporte e na educação física de qualidade para reduzir inatividade e doenças crônicas.
- Apoiar o desenvolvimento de políticas esportivas inclusivas e de qualidade.
- Usar a educação de valores por meio do esporte para capacitar os jovens e promover a igualdade.
- Apoiar professores e treinadores para oferecer educação esportiva de qualidade.
- Construir evidências para investimentos direcionados no esporte como acelerador da recuperação da COVID-19.

A pandemia da COVID-19 teve um impacto negativo nos jovens, levando a um declínio na atividade física e aumento das condições de saúde mental. O Fit for Life visa abordar essas crises, utilizando o esporte como uma ferramenta de recuperação e desenvolvimento. O programa Fit for Life tem uma abordagem em fases, visando coletar dados, implementar padrões globais, desenvolver recursos e capacitar partes interessadas para promover políticas inclusivas de esporte e educação física.

Dados emergentes indicam um declínio de 41% na atividade física desde o início da pandemia, afetando principalmente grupos sociais mais desfavorecidos. Esse declínio é ainda mais alarmante considerando que 80% dos jovens já levavam uma vida sedentária antes da pandemia. Os bloqueios combinados com a falta de atividade física contribuíram para picos de ansiedade e depressão, com aumentos de 200% nas condições de saúde mental relatadas entre as cortes de jovens.

O programa Fit for Life foi planejado para ser executado em duas etapas ao longo de um período de 10 anos (2022-2032), cada uma com um enfoque distinto. Durante a Etapa I, que se desdobrará ao longo de 5 anos (2022-2027), o programa priorizará a criação de alianças internacionais

e nacionais. Os primeiros dois anos marcarão o lançamento oficial dessas parcerias, acompanhado por uma série de eventos e o início da coleta de dados. A disponibilização de recursos, será uma parte integral dessa fase inicial. Além disso, projetos-piloto nacionais serão implementados e um centro digital será inaugurado para facilitar a troca de conhecimentos. Na sequência, nos anos 3 e 4, o programa iniciará a execução de projetos-piloto em nível nacional e fortalecendo as redes de colaboração. Um elemento notável será a implantação do “Fit for Life Champion Country Change Programme” em mais de 5 países, este programa colocará em prática de forma concreta tudo aquilo que foi proposto nas fases anteriores e servirão como exemplo de sucesso a ser aplicados em larga escala por outros países. O quinto ano da Etapa I ocorrerá o lançamento do ecossistema de dados integrados e a disseminação dos resultados obtidos.

A Etapa II (2027-2032) concentrará seus esforços em aumentar a amplitude e diversidade das intervenções em países campeões do programa, complementando os conjuntos de dados e ampliando ainda mais o impacto por meio da participação expandida de países, comunidades e indivíduos. Um fundo global e um sistema de credenciamento serão lançados com base no quadro global de padrões estabelecido na Etapa I. Esse sistema incentivará diversas entidades a adotarem a visão do Fit for Life por meio de financiamentos e mentorias. Ao colaborar com o fundo, o sistema de credenciamento impulsionará iniciativas esportivas em múltiplos níveis, concretizando, assim, o objetivo de desenvolvimento sustentável do programa.

1ª Conferência Internacional Arab Latinos! sobre migrações e solidariedade:

Nos dias 22 a 24 de agosto de 2023, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão (SE), Brasil foi realizada a 1ª Conferência Internacional Arab Latinos!⁹³ Como primeiro passo para o Plano de Ação de 5 anos (2023 - 2027) o evento tem o objetivo de apresentar e debater sobre como os movimentos migratórios dentro e entre os Estados árabes, a América Latina e o Caribe criaram e continuam a criar diversas estratégias de solidariedade, promovendo o entendimento mútuo e possibilitando o avanço dos direitos humanos e da dignidade. A conferência contará com a participação de representantes de alto nível dos países árabes, da América Latina e do Caribe, representantes das Nações Unidas, bem como intelectuais, escritores, sociedade civil, artistas, pesquisadores e jovens estudiosos de renome internacional.

⁹³

<https://www.unesco.org/pt/articles/1a-conferencia-internacional-arab-latinos-sobre-migracoes-e-solidariedade>

O BID e a Semana Mundial da Água

The IDB and World Water Week

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to show the participation of the Inter-American Development Bank in the important event of World Water Week 2023.*

Keywords: *IDB 1. World Water Week 2. Sanitation 3. Latin America and Caribbean*

Resumo. Este artigo tem o propósito de mostrar a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no importante evento da Semana Mundial da Água 2023.

Palavras-chave: BID 1. Semana Mundial da Água 2. Saneamento 3. América Latina e Caribe

Apresentação

Diagnosticados os desafios atuais a respeito da água e do saneamento, mostrou-se a necessidade de uma mudança de direção para ajudar a solucionar problemas crônicos que atingem comunidades e ecossistemas. Este foi o tema principal das sessões do Foco nas Américas na Semana Mundial da Água 2023, a principal plataforma internacional para discussões e buscas por melhorias no setor de água e saneamento.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é um dos colaboradores regionais do evento e mostrou a sua liderança ao coordenar e apresentar o programa Foco nas Américas, que visou a promoção de orientações mais inovadoras para melhorar as soluções relacionadas à água para sociedades e economias latino-americanas e o para o restante do mundo.

Liderança do BID na Semana Mundial da Água

Criada pelo Instituto Internacional da Água de Estocolmo, a Semana Mundial da Água 2023⁹⁴ reuniu diversos especialistas globais para ajudar a construir novas estratégias para enfrentar os desafios e propor soluções no que diz respeito à água e ao saneamento. O evento -- que é tido como uma importante plataforma internacional para o setor -- foi realizado no final de agosto com o seguinte tema: *Sementes de Mudança: Soluções Inovadoras para um Mundo Sábio em Água.*

Coordenando mais uma vez o Foco nas Américas, a Divisão de Água e Saneamento do BID contaram com especialistas de alto nível, com larga experiência no assunto, interessados em promover o diálogo às regiões e aos tomadores de decisões.

As sessões foram conduzidas com a intenção de promover medidas inovadoras que atinjam positivamente os serviços de água e saneamento na América Latina e Caribe (ALC). Durante as sessões, foram tratados os mais diversos assuntos, tais como: inovação para serviços de água e saneamento equitativos e inclusivos e governança setorial, estudos de casos inovadores, novas metodologias e financiamento.

Apresentado em uma das sessões, o programa Foco nas Américas mostrou a inovação dos trabalhos realizados e a postura ativa para vencer os desafios impostos pelas alterações climáticas. De

⁹⁴ Disponível em: <https://www.worldwaterweek.org/>

maneira análoga, foram compartilhados com os participantes a aplicabilidade de ferramentas que impactam a sustentabilidade das operações, mecanismos de financiamento para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6⁹⁵ e as diversas experiências que tiveram sucesso nos serviços de saneamento e água.

O Programa Foco nas Américas é apoiado pelo fundo multidoador do BID dedicado ao incentivo de investimentos em água e saneamento, contribuições de parceiros como o Governo da Áustria, a Fundação PepsiCo, a Secretaria de Estado de Assuntos Econômicos (SECO), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC).

Atualmente, o BID conta em seu portfólio ativo com 71 projetos no setor água e saneamento, sendo US\$ 7,81 bilhões já financiados⁹⁶. A organização vem intensificando recursos ao longo dos anos, mostrando posicionamento favorável em seus projetos ao acesso universal e sustentável a serviços de água e gestão de resíduos sólidos de alta qualidade para contribuir com recrudescimento econômico de forma sustentável dos países membros da ALC.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. BID coordena foco nas Américas na Semana Mundial da Água 2023. [acesso em 26 ago 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-coordinates-focus-americas-world-water-week-2023>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. [acesso em 26 ago 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/sectores/agua-y-saneamiento/perspectiva-general>

Nações Unidas [homepage na internet]. [acesso em 26 ago 2023]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>

World Water Week [homepage na internet]. [acesso em 26 ago 2023]. Disponível em: <https://www.worldwaterweek.org/>

⁹⁵ Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/6>

⁹⁶ Disponível em: <https://www.iadb.org/es/sectores/agua-y-saneamiento/perspectiva-general>

Saúde Digital e Gestão da Propriedade Intelectual

Digital Health and Intellectual Property Management

Claudia Chamas

Abstract - A communication issued by the World Intellectual Property Organization underscores various dimensions of intellectual property within digital health. This communication accentuates the significance of safeguarding intellectual property and underscores the critical values of ensuring fair access and addressing accompanying challenges.

Keywords: WTO; digital health; intellectual property

Resumo - Nota da Organização Mundial da Propriedade Intelectual destaca aspectos da propriedade intelectual no contexto da saúde digital, destacando a importância da proteção bem como do acesso equitativo e outros desafios.

Palavras-chave: OMC; saúde digital; propriedade intelectual

Saúde Digital e Gestão da Propriedade Intelectual

A saúde digital esteve em evidência na Reunião de Ministros da Saúde do Grupo dos 20 (G20), de 18 a 19 de agosto de 2023, em Gandhinagar, na Índia. Durante o encerramento do evento a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou as prioridades do Brasil para presidir o Grupo de Trabalho de Saúde do Grupo dos 20 (G20). Entre os tópicos, está a saúde digital, com a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde (1). O assunto ganha importância crescente em nível internacional e suscita questionamentos não apenas sobre investimentos, gestão e incorporação tecnológica, mas também sobre as formas de proteção intelectual.

Recente [nota](#) da OMPI intitulada “A revolução da saúde digital: Aproveitamento da propriedade intelectual para acesso equitativo e inovação” (no original, em inglês, “The Digital Health Revolution: Leveraging Intellectual Property for Equitable Access and Innovation”) apresenta caminhos de gestão da propriedade intelectual no tema em tela (2). O texto ressalta os seguintes pontos:

(1) A saúde digital transforma a relação dos usuários com os serviços de saúde. Diagnósticos digitais e impressão 3D para dispositivos médicos personalizados são alguns dos exemplos. Nesse contexto, cresce a importância da gestão da propriedade intelectual, com vista a impulsionar a inovação nos cuidados que envolvem saúde digital, além dos aspectos igualmente importantes de garantir o acesso equitativo, apesar da “clivagem digital” (“digital divide”).

(2) A Estratégia de Saúde Digital (2020-2025), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), define saúde digital como “a utilização de tecnologias e dados digitais para melhorar os resultados de saúde, melhorar o desempenho do sistema de saúde e capacitar os indivíduos para tomarem decisões informadas sobre a sua saúde e bem-estar”. Além disso, enfatiza “princípios de transparência, acessibilidade, escalabilidade, replicabilidade, interoperabilidade, privacidade, segurança e confidencialidade”.

(3) O escopo da saúde digital envolve “aplicações de saúde móvel (mHealth), dispositivos vestíveis, telemedicina, registros de saúde eletrônicos, sistemas de informação de saúde e inteligência

artificial”. Estudo recente mostrou que smartwatches equipados com algoritmos de IA para monitorizar a saúde em tempo real, poderiam potencialmente salvar quase 400.000 vidas na Europa, reduzindo custos em torno de 200 mil milhões de euros. A pandemia da COVID-19 estimulou mais ampla adoção da saúde digital nos cuidados de saúde, facilitando esforços de rastreio de contato, por exemplo. O atendimento remoto propiciou atenção médica sem que o paciente precisasse se afastar do ambiente doméstico.

(4) A nota argumenta que a propriedade intelectual sustenta a saúde digital, estimulando cientistas e empreendedores. A proteção intelectual pode ocorrer por meio de patentes, segredos comerciais e direitos autorais. Produtos digitais podem receber melhor proteção com o uso de uma combinação de direitos de PI, cada um abrangendo diferentes aspectos do produto.

(5) Produtos digitais de saúde podem abarcar invenções distintas (um produto pode conter aplicativos, sensores, etc) em hardware e software. Não há requisitos de patenteabilidade novos para tecnologias digitais de saúde, mas há exclusões nas leis de propriedade industrial que devem ser consideradas, representando desafios devido à sua natureza intangível e complexa. O texto ressalta que “proteger software, bancos de dados ou documentação de saúde digital é essencial para evitar o uso não autorizado desses ativos valiosos”. Marcas também podem ganhar importância no campo da saúde digital: “As aparências distintivas dos produtos são protegidas pelo design, enquanto os designs visuais distintivos são preservados pela imagem comercial, dando às empresas vantagem competitiva no mercado”.

(6) Quanto à proteção de dados em saúde digital, “produtos digitais de saúde frequentemente coletam e armazenam informações dos pacientes, que podem ser transmitidas a profissionais de saúde ou hospitais”. Portanto necessidade de proteção desses dados pessoais (históricos médicos, resultados de testes de diagnóstico, etc) e riscos associados à privacidade. A proteção de PI fornece salvaguardas para dados de saúde de pacientes, incluindo, de acordo com diversas leis de PI.

(7) A OMPI destaca sua disposição em facilitar discussões sobre tecnologia digital e propriedade intelectual, prontificando-se a promover partilha de conhecimentos entre os Estados-Membros e demais partes interessadas. A sua missão é “apoiar escolhas políticas bem informadas e fornecer ferramentas práticas e orientação para navegar no complexo panorama da propriedade intelectual em um mundo digital em rápida evolução”.

(8) O texto evidencia iniciativas de saúde digital durante a pandemia de COVID-19, com ênfase para o acesso equitativo. O Open COVID Pledge, parceiro do COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP), incentivou organizações a oferecer gratuitamente suas patentes e direitos de autor durante a pandemia, para implementação de aplicações de rastreamento de contatos e outras ferramentas digitais de saúde, garantindo acesso mais rápido, equitativo e acessível a produtos de saúde contra a COVID-19.

(9) Por fim, a análise frisa que “o fosso digital global persiste e países com taxas elevadas de doenças que também carecem de infraestruturas digitais suficientes devem ser apoiadas para reduzir as lacunas tecnológicas”.

Referência

Ministério da Saúde. Conheça as prioridades do Brasil para coordenar o Grupo de Trabalho de Saúde do G20. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/conheca-as-prioridades-do-brasil-para-coordenar-o-grupo-de-trabalho-de-saude-do-g20>

OMPI. The Digital Health Revolution: Leveraging Intellectual Property for Equitable Access and Innovation. [Internet]. 2023. Disponível em: https://www.wipo.int/policy/en/news/global_health/2023/news_0011.html

O silêncio ruidoso sobre a crise de direitos humanos

El silencio ruidoso sobre la crisis de derechos humanos

The noisy silence about the human rights crisis

Ana Carol Vaquera

Diana Reyna Zeballos Rivas

Jesus Enrique Patiño Escarcina

Laurenice Pires

Marciglei Brito Morais

Patrícia Lewis Carpio

Renan Amaral Oliveira

Luis Eugênio de Souza

Resumo - Durante a segunda quinzena de agosto, das 56 organizações da sociedade civil (OSCs) que foram monitoradas, 40 fizeram publicações relevantes e, portanto, merecedoras de registro neste informe. As organizações de interesse público têm mantido seu papel fundamental na busca por soluções, abordando temas críticos como guerras, conflitos, crises humanitárias e questões de justiça social. Isso ocorre em meio a um cenário complexo em que as consequências das mudanças climáticas e as violações dos direitos humanos se entrelaçam, demandando ações para promover a paz, a justiça, a equidade e a resiliência nas comunidades afetadas. Além disso, essas organizações têm reforçado seu compromisso com a promoção da saúde, fomentando iniciativas que moldam um futuro mais saudável e sustentável para todos. Entre essas iniciativas têm ganhado destaque o recurso ao Judiciário com ações contra governos que negligenciaram ações de combate às mudanças climáticas. Por sua vez, as organizações de interesse privado têm se destacado na abordagem de questões geopolíticas, direitos humanos, meio ambiente, tecnologia, segurança e comércio. Propõem-se a desenvolver ações que tenham impacto significativo no desenvolvimento global, definindo agendas que incluem preservação ambiental, avanços tecnológicos, segurança e defesa biológica, bem como implicações econômicas no comércio exterior. Por fim, vale mencionar que, no dia 24 de agosto, a OMS deu posse à Comissão da Sociedade Civil que tem como atribuição apoiar os esforços da OMS no sentido de melhorar seu envolvimento com a sociedade civil, tornando-o mais sistemático.

Palavras-chave: Sociedade Civil. Saúde global. Guerras. Crise humanitária.

Resumen - Durante la segunda quincena de agosto, de las 56 organizaciones de la sociedad civil (OSC) que fueron monitoreadas, 40 llevaron a cabo publicaciones relevantes y, por tanto, dignas de quedar registrado en este informe. Las organizaciones de interés público han mantenido su papel fundamental en la búsqueda de soluciones, abordando temas críticos como guerras, conflictos, crisis humanitarias y cuestiones de justicia social. Esto ocurre en medio de un escenario complejo en el que las consecuencias del cambio climático y las violaciones de los derechos humanos se entrelazan, exigiendo acciones para promover la paz, la justicia, la equidad y la resiliencia en las comunidades afectadas. Además, estas organizaciones han reforzado su compromiso con la promoción de la salud, fomentando iniciativas que

moldean un futuro más saludable y sostenible para todos. Entre estas iniciativas ha ganado protagonismo el uso del Poder Judicial con acciones contra gobiernos que descuidaron acciones para combatir el cambio climático. Por su vez, las organizaciones de interés privado se han destacado al abordar cuestiones geopolíticas, derechos humanos, medio ambiente, tecnología, seguridad y comercio. Sus acciones proponen tener un impacto significativo en el desarrollo global, definiendo agendas y promoviendo acciones de preservación ambiental, iniciativas de reforestación, avances tecnológicos, cuestiones de seguridad y defensa biológica, así como implicaciones económicas en el comercio exterior. Finalmente, vale la pena mencionar que, el 24 de agosto, la OMS inauguró la Comisión de la Sociedad Civil, que tiene la tarea de apoyar los esfuerzos de la OMS para mejorar su compromiso con la sociedad civil, haciéndolo más sistemático.

Palabras clave: Sociedad Civil. Salud global, Guerras. Crisis humanitaria.

Abstract - *During the second half of August, out of the 56 monitored civil society organizations (CSOs), 40 carried out relevant publications and, therefore, worthy of recording in this report. Public interest organizations have maintained their essential role in seeking solutions addressing critical issues such as wars, conflicts, humanitarian crises, and social justice issues. This occurs in the middle of a complex scenario where the consequences of climate change and human rights violations intertwine, demanding actions to promote peace, justice, equity, and resilience in affected communities. Additionally, these organizations have reinforced their commitment to promoting health by fostering initiatives that shape a healthier and more sustainable future for all. Among these initiatives, the use of the Judiciary with actions against governments that neglected actions to combat climate change has gained prominence. In turn, private interest organizations have stood out in addressing geopolitical issues, human rights, the environment, technology, security, and trade. Their actions propose to significantly impact global development, defining agendas and promoting actions for environmental preservation, reforestation initiatives, technological advancements, security, biological defense concerns, and economic implications in foreign trade. Finally, it is worth mentioning that, on August 24, the WHO inaugurated the Civil Society Commission, which supports WHO's efforts to improve its engagement with civil society, making it more systematic.*

Keywords: Civil society. Global health. War. Humanitarian crisis.

Introdução

O cenário global durante a segunda quinzena de agosto foi marcado pela complexa interseção de variados desafios humanitários e sociais. As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público abordaram, com destaque, as temáticas de guerras, conflitos, crises humanitárias e questões de justiça social num panorama no qual esses desafios se entrelaçam com as mudanças climáticas e as violações dos direitos humanos. Referindo-se à África, a CARE Internacional e a ActionAid Internacional chamaram a atenção para a urgência de respostas humanitárias eficazes. No Níger, a CARE clamou por uma resolução pacífica para o conflito em curso, denunciando a situação de insegurança alimentar que afeta milhões de pessoas. Enquanto isso, a ActionAid destacou os efeitos da saída da Rússia de acordos comerciais, alertando para impactos nos preços globais dos alimentos. O respeito aos direitos humanos e a promoção da justiça social também foram preocupações centrais. A Human Rights Watch denunciou perseguições políticas e violações dos direitos humanos em diferentes contextos, do Oriente Médio à Ásia, fazendo um apelo à ação internacional. Os apelos por justiça climática também ganharam destaque, com organizações como a OXFAM, lembrando que os povos mais afetados são os que menos contribuíram para provocar a crise, ou a Greenpeace que divulgou a ação promovida junto

à Corte Europeia de Direitos Humanos por seis jovens contra 32 países europeus por falta de ação contra a crise climática.

Organizações como a ACT Promoção da Saúde e a NCD Alliance lideraram esforços para tornar mais saudáveis os estilos de vida e fomentar políticas responsáveis por meio de pesquisas, campanhas de conscientização e outras iniciativas políticas. A luta contra as doenças não transmissíveis (DNTs) também ganhou destaque, com a NCD Alliance defendendo a participação ativa das pessoas que vivem com DNTs na elaboração de políticas e programas de saúde. No cenário das doenças infecciosas, os desafios persistem com o aumento alarmante de casos de sarampo no Lêmen. Paralelamente, a importância das vacinas continuou a ser reconhecida. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública analisou programas de vacinação, enquanto a Federação Internacional sobre Envelhecimento enfatizou a importância da imunização abrangente para todas as faixas etárias. A People's Vaccine Alliance celebrou a decisão da África do Sul de divulgar contratos de aquisição de vacinas e tratamentos para a COVID-19, medida que enfatiza a transparência e a equidade como pilares cruciais da resposta global a crises de saúde, resistindo ao sigilo em favor do bem público.

As organizações de interesse privado destacaram disputas geopolíticas, sobre direitos humanos, meio ambiente, tecnologia, segurança e comércio. Dentre tais questões, mencionaram a militarização de navios civis pela Rússia, as ações de proteção aos direitos humanos, iniciativas de reflorestamento e seus desafios climáticos, avanços tecnológicos na Índia, esforços na identificação digital global, questões de segurança e defesa biológica, bem como implicações econômicas no comércio exterior.

Por fim, vale ressaltar que, no dia 24 de agosto, a OMS inaugurou a Comissão da Sociedade Civil, que tem a tarefa de apoiar os esforços da OMS para melhorar o seu envolvimento com a sociedade civil, tornando-o mais sistemático. A Comissão reunir-se-á uma vez por ano e conta com um Comitê Diretor, composto por 25 membros, que tem a responsabilidades de apoiar o desenvolvimento dos planos de trabalho da Comissão da Sociedade Civil da OMS, reunindo-se quatro vezes por ano.

Organizações de interesse público

Guerras e conflitos

A *CARE International* apelou por uma [resolução pacífica da situação atual de conflitos no Níger](#). O país já sofre os efeitos convergentes das alterações climáticas e do aumento dos preços dos alimentos. Como resultado, mais de 4,3 milhões de nigerinos dependem da ajuda humanitária para sobreviver, 361 mil dos quais estão deslocados internamente e 2,9 milhões enfrentam grave insegurança alimentar. A CARE afirma que a deterioração do contexto de segurança no país e a continuação das sanções terão consequências terríveis para a população, especialmente a parcela mais vulnerável.¹

A *ActionAid International* divulgou comentário sobre a [saída da Rússia do acordo de grãos do Mar Negro](#). O especialista em política alimentar da ActionAid, Alberta Guerra, disse ser alarmante ver a Rússia retirar-se do acordo, visto que esta iniciativa garantiu a diminuição dos preços globais dos alimentos nos últimos meses.²

Prisioneiros de guerra

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) realizou nas últimas semanas visitas a [prisioneiros de guerra](#) ucranianos e russos retidos por ambos os países. Os delegados puderam verificar a situação dessas pessoas e o tratamento que recebem, além de transmitir notícias aos seus familiares. A equipe do CICV forneceu itens como livros, artigos de higiene pessoal, cobertores e agasalhos.³

Perseguição política

A Human Rights Watch pediu que as autoridades tailandesas investiguem [o caso de agressão a um ativista cambojano da oposição que procurou refúgio na Tailândia](#). Phanna, de 40 anos, membro do Partido de Resgate Nacional do Camboja, fugiu para a Tailândia em julho de 2022.⁴

A Human Rights Watch denunciou a [repressão à oposição antes das eleições do Congo](#), informando que as autoridades prenderam funcionários de partidos de oposição. Desde maio de 2023, as autoridades da República Democrática do Congo têm restringido as liberdades fundamentais de dirigentes políticos da oposição.⁵

Violação dos direitos humanos

A Human Rights Watch publicou resultados da [investigação para fornecer reparação às vítimas que sofreram abusos em Moçambique](#). Líderes da África Austral reuniram-se na capital de Angola, Luanda, para discutir a missão militar na região de Cabo Delgado, em Moçambique. Os civis da região sofreram violações de direitos humanos nas mãos do grupo armado Al-Shabab, ligado ao Estado Islâmico, e das forças moçambicanas que os combatem.⁶

A Human Rights Watch informou que [prisões em massa de defensores dos direitos das mulheres aconteceram no Irã](#). As autoridades reprimiram brutalmente os protestos antigovernamentais que eclodiram após a morte de Mahsa (Jina) Amini, de 22 anos, em 16 de setembro de 2022, matando centenas de pessoas e prendendo milhares de manifestantes.⁷

A Human Rights Watch informou que um milhão de [refugiados Rohingya no Bangladesh](#) enfrentam poucas perspectivas de regressar à casa em segurança. A organização criticou o Conselho de Segurança das Nações Unidas por não ter responsabilizado os generais e o governo de Myanmar pelos crimes contra a humanidade dos Rohingya.⁸

A Human Rights Watch divulgou o novo relatório da ONU que aponta [execuções e desaparecimentos forçados no Afeganistão](#). O relatório confirma os receios sobre o tratamento dispensado pelos talibãs ao pessoal das forças de segurança do antigo governo.⁹

Apartheid contra os palestinos

A Human Rights Watch denunciou o [apartheid contra os palestinos imposto por Israel](#). O painel “Direitos Humanos e o Crime do Apartheid em Israel/Palestina”, organizado pelos Ministérios Globais da Igreja Cristã, pela Igreja Unida de Cristo e pela Human Right Watch, reuniu 7 mil religiosos em Chicago para discutir essa situação e a importância dos direitos humanos para abordar os crimes contra a humanidade.¹⁰

Migrações e refugiados

Em resposta às notícias de que mais de 60 migrantes que saíram de barco do Senegal morreram no mar da costa de Cabo Verde, o Diretor Regional para África da *ActionAid International*, Peter Kamalingin, disse estar devastado por ver que mais uma vez ocorreu um acidente trágico com pessoas que embarcaram em busca de uma vida melhor. Afirmar ainda que as mortes continuam a ser relatadas e [o tratamento desumanizante dos povos africanos](#), forçados a fugir em busca de segurança através do Mediterrâneo, deveria ser uma questão prioritária nas pautas com a União Europeia, visto que o silêncio sobre esta crise de direitos humanos é inaceitável.¹¹

A *CARE International* abordou [o conflito no Sudão](#), que continua a afetar toda a região. Os refugiados sudaneses enfrentam dificuldades extremas, quando atravessam a fronteira com a República do Chade. A CARE afirmou que 90% dos refugiados que atravessam diariamente as fronteiras

são mulheres e crianças, que chegam com fome, sede, precisando de atenção médica imediata e do atendimento de outras necessidades básicas.¹²

Os Médicos sem Fronteira (MSF) denunciaram casos de [violência e exclusão de direitos](#) em Ventimiglia, cidade italiana na fronteira com a França, onde centenas de migrantes sofreram prisões arbitrárias, violência física e tratamento desumano por parte da polícia francesa. Os migrantes são obrigados pela polícia a ficar em abrigos improvisados nas ruas, onde enfrentam dificuldades no acesso a cuidados médicos, alimentos e água potável.¹³

Crise humanitária

Na República Centro-Africana, os Médicos sem Fronteira (MSF) pediram a intervenção de outros atores humanitários no país, que vem atravessando há décadas uma [emergência de saúde](#) e onde a expectativa de vida é de pouco mais de 54 anos. A situação crítica inclui falta de cuidados preventivos para a desnutrição, falta de acesso a água própria para consumo, pessoas sem condições financeiras para arcar com os valores de consultas médicas ou de tratamentos de saúde, gestantes que dão à luz em condições deploráveis e sem assistência médica qualificada, e equipes médicas lutando para fornecer um padrão mínimo de atendimento, mesmo sem os equipamentos básicos.¹⁴

Dia Mundial Humanitário

Em virtude do [Dia Mundial Humanitário de 2023](#), em 19 de agosto, a *CARE International*, prestou homenagens às lutas e à resiliência dos refugiados de todo o mundo, chamando a atenção para as experiências dos que fogem de conflitos e para o desejo universal que todas as pessoas tenham estabilidade e segurança e sejam tratadas com respeito e igualdade.¹⁵

A *CARE International* celebrou o [Dia Mundial Humanitário](#) (WHD), reconhecendo os imensos desafios enfrentados para o auxílio humanitário em todo o mundo, incluindo uma crescente lacuna de financiamento, riscos de segurança e politização da ajuda.¹⁶

A OXFAM anunciou a arrecadação de doações em comemoração ao [Dia Mundial da Assistência Humanitária](#), para fornecer ajuda salvadora em todo o mundo.¹⁷

Crise climática e alimentar

A Greenpeace criticou as medidas pouco eficazes de proteção da [Amazônia](#),¹⁸ ao tempo que destacou que 60% dos equatorianos votaram contra a exploração de petróleo na Amazônia, especificamente na área protegida [Yasuní](#).¹⁹

Já na África, a OXFAM ressaltou a necessidade urgente de mudança sistêmica na resposta humanitária diante do agravamento da crise climática e da fome na [Somália](#);²⁰ também lançou uma campanha para apoiar pessoas no [Iêmen](#) que estão enfrentando uma das maiores secas da história e outros desafios climáticos.²¹ Ressaltou também a escassez de água no [Quênia](#), onde as mudanças climáticas são a principal causa da catástrofe,²² e enfatizou que a [Somália](#) está no epicentro da crise alimentar relacionada às mudanças climáticas, especialmente devido à falta de água.²³

A Greenpeace mostrou como as mudanças climáticas estão afetando o ecossistema na [Suíça](#).²⁴ Também observou que comunidades como [Pasifika](#) sofrem os piores efeitos da crise climática, embora não sejam responsáveis por ela.²⁵

A OXFAM enfatizou a importância do foco na comunidade e no empoderamento de grupos de mulheres nas áreas afetadas pelas [enchentes](#).²⁶

A Greenpeace destacou o trabalho de [ativistas africanos](#) que defendem o direito de preservar sua cultura e tradições em relação aos alimentos.²⁷ Destacou também as manifestações de três movimentos de resistência [ecofeminista](#);²⁸ e o aumento do número de [jovens](#) que exigem ação climática real por parte dos governos.²⁹

Durante a [Semana Mundial da Água](#), a OXFAM lembrou que um quarto da população global enfrenta sérias dificuldades de acesso à água.³⁰ Ressaltou ainda a importância de se apoiar pequenos produtores e mulheres agricultoras, que desempenham um papel vital no combate à [fome](#) global.³¹

Serviços de saúde sustentáveis

A International Hospital Federation divulgou um resumo sobre as características das três ferramentas de [cálculo da pegada de carbono](#) projetadas para aplicação ao setor de saúde. Pretende, com isso, ajudar os hospitais a calcularem suas emissões de carbono e a adotarem medidas para reduzir essas emissões.³²

Justiça climática

A Greenpeace noticiou que a Corte Europeia de Direitos Humanos atenderá à [denúncia](#) de seis jovens contra 32 países europeus por falta de ação contra a crise climática.³³ Divulgou também a decisão de um juiz em [Montana](#), EUA, a favor de 16 jovens que processaram o estado devido a uma lei que impedia as autoridades estaduais de considerar as mudanças climáticas em revisões ambientais de políticas energéticas.³⁴

A OXFAM reportou que metade dos apelos da ONU por financiamento relacionado ao clima não está sendo atendida, e que esses apelos aumentaram oito vezes em relação a 20 anos atrás, devido à crescente desigualdade, destacando a necessidade de [justiça climática](#) por meio de financiamento adequado.³⁵

A atuação de jovens na arena global

A *ActionAid International* destacou que, desde o início da invasão da Ucrânia, [os jovens e as organizações lideradas por jovens](#) têm sido os primeiros a responder e se mobilizar na resposta humanitária no país e nos países vizinhos. Neste sentido, ressaltou que os jovens ucranianos, outros refugiados e jovens nas comunidades de acolhimento, especialmente mulheres jovens e grupos marginalizados, devem ser reconhecidos como líderes e ter acesso aos processos de tomada de decisão, especialmente aqueles que os afetam diretamente. Em resumo, trabalho para jovens, com jovens.³⁶

Dia Mundial da Juventude

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) repercutiu diversas postagens alusivas ao Dia Mundial da Juventude. Dentre essas postagens, merece destaque a da OMS que parabeniza o [Conselho da Juventude da Organização Mundial da Saúde](#) pela sua dedicação à promoção da saúde e do bem-estar dos jovens a nível mundial.³⁷

Força de trabalho em saúde

A *ActionAid International* repercutiu reportagem do *The Guardian* sobre [a luta no continente africano para impedir a fuga de médicos e enfermeiros](#). O êxodo de profissionais de saúde da Nigéria, Gana e Zimbábue continua, apesar da lista vermelha da OMS e de uma série de leis para mantê-los em seus países de origem. Segundo a *ActionAid*, o êxodo em massa de trabalhadores da saúde e o baixo investimento no setor saúde por parte dos governos ampliam as dificuldades no acesso aos serviços.³⁸

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN), por meio de uma declaração, destacou que [a segurança da força de trabalho em saúde](#) é fundamental para a segurança dos pacientes. Neste sentido, fez um apelo aos governos para aumentarem substancialmente o investimento e recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção da força de trabalho da saúde, especialmente em países de baixa e média renda, como uma ação crítica para reduzir os danos e promover a segurança dos pacientes.³⁹

Equidade em saúde global

A DNDi participou da reunião de Ministros da Saúde do G20, nos dias 18 e 19 de agosto, em Gandhinagar, na Índia. Na ocasião, instou o G20 a [operacionalizar a equidade em resposta aos principais desafios e prioridades globais de saúde](#), com o foco central na cooperação em questões relacionadas à prevenção, preparação e resposta às emergências de saúde, ao impacto das mudanças climáticas na saúde e a inovação global em saúde digital.⁴⁰

Interseccionalidades e equidade de gênero em saúde

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) divulgou uma [declaração de posição sobre as desigualdades na saúde, a discriminação e o papel do enfermeiro](#). Ao considerar as formas como as desigualdades e a discriminação se cruzam com a saúde e afetam a vida de todas as pessoas em todo o mundo, a declaração o descreve experiências de discriminação, racismo e trauma histórico, mostrando como são importantes determinantes sociais das desigualdades na saúde para determinados grupos de pessoas, como LGBTQ+, povos indígenas, população negra, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas.⁴¹

A *CARE International* comentou a [situação vivenciada por mulheres e meninas que sobrevivem hoje no Afeganistão](#), após dois anos de mudança de governo no país. Por meio do relato de experiências, apontou que, neste novo Afeganistão, as mulheres e meninas são forçadas a enfrentar desafios desproporcionais face à fome, à convulsão econômica e à restrição do acesso à educação.⁴²

A *CARE International* discutiu a abordagem de gênero e ressaltou que a [igualdade de gênero](#) vai além da mera inclusão de mais mulheres e jovens, mas centra-se também nas causas profundas da pobreza e da desigualdade. A CARE enfatizou a importância das vozes e da liderança das mulheres, assim como da integração das questões de gênero em todos os aspectos do seu trabalho, incluindo respostas de emergência, *advocacy* e ação popular.⁴³

A *CARE International* destacou que o acesso à educação sempre foi [um grande desafio para as crianças no Afeganistão](#), tendo em conta a guerra, os conflitos, a migração, os deslocamentos e as catástrofes naturais que levaram à atual situação de pobreza e privação generalizadas em todo o país. Quase 30% das meninas nunca ingressaram no ensino primário, o que torna esta situação ainda mais difícil. A realização de projetos de educação comunitária pelas organizações humanitárias têm sido uma saída para enfrentar essa realidade e garantir o acesso das meninas à educação.⁴⁴

Após [premiar 12 trabalhadoras da saúde do continente africano](#),⁴⁵ a Women in Global Health produziu um artigo em que denuncia os [desafios cada vez maiores de trabalhadoras](#) do continente para prestar cuidados essenciais.⁴⁶

Respeito a pessoas com deficiência e reabilitação

A Human Rights Watch exigiu da [Bósnia e Herzegovina que cesse de institucionalizar pessoas com deficiência](#). Esta manifestação ocorreu após um incidente na semana passada, quando um funcionário público maltratou uma pessoa com deficiência. A organização considera que a institucionalização é a causa fundamental dos maus tratos contra pessoas com deficiência.⁴⁷

A World Federation of Occupational Therapists divulgou uma pesquisa, patrocinada pela OMS, sobre [Reabilitação em Sistemas Globais de Saúde](#). Conduzida pela Universidade de Lucerna, a pesquisa envolveu uma consulta on-line a especialistas sobre as maneiras como a reabilitação está sendo oferecida para pessoas com mais de 60 anos.⁴⁸

Ataques a pessoas LGBT+

A Human Rights Watch publicou matéria sobre um [ataque violento durante um evento Drag Queen no Líbano](#) por homens anti-LGBT. Destacaram que a polícia não interveio, observando passivamente as agressões.⁴⁹

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde divulgou os resultados da [pesquisa de opinião](#) encomendada ao Instituto Datafolha na qual 94% da população brasileira apoia o aumento de impostos para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente como previsto no texto da reforma tributária. A maioria das pessoas também concordou que o valor arrecadado deve ir para o SUS e que alimentos saudáveis devem compor a cesta básica.⁵⁰

A ACT Promoção da Saúde informou que foi realizada uma exposição e uma audiência no Congresso Nacional para sensibilizar os parlamentares sobre os [produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente](#). A exposição “Uma pandemia plástica?” destaca o dano ao meio ambiente pela poluição plástica. Em duas audiências realizadas, foram abordados os temas do “Desenvolvimento Sustentável e Bem-Estar Social na Reforma Tributária” e da “Poluição plástica e produtos nocivos à saúde: tabaco, ultraprocessados e álcool”.⁵¹

A ACT Promoção da Saúde publicou seu [boletim de agosto](#), em que aborda o tema da política de redução de danos de álcool e tabaco. O boletim também destaca o avanço da reforma tributária no Senado, apresenta uma nota técnica sobre a situação da fumicultura no Brasil e discute a aprovação da resolução da ANVISA voltada para o controle da propaganda de alimentos considerados nocivos à saúde.⁵²

Alimentação saudável para crianças

A NCD Alliance festejou uma importante vitória para a saúde das crianças no Rio de Janeiro. [Alimentos com altos níveis de açúcar e gordura não serão mais permitidos nos ambientes escolares no Rio de Janeiro](#), com a aprovação do projeto de lei pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em junho de 2023. As mais de 1.500 escolas do Rio terão 180 dias para se adaptar à lei. Em janeiro, Niterói tinha aprovado medida similar. No Rio, uma pesquisa realizada em 200 escolas da cidade constatou que os alimentos ultraprocessados estavam 126% mais disponíveis nas cantinas do que os alimentos sem nenhum grau de processamento. As escolas que violarem a nova lei terão 10 dias para se adequar, após os quais enfrentarão multas de US\$ 308 (R\$ 1.500) por dia.⁵³

Doenças não transmissíveis

A NCD Alliance divulgou notícia do blog de uma pessoa que vive com DCNT, em que descreve o que é o engajamento significativo de pessoas que vivem com DCNT. No texto, [o autor defende a participação das pessoas em todas as etapas de elaboração e implementação de políticas e programas de DCNT](#), uma vez que a experiência das pessoas nos sistemas de saúde as torna especialistas no assunto. Defende também que as pessoas sejam apoiadas para que possam falar com autoridade e sejam remuneradas pelo trabalho realizado.⁵⁴

Participação da sociedade civil na OMS

O Geneva Global Health Hub (G2H2) repercutiu uma postagem do diretor-geral da OMS, anunciando o lançamento da [Comissão da Sociedade Civil](#) e afirmando o desejo de trabalhar em estreita colaboração com os membros do Comitê Diretor e com todas as OSC que fazem parte da Comissão. O diretor-geral destaca que “a única forma de alcançar os nossos objetivos, incluindo os ODS, é trabalhar com a sociedade civil, porque ela conhece os problemas, as necessidades e as soluções para a ação popular e global”.⁵⁵

Doenças cardíacas congênitas

A World Heart Federation fez um [apelo à comunidade global em geral e a todos os governos em prol das crianças com doenças cardíacas congênitas](#). A cada 100 nascimentos no mundo, uma criança tem má formação cardíaca ou doença cardíaca congênita. Se nos países de alta renda a sobrevida aumentou em mais de 90% desde 1990, nos países de baixa e média renda a doença coronariana é uma das principais causas de mortalidade em neonatos e crianças, e os que sobrevivem podem ter uma condição de vida limitante. Por este motivo, o grupo faz um apelo para que até 2030 os profissionais sejam capazes de reconhecer os sinais e sintomas básicos das doenças, façam o diagnóstico precoce e possam oferecer tratamento e cuidado ao longo da vida, integrados aos sistemas de saúde.⁵⁶

Economia da saúde

A *Planetary Health Alliance* compartilhou o relatório, “[Saúde para Todos: Transformando as economias para oferecer o que importa](#)”, do Conselho da OMS sobre a Economia da Saúde para Todos (2023) com abordagens e recomendações de políticas sustentadas por uma nova narrativa econômica. Na mensagem introdutória do relatório, o diretor da OMS, Dr. Tedros Adhanom, afirma que “o bem-estar físico e mental de todas as pessoas deve ser um objetivo central das economias e não apenas um trampolim para outros objetivos”.⁵⁷

Doenças infecciosas

No Iêmen, os Médicos sem Fronteira (MSF) noticiaram o [aumento alarmante do sarampo](#). No primeiro semestre de 2023, o número de pacientes com sarampo recebidos em instalações apoiadas pela organização atingiu quase 4 mil, o triplo em comparação a todo o ano de 2022. Dificuldades econômicas e conflitos violentos, a ausência de campanhas de vacinação e de instalações de saúde acessíveis e funcionais no país agravam o problema.⁵⁸

Vacinas

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou artigo em que analisa programas nacionais de [vacinação de países de baixa e média renda](#). O artigo revela que as vacinas contra hepatite B, gripe, sarampo, rubéola e papeira são as mais frequentemente oferecidas. Na maioria dos casos, a vacinação não é oferecida gratuitamente aos profissionais de saúde nem incluída num calendário regular de vacinação.⁵⁹

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou artigo, discutindo [barreiras à vacinação de profissionais de saúde](#) em países de baixa e média-baixa renda. De acordo com o artigo, a falta de recursos, a falta de programas específicos para os profissionais de saúde, a hesitação e as crenças infundadas são as principais barreiras à implementação de políticas de vacinação de rotina dos profissionais de saúde nestes países.⁶⁰

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o manifesto “[Imunizações para todas as idades](#)”, propondo estratégias de ampliação do acesso e da adesão dos adultos e idosos à vacinação.⁶¹

Vacinas e tratamentos para a Covid-19

A People's Vaccine Alliance comemorou a decisão do tribunal superior da África do Sul que ordenou ao governo a [divulgação dos contratos de compra de vacinas e medicamentos contra a Covid-19](#) com as empresas farmacêuticas. Até o momento, os documentos referentes à aquisição e preços de vacinas e tratamentos para a COVID-19 na África do Sul têm sido mantidos em segredo. A *Health Justice Initiative* argumentou que o governo não havia cumprido seu requisito constitucional de transparência em contratos de aquisição. Na África do Sul e em muitos outros países, os governos foram obrigados a aceitar cláusulas rigorosas de sigilo para que suas populações tivessem acesso a vacinas e medicamentos. De acordo com a People's Vaccine Alliance, a transparência e a equidade devem ser os pilares da resposta global a crises de saúde e essa decisão histórica demonstra que a população pode enfrentar empresas farmacêuticas poderosas e sair vitoriosas.⁶²

Tecnologias de saúde

A People's Vaccine Alliance divulgou webinar [‘Desvendando o Potencial da Ciência no Hemisfério Sul’](#) a ser realizado o dia 29 de agosto, frente à necessidade de uma nova abordagem para a inovação de vacinas, acesso e preparação para epidemias que priorize o impacto na saúde em detrimento do lucro.⁶³

A International Hospital Federation (IHF) publicou o artigo “[Big data na era da gestão personalizada da saúde](#)”, que trata da aplicabilidade da análise de big data no setor de saúde, escrito com base em uma discussão colegiada de especialistas de diversas formações profissionais públicas e privadas.⁶⁴

Organizações de interesse privado

Guerras e conflitos

O Center For Strategic and International Studies publicou uma [análise sobre a militarização de navios civis pela Rússia no Mar Negro](#). Segundo o CSI, em imagens recentes de satélite indicam que a Rússia está a utilizar navios civis para transportar armas entre Novorossiysk, na Rússia, e Tartus, na Síria.⁶⁵

Direitos humanos

O Center For Strategic and International Studies publicou um comentário sobre as [práticas ambientais, sociais e de governança](#) (ESG, no acrônimo em inglês) no momento da tomada de decisões de investimento nos últimos cinco anos. O indicador ESG tem como foco práticas de preservação ambiental, respeito aos direitos humanos, incluindo saúde e segurança dos trabalhadores, combate ao trabalho infantil e forçado, e práticas de boa governança. São áreas onde a influência dos investidores tem sido crítica para a mudança do comportamento empresarial.⁶⁶

Meio ambiente

A startup brasileira Mombak recebeu 5 milhões de dólares da Fundação Rockefeller para o [Fundo de Reflorestamento da Amazônia](#). Esse financiamento faz parte de investimentos da Fundação que visam apoiar esforços de reflorestamento biodiverso na floresta amazônica, criando estratégias de remoção de carbono, melhoramento da qualidade do solo, defesa da biodiversidade e oportunidades para as economias locais. Este investimento, em específico, aborda um desafio

climático que é o de tentar aprimorar ao máximo o mercado de créditos de carbono, uma vez que o modelo da Mombak envolve o plantio de milhões de árvores nativas para gerar créditos de carbono de alta qualidade para serem ofertados. A iniciativa já resultou no plantio significativo de árvores, na criação de empregos e em parcerias com ONGs.⁶⁷

A Fundação Wellcome divulgou resultados da pesquisa da doutora Chiwanga, da Tanzânia, sobre [meio ambiente e saúde do trabalhador rural](#). Segundo o estudo, de mais de 10 anos, as pessoas que trabalham no campo se sentem mais saudáveis e estão menos propensas a adoecer, quando trabalham em lugares arborizados em que podem se proteger do sol. Esses resultados demonstram como o sol afeta na percepção subjetiva de vida saudável e como florestas em pé contribuem para a proteção do trabalhador no campo.⁶⁸

Novas tecnologias

Um vídeo divulgado pela Gates Foundation destaca o impacto da [digitalização bancária na Índia](#) através de Kusuma K., uma mestra de agência em Bangalore. Ela destaca a importância que cumpre em seu papel administrativo, aconselhando financeiramente as pessoas e servindo de exemplo para mulheres que pensavam que finanças devem ser tratadas por homens. A Fundação aponta como a Índia tem liderado o desenvolvimento de sua infraestrutura digital pública para que o setor público e as empresas possam oferecer uma variedade de serviços seguros, acessíveis digitalmente de qualquer lugar do país.⁶⁹

Ramesh Narayanan, representante da [Plataforma de Identidade de Código Aberto](#) (MOSIP), teve seu trabalho financiado e divulgado pela Fundação Gates. A plataforma é um sistema de identificação digital, criado em 2018 e inspirado no Sistema Nacional de Identificação Digital da Índia, Aadhaar, de 2009. O MOSIP está disponível para todos os países interessados de maneira gratuita e personalizável, beneficiando atualmente mais de 90 milhões de pessoas em países de baixa e média renda ao proporcionar comprovantes de identidade. Ele faz parte de um movimento internacional que visa criar uma forte e [eficiente estrutura pública digital](#) para facilitar o acesso a serviços governamentais, empregos, educação, etc., assim como estabelecer um ecossistema frutífero de parceiros comerciais para fornecer serviços complementares, como dispositivos biométricos e impressoras de credenciais. O sistema ajudou substancialmente grupos marginalizados, como pessoas pobres, agricultores e mulheres a obterem suas [primeiras contas em bancos](#).^{70,71,72}

Defesa e biossegurança

O Center For Strategic and International Studies divulgou a Biodefense Posture Review (BPR) sobre [novas ameaças da bioengenharia vindas da China](#). Os autores sugerem um ambiente de ameaça que emana da aceleração das mudanças na ciência, da proliferação massiva de laboratórios pouco regulamentados e do investimento de Estados poderosos em armas biológicas.⁷³ A [revisão sobre postura de biossegurança](#) foi objeto de discussão de um evento específico, realizado no dia 23 de agosto de 2023⁷⁴.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

O Center For Strategic and International Studies divulgou o relatório do [Painel da OMC sobre Tarifas Chinesas: consequências de um órgão de apelação disfuncional](#). O painel de litígios da OMC sobre as tarifas retaliatórias de aço e alumínio dos EUA impostas pela administração Trump em 2018 trouxe um debate sobre a disputa com a China a respeito da prevenção de prejuízos graves à indústria.⁷⁵

Segurança energética

O Center For Strategic and International Studies realizou uma análise sobre [a segurança energética da América do Norte](#), examinando o papel do gás natural e do setor energético do México. O gás natural como fonte de combustível, predominante no México, e a dependência em relação aos Estados Unidos impediram o país latino-americano de aproveitar o potencial da sua indústria doméstica.⁷⁶

Comércio exterior

O Center For Strategic and International Studies realizou uma [análise sobre a Lei de Redução da Inflação \(IRA\) após um ano de sua sanção](#). Os setores energéticos e climáticos receberam apoio e que aumentaram seu gasto, atingindo até 1,2 bilhões de dólares na próxima década.⁷⁷

Eventos

Investidores e sociedade civil

O *Global Health Centre* realizará o webinar “[Desafios globais de saúde: os investidores e a sociedade civil podem trabalhar juntos?](#)”. O evento será realizado pela Plataforma Internacional de Saúde Global de Genebra, em formato híbrido, no dia 11 de outubro de 2023.

Descolonizando a saúde global

O *Global Health Centre* realizará o webinar “[Descolonizando a saúde global: do discurso à prática](#)”. O evento será realizado pela Plataforma Internacional de Saúde Global de Genebra, em formato híbrido, no dia 25 de outubro de 2023.

Movimento Saúde dos Povos

O Comitê Organizador Internacional (COI) do *People's Health Movement* (PHM) divulgou que a [5ª Assembleia do PHM](#) será realizada em Mar del Plata, Argentina, de 7 a 11 de abril de 2024.

Evento de pacientes

A equipe da *International Alliance of Patient's Organizations* realizará o evento paralelo à 73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a África. O “[African Patients Village](#)” acontecerá no dia 30 de agosto.

Antecipando o Dia Mundial da Segurança do Paciente, a *World Patient Alliance* está convidando líderes globais da área de defesa do paciente e da saúde para destacar a importância do envolvimento do paciente em sua própria segurança. O evento “[O engajamento do paciente na segurança do paciente ao redor do mundo](#)” será no dia 20 de setembro.

Ciência e tecnologia

A *Interacademy Partnership* divulgou simpósio de [ciência e tecnologia para a sustentabilidade](#) nos dias 7 e 8 de setembro em Tóquio e on-line organizada pela *Science Council of Japan*. O tema da conferência é ‘Transformando a sociedade para se tornar resiliente e sustentável além dos desastres catastróficos’.

Saúde planetária

O Comitê de Planejamento da *Planetary Health Alliance* está recebendo a submissão de resumos até 15 de setembro de 2023, para a próxima [Reunião Anual de Saúde Planetária](#) que ocorrerá em abril de 2024, na Malásia.

Considerações Finais

Na segunda quinzena de agosto, o cenário global continua marcado pela complexa interseção dos desafios humanitários e sociais que afetam diretamente a saúde e o bem-estar das populações. Entre guerras, conflitos, consequências das mudanças climáticas e violações dos direitos humanos, as organizações da sociedade civil mantiveram seus esforços para promover a paz, defender direitos e buscar soluções humanitárias e sustentáveis. Elas apelam ao engajamento coletivo na busca por um mundo mais justo, equitativo e resiliente.

Nesse sentido, foi importante o lançamento da Comissão da Sociedade Civil da OMS, quando o diretor-geral da OMS destacou o papel crucial da sociedade civil para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ele enfatizou a importância de colaborar com a sociedade civil, que compreende os problemas, as necessidades e as soluções para a ação tanto local quanto global.

Merece destaque ainda, nesta quinzena, as notícias de recurso ao Poder Judiciário, por parte de cidadãos comuns, contra governos que se omitiram ou negligenciaram as ações de prevenção e mitigação das mudanças climáticas. Será essa uma nova tendência das ações de *advocacy*?

É importante notar que, embora as organizações da sociedade civil de interesse público e de interesse privado abordem temas semelhantes, como meio ambiente, guerras e direitos humanos, suas esferas de atuação diferem: enquanto as de interesse público se concentram em denúncias e apelos, as de interesse privado anunciam suas próprias ações. Isso torna evidente os distintos alcances da influência que elas exercem na atualidade.

Referências

1. CARE [Internet]. CARE Statement on the Situation in Niger - CARE; 16 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-the-situation-in-niger/>.
2. ActionAid International [Internet]. ActionAid says Russia pulling out of Black Sea grain deal will further 'exacerbate' harsh situations in vulnerable countries; 17 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-says-russia-pulling-out-black-sea-grain-deal-will-further-exacerbate-harsh>
3. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Comitê Internacional da Cruz Vermelha [Internet]. Conflito armado internacional entre Rússia e Ucrânia: novas visitas a prisioneiros de guerra levam notícias muito aguardadas a famílias; 8 dez 2022 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/conflito-armado-internacional-entre-russia-e-ucrania-novas-visitas-prisioneiros-de-guerra>
4. Human Rights Watch [Internet]. Thailand: cambodian opposition activist assaulted; 26 jul 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/25/thailand-cambodian-opposition-activist-assaulted>
5. Human Rights Watch [Internet]. DR Congo: Crackdown on Opposition Ahead of Elections; 22 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/22/dr-congo-crackdown-opposition-ahead-elections>
6. Human Rights Watch [Internet]. Southern african leaders silent over abuses in mozambique; 18 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/18/southern-african-leaders-silent-over-abuses-mozambique>
7. Human Rights Watch [Internet]. Iran: mass arrests of women's rights defenders; 19 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/19/iran-mass-arrests-womens-rights-defenders>
8. Human Rights Watch [Internet]. Future bleak for rohingya in bangladesh, myanmar; 20 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/20/future-bleak-rohingya-bangladesh-myanmar>
9. Human Rights Watch [Internet]. No end to taliban revenge killings in afghanistan; 22 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/22/no-end-taliban-revenge-killings-afghanistan>

10. Human Rights Watch [Internet]. Interfaith discussion on israel's apartheid against palestinians; 25 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/25/interfaith-discussion-israels-apartheid-against-palestinians>
11. ActionAid International [Internet]. ActionAid International responds to news that a number of migrants are feared dead off Cape Verde; 17 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/actionaid-international-responds-news-number-migrants-are-feared-dead-cape-verde>
12. CARE [Internet]. "Even here, we are not safe": Refugees in Chad face extreme hardship as conflict continues in Sudan; 16 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/what-is-happening-in-sudan/>.
13. MSF Brasil [Internet]. Cinco relatos sobre violência e exclusão de direitos na fronteira entre Itália e França - MSF Brasil; [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/cinco-relatos-sobre-violencia-e-exclusao-de-direitos-na-fronteira-entre-italia-e-franca/>.
14. MSF Brasil [Internet]. Relatos pessoais de uma emergência de saúde esquecida na República Centro-Africana - MSF Brasil; [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/relatos-pessoais-de-uma-emergencia-de-saude-esquecida-na-republica-centro-africana/>.
15. CARE [Internet]. Stories of and resilience on World Humanitarian Day 2023; 14 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/world-humanitarian-day-2023/>.
16. CARE [Internet]. WORLD HUMANITARIAN DAY: With Need at Record Levels, Humanitarians Face Funding Gap and Worsening Global Context - CARE; 18 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/world-humanitarian-day-with-need-at-record-levels-humanitarians-face-funding-gap-and-worsening-global-context/>.
17. OXFAM. World Humanitarian Day 2023. 19 ago. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/world-humanitarian-day-2023>. Acesso em: 25 ago. 2023.
18. GREENPEACE. Carbon markets are a threat to the Amazon. 19 ago. 2023a. Disponível em: <https://t.co/nh5bPI7Pdw>. Acesso em: 25 ago. 2023.
19. GREENPEACE. "Yasuni gives life to our world, and Ecuadorian society has finally woken up to this" ICYMI - Ecuadorians said NO to [...]. 22 ago. 2023h. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1694046826205430190?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
20. OXFAM. Despite promises, action to prevent crises like the 2011 Somali famine lags. Oxfam, Save the Children & Jameel Observatory call [...]. 19 ago. 2023. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1692793544891601064?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
21. OXFAM. ON THE BRINK OF FAMINE YEMEN CRISIS APPEAL. 20 ago. 2023. Disponível em: <https://t.co/kVuHwk546g>. Acesso em: 25 ago. 2023.
22. OXFAM. "One in five water boreholes we dig now is dry or unfit for humans to drink" – Oxfam. 23 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/one-five-water-boreholes-we-dig-now-dry-or-unfit-humans-drink-oxfam>. Acesso em: 25 ago. 2023.
23. OXFAM. A BETTER FUTURE ISN'T A WORLD AWAY. BUT POLLUTERS MUST PAY. 24 ago. 2023a. Disponível em: <https://t.co/3XlgPieqZk>. Acesso em: 25 ago. 2023.
24. GREENPEACE. European heatwaves are drastically affecting Switzerland's snowy ecosystem 🇨🇭 "[This] affects vegetation, the snow line and the water cycle, and [...]. 22 ago. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1693956197832081713?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
25. GREENPEACE. The Pacific hardly contributes to global emissions but is facing the worst impacts of the #climatecrisis. Pasifika communities are taking [...]. 19 ago. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1692748355053686815?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
26. OXFAM. For #WorldHumanitarianDay, spotlight on Justine: Oxfam's DRC Director with a focus on community impact. Post-floods in Kalehe to empowering women's [...]. 19 ago. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1692884178000306288?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.

27. GREENPEACE. The global food system is broken. But, activists and local communities are not taking it laying down! These African activists [...]. 19 ago. 2023. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://t.co/JzHdundtLi>. Acesso em: 25 ago. 2023.
28. GREENPEACE. What the environmental movement can learn from feminist action. 22 ago. 2023g. Disponível em: <https://t.co/KPyBesPoBX>. Acesso em: 25 ago. 2023.
29. GREENPEACE. Watch out for the landmark #Youth4ClimateJustice case at the @ECHR_CEDH on the 27th September 🏛️ After the hottest summer on [...]. 21 ago. 2023e. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1693576478901068264?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
30. OXFAM. As we mark #WorldWaterWeek, we need to think about how a quarter of humanity faces extreme water stress. Climate change [...]. 23 ago. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1694258248986104205?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
31. OXFAM. "Solutions to end hunger exist, but need bold political action," says Hanna Saarinen, Oxfam Food Policy Lead. She urges governments [...]. 21 ago. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1693565125406433595?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
32. International Hospital Federation. IHF [Internet]. Carbon footprinting tools for healthcare organizations - IHF; 15 ago 2023 [citado 26 ago 2023]. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/carbon-footprinting-tools-for-healthcare-organizations/>.
33. GREENPEACE. The European Court of Human Rights will soon hear the six young activists suing 32 European countries for inaction over [...]. 24 ago. 2023d. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1694696062307725596?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
34. GREENPEACE. ICYMI - A huge climate victory in the US, which could set the stage for future lawsuits related to climate [...]. 20 ago. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1693373597635780832?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
35. OXFAM. UN appeals for climate-related funding are 8x higher than 20yrs ago; half unmet. The climate crisis is widening inequalities. Those [...]. 20 ago. 2023b. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1693155909537595703?s=20>. Acesso em: 25 ago. 2023.
36. ActionAid International [Internet]. Working for and with young people; 12 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/stories/2023/working-and-young-people>
37. International Federation of Medical Students Associations (IFMSA) [Internet]. Happy Youth Day!; 12 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/WHO/status/1690277017168601089>
38. ActionAid. Mass exodus of Health Workers [...] [Internet]. 2023 Au 17 [cited 23 Au 24]. Twitter: @ActionAid. Available from: <https://twitter.com/ActionAid/status/1692137951604486310>
39. ICN - International Council of Nurses [Internet]. New ICN position statement highlights safe staffing and health workforce safety as priority areas for patient safety; 24 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/new-icn-position-statement-highlights-safe-staffing-and-health-workforce-safety-priority-areas>
40. Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. DNDi urges G20 to operationalize equity in response to major global health challenges and priorities; 21 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/statements/2023/dndi-urges-g20-operationalize-equity-response-major-global-health-challenges-and-priorities/>.
41. ICN - International Council of Nurses [Internet]. Health inequities and discrimination – new ICN’s position statement addresses role of nurses; 16 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/health-inequities-and-discrimination-new-icns-position-statement-addresses-role-nurses>
42. CARE [Internet]. How women & girls are surviving in Afghanistan today; 15 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/afghanistan-girls-two-year-anniversary/>.
43. CARE [Internet]. What does CARE mean when we say, ‘we put gender at the center?’; 18 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/perspectives/what-does-care-mean-when-we-say-we-put-gender-at-the-center/>.

44. CARE [Internet]. Despite enormous challenges, some girls in Afghanistan are still finding ways to learn; 21 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/girls-education-afghanistan/>.
45. HEROINES of Health 2023 Award Gala - Women in Global Health. 24 jul. 2023. Disponível em: <https://womeninGH.org/heroines-of-health-2023-award-gala/> . Acesso em: 26 ago. 2023.
46. Women in Global Health. Call to action! [Internet]. Disponível em <https://twitter.com/womeninGH/status/1694750169290404168> . Acesso em: 26 ago. 2023.
47. Human Rights Watch [Internet]. Bosnia and herzegovina should stop institutionalizing people with disabilities; 25 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/25/bosnia-and-herzegovina-should-stop-institutionalizing-people-disabilities>
48. World Federation of Occupational Therapists. WFOT [Internet]. WHO CC Online Survey on Healthy Ageing and Rehabilitation | WFOT; 21 ago 2023 [citado 26 ago 2023]. Disponível em: <https://wfot.org/news/2023/who-cc-online-survey-on-healthy-ageing-and-rehabilitation>
49. Human Rights Watch [Internet]. Violent assault on drag event in lebanon; 25 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/08/25/violent-assault-drag-event-lebanon>
50. ACT Promoção da Saúde [Internet]. População apoia aumento de impostos para produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente e que o valor arrecadado seja usado no SUS - Posts | ACT BR; 23 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/populacao-apoia-aumento-de-impostos-para-produtos-que-fazem-mal-a-saude-e-ao-meio-ambiente-e-que-o-valor-arrecadado-seja-usado-no-sus/19606/>.
51. ACT Promoção da Saúde [Internet]. Exposição e audiência no Congresso sensibilizam sobre produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente - Posts | ACT BR; 16 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/exposicao-e-audiencia-no-congresso-sensibilizam-sobre-produtos-nocivos-a-saude-e-ao-meio-ambiente/19607/>.
52. ACT Promoção da Saúde [Internet]. Redução de danos do tabaco e álcool, imposto seletivo, cesta básica e guia alimentar, diversificação do fumo. boletim 194. - posts | ACT BR; 14 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/reducao-de-danos-do-tabaco-e-alcool-imposto-seletivo-cesta-basica-e-guia-alimentar-diversificacao-do-fumo-boletim-194/19602/>.
53. NCD Alliance [Internet]. Advocates hope Rio's ban on ultra-processed foods in schools triggers wave; 11 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/advocates-hope-rio's-ban-on-ultra-processed-foods-in-schools-triggers-wave>
54. NCD Alliance [Internet]. Understanding meaningful engagement: a key for people-centred UHC; 11 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/blog/understanding-meaningful-engagement-a-key-for-people-centred-uhc>
55. G2H2. Geneva Global Health Hub [Internet]. Launch of the WHO Civil Society Commission; 24 ago 2023 [citado 26 ago 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/DrTedros/status/1694686399692193865>
56. World Heart Federation [Internet]. Call to Action on Addressing the Global Burden of Pediatric and Congenital Heart Diseases - World Heart Federation; 11 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/call-to-action-on-addressing-the-global-burden-of-pediatric-and-congenital-heart-diseases/>.
57. Planetary Health Alliance. WHO Council on the Economics of Health For All (2023) [...] [Internet]. 2023 Au 21 [cited 23 Au 24]. Twitter: @ph_alliance. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1693654919360745516
58. MSF Brasil [Internet]. Equipes de MSF acompanham aumento alarmante do sarampo no Iêmen - MSF Brasil; [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/equipes-de-msf-acompanham-aumento-alarmando-do-sarampo-no-iyemen/>.
59. WFPFA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Health Worker Vaccination Programs in Low, Middle and Upper Middle-Income Countries: A Review | WFPFA; 18 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/health-worker-vaccination-programs-in-low-middle-and-upper-middle-income-countries-a-review/>.

60. WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. Protecting Healthcare Workers in Low- & Lower-Middle-Income Countries through Vaccination: Barriers, Leverages, & Next Steps | WFPHA; 24 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/protecting-healthcare-workers-in-low-lower-middle-income-countries-through-vaccination-barriers-leverages-next-steps/>.
61. International Federation of Ageing (IFA) Vaccines 4 Life [Internet]. Immunisation For All Ages - Vaccines 4 Life; [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.vaccines4life.com/vaccinet/database/immunisation-for-all-ages/>.
62. People's Vaccine [Internet]. REACTION: South African court orders COVID contracts disclosure - People's Vaccine; 17 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/south-african-court-orders-covid-contract-disclosure/>.
63. The People's Vaccine [Internet]. WEBINAR 29 AUG 14:00 CEST: Unlocking the Potential of Science [...]; 18 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1692482946945503449?s=20>
64. International Hospital Federation. IHF [Internet]. Big data in the personalized healthcare management era (YEL2023) - IHF; 25 ago 2023 [citado 26 ago 2023]. Disponível em: <https://ihf-fih.org/news-insights/big-data-in-the-personalized-healthcare-management-era-yel2023/>.
65. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. A wolf in ship's clothing: russia's militarization of civilian vessels in the black sea; 24 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/wolf-ships-clothing-russias-militarization-civilian-vessels-black-sea>
66. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. What does the ESG backlash mean for human rights?; 16 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/what-does-esg-backlash-mean-human-rights>
67. The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Invests \$5 Million in Mombak's "The Amazon Reforestation Fund"; ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-invests-5-million-in-mombaks-the-amazon-reforestation-fund/>.
68. WellcomeTrust. Land restoration plays [...] [Internet]. 2023 ago [cited 23 Au 9]. Twitter: @WellcomeTrust. Available from: <https://twitter.com/wellcometrust/status/1694333890565943429>
69. Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. A story of digital banking in India — and a young woman's promising career path; ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/video/kusuma-ippb-india>
70. Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Harnessing digital technology for public good: An Indian CTO's story; ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/video/ramesh-narayanan-mosip>
71. Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Explainer: What is digital public infrastructure?; ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/what-is-digital-public-infrastructure>
72. Bill & Melinda Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Digital IDs are an effective tool against poverty. A global solution is making them available to millions.; ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/mosip-digital-id-systems>
73. Morrison JS, Harding E. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Biodefense Posture Review Raises Alarms about New Threats but Speaks Softly on China; 23 ago 2023 [citado 25 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/biodefense-posture-review-raises-alarms-about-new-threats-speaks-softly-china>
74. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The department of defense's newly released biodefense posture review; 23 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/department-defenses-newly-released-biodefense-posture-review>
75. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. The WTO panel report on chinese tariffs: consequences of a broken appellate body; 25 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/wto-panel-report-chinese-tariffs-consequences-broken-appellate-body>

76. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. For north american energy security, go local: examining the role of natural gas and mexico's energy sector; 24 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/north-american-energy-security-go-local-examining-role-natural-gas-and-mexicos-energy>
77. CSIS | Center for Strategic and International Studies [Internet]. Experts react: the IRA one year on; 16 ago 2023 [citado 27 ago 2023]. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/experts-react-ira-one-year>

**As organizações civis pedem Justiça Tributária: o futuro da democracia depende da
taxação das grandes fortunas**

***The civil organizations demand Tax Justice: the future of democracy depends on the
taxation of the “filthy rich”***

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract - In this inform we dedicate ourselves to the analysis of 3 main documents which bring on the fields of: pharmaceutical monopoly, tax justice and food insecurity; respectively: the letter written by civil organizations against the new proposals and contract between the United Kingdom and India upon generic medicine production, the document *The State of Tax Justice* and the *Global Report on Food Crises* - all connected with the extra profits of big multinational companies and neoliberal policies. These documents are analyzed by the light of other materials and news in order to exemplify the problems behind such political and economic maneuvers and how they present themselves as a hazard to global health and democracy.

Keywords: Intellectual Rights. Tax Justice. Monopoly. Global Health. Food Insecurity.

Resumo. Neste informe nos dedicamos à análise de 3 documentos principais que abordam as áreas de: monopólio farmacêutico, justiça fiscal e insegurança alimentar; são eles, respectivamente: a carta escrita por organizações civis contra as novas propostas e contrato entre o Reino Unido e a Índia sobre a produção de medicamentos genéricos, o documento *O Estado da Justiça Fiscal* e o *Relatório Global sobre Crises Alimentares* - todos relacionados com os lucros extraordinários das grandes empresas multinacionais e com políticas neoliberais. Estes documentos são analisados à luz de outros materiais e notícias, a fim de exemplificar os problemas por trás de tais manobras políticas e econômicas e como elas se apresentam como um perigo para a saúde global e a democracia.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Justiça Fiscal. Monopólio. Saúde Global. Insegurança Alimentar.

Comentário extraordinário - A Argentina anuncia o tragicômico futuro da política

“Ele não é palhaço, não é louco, não é desequilibrado, não é rebelde. Milei É O SISTEMA. E, ao poder midiático regional - mas também europeu -, lembro-vos que não, ele não é um liberal. Não defende a “liberdade”, mas apenas a liberdade do capital para continuar a oprimir as maiorias sociais. Ele defende a liberdade para si e para uma minoria privilegiada. Isso não é liberdade, isso é opressão. É um abuso. É dominação. Milei não é liberal, ela é ultra. O ultra representativo do sistema que, portanto, defende o modelo neoliberal que é terreno fértil para incertezas que levam à raiva e ao desespero. Esses ultras crescem ali, no pântano sem respostas que o neoliberalismo gera. E então propõem “respostas” às questões que eles próprios geraram com o seu modelo – aquele que agora se propõe intensificar – para sustentar essa raiva, essa desesperança, esse individualismo de sobrevivência que joga a seu favor.”

<https://wayka.pe/milei-no-es-un-loquito-ni-un-rebelde-milei-es-el-sistema-que-se-aferra-por-laura-arroyo/>

Começamos este informe trazendo o documento escrito por mais de 50 organizações civis internacionais e enviado ao Secretary of State for Business and Trade Department for Business and Trade do Reino Unido -

<https://www.twn.my/announcement/Letter%20to%20UK%20Secretary%20of%20State%20for%20Business%20and%20Trade.pdf> - numa tentativa organizada de barrar um novo estilo de importações entre o Reino Unido e a Índia; um novo contrato que iria pôr em perigo a produção de medicamentos genéricos no segundo país citado, comprometendo o acesso à saúde de milhares de pessoas. A Índia, como epicentro da produção de medicamentos genéricos, tenta encontrar equilíbrio entre propriedade intelectual e acesso a medicamentos e tratamentos, se comprometendo a preencher - ainda que parcialmente - o vácuo econômico que afasta os empobrecidos da plena saúde. As mudanças propostas pelo novo acordo envolvem 4 campos: A “Extensão do prazo da patente”, estendendo o tempo de validade das patentes, dificultando a introdução de medicamentos genéricos de preços mais baixos; a “Exclusividade de dados”, que resultaria no atraso do registro oficial de medicamentos genéricos e assim, atrasaria sua circulação e possibilidade de venda; a “Redução da barreira do exame de patentes de medicamentos”, permitindo mudanças em patentes de medicamentos já existentes, causando o prolongamento de monopólios, atrasando a fabricação e aprovação de genéricos; e a “Remoção de oposições de patentes pré-concessão”, a anulação de um mecanismo democrático da lei indiana que permite a qualquer um com provas contestar monopólios e patentes. As mudanças não afetariam somente a Índia e seus cidadãos, mas todos países em desenvolvimento cujo acesso aos medicamentos depende da preservação e possibilidade de compra de genéricos, junto das populações empobrecidas do mundo todo; como veremos no trecho do documento destacado a seguir, esta não é o primeiro movimento “anti-saúde global” do Reino Unido, que rejeitou inúmeras tentativas de criar equidade na produção e distribuição de vacinas durante a pandemia de COVID-19.

“Estamos escrevendo para vocês como organizações da sociedade civil, prestadores de serviços de saúde e médicos profissionais de países de baixa e média renda. As empresas farmacêuticas muitas vezes negam aos nossos pacientes acesso oportuno e acessível aos medicamentos de que necessitam desesperadamente. Neste contexto, os medicamentos genéricos mais baratos proporcionam-nos um bote salva vida. Escrevemos para você para avisar que o seu governo pode estar prestes a encurtar este bote. O Reino Unido está negociando um acordo de comércio livre com a Índia, um epicentro global da produção de genéricos. A indústria de genéricos da Índia é sustentada por um sistema legal que busca equilibrar os direitos de propriedade intelectual com o direito à saúde. No entanto, o vazamento de um documento governamental revelou que o Reino Unido deseja introduzir mudanças radicais nessas leis como parte de qualquer acordo.

(...)

Pedimos que pensem no contexto mais amplo das suas relações com o Sul Global. O Reino Unido reduziu o financiamento da Assistência ao Desenvolvimento Externo que, por decisão do próprio governo, levará a milhares de mortes. Durante a pandemia de COVID-19, o governo britânico trabalhou repetidamente para bloquear uma proposta amplamente apoiada na Conferência Mundial do Comércio Organização que teria ajudado países de baixa e média renda a produzir medicamentos genéricos, vacinas, testes e tratamentos. Atacar a indústria de genéricos da Índia seria mais um ato de vandalismo global na saúde, o que poderia deixar a reputação internacional do Reino Unido em frangalhos e minar as estratégias de desenvolvimento internacional do Reino Unido.

À medida que as negociações comerciais chegam à sua fase final, esperamos que considerem os danos que estas propostas poderiam infligir tanto aos pacientes como aos sistemas de saúde no Sul Global. Como a saúde do Reino Unido, trabalhadores e ativistas alertaram, as medidas que vocês defendem podem até prejudicar o NHS (National Health System) do Reino Unido. Pedimos-lhe que mude de rumo e abandone as exigências do Reino Unido por medidas mais rigorosas e disposições sobre propriedade intelectual como parte de qualquer acordo comercial com a Índia. E pedimos que você prometa que o seu governo nunca proporá tais mudanças em quaisquer negociações comerciais

com países de baixa e média renda que poderiam aumentar os custos dos medicamentos a nível mundial.

O próprio Quadro Global de Saúde do Reino Unido afirma que o seu país quer desempenhar um papel de liderança na melhoria da saúde a nível mundial e na melhoria do acesso a vacinas, tratamentos e diagnóstico. Este é um objetivo nobre. Pedimos que você não sabote sua própria missão.”

<https://www.twn.my/announcement/Letter%20to%20UK%20Secretary%20of%20State%20for%20Business%20and%20Trade.pdf>

A carta ecoa algumas das resoluções de um outro documento, de dezembro de 2020, escrito também pela sociedade civil e endereçado aos principais produtores mundiais da vacina contra o CORONAVÍRUS, perguntando sobre os planos dos mesmos para “garantir acesso” à vacina. O [documento](#), assinado por 101 entidades - de universidades, companhias, ONGs, organizações civis e professores e reitores de todo mundo - expôs questionamentos essenciais sobre a produção e distribuição do que foi percebido como o medicamento mais esperado da década.

“É evidente que nem a sua nem qualquer outra empresa podem produzir todas as doses de uma vacina eficaz e segura necessárias para vacinar toda a população mundial. Por conseguinte, o mundo precisa de mobilizar e atualizar a capacidade de produção disponível em todo o mundo para garantir que um número máximo de doses possa ser fabricado e distribuído equitativamente ao preço mais baixo possível em todos os cantos do globo. Isto, por sua vez, exige que as empresas farmacêuticas partilhem tecnologia, know-how, material biológico e propriedade intelectual com outros produtores qualificados e que o façam rapidamente. O Grupo de Acesso à Tecnologia Covid-19 da OMS (C-TAP) fornece um mecanismo global pronto a utilizar para esta partilha.

Você poderia nos informar sobre os planos de sua empresa para:

1. Transparência total dos resultados dos ensaios clínicos, dos investimentos financeiros em I&D da vacina contra a COVID-19 e dos custos de fabrico, dos preços, dos compromissos de compra antecipada e dos recursos recebidos de fontes públicas e de caridade.
2. Comprometer-se a não fazer cumprir a sua propriedade intelectual durante a pandemia e partilhar propriedade intelectual, tecnologias e materiais, incluindo patentes, dados de testes, segredos comerciais, linhas celulares e designs, através de licenciamento aberto a produtores qualificados. A partilha de tecnologia e propriedade intelectual deveria idealmente ser feita em colaboração com o C-TAP.
3. Garantir uma transferência profunda de tecnologia para outros produtores qualificados com potencial capacidade de produção, inclusive através da colaboração com a C-TAP.
4. Comprometer uma proporção dos seus volumes globais e da sua capacidade de produção para países de baixo e médio rendimento.

Sua empresa enfrenta uma escolha. Ou você pode defender a situação atual e negar a centenas de milhões de pessoas o acesso rápido à vacina, em defesa do seu poder de monopólio; ou a sua empresa pode, em vez disso, enfrentar o desafio colocado pela pandemia e comprometer-se com uma Vacina para os Povos, comprometendo-se a fazer o que é certo para garantir o acesso a qualquer potencial vacina contra a Covid-19 para todas as pessoas em todos os países.”

<https://msfaccess.org/civil-society-letter-pharmaceutical-corporations-making-covid-19-vaccines>

Sabemos o que aconteceu finalmente com as tentativas que nasceram para tentar suprir as falhas de desigualdade do sistema internacional - como a COVAX – e que se perderam em meio a monopólios, corridas monetárias e falharam miseravelmente.

A situação da propriedade intelectual vs. genéricos que afeta as questões de preço, segue travando planos e propostas de equidade. Recentemente, uma titã da indústria farmacêutica - a companhia Johnson & Johnson (que foi a 40ª empresa que mais faturou entre 2021 e 2022, com um lucro de quase 13 bilhões de dólares) fechou um acordo com a organização STOP TB que - deveria - facilitar o acesso de genéricos do medicamento bedaquilina - <https://peoplesdispatch.org/2023/07/27/johnson-johnsons-tb-drug-deal-will-fail-to-reach-all-those-in-need/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io> - para um número de países em desenvolvimento selecionados pela companhia. O medicamento traz uma melhora de vida significativa para os acometidos pela tuberculose, porém, tem um custo financeiro grande. Os 44 países selecionados vão receber a droga pelo GDF - Global Drug Facility, parceira do STOP TB, porém o detalhe levantado por organizações internacionais, foi a não seleção de países com patentes de drogas para tratamento de tuberculose que não foram selecionados, apontando uma falta de análise estrutural de um acordo que não consegue se comprometer a buscar uma equidade factual.

Os novos acordos “benévolos” das gigantes farmacêuticas e sua impossibilidade de abandonar a lógica do lucro reforçam a lógica da saúde como mercadoria e da financeirização das instituições de saúde, enfraquecendo - como já mostrado em informes antigos - a qualidade do setor da saúde pública e a existência do mesmo, do acesso ao cuidado de qualidade e a performance e saúde do trabalhador da saúde. Sintoma disso é a série de “greves globais” de trabalhadores da saúde, motivadas pela falta estrutural de condições de trabalho, pela falta de trabalhadores e financiamento - a já mencionada desassistência programada - que afeta sistemas da saúde do sul e do norte, sendo uma ameaça constante a vida das populações empobrecidas que dependem da existência de uma seguridade social pública e fortalecida.

“No dia 21 de Agosto, a Associação Médica de Moçambique declarou a prorrogação da sua greve por mais três semanas, prolongando assim a ação sindical iniciada na primeira quinzena de Julho. Os médicos defendem a melhoria das suas condições de trabalho e o aumento do investimento no sistema público de saúde, enquanto os serviços de saúde continuam a lutar contra os efeitos da dívida imposta a Moçambique pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Ações semelhantes dos profissionais de saúde estão a ocorrer na Nigéria. Enfermeiros, médicos e outros profissionais de saúde continuam preocupados com as elevadas taxas de emigração, que levaram à escassez de pessoal no país. Embora certas associações, como a União Nigeriana dos Profissionais de Saúde Aliados, acreditem que o aumento das despesas governamentais com a saúde poderia constituir uma solução, personalidades de alto escalão sugerem a privatização do setor da saúde.

O sistema de saúde iraquiano está a tornar-se cada vez mais consciente dos impactos da privatização no acesso aos cuidados de saúde. Na última década, o sector privado da saúde cresceu significativamente. No entanto, não contribuiu em nada para restaurar a qualidade dos cuidados de saúde primários que existiam no Iraque antes da introdução de sanções na década de 1990.

Os países do Norte Global estão cada vez mais preocupados com a sua própria escassez de profissionais de saúde, um problema que se prevê agravar-se nas próximas décadas. Entre os países de rendimento elevado que recorreram ao recrutamento internacional como uma solução potencial, a Alemanha está entre os mais ativos. Após uma recente reunião temática entre o Ministro do Trabalho alemão e o seu homólogo brasileiro, os ativistas da saúde alertaram que esta abordagem irá agravar a situação nos países de onde os profissionais de saúde estão a migrar.”

<https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-57/>

A lógica da financeirização e da privatização que a segue como melhoria do sistema público de saúde é a mentira que sustenta as parcerias público-privadas - as PPPs - e leva a destruição acelerada do sistema de saúde como projeto mercantil do Estado neoliberal.

Como visto no trecho anterior, nem mesmo os países enriquecidos conseguem fugir dos planos de mercantilizar a saúde. O *National Health System* / Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido - que outrora serviu de inspiração para o Sistema Único de Saúde - sofre com um projeto de desmonte e subfinanciamento, segundo apresentação de Kate Bayliss, da Universidade de Sussex e Soas e da Universidade de Londres, e Jasmine Gideon, da Universidade de Birkbeck em um evento do IE-UFRJ junto da ABrES, da Abrasco e da Fiocruz - https://www.youtube.com/watch?time_continue=1&v=Olomp8EEBZM&embeds_referring_uri=https%3A%2F%2Foutraspalavras.net%2F&source_ve_path=Mjg2NjY&feature=emb_logo

Longas listas para cirurgias eletivas, necessidade de pagar por atendimento privado, salários de trabalhadores da saúde mais baixos do que os de uma década atrás e uma crescente onda de controle privado de 3 grandes polos: odontologia, saúde mental e atenção primária; indicando - além de uma estrutural falha programada - a transferência de usuários do público para o privado, na construção de uma narrativa de “incapacidade” do sistema público de saúde.

“Dizem que o NHS está sendo privatizado. Mas na verdade não é isso que acontece, em termos de transferir o público para o setor privado. O sistema está sendo erodido de maneiras muito mais sutis e perniciosas”, sintetiza Kate. E isso vem de décadas de políticas de “austeridade”, segundo ela, que serve também para abrir as portas para as empresas entrarem no NHS. Mas a falência do modelo neoliberal de saúde também se expressa na incapacidade de um crescimento mais acentuado do setor privado. A “austeridade”, a precarização dos trabalhadores e a deterioração financeira dos britânicos são tamanhas que a grande maioria não tem como pagar pela saúde, quando não encontram os serviços no NHS. Isso leva a uma queda dos indicadores de saúde, mais uma mostra da decadência da política de bem-estar social do continente.”

<https://outraspalavras.net/outrasaude/reino-unido-assim-regride-a-saude-publica/>

A situação se agrava a partir do momento que colocamos o sistemático enfraquecimento do sistema de seguridade social em contexto com as mudanças internacionais que enfrentamos enquanto sociedade global.

Segundo um relatório publicado em maio de 2023, o *Global Report on Food Crises*, as situações de insegurança alimentar nacional estão aumentando exponencialmente, se esperando um marcador de IPC\CH de 3 “Crise” em muitos territórios do mundo e alguns podendo chegar a 5, que representaria o índice mais alto, o de “famine”, fome extrema, insegurança alimentar no seu nível mais assustador. Como destaca o [artigo da Valori](https://valori.it/inflazione-guerre-clima-fame-nel-mondo/) - <https://valori.it/inflazione-guerre-clima-fame-nel-mondo/> , essa situação é causada por uma combinação de inflação extrema, conflitos e eventos climáticos extremos, ou seja: inflação, guerras e desequilíbrio climático; numa combinação de inflação mundial chegando a 5%, conflitos decenários e a exposição de países já enfraquecidos a novas mudanças de temperatura, clima e regime de chuvas, um cenário de elevação de determinação social da saúde. Os “economic shocks” estão formados, como podemos ver no [_____ Iraque](https://peoplesdispatch.org/2023/08/07/climate-breakdown-threatens-food-security-and-health-in-iraq/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io) - <https://peoplesdispatch.org/2023/08/07/climate-breakdown-threatens-food-security-and-health-in-iraq/?ref=peoples-health-dispatch.ghost.io> - , onde os novos desafios do desequilíbrio climático formam um cenário de insegurança alimentar e de dificuldade de acesso à saúde. De forma nada surpreendente, há também o papel das grandes companhias de óleo, que afetam a qualidade do ar e elevam o aparecimento de diversos tipo de câncer nas populações próximas a suas fábricas, tendo sido a titânica Shell condenada pelo *People’s Health Tribunal* pelos danos que causou no continente

africano e suas comunidades. A insegurança social é um combinado de fatores geográficos, climáticos e econômicos com origens nas políticas de neoliberalismo e imperialismo de exploração que seguem condenando certas áreas do globo ao sofrimento.

A conexão entre neoliberalismo e exploração também fica bem óbvia no nosso vizinho Uruguai, no qual a seca - a pior em 74 anos - é somada ao uso excessivo e não essencial da água potável pela empresa Google - <https://valori.it/google-uruguay-acqua/%5B> . Num acordo feito com o presidente conservador Pou, a empresa de tecnologia comprou hectares no *Parque las Ciencias*, onde instalará um data center que irá utilizar, quando pronto, quase 8 milhões de litros de água potável por dia para resfriar suas instalações, quantidade que poderia ser fornecida a 55 mil pessoas por dia - mas tudo bem, porque água SALGADA e impossível de ser consumida do rio La Plata está sendo fornecida aos cidadãos - num país que já utiliza mais de 80% de sua água passível de consumo humano em indústrias e latifúndios.

O consumo desenfreado e irresponsável de recursos naturais é normalizado, porém, a manutenção da dignidade humana através de novas políticas de crédito internacional continua sendo um pecado capital, visto a recusa de renegociar ou cancelar a dívida externa da Zâmbia - <https://peoplesdispatch.org/2023/08/15/activists-demand-blackrock-cancel-zambias-debt/> , que vem tendo que usar metade da sua renda pública para manter os pagamento em dia, como destacaram os ativistas protestando do lado de fora da empresa credora: BlackRock. O detalhe mais pertinente é que 70% dessa mesma dívida é para com instituições ocidentais, sendo 220 milhões de dólares de cobrança da empresa de investimentos norte-americana citada anteriormente, a BlackRock, a 215ª empresa mundial mais lucrativa de 2021-2022, com um lucro extra de 5 bilhões de dólares.

E como destaca a iniciativa Corporate Accountability, a empresa tem sérios problemas éticos:

“A BlackRock tem quase US\$ 10 trilhões em ativos sob gestão. Isso é mais do que o PIB de todos os países do mundo, exceto os Estados Unidos e a China. A BlackRock é a principal acionista de uma ampla gama de indústrias globais que incluem petróleo e gás, tecnologia, varejo, grandes bancos, saúde, fabricação de armas e muito mais. Tudo isto faz da BlackRock um dos atores corporativos mais poderosos do planeta, cuja influência afeta todos os aspectos da nossa vida cotidiana.

O fundador, presidente e CEO da BlackRock, Larry Fink, tentou rotular a empresa como sensível aos desafios globais como as alterações climáticas, o racismo estrutural e a saúde pública. No entanto, a atividade de investimento e as práticas de governança da BlackRock impulsionam operações comerciais que prejudicam diretamente as comunidades negras e indígenas e as pessoas de cor em todo o mundo. A empresa apoia a indústria dos combustíveis fósseis com 260 mil milhões de dólares em investimentos em empresas que estão a impulsionar a nossa catástrofe climática. Tem quase 6 mil milhões de dólares investidos em fabricantes e retalhistas de armas civis e uns espantosos 36 mil milhões de dólares investidos em empresas de armas militares. Larry Fink tem sido um grande doador para a Fundação da Polícia da Cidade de Nova York, que fornece equipamentos e tecnologia de vigilância para um Departamento de Polícia de Nova York que tem como alvo as comunidades negras e pardas em Nova York há décadas.”

<https://corporateaccountability.org/blog/blackrock-for-2022-corporate-hall-of-shame/>

A taxação adequada de grandes empresas - como veremos adiante - e o remanejamento de certos investimentos - defesa, exploração de recursos naturais - poderia inclusive proteger o planeta e suas comunidades da mudança climática, como destaca a Greenpeace Itália num manifesto:

[“Guerra e crise climática, dois fenômenos diferentes mas relacionados](#)

Ainda temos (pouco) tempo disponível para garantir um futuro às novas gerações, estancando a catástrofe climática. Mas aparentemente preferimos usá-lo para contribuir para a destruição. E os dois fenómenos, guerra e clima, estão na verdade mais interligados do que pode parecer à primeira vista. O aumento dos gastos militares é inconsistente com os esforços para cumprir as principais metas de emissões e irá exacerbar, e não conter, a emergência climática. A guerra e os conflitos armados trazem não só morte e destruição, mas também devastação do ambiente e destruição do clima”, defende a Declaração Conjunta da Campanha Internacional do GCOMS contra a Despesa Militar.

“Os fundos que poderiam ser utilizados para mitigar ou reverter as perturbações climáticas e para promover a transformação pacífica dos conflitos, o desarmamento e as iniciativas de justiça global, são, em vez disso, gastos na militarização de um mundo já excessivamente militarizado», ecoa Francesco Vignarca, coordenador da Paz Italiana. e Rede de Desarmamento. Aumentar a despesa militar para 2% do produto interno bruto (PIB) é, portanto, uma escolha míope e contraproducente, contra a qual a campanha de Bilancia Moci já se manifestou através da sua Lei Contra Financeira.”

<https://valori.it/spese-militari-crisi-climatica/>

A contraproposta? A taxação do lucro das empresas de defesa, como expõe a Greenpeace. Se a guerra é um negócio, que seja taxada de acordo.

O mesmo poderia ser proposto para as 772 empresas que geraram um trilhão de dólares em lucro entre 2012-2022. A lista da Forbes 2000 - <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=5725e7c05ac0> - foi analisada pela Oxfam e pela ActionAid, mostrando como as empresas mais lucrativas se concentram nos mercados de alimentos, combustíveis fósseis, farmacêutica e defesa e na sua grande maioria pertencendo ao norte global. O lucro excessivo, como vemos no artigo da Valori, está diretamente ligado a inflação global, como destaca o Fundo Monetário Internacional, num movimento de greedflation, no qual as empresas usam a narrativa da inflação para um aumento exagerado dos preços - junto com o aumento natural de qualquer inflação, tornando a situação duplamente preocupante; se soma a isso o colapso do salário bruto dos trabalhadores e as situações de insegurança alimentar que a queda econômica do cidadão empobrecido acarreta. O que fazer? Bom, a proposta vai de acordo com a ideia da Greenpeace: lucros extraordinários serão taxados de maneiras não ordinárias, com essas taxações e suas respectivas quantias sendo usadas no combate ao desequilíbrio climático e sua crise, a proteção e ajuda de países em desenvolvimento, com educação, saúde e economia, criando uma grande rede global de sistemas de seguridade e proteção social - <https://valori.it/inflazione-extraprofitti-oxfam-actionaid/>.

O documento *The State of Tax Justice* e seus dados vão nesta mesma direção, marcando a necessidade de construir uma política de Justiça Tributária - uma convenção de impostos sob as Nações Unidas, como proposto - capaz de barrar a evasão de impostos. O relatório mostra que, caso nada seja feito, 4,8 trilhões de dólares mundiais serão perdidos para paraísos fiscais nos próximos dez anos, quantias exorbitantes “legalmente” sonegadas por grandes empresas multinacionais e personalidades de “super ricos”.

Principais conclusões

- Os países estão a perder 480 bilhões de dólares em impostos por ano devido ao abuso fiscal global.
- Dos 480 bilhões de dólares perdidos por ano, 311 bilhões de dólares são perdidos devido ao abuso fiscal transfronteiriço das empresas por parte de empresas multinacionais e 169 bilhões de dólares são perdidos devido ao abuso fiscal offshore por parte de indivíduos ricos.

- Os países de rendimento mais baixo, que historicamente tiveram pouca ou nenhuma palavra a dizer sobre as regras fiscais globais, continuam a ser mais duramente atingidos pelo abuso fiscal global. Embora a maior parte das perdas fiscais anuais sejam sofridas pelos países com rendimentos mais elevados (433 bilhões de dólares), estas perdas são equivalentes a 9 por cento dos orçamentos de saúde pública dos países com rendimentos mais elevados. As perdas fiscais dos países com rendimentos mais baixos (47 bilhões de dólares) equivalem a metade (49 por cento) dos seus orçamentos de saúde pública.
 - Se os países mantiverem o rumo seguido nos últimos 10 anos em matéria de regras fiscais internacionais, os países perderão 4,8 trilhões de dólares nos próximos 10 anos, estima o relatório. Em comparação, os países de todo o mundo gastaram coletivamente 4,66 trilhões de dólares em saúde pública num único ano.

Recomendação principal

- Para evitar perdas fiscais astronômicas nos próximos 10 anos e liberar bilhões de dólares para apoiar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que estão em rota de não cumprimento, a Rede de Justiça Fiscal insta os países a apoiarem a mudança da liderança em matéria de impostos globais da OCDE para a ONU, onde a liderança global, a adesão, a transparência pública e os quadros jurídicos e conhecimentos técnicos da ONU em matéria de direitos humanos podem proporcionar um fórum mais viável para garantir soluções fiscais eficazes”

<https://taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2023/>

Porém, nem mesmo a mais moderna e potente política de taxaço sobreviverá se tiver que constantemente lutar contra lógicas neoliberais avessas a redistribuição de riquezas, com o Estado democrático e seu modelo constantemente sublimados pela lógica da democracia liberal e do livre mercado, por isso, pensar outras maneiras de organizar as relações socioeconômicas nacionais e internacionais é também empírico para a justiça econômica resiliente, com isso:

“Nº 34 | Desmantelamento da hegemonia do Norte, BRICS pelos BRICS

Hegemonia é o fenômeno pelo qual um grupo lidera o todo, projetando seus interesses como sendo o interesse coletivo. Durante muito tempo, o sistema internacional funcionou sob a liderança do Norte Global, particularmente dos estados norte-americanos e europeus mais ricos e mais fortemente armados. Esta hegemonia é tão poderosa que muitas vezes não é notada. Os estudantes das universidades do Norte Global que estudam outras partes do mundo geralmente estudam, na verdade, os interesses estratégicos dos EUA e da UE nessas outras partes do mundo, que são considerados senso comum. Os meios de comunicação social com maior alcance global enquadram as suas reportagens sobre o mundo através das lentes dos interesses do Norte Global. Mas o nosso mundo está mudando e essa hegemonia está sendo desafiada.

Os BRICS, cuja cúpula teve lugar na África do Sul esta semana, proporcionam um estudo de caso revelador. O termo BRICs (S minúsculo na altura) foi cunhado pela primeira vez num relatório de 2001 da autoria de Jim O’Neill, então chefe de investigação económica do banco de investimento de Wall Street Goldman Sachs. No artigo para a empresa, O’Neill destacou que o Brasil, a Rússia, a Índia e a China eram os maiores “mercados emergentes” (em si um termo de hegemonia capitalista, uma vez que os países são definidos pelo seu valor para os investidores externos) e preparados para crescer mais rápido do que os países do G7. Ele argumentou que a elaboração de políticas económicas internacionais, e em particular do G7, deveria ser “ajustada para incorporar representantes dos BRICs”.

Discute-se se O’Neill criou pessoalmente o termo BRIC ou se foi a sua assistente de investigação, uma jovem indiana chamada Roopa Purushothaman. Ela é agora economista-chefe do

grupo indiano Tata, cujo valor estimado é agora cerca de três vezes a capitalização de mercado de 106 mil milhões de dólares da Goldman Sachs. Outro exemplo de hegemonia e seu desmoronamento, talvez.

As previsões de O'Neill sobre o crescimento económico revelaram-se precisas, mas a sua prescrição para uma maior inclusão na gestão geoeconómica não o foi. No entanto, o que começou como uma forma abreviada para os banqueiros de investimento de Wall Street falarem sobre economias em rápido crescimento começou a tomar forma real.

Em 2006, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos quatro países reuniram-se à margem da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. Em 2009, os presidentes dos quatro estados: Lula, Dmitry Medvedev, Manmohan Singh e Hu Jintao realizaram a primeira cúpula formal do grupo. No ano seguinte, a África do Sul foi admitida no grupo, acrescentando um S à sigla e a representação do continente africano.

Como grupo, os BRICS ainda são jovens, mas há sinais de que estão a desenvolver-se rapidamente, com a cúpula desta semana a marcar um potencial ponto de viragem. Principalmente excluídos do sistema de governação económica global dominado pelos EUA e pela UE, os BRICS estão a desenvolver o seu próprio sistema através do Novo Banco de Desenvolvimento. Sob a liderança da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff, que assumiu a presidência do Banco no início deste ano, o NBD parece determinado a expandir o seu papel como rival do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O Banco tem um capital autorizado de 100 mil milhões de dólares, que empresta a países para projetos de desenvolvimento e infraestruturas sem as condicionalidades de austeridade do FMI. Curiosamente, na Cimeira desta semana, Dilma Rousseff anunciou a sua intenção de emitir cerca de 30% dos empréstimos em moedas locais, reduzindo o risco cambial para o país beneficiário.

Agora, vinte e três outros estados do Sul Global candidataram-se para aderir ao clube, incluindo sete dos treze estados produtores de petróleo da OPEP. Quando a cúpula terminou, seis foram admitidos (Argentina, Arabia Saudita, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos, Irã), aumentando o tamanho e a influência económica do grupo.

Grande parte da cobertura da cúpula nos meios de comunicação ocidentais centrou-se na geopolítica da guerra na Ucrânia. Mas os participantes concentraram-se nas principais questões da geoeconomia: comércio, dólar, sanções, desenvolvimento e financiamento de infraestruturas.

Isto porque os BRICS não são um bloco anti-imperialista, nem socialista. Na verdade, de acordo com Xi Jinping, da China, e Lula, do Brasil, não se pretende de forma alguma ser um bloco. Pelo contrário, é um veículo através do qual os governos da maioria global podem expressar e coordenar os seus interesses geoeconómicos num mercado mundial cujos sistemas de governação carregam todos a impressão da hegemonia do Norte Global.

Os BRICS não são uma força moral. Mas o seu desenvolvimento faz parte de um processo histórico que vê a hegemonia do Norte diminuir e fragmentar-se. Esse processo apresenta oportunidades para as forças progressistas em todo o mundo se envolverem de forma crítica. Esse espaço potencial para ação poderia abrir-se não apenas para as forças progressistas do Sul, mas também para as do Norte. A hegemonia do Norte Global não tem sido a de todos os povos do Norte Global, mas a da classe dominante do Norte Global. Com esse abalo, a maioria no Norte Global poderia unir-se à maioria no Sul Global para construir um novo mundo em condições mais iguais para todos.

Em solidariedade, O Secretariado Internacional Progressista”

Para ler na íntegra: <https://progressive.international/wire/2023-08-25-pi-briefing-no-34-dismantling-northern-hegemony-brics-by-brics/en>

Vozes do Sul Global: UNOSSC, G-77, MNA e Centro Sul
Voices of the Global South: UNOSSC G-77, NAM and South Centre

Regina Ungerer

Abstract: UNOSSC continues to promote South-South Cooperation in several areas and will celebrate the UN Day for SSC on September 12 with the theme [“Solidarity, Equity and Partnership: Unlocking South-South Cooperation to Achieve the SDGs”](#). Meanwhile, the Director of UNOSSC attended the Euro-Asian Regional Review of the Vienna Program of Action for Landlocked Developing Countries 2014-2024, and declared that a new program of action should be supplemented with South-South and triangular Cooperation. The president of Cuba, present at the BRICS Dialogue, stated that the G-77 and the BRICS have the opportunity to generate a historic transformation and act to change the unjust world order, as this is the only possible alternative. In this report, I highlighted two NAM-affiliated organizations: the NAM Science and Technology Centre and the NAM Centre for South-South Technical Cooperation. The South Centre highlighted the emphasis on the antimicrobial resistance actions discussed at the G20 Health Ministers meeting and is working on a research article on the perspectives of de-dollarization.

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.

Resumo: O UNOSSC segue firme promovendo a Cooperação Sul-Sul nas mais diversas áreas e vai celebrar o seu dia em 12 de setembro com o tema “Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”. Enquanto isso, a Diretora do UNOSSC participou da Revisão Regional Euro-Ásia do Programa de Ação de Viena para os Países em Desenvolvimento sem Litoral 2014-2024 dizendo que um novo programa de ação deve ser complementado com a Cooperação Sul-Sul e triangular. O presidente de Cuba, presente no Diálogo dos BRICS, afirmou que o G-77 e os BRICS têm a oportunidade de gerar uma transformação histórica e a possibilidade de agir para mudar a ordem mundial injusta, sendo essa a única alternativa possível. Neste informe, destaco 2 organizações ligadas ao MNA, o Centro de Ciência e Tecnologia do MNA e o Centro do MNA para a Cooperação Técnica Sul-Sul. Já o Centro Sul está trabalhando em um artigo de pesquisa sobre as perspectivas da desdolarização e destacaram as ações contra a resistência antimicrobiana na reunião de Ministros da Saúde do G20.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

12 de setembro - Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2023

Para reforçar a importância da cooperação Sul-Sul e marcar o dia em que foi adotado o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA) em 1978, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou 12 de setembro como o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

Em 2023, o tema do Dia das Nações Unidas será **“Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”** e será celebrado alguns dias antes da Cúpula dos ODS a ser realizada entre 18 e 19 de setembro marcada para discutir as necessidades emergentes das várias regiões; bem como apresentar iniciativas de transformação promovidas pelos

Estados Membros, Sistema das Nações Unidas, setor privado e sociedade civil para destacar as principais prioridades para a Agenda 2030 (UNOSSOC, 1, 2023).

Mais informações em breve.



<https://twitter.com/UNOSSC>

22 e 23 de agosto de 2023 - Revisão Regional Euro-Ásia do Programa de Ação de Viena para os Países em Desenvolvimento sem Litoral 2014-2024.

Durante esta reunião, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib disse que o Programa de Ação para os Países em Desenvolvimento sem Litoral deve refletir a evolução da cooperação Sul-Sul assim como as mudanças no panorama do desenvolvimento. À medida que se avança para um novo

Programa de Ação para os Países em Desenvolvimento sem Litoral constata-se que estes países demonstram um maior interesse em promover uma maior cooperação e integração regional. Isto pode complementado com a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

O Programa de Ação de Viena (VPOA) é um plano decenal adotado pelas Nações Unidas em 2014 para promover o desenvolvimento sustentável dos Países em Desenvolvimento sem Litoral. Sem acesso ao mar, estes países sofrem com recursos limitados, défices de infraestruturas e ficam vulneráveis aos choques externos ((Twitter @UNOSSC 1, 2023).

Grupo do G-77

O site oficial do G-77 está inativo desde o dia 17 de julho.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



<https://twitter.com/cubag77>

24 de agosto de 2023 - Miguel Diaz Canel Bermúdez, Presidente de Cuba, presente na África do Sul para o Diálogo dos BRICS, afirmou que o G-77 e os BRICS têm a oportunidade de gerar uma transformação histórica e a possibilidade de agir para mudar a ordem mundial injusta. Considerando que esta não é uma opção, mas a única alternativa possível e, para tal, ambos os grupos devem trabalhar pelo bem das gerações futuras (Cuba Presidency |

G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

E em seu pronunciamento, ele seguiu dizendo que participar do Diálogo do BRICS ressaltou a enorme responsabilidade que presidir o G-77 e a China impõe. Sendo um grupo de 134 países, dois terços dos membros das Nações Unidas, onde vivem quase 80% da população do planeta, é o grupo mais amplo e diversificado de nações em desenvolvimento, enfrentando desafios colossais de um mundo cada vez mais desigual, em que se multiplicaram a exclusão e a desigualdade

Nos últimos dez anos, as nações do Sul viram a sua dívida externa duplicar, apesar de ter sido paga muitas vezes. Aumentaram as medidas coercivas unilaterais e mais de 300 milhões de pessoas são afetadas pela degradação dos ecossistemas e mais de milhão de espécies de plantas e animais correm o risco de serem extintas. Sem ação imediata, nossos filhos e netos herdarão um planeta, não só irreconhecível, mas condenado a ser inabitável.

A sete anos do prazo fixado para o cumprimento dos ODS da Agenda 2030, as perspectivas são desanimadoras. Metade dos 169 objetivos acordados está longe de ser alcançado. Mais de 30% deles

não registaram qualquer progresso ou, o que é pior, apresentam regressão em relação a 2015, segundo o mais recente relatório das Nações Unidas.

Os países desenvolvidos e as grandes empresas transnacionais desenharam uma ordem internacional que não leva em conta o progresso das nações do Sul e só é eficaz para minorias.

Tem sido uma reivindicação histórica do Grupo dos 77, como também dos BRICS, empreender uma verdadeira transformação da arquitetura financeira internacional profundamente injusta, anacrónica e disfuncional.

O G-77 e a China acreditam que o Novo Banco de Desenvolvimento criado pelos BRICS pode e deve se tornar uma alternativa às atuais instituições financeiras, que durante quase um século agem somente com a intenção de lucrar com as reservas do Sul e reproduzir os seus esquemas de subjugação e dominação.

O Grupo apoia a iniciativa dos BRICS de criar um mecanismo de reserva de moeda estrangeira de base ampla que garanta estabilidade ao Sul. Certamente a extensão deste mecanismo a outros países ajudaria a aliviar os desequilíbrios do atual sistema monetário internacional. O estabelecimento de linhas de crédito em moedas locais pelos bancos dos países dos BRICS e a possibilidade de criação de uma moeda única para as suas operações também são iniciativas que poderiam ser aplicadas nas relações com outros países em desenvolvimento, para reduzir o monopólio abusivo do dólar que reforça e garante uma hegemonia prejudicial para o resto do mundo.

Os países dos BRICS são líderes mundiais na produção agrícola, concentrando cerca de um terço dos alimentos produzidos mundialmente. Sua ação conjunta com o resto dos países em desenvolvimento daria um contributo substancial para a eliminação da fome de 700 milhões de pessoas no mundo.

Em relação às alterações climáticas, o G-77 e a China enfatizam o valor estratégico da coordenação entre os BRICS e o G-77, para salvaguardar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas na implementação da Convenção-Quadro e do Acordo de Paris. E na COP28, que será realizada em Dubai, será realizada pela primeira vez uma Cúpula de líderes do G-77, convocada por Cuba para fortalecer a coordenação estratégica.



<https://twitter.com/cubag77>

Outro ponto importante a ser destacado é que o desenvolvimento técnico-científico é hoje monopolizado por um clube de países que detêm a maior parte das patentes, das tecnologias, dos centros de investigação e promove a fuga de talentos dos países em desenvolvimento.

O G77 e os BRICS devem e podem fazer mudar esta situação, e neste espírito Cuba convocou uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G-77 e da China "**Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação**" que como já mencionado em informes anteriores, será realizada nos dias 15 e 16 de setembro, em Havana, pouco antes do início da AGNU 2023 (Presidência y Gobierno de Cuba, 2023).

Aguarda-se com expectativa a contribuição positiva da Cúpula para uma cooperação mais solidária, mais estreita e uma resposta conjunta aos desafios entre os países em desenvolvimento.

Hoje ninguém pode questionar a crescente autoridade dos BRICS. Por esta razão, o G-77 não hesita em brindar a sua eventual expansão, o que contribuiria para reforçar a sua relevância e representatividade.

O G-77 e a China acreditam firmemente no poder da unidade dentro da diversidade e que é hora de agirmos unidos em defesa das reivindicações históricas que, por não terem sido devidamente atendidas, multiplicaram os desafios que os nossos países enfrentam atualmente.

Para ler o discurso completo, [clique aqui](#).

Destaque do Movimento dos Não Alinhados

O MNA tem estado em evidência e tem tido mais visibilidade, especialmente depois da invasão da Ucrânia pela Rússia que acentuou as questões geopolíticas que coincidiram com o aumento e a intensificação da competição entre grandes potências.

O ano de 2022 foi marcado por medo e conflito. Os Estados Unidos e a Europa se rearmaram e os Estados Unidos e a Rússia retornaram a uma competição ao “estilo da Guerra Fria”. Além disso, alguns analistas consideram que a hostilidade crescente entre os Estados Unidos e a China poderá resultar em uma guerra em torno de Taiwan.

Isso ressaltou o MNA como o exemplo mais importante de um grupo que não quer ser forçado a escolher entre os Estados Unidos, Rússia ou China. Os países do Sul global têm se mantido neutro, mas atentos à visibilidade e aos recursos oferecidos à Ucrânia que muitos consideram, estar desviando parte da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para esta parte do mundo, causando uma queda estimada de 15% na ajuda total aos países do Sul. De acordo com José Ramos Horta, presidente de Timor Leste, o potencial para um desvio de ajuda é ainda maior, depois da estimativa de recursos necessários para a reconstrução da Ucrânia. Em suas palavras, deve-se garantir que os ucranianos sejam apoiados, mas não às custas de outros países.

Grande parte do mundo em desenvolvimento considera e ressalta os duplos padrões de entendimento e as décadas de negligência dos países desenvolvidos, com as questões e desafios mais importantes para os países do Sul Global. Quaisquer que sejam os argumentos sobre a Ucrânia, sobre a geopolítica mundial ou sobre o sistema internacional, os líderes mundiais não podem ignorar os ressentimentos existentes e a nova ordem do Sul Global.

Neste informe, destaco 2 organizações ligadas ao Movimento dos não-alinhados e que estão em evidência. O primeiro é:



Centro de Ciência e Tecnologia dos Países Não Alinhados e Outros Países em Desenvolvimento (Centro de C&T MNA) localizado em Nova Deli, Índia.

Este centro foi estabelecido como uma organização intergovernamental cujo estatuto foi aprovado em 1985 e entrou em vigor após a assinatura de 31 países, em agosto de 1989. Atualmente 47 países em desenvolvimento são membros do Centro.

Os objetivos do Centro de Ciência e Tecnologia dos Países Não Alinhados e Outros Países em Desenvolvimento são:

- 1) Promover a colaboração entre cientistas e tecnólogos e organizações científicas dos países do MNA e outros países em desenvolvimento,
- 2) Manter o Intercâmbio entre centros nacionais e regionais,
- 3) Ser um Centro de compilação de informações sobre as capacidades tecnológicas de cada país para promover a cooperação tecnológica e a transferência de tecnologia,

- 4) Manter um registro de especialistas em C&T para utilização de seus serviços pelos países membros,
- 5) Estimular e promover projetos e programas de capacitação conjuntos de Pesquisa e Desenvolvimento numa base bilateral ou multilateral em domínios selecionados de especial relevância,
- 6) Elaboração de relatórios de última geração, etc.

As áreas prioritárias de atuação são:

Biotecnologia Agrícola; Ciência e Engenharia de Materiais Avançados; Gestão de Desastres Naturais; Engenharia de Construção; Processamento alimentar; Microeletrônica; Popularização da Ciência; Centros de Ciência e Museus de Ciência; Tecnologia de informação e comunicação; Questões de biossegurança e bioética; Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual e Conhecimento Tradicional, Política de Ciência e Tecnologia. Parceria Público-Privada para Inovação Tecnológica; Fontes de energia não convencionais; Transferência de tecnologia; Ciência e Tecnologia para a Sociedade e C&T para Mulheres; Ecologia, Meio Ambiente e Biodiversidade; Qualquer outro assunto/tópico relevante para o contexto socioeconômico e Desenvolvimento do países do MNA e outros países em desenvolvimento.

Os próximos eventos deste Centro serão:

- 1) **5 e 6 de setembro de 2023** - Programa Internacional de Treinamento sobre "Tecnologias de Baixo Custo para Remoção de Arsênio das Águas Subterrâneas", Academia de Pesquisa Científica e Tecnologia no Cairo, Egito.
- 2) **21 a 23 de novembro de 2023** – Oficina de Trabalho Internacional sobre “Melhorar a Eficiência e a Eficácia nos Sistemas de Prestação de Saúde nos Países em Desenvolvimento: Implementação e Questões Políticas”, Academia de Educação Superior e Pesquisa nas Ilhas Maurícios.
- 3) **29 e 30 de novembro de 2023** – Oficina de Trabalho Internacional sobre Impactos das Mudanças Climáticas nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)” oferecido de forma virtual pela Associação da Orla do Oceano Índico nas Ilhas Maurícios.
- 4) **Março/abril de 2024** – Oficina de Trabalho Internacional e Programa de Treinamento da Agência Nacional de Pesquisa e Inovação, na Indonésia.
- 5) **5 a 7 de junho de 2024** – Oficina de Trabalho internacional sobre Pesquisa Agrícola e Inovação para Meios de Subsistência Resilientes em Terras Secas”, Universidade da Grande Zimbábue (Centre for Science and Technology of the Non-Aligned and Other Developing Countries (NAM S&T Centre) 2023).

O segundo é: **Centro do Movimento dos não-Alinhados para a Cooperação Técnica Sul-Sul (NAM CSSTC)** localizado em Jacarta na Indonésia.



Este Centro, ativo desde 1995, é responsável pelo compartilhamento de recursos, bem como um fórum de diálogo para a cooperação entre os países membros e não-membros do MNA.

O principal objetivo do Centro do MNA para a Cooperação Sul-Sul é melhorar o desenvolvimento de capacidades para alcançar o desenvolvimento humano sustentável e encorajar os países em desenvolvimento a se envolverem de forma mais eficaz e justa no processo de globalização. Os programas e atividades destinam-se principalmente a promover o intercâmbio de recursos, competências e experiências entre os países membros do MNA, através da troca de conhecimentos especializados, conhecimentos técnicos e oficinas de trabalho, networking, capacitação e estágios.

O CSSTC do MNA mantém uma relação próxima e reporta suas atividades, trimestralmente ao Comitê de Coordenação do MNA.

Os próximos eventos deste Centro serão:

- 1) **11 e 12 de setembro de 2023** – Programa de Treinamento em produtos derivados do côco para o Caribe.
- 2) **De abril de 2023 a maio de 2024** – Programa de Desenvolvimento de Recursos do côco.
- 3) **4 e 5 de outubro de 2023** - 7ª Conferência Internacional de Energia Astechnova – 2023: “Inovações para Gestão da Crise Energética”.
- 4) **Agosto de 2023 a fevereiro de 2026** – Programa de Bolsas para: Brunei Darussalam, Camboja, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietname, Timor-Leste, Fiji, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Colômbia, Panamá, Chile, Bolívia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela

Existem ainda 3 outros Centros de Cooperação do MNA

Sistema de Pesquisa e Informação para os Países não-Alinhados e outros países em desenvolvimento (RIS) na Índia



✓ Instituto de Medicina Tropical 'Pedro Kouri' (IPK) em Cuba

✓ Centro do Movimento dos não-Alinhados para os Direitos Humanos e Diversidade Cultural (NAM CHRCD) no Irã (Non-Aligned Movement Centre for South-South Technical Cooperation 2023).

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



<https://twitter.com/namyouthorg>

25 de agosto de 2023 - O Capítulo Nacional do Movimento Jovem dos não-Alinhados da Gâmbia e o Comitê Regional da Juventude da Costa Oeste da África estão organizando um Acampamento Regional de Verão para Jovens que será oferecido de 1 a 8 de setembro de 2023 na cidade de Brikama na Gâmbia.

Espera-se reunir em torno de 200 jovens, e o evento se propõe a oferecer uma plataforma para explorar o potencial jovens; e desenvolver suas competências e promover a colaboração com pares que pensam da mesma forma (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1, 2023).

Como já mencionado inúmeras vezes em informes anteriores, o Movimento Jovem dos não-Alinhados promove oportunidades para capacitar e envolver proativamente os jovens para desenvolver soluções criativas que moldem e alimentem um futuro mais sustentável.

19 de agosto de 2023 - Dia Mundial Humanitário. O dia destaca a importância dos humanitários, sua dedicação inabalável e seu trabalho na ajuda às pessoas afetadas por crises em todo o mundo (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2, 2023).

O Movimento Jovem dos não-Alinhados aproveitou o dia para homenagear o trabalho incansável da comunidade humanitária global e o seu compromisso com as pessoas mais necessitadas.

Este ano, marca o 20º aniversário do ataque ao Hotel Canal em Bagdá em que morreram 22 funcionários da ONU, incluindo o enviado especial da ONU, Sergio Vieira de Mello.



[Assista ao vídeo](#) do Secretário Geral da ONU comemorando o dia mundial humanitário

A tragédia marcou uma mudança na forma como o trabalho humanitário é realizado. Apesar do trabalho humanitário ser respeitado em todo o mundo, estes trabalhadores também têm disso alvo de inúmeros ataques, dificultando muito o seu trabalho de campo, em algumas partes do mundo.

De acordo com António Guterres, as operações humanitárias globais em 2023, deve oferecer ajuda vital a 250 milhões de pessoas em 69 países. Uma cifra dez vezes maior do que há 20 anos atrás. Mas infelizmente, o financiamento para a ajuda humanitária está muito abaixo do esperado e é agravada pelas múltiplas crises que afetam o mundo. A medida em que as crises se multiplicam, reduz-se a ajuda a milhões de pessoas necessitadas e isso deveria ser inaceitável.

Outros desafios também se multiplicaram nos últimos 20 anos, como as tensões geopolíticas em flagrante desrespeito ao direito internacional humanitário e aos direitos humanos agravados por ataques deliberados de campanhas de desinformação colocando em risco, todo o trabalho humanitário.

Deve-se ressaltar que os trabalhadores humanitários são, na maioria, profissionais nacionais que trabalham em seus próprios países, estando assim, mais próximos das pessoas que servem e com maior possibilidade de entrar e alcançar regiões distantes e atingidas por catástrofes e muitas vezes na linha de frente de conflitos armados, com o único propósito de salvar e proteger vidas.

Portanto, no dia 19 de agosto de 2023, devemos saudar a coragem e dedicação das pessoas que trabalham pela ajuda humanitária em todo o mundo. Não importa quem, não importa onde, não importa o quê.

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul trabalha numa ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, género e a quarta revolução industrial.

Destaques do Centro Sul

Agosto de 2023 – O Centro Sul está trabalhando em um artigo de pesquisa intitulado **“Tendências, razões e perspectivas da desdolarização”** que traz uma perspectiva histórica do “Acordo de Bretton Woods” de 1944 que deu origem ao novo sistema financeiro internacional marcado pela centralidade do dólar americano.

No entanto, ao longo das últimas oito décadas, houve a diminuição do peso econômico dos EUA em relação ao crescente papel do dólar, refletido profundamente nos países em desenvolvimento.

A compensação de pagamentos em dólares desencadeou uma onda de reavaliação por parte dos estados e empresas nacionais, do papel do dólar e conduziram ao processo de desdolarização, abrangendo desde o Sudeste Asiático até à América Latina e o Oriente Médio.

A desdolarização tem ocorrido de diferentes formas, liderada pelos BRICS e por alguns países exportadores de matérias-primas. No entanto, existem muitos desafios para uma desdolarização significativa. No geral, os esforços de desdolarização, apesar dos progressos importantes, têm sido limitados e parciais.

Registram-se progressos na redução da dependência excessiva do dólar através da diversificação das reservas cambiais e da faturação comercial, como evidenciado pelo declínio da participação do dólar nas reservas cambiais e aumento do comércio faturado e transacionado em outras moedas.

Contudo, no mercado financeiro e nas transações cambiais, a emissão de dívida e a compensação de pagamentos, a participação do dólar não sofreu um declínio.

Neste estudo ainda em andamento, considera-se que para reformar o sistema financeiro internacional, os BRICS, em particular, deveriam continuar a assumir a liderança na promoção dos esforços de desdolarização (South_Centre. 1. 2023).

Esta semana, **José Luiz Fiori** escreveu, sobre a expansão dos BRICS e seu entendimento sobre a desdolarização. Para ler a entrevista, [clique aqui](#)



24 de agosto de 2023 – O Centro Sul coorganizou com o Tribunal de Apelação para Casos Especializados na Tailândia, um curso sobre direitos autorais e acesso ao conhecimento na era da inteligência artificial (AI). Deve-se considerar que os países em desenvolvimento ainda precisam avançar muito em relação aos direitos autorais (Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023).

https://twitter.com/South_Centre

22 de agosto de 2023 - Ministros da Saúde do G20 enfatizam ações contra a resistência antimicrobiana

Entre 18 e 19 de agosto realizou-se a reunião de Ministros da Saúde do G20 na cidade de Gandhinagar na Índia que culminou com um documento final com as principais prioridades e desafios globais em matéria de saúde.

E o Centro Sul destacou as ações contra a resistência antimicrobiana, pois o Centro Sul tem pesquisado e discutido bastante sobre o tema já que a resistência antimicrobiana (RAM) é reconhecida como um dos grandes desafios globais da atualidade.

Ninguém mais disputa que os microrganismos têm se tornado cada vez mais resistentes e os antimicrobianos tornando-se ineficazes, aumentando o risco de propagação de doenças.

As infecções resistentes são uma das principais causas de morte em todo o mundo e foram responsáveis por cerca de 4,95 milhões de mortes em 2019, com um peso muito elevado nos países

em desenvolvimento. O Banco Mundial estima que poderão ocorrer até 10 milhões de mortes anualmente até 2050 e a resposta global à RAM não consegue acompanhar a velocidade da RAM.

Tal como em declarações anteriores, os membros do G20 se comprometeram, uma vez mais a combater a RAM de forma abrangente, seguindo a abordagem da **Saúde Única**. No entanto, somente com o fortalecimento da governança e da coordenação multisetorial além do investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento, isso poderá ser alcançado. Conjuntamente, deve-se priorizar a prevenção e controle de infecções; melhorar do abastecimento de água, saneamento e higiene (WASH) e melhorar a sensibilização para a RAM.

A utilização responsável e gestão de agentes antimicrobianos, incluindo a preservação das terapêuticas existentes utilizadas em humanos, animais e vegetais e a vigilância da RAM e do consumo de antimicrobianos, deve ser feita através do Sistema Global de Vigilância da Resistência e Uso de Antimicrobianos (GLASS) da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A OMS tem a capacidade de utilizar e promover ações e o desenvolvimento de políticas; orientar o desenvolvimento de novos antimicrobianos baseados pela lista de antimicrobianos criticamente importantes, como as listas de prioridades nacionais e o livro [AWaRe da OMS](#). Este livro, com 697 páginas, é uma excelente ferramenta que auxilia e promove a utilização adequada de antibióticos essenciais.

O documento do Centro Sul destaca ainda que os países em desenvolvimento deveriam priorizar suas intervenções contra a RAM. Durante a pandemia de Covid-19, ficou claro que a melhoria da água, do saneamento e da higiene (WASH) e da prevenção e controle de infecções são fundamentais para prevenir infecções e a sua propagação e o uso indevido de antibióticos e consequente RAM.

Para reduzir o uso de antimicrobianos na produção de alimentos para animais, deve-se utilizar boas práticas de criação, higiene e biossegurança. Outra forma de conter a RAM é a gestão apropriada de resíduos, provenientes de fontes domésticas, hospitais e explorações agrícolas.

A Declaração do G20 destaca a necessidade de financiar adequadamente a contenção da RAM, mas infelizmente não estabelece novos compromissos de financiamento. A declaração sublinha a importância de alocar fundos para implementar Planos de Ação Nacionais contra a RAM a partir de mecanismos nacionais e modalidades relevantes de instrumentos financeiros globais, como o Fundo Global, o Fundo para a Pandemia e mecanismos específicos para a RAM, como o Fundo Fiduciário Multi parceiro Quadripartido para a RAM.

Infelizmente, os Planos de Ação Nacionais e os mecanismos de financiamento existentes para os países em desenvolvimento continuam a ser fortemente subfinanciados. O custo das medidas de contenção da RAM é estimado em 9 mil milhões de Euros anuais e a contenção da RAM deve ser um bem público global, que prolongará a disponibilidade de antimicrobianos eficazes para todos os países.

O G20 apoiou o processo de negociações da OMS para conseguir um instrumento pandêmico que considere a RAM, bem como a expectativa de que o progresso na RAM possa ser alcançado através deste instrumento.

Aguarda-se a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas (ONU) sobre a RAM em setembro de 2024 durante a AGNU e a quarta conferência ministerial internacional sobre RAM em Riyadh, na Arábia Saudita em novembro de 2024 (South_Centre. 2. 2023).

Referências

- UNOSSC. 1. South-South Cooperation Day 2023 [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/south-south-cooperation-day-2023>. Acesso em 11 de ago 2023
- Twitter @UNOSSC 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/UNOSSC/status/1694363269362790411>. Acesso em 28 de ago 2023
- Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/cubag77/status/1694727148672848026>. Acesso em: 25 ago 2023
- Presidencia y Gobierno de Cuba. Discurso pronunciado por el presidente de la República en los Diálogos de la XV Cumbre de los BRICS [INTERNET]. 23 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.presidencia.gob.cu/es/presidencia/intervenciones/discurso-pronunciado-por-el-presidente-de-la-republica-en-los-dialogos-de-la-xv-cumbre-de-los-brics>. Acesso em: 25 ago 2023
- Centre for Science and Technology of the Non-Aligned and Other Developing Countries (NAM S&T Centre) [INTERNET]. Disponível em: <https://www.namstct.org/index.html>. Acesso em: 27 ago 2023
- Non-Aligned Movement Centre for South-South Technical Cooperation. [INTERNET]. Disponível em: <http://csstc.org>. Acesso em: 27 ago 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 25 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1695144530486477131>. Acesso em: 26 ago 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 19 ago 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1692937774729437387>. Acesso em: 26 ago 2023
- South Centre. 1. Trends-Reasons-and-Prospects-of-De-dollarization. 2023 [INTERNET]. Disponível em: https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2023/08/Trends-Reasons-and-Prospects-of-De-dollarization-REV-1-clean_14-August-2023.pdf. Acesso em: 26 ago 2023
- South Centre. 2. G20 Health Ministers emphasises action on Antimicrobial Resistance. 2023 [INTERNET]. Disponível em: [https://mailchi.mp/southcentre/southnews-g20-health-ministers-emphasise-action-on-antimicrobial-resistance?e=\[UNIQID\]](https://mailchi.mp/southcentre/southnews-g20-health-ministers-emphasise-action-on-antimicrobial-resistance?e=[UNIQID]). Acesso em: 26 ago 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 1. Disponível em: https://twitter.com/South_Centre/status/1694639909091340607. Acesso em: 26 ago 2023

América Latina: os desafios na busca pela paz e integração

América Latina: los desafíos en la búsqueda de la paz y la integración

Samia de Brito

Sebastian Tobar

Miryam Minayo

Resumen. *En este informe presentamos un breve panorama de la violencia y las inestabilidades sociales que han afectado a América Latina. También analizamos el deseo de integración en la región que sigue presente y la reunión de los Institutos Nacionales de Salud de América Latina para abordar la equidad. Además de estos importantes temas, informamos sobre los desdoblamientos de la Cumbre de la Amazonía y el Boletín de Comercio Exterior del Mercosur de la CEPAL, que muestra la recuperación de las exportaciones de los efectos de la pandemia. ORAS-CONHU participó en el Primer Congreso Internacional de Investigación sobre Cambio Climático y Salud; SE-COMISCA asistió a la Reunión Subregional del Reglamento Sanitario Internacional y la OTCA y el gobierno de Bolivia organizaron un taller para discutir acciones estratégicas para la gestión del agua en la región amazónica.*

Palabras-clave: *América Latina y Caribe. Violencia. Salud. Cooperación regional.*

Resumo. Neste informe trazemos um breve panorama da violência e das instabilidades sociais que tem acometido a América Latina. Analisamos também o desejo de integração da região que segue vigente e a reunião dos Institutos Nacionais de Saúde da América Latina para tratar de equidade. Além desses importantes temas, trazemos desdobramentos da Cúpula da Amazônia e o Boletim da CEPAL sobre Comércio Exterior do Mercosul, que mostra a recuperação das exportações dos efeitos da pandemia. A ORAS-CONHU participou do Primeiro Congresso Internacional de Pesquisa em Mudanças Climáticas e Saúde; a SE-COMISCA participou da Reunião Subregional do Regulamento Sanitário Internacional e a OTCA e o governo da Bolívia realizaram workshop para discutir ações estratégicas para a gestão da água na região amazônica.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Violência. Saúde. Cooperação regional.

Violência na América Latina: um olhar sob a perspectiva político-social

A América Latina pode ser categorizada como uma região de relativa paz. Não há históricos neste de século lutas armadas entre Estados, nem tampouco contextos de guerras civis, como há em algumas partes do mundo, com conflitos militares em grande escala, como Oriente Médio ou algumas partes da África.

No entanto, isso não significa que a América Latina seja livre de conflitos. A região tem enfrentado desafios significativos relacionados à violência, instabilidade política e social, bem como problemas de criminalidade organizada, como narcotráfico e gangues, além de movimentos guerrilheiros que ainda desafiam governos. Essas questões resultam em altas taxas de homicídio, conflitos urbanos, protestos violentos e outros tipos de violência.

Certamente, a série de desafios relacionados à violência que a América Latina apresenta estão estreitamente ligados a questões sociais, econômicas e políticas.

No final do ano 2022, a vice-presidente da Argentina, Cristina Fernandez de Kichner, sofreu uma tentativa de assassinato ao se aproximar para cumprimentar a militância que a esperava em frente a sua casa. Mais recentemente, a Argentina está enfrentando um período de grande incerteza. Além da crise econômica que deixou cerca de 40% da população em situação de pobreza e uma inflação de 113% ao ano e uma desvalorização de 21% há cerca de dez dias, que foi acordada com o FMI para desbloquear o desembolso de um crédito de 44 mil milhões de dólares são marcantes do contexto destes fatos de violência. O contexto da campanha chama a atenção para as consequências destes atos de vandalismo e o impacto político para a eleição do futuro presidente, o cenário foi agravado este mês pelas primárias presidenciais.

No dia 13 de agosto, o ultradireitista Javier Milei emergiu como o favorito para as eleições presidenciais de outubro, deixando o partido peronista que está no poder em um histórico terceiro lugar. No dia seguinte, o país enfrentou as consequências dessa situação. O governo desvalorizou a moeda em 18%, enquanto a discrepância entre a cotação oficial do dólar e a do mercado paralelo ultrapassou os 100%. O Banco Central elevou drasticamente as taxas de juros em 20 pontos percentuais, chegando a 118%, e os estabelecimentos comerciais começaram a ajustar os preços para refletir essa volatilidade econômica.⁹⁷

Diante desse cenário, começaram a surgir relatos de saques a comércios e supermercados em províncias como Mendoza, Córdoba e Neuquén. Na província de Buenos Aires, onde reside cerca de um terço da população nacional, assaltos a comércios foram registrados em pelo menos sete municípios.

Mesmo quando o contexto socioeconômico argentino não é o mais favorável, as primeiras apreciações são de que não se devem a uma explosão social orientada pela fome do povo, mas a grupos ligados à marginalidade. Os delitos nestes episódios parecem estar mais associados a pequenos traficantes, que querem fragilizar ainda mais a ordem social e não a vizinhos famintos em busca de alimentos.

Sem uma avaliação conclusiva da escalada destes acontecimentos violentos e da criminalidade, a segurança parece estar a ameaçar as democracias na região. As gangues do tráfico de drogas e o crime organizado parecem não apenas dar trabalho a adolescentes e jovens diante de um sistema econômico que não os emprega, mas também incorporar funcionários públicos em suas folhas de pagamento, aumentando a corrupção, bem como enfraquecendo os Estados democráticos.

Equador é outro caso em que a violência permeou a cena política. O candidato presidencial Fernando Villavicencio⁹⁸ foi assassinado na saída de um evento de campanha em Quito. Embora ainda não tenhamos os autores confirmados, uma gangue chamada “Los Lobos” parece assumir a responsabilidade pelo crime. Cinco dias após o assassinato de Villavicencio, um dirigente partidário equatoriano, Pedro Briones, ligado ao ex-presidente Rafael Correa, também foi morto a tiros.

No México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Belize, Jamaica, República Dominicana, Haiti, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Uruguai, Argentina, Guiana e Suriname, o tráfico de drogas tornou-se gradualmente uma poderosa realidade econômica e sociais. Ao que tudo indica, o crime organizado tem buscado cada vez espaço, poder político e controle das instituições do Estado: financia campanhas políticas, tem impacto na esfera legislativa e na definição de políticas.⁹⁹

⁹⁷ <https://elpais.com/argentina/2023-08-23/el-miedo-a-los-saqueos-enturbia-la-campana-en-argentina.html>

⁹⁸ Villavicencio denunciou a presença do tráfico de drogas e recebeu ameaças do Cartel de Sinaloa.

⁹⁹ <https://www.lanacion.com.ar/politica/segun-la-justicia-los-saqueos-fueron-realizados-por-bandas-narco-para-generar-conmocion-nid27082023/>

O Instituto para a Economia e a Paz, organização de prestígio internacional que há 17 anos prepara o “índice de paz global¹⁰⁰” em 163 países e territórios, classifica a América Latina como a região com maior insegurança do mundo. O índice de homicídios intencionais causados pelo tráfico de drogas e instabilidade política é de 28,2 no México; 27,5 na Colômbia, 22,4 no Brasil e 19,3 na Venezuela.

A presença da violência intensificou-se na América Central e no México, onde os regimes democráticos enfrentam níveis significativos de criminalidade, com a presença de cartéis, gangues violentas e outras formas ligadas ao crime organizado e não organizado, que dispõem de recursos armamentistas semelhantes (ou superior) aos dos próprios Estados.

Esse agravamento da violência na região abre espaço para discursos perigosos, que podem emergir como um canto de sereia, relacionados à necessidade de uma “mão forte” do Estado, de supostos “salvadores da pátria”, de candidatos ultradireitistas com ideias extremistas, xenófobas e armamentistas. Esse parece ser o caso, por exemplo, de Bukele em El Salvador, com métodos de combate à violência que violam os direitos humanos das populações carcerárias, mas recebem apoio significativo da população.

Os sonhos da integração sul-americana na saúde continuam...

O presidente Lula tem promovido uma geopolítica de construção e reconstrução de pontes e de retomada da integração. Neste sentido, recentemente assumido, retomou a participação na CELAC, realizou diversas missões diplomáticas e em maio de 2023, convocou os Presidentes da América do Sul.

Nesse encontro, Lula afirmou: “Somos uma entidade humana, histórica, cultural, econômica e comercial, com necessidades e esperanças comuns”. As palavras de Lula tiveram um retorno implícito à União das Nações Sul-Americanas. No entanto, muitos dos países da região denunciaram o tratado, pelo que o regresso a este bloco implicaria que os parlamentos voltassem a rever esta adesão, num contexto em que muitos dos Presidentes não têm o apoio das suas legislaturas.

Procurando avançar numa integração sul-americana, alguns temas têm tido um papel importante, como é o caso da “saúde”. A saúde em sentido amplo, considerando seus determinantes sociais e ambientais, bem como a pandemia, marcou a necessidade de avançarmos na “soberania sanitária” em nossa agenda.

O conceito de “Soberania em Saúde” significa que os Estados Sul-Americanos têm poder soberano em seus Estados para proteger e prestar serviços de saúde às suas populações, garantindo o direito à saúde. Podem ser identificados três elementos importantes da soberania sanitária:

O primeiro deles trata-se do reforço da capacidade do Estado na Saúde, promovendo políticas tanto no setor como no extra-setor, com políticas de combate à pobreza, à insegurança alimentar e a outros âmbitos que impactem diretamente, como os determinantes sociais e ambientais da saúde.

Em segundo lugar, fortalecer a ideia de saúde reconhecida como um direito: todos os países da América do Sul reconheceram o direito à saúde nas suas constituições. No entanto, existe dificuldade no exercício efetivo deste direito por parte de grupos vulneráveis como as populações indígenas¹⁰¹, afrodescendentes, migrantes, minorias sexuais, entre outros. Da mesma forma que o

¹⁰⁰ <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2023/06/GPI-2023-Web.pdf>

¹⁰¹ O Brasil já deu um passo importante na governança da saúde global, promovendo uma Resolução sobre a Saúde dos Povos Indígenas na Assembleia Mundial da Saúde. Vide: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA76/A76_R16-sp.pdf Acesso agosto 2023. E neste sentido, a

direito à saúde deve ser garantido a todos estes grupos vulneráveis, isso deve ser feito dentro dos países e nas suas áreas remotas ou mais frágeis, como áreas fronteiriças e aquelas de difícil acesso.

Em terceiro lugar, está a prestação de saúde pelo Estado e isso coloca o desafio dos Sistemas de Saúde, em termos da resposta social e organizada dos países para produzir e oferecer saúde. Sem dúvida, a pandemia da Covid-19 evidenciou mais do que nunca a necessidade de inovar na forma de produzir saúde, implantar a estratégia de Atenção Primária à Saúde e abordar os determinantes sociais e ambientais da saúde.

Os países da América do Sul têm o desafio de avançar na soberania sanitária da região, promovendo modelos de financiamento adequados para os nossos Sistemas de Saúde, considerando a lição aprendida com a pandemia da Covid-19 que encontrou muitos países frágeis e subfinanciados.

O fortalecimento da inteligência epidemiológica é outra das lições aprendidas que a pandemia nos deixa, suscitando a necessidade de modelos mais preditivos e incorporando uma visão mais abrangente como “One Health” – integrando a interfase da vigilância da saúde humana, do meio ambiente e da saúde animal.

É fundamental o desenvolvimento e fortalecimento da força de trabalho em saúde, implantando uma estratégia de “Escola de Governo”, no sentido de formar quadros e pessoas necessárias à governança em saúde, com base nas características e particularidades dos Sistemas e Serviços de Saúde e de saúde pública dos contextos nacionais de cada um dos Estados da América do Sul.

Por fim, a área mais citada com a Soberania Sanitária é aquela ligada à pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos estratégicos para a saúde, como medicamentos, vacinas e insumos diagnósticos, entre outros. A Pandemia priorizou e colocou em pauta a necessidade de avançar no fortalecimento do complexo produtivo e industrial da saúde, para ter autonomia diante de futuros episódios com potencial pandêmico e, diante da oportunidade que este setor gera, o aproveitamento da força de trabalho e a articulação das cadeias produtivas e de abastecimento da região. A integração dos países sul-americanos na saúde deve ser norteada pela ideia de superação da dependência do setor saúde de insumos estratégicos estrangeiros.

A Soberania Sanitária Sul-Americana integrará as experiências e conhecimentos dos países sul-americanos no campo da saúde, cooperando e resolvendo problemas de saúde que transcendem fronteiras (Saúde Global ou Regional), reunindo esforços em torno de desafios comuns e através da cooperação.

A construção de uma Soberania Sanitária pode servir aos países da América do Sul como “Eixo para redefinir a política de saúde e construir novas capacidades de negociação no marco de uma saúde internacional alternativa.” (Mario Rovere, 2011, p.27¹⁰²)

Avançar numa agenda de saúde sul-americana implica avançar em uma “Agenda de Integração Pragmática” ou uma agenda que resolva os problemas concretos das pessoas.

Com o objetivo de avançar nessa direção, o Governo do Brasil promoveu a realização de uma reunião dos Ministros da América do Sul, à margem da Sessão de Alto Nível sobre Tuberculose que acontecerá na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, em 22 de setembro de 2023.

população indígena assume dimensões importantes nos países da América do Sul. Existem também outros grupos vulneráveis importantes.

¹⁰² Rovere M. Organismos Internacionales de Salud y la Argentina. Voces em el Fénix 2011; 2(7): 21-24.

Sem dúvida que uma reunião de Ministros da Saúde nesses moldes implicará alguma reflexão sobre o progresso do ODS3 Saúde e Bem-estar e a necessidade de uma estratégia regional para redobrar esforços para a sua concretização do desafio de “não deixar ninguém para trás”. Ainda que apenas ODS 3 se refira à “saúde e bem-estar”, os 17 ODS constituem importantes determinantes sociais e ambientais do mesmo.

Na Agenda da Reunião de Ministros e Ministras propõe-se realizar um Balanço da Cooperação Passada na América do Sul e dentro disso é importante a atuação que a UNASUL teve na diplomacia da saúde, pactuando posições e atuando como bloco em estratégias globais importantes como “Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual”, “Sessão de Alto Nível sobre Doenças Não Transmissíveis de AGNU”, “Produtos médicos de qualidade inferior, espúrios, rotulados incorretamente, falsificados ou imitados¹⁰³”, entre muitos outros.

O ISAGS, sem dúvida, também constituiu um importante bem público regional, que tem permitido a formação de quadros em diferentes áreas de governo em saúde assim como contribuiu para a produção de conhecimento para a formulação de políticas e tomada de decisões.

Embora atualmente não tenhamos um guarda-chuva institucional da UNASUL, o instituto poderia ser recriado com outros arranjos organizacionais. Poderia ser promovido um Instituto, sem a necessidade de necessariamente estar no âmbito da UNASUL. Sem dúvida, um fator-chave de sucesso será o financiamento de uma instituição com estas características, num momento em que muitos países avançam nas agendas de austeridade fiscal.

A governança da Agenda Sul-Americana de cooperação em saúde resulta um tema chave. Como foi mencionado, a falta de um âmbito de governança setorial tem sido um aspecto que tem dificultado uma agenda de cooperação em saúde na CELAC¹⁰⁴. Nesse sentido, seria muito importante definir as regras do jogo para o funcionamento, regularidade nas reuniões, e clareza nos processos da tomada de decisões que permita a troca de experiências e informações em relação aos desafios comuns de saúde dos países da região.

Nas próximas semanas acompanharemos a Reunião de Ministros da Saúde da América do Sul e os seus desdobramentos futuros.

Institutos Nacionais de Saúde da América Latina se reúnem para tratar de equidade

Os Institutos Nacionais de Saúde da Rede IANPHI LATAM se reuniram em uma Oficina entre os dias 21 e 23 de agosto, no Palácio Itaboraí, em Petrópolis (RJ) para abordar o seu papel em relação às iniquidades em Saúde.

A Oficina de Equidade em Saúde da Rede Latino-Americana IANPHI contou com a participação dos diretores ou seus representantes dos Institutos ou equivalentes da Argentina (ANLIS); Brasil (FIOCRUZ); Costa Rica (INCENSO); Chile (INPCH) El Salvador (INS); México (INSP); Peru (INS) e Venezuela (INS). Também estiveram presentes representantes do CDC dos Estados Unidos e dos Programas Sub-regionais da América do Sul – SAM da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS.

¹⁰³ Ver FARIA, M; GIOVANELLA, L e BERMUDEZ, L (2015) “A UNASUL na Assembleia Mundial da Saúde: Posicionamentos Comuns do Conselho de Saúde Sul-Americano” - Publicado em Saúde em Debate. Rio de Janeiro. V.39, N.107. Pags 920-934. Out-Dez, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Jg4TvTYy8bzKVMSjWx5Nh/?format=pdf>. Acesso. Agosto 2023.

¹⁰⁴ Vide. TOBAR, Sebastián y MORETTI, Carla. “La Salud en la CELAC”. Publicado en la Revista Movimiento de la República Argentina, jun 13, 2022. Disponible en: <https://revistamovimiento.com/internacional/la-salud-en-la-celac/>

Na Oficina, Félix Rosenberg, coordenador da Rede IANPHI Latam, destacou a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social de 2011 e reafirmou “...*que as desigualdades em saúde dentro e entre os países são política, social e economicamente inaceitáveis, bem como injustas e em grande parte evitáveis e que a promoção de a equidade na saúde é essencial para o desenvolvimento sustentável e para uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos, o que, por sua vez, pode contribuir para a paz e a segurança*”.

A IANPHI assumiu este mandato e na sua reunião anual, realizada virtualmente devido à pandemia, em dezembro de 2021, “*O papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública no enfrentamento das desigualdades em saúde*”, na sua declaração final instou as organizações membros a colocar a promoção da saúde equidade no epicentro dos seus planos de ação.

A declaração afirma:

“As prioridades incluem a documentação das desigualdades existentes através de vigilância direcionada ou observatórios (de desigualdades em saúde) que medem o progresso e obtêm e sistematizam evidências proativas e oportunas sobre intervenções de saúde pública que reduzem a lacuna crescente nas desigualdades em saúde, para os formuladores de políticas intersectoriais, apoiando sua implementação e avaliação.”

A REDE LATAM IANPHI assumiu esses mandatos e articulou com os parceiros da IANPHI a Oficina de Equidade em Saúde, na qual os INS apresentaram o que vem fazendo na matéria. A partir de um trabalho compartilhado, os participantes dos INS de LATAM, elaboraram um plano de trabalho para abordar as inequidades em saúde sobre três níveis:

1. **NÍVEL GLOBAL:** A dependência econômica e tecnológica dos países menos desenvolvidos para o acesso a produtos e insumos de saúde (medicamentos, vacinas, reagentes de diagnóstico e equipamentos para diagnóstico e tratamento)
2. **NÍVEL NACIONAL:** acesso desigual e injusto aos serviços de saúde (aos níveis de cuidados primários, cuidados ambulatoriais e especializados, e cuidados de alta complexidade)
3. **NÍVEL TERRITORIAL:** Territórios frágeis onde o direito à cidade é seriamente limitado (habitação, saneamento, educação, transporte, desporto, entretenimento etc.)

Em nível global, foi desenvolvido um projeto visando o fortalecimento dos INS nas capacidades para a produção de insumos estratégicos de saúde. O projeto prevê o mapeamento das capacidades de produção de kits de diagnóstico, soros, toxinas ou antitoxinas, gamaglobulina; uma análise das prioridades de quais destes insumos produzir à luz da estratégia de atenção primária e da realidade epidemiológica da região, a identificação de necessidades materiais, insumos, fortalecimento de recursos humanos através de formação e alianças para alcançá-los.

Em nível nacional, O INS afirmou a necessidade de se envolver na investigação sobre a equidade nos serviços de saúde. Nesse sentido, foram observadas as grandes desigualdades entre esses Institutos. A fragmentação e a insuficiência dos modelos de cuidados primários foram alguns dos problemas apontados, bem como a escassa investigação do INS sobre estas questões. As zonas fronteiriças foram apontadas como um tema de particular interesse para o desenvolvimento de pesquisa.

A Oficina refletiu sobre como os Institutos Nacionais de Saúde Pública podem contribuir e foi levantado:

- ✓ Diagnóstico Especializado
- ✓ Investigação
- ✓ Vigilância Epidemiológica (Observatórios)
- ✓ Pesquisas Nacionais
- ✓ Informações Para Políticas Públicas
- ✓ Formação Em Saúde Pública

Neste sentido, foi formulada uma proposta para gerar informação relevante sobre as iniquidades nos serviços de saúde, particularmente nas populações vulneráveis, através da análise dos modelos de cuidados, acesso e qualidade dos mesmos, para produzir informação para a tomada de decisões.

Finalmente, em nível territorial foram partilhadas ferramentas importantes como o Diagnóstico Rápido Participativo e a cartografia social, será analisada a viabilidade de replicá-las em experiências piloto nos países. Estas experiências serão partilhadas dando origem a artigos com reflexões específicas sobre cada um dos países.

Desdobramentos da Cúpula Amazônica

(1) Equador vota por encerrar a exploração de petróleo na Amazonia

No último informe, fizemos uma análise sobre a Cúpula da Amazônia que teve lugar no início do mês de agosto em Belém do Pará, no norte do Brasil. O principal elemento dissensual que marcou o encontro foi o posicionamento brasileiro diante das novas frentes de exploração de petróleo na região amazônica, que vão na direção contrária tanto do objetivo da Cúpula, como da política ambiental colombiana (e brasileira, supostamente).

Nesta última semana, o antagonismo entre as políticas ambientais do Brasil e Equador ficou evidente quando o Equador decidiu interromper a extração de petróleo em uma reserva amazônica, enquanto o governo Lula segue promovendo um plano de investimentos que inclui a exploração de petróleo próximo à desembocadura do rio Amazonas. O presidente brasileiro, enfrenta críticas por sua abordagem contraditória em relação ao meio ambiente e ao crescimento econômico baseado em combustíveis fósseis. Ele tem sido pressionado a seguir o exemplo de países como a Colômbia, que prometem abandonar a exploração petrolífera. A busca brasileira por investimentos na indústria do petróleo é confrontada por preocupações ambientais e críticas internas.

Enquanto o Brasil é o lar de uma vasta parte da Amazônia e enfrenta críticas devido ao impacto ambiental de sua exploração de petróleo, o Equador optou por parar as lucrativas perfurações no Parque Nacional Yasuní. Especialistas e ativistas pedem que o Brasil siga o exemplo equatoriano e repense sua abordagem aos combustíveis fósseis. O plano de investimento de Lula de bilhões de reais na exploração de petróleo e gás tem gerado controvérsia, especialmente porque ele promove ações de combate às mudanças climáticas. Enquanto a busca por recursos financeiros é evidente, a questão climática e a exploração de áreas sensíveis da Amazônia estão no centro das críticas e debates no Brasil.

As controvérsias não se encerram nas relações com seus vizinhos, no próprio governo Lula, enquanto a agência de proteção ambiental IBAMA negou à Petrobras uma licença de exploração alegando falta de estudos ambientais, a procuradoria-geral do Estado disse que estes não eram indispensáveis e convocou um processo de conciliação.

(2) Fundo Amazonia ganha novo impulso¹⁰⁵

O Fundo Amazônia desempenha um papel importante na preservação da Amazônia, financiando projetos de sustentabilidade que envolvem comunidades tradicionais, como o projeto de criação de abelhas melíponas (sem ferrão) – que estão vivas, em parte, pelo Fundo.

Gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o fundo capta doações internacionais em reconhecimento ao esforço do Brasil na redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), principalmente por meio da diminuição do desmatamento. Nos últimos 15 anos, o fundo apoiou 653 instituições e impactou 241 mil pessoas em atividades sustentáveis, tendo recebido R\$ 3,4 bilhões em doações e alocado R\$ 1,8 bilhão em projetos.

Entretanto, como mostramos no último informe, o Fundo Amazônia enfrentou um período de inatividade sob a administração do presidente Jair Bolsonaro em 2019. O fundo é financiado por doadores internacionais, como Noruega e Alemanha, além de contribuições nacionais, como a da Petrobras.

Recentemente reativado em janeiro, o Fundo Amazônia volta a ganhar destaque à medida que o Brasil busca recuperar seu protagonismo, visando a COP 30, a Conferência do Clima que acontecerá em Belém em 2025. Enquanto o financiamento ambiental na Amazônia está em ascensão, o governo brasileiro busca aprimorá-lo e maximizá-lo, em alinhamento com o objetivo de captar US\$ 100 bilhões anuais dos países ricos, como proposto após a Cúpula da Amazônia.

A relevância do financiamento ambiental ganha forma tangível através de ações implementadas em toda a região amazônica. No caso das abelhas melíponas, elas estão distribuídas por 30 comunidades em sete municípios de dois estados. Essa iniciativa não se limita ao Pará, visto que comunidades indígenas e ribeirinhas do Amapá também receberam colmeias, onde as abelhas trabalham incansavelmente para produzir mel.

Este modelo econômico, centrado nos pequenos produtores, exige um investimento que a população local não possuiu. No caso do projeto Peabiru, segundo especialistas, a meta não era estabelecer uma rede exclusiva de apicultores para a produção de mel, mas sim introduzir uma atividade que pudesse ser complementar a outras formas de produção.

CEPAL: José Antonio Ocampo convoca à implementação de reformas profundas no sistema financeiro internacional com base em uma nova arquitetura, mais densa e de múltiplos níveis¹⁰⁶

José Antonio Ocampo, Professor da Escola de Assuntos Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia e ex-Secretário Executivo da CEPAL, defendeu a necessidade de reformas profundas no sistema financeiro internacional durante uma conferência na sede da CEPAL em Santiago, Chile. Ele destacou a importância de uma nova arquitetura financeira baseada em redes de instituições globais, regionais e sub-regionais. O evento faz parte de um ciclo de conferências para celebrar o 75º aniversário da CEPAL. Ocampo abordou quatro tópicos cruciais para a reforma: a banca multilateral de desenvolvimento, o sistema monetário internacional, a reestruturação de dívidas soberanas e questões institucionais críticas.

Ocampo ressaltou a importância de um sistema denso de instituições regionais e sub-regionais na banca multilateral de desenvolvimento. Ele reconheceu o papel do Banco Mundial, mas observou

¹⁰⁵ <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/27/fundo-amazonia-projeto-com-abelhas-mostra-como-verba-de-r-34-bilhoes-pode-ajudar-a-frear-o-desmate-e-incentivar-a-bioeconomia.ghtml>

¹⁰⁶ <https://www.cepal.org/es/comunicados/jose-antonio-ocampo-llama-implementar-reformas-profundas-al-sistema-financiero>

que bancos regionais tradicionais, como o BID e o CAF, cresceram dinamicamente e oferecem financiamento crucial para a América Latina e o Caribe. Ocampo também discutiu a necessidade de um sistema mais ativo de múltiplas moedas e o papel dos Direitos Especiais de Saque no sistema monetário internacional. Ele enfatizou que a pandemia agravou os problemas de endividamento público e defendeu um novo mecanismo de reestruturação de dívidas soberanas, apoiado por bancos multilaterais de desenvolvimento.

O professor enfatizou a importância de três tarefas fundamentais: a continuação das reformas das instituições de Bretton Woods para incluir os países em desenvolvimento nos processos decisórios, a evolução para uma instituição mais representativa na cúpula do sistema de cooperação econômica internacional e a construção de uma arquitetura mais densa com instituições regionais fortes. Ocampo também elogiou a CEPAL por seu papel central na pesquisa da América Latina e no Caribe e pelo apoio à cooperação tributária regional. O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, enfatizou que as mudanças globais requerem novos pensamentos e soluções adaptadas e destacou a liderança de Ocampo na promoção da cooperação tributária regional inclusiva e sustentável.

Boletim de Comércio Exterior do MERCOSUL Nº 6: exportações do MERCOSUL se recuperam dos efeitos da pandemia¹⁰⁷

As exportações de bens do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) aumentaram 18,2% em 2022 e ultrapassaram em 43,9% os níveis de 2019, devido ao notável aumento nos preços das matérias-primas impulsionado pela guerra na Ucrânia, acompanhado de um crescimento de 3,2% nos volumes, conforme apontado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em um novo relatório divulgado¹⁰⁸. Esse crescimento ocorreu em um cenário onde o MERCOSUL registrou uma expansão da atividade econômica de 1,3% (ou 2,0% incluindo a Venezuela) em 2022, uma taxa mais baixa do que no ano anterior, em linha com a desaceleração global.

A CEPAL destaca que tanto os valores importados quanto as compras externas aumentaram significativamente no último ano. O volume das compras externas aumentou 4,0%, impulsionado pelo crescimento econômico, enquanto o aumento nos preços internacionais, particularmente de energia e fertilizantes, levou a um aumento de 20,1% nos preços de importação, resultando em um aumento de 24,9% no valor total importado pela sub-região.

A recuperação do comércio de serviços, historicamente deficitário para o MERCOSUL, resultou em um déficit de 1,8% do PIB do bloco, compensado integralmente pelo superávit comercial de bens, levando a um equilíbrio na balança comercial geral após dois anos de superávit.

Para o ano de 2023, a CEPAL antecipa desafios maiores para a atividade econômica e o comércio exterior do MERCOSUL devido a um contexto de baixo crescimento global, declínio nos preços das matérias-primas de exportação e contínua instabilidade internacional. Além disso, os efeitos negativos da seca sobre a produção agropecuária na Argentina e no Uruguai podem ser amenizados pelo bom desempenho do setor no Brasil.

O relatório enfatiza que o MERCOSUL enfrenta um desafio crucial em diversificar sua economia e impulsionar a integração produtiva para promover o crescimento exportador, bem como para lidar com a crescente especialização em produtos primários. A CEPAL destaca a oportunidade de fortalecer a integração por meio do comércio eletrônico, ressaltando a importância de superar barreiras

¹⁰⁷ <https://www.cepal.org/es/noticias/exportaciones-mercosur-se-recomponen-efectos-la-pandemia-aumentaron-182-2022>

¹⁰⁸ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/49065-boletin-comercio-exterior-mercosur-6-nuevos-canales-la-integracion-periodo>

regulatórias, melhorar a conectividade, capacitar habilidades digitais e promover a inclusão financeira para aproveitar ao máximo esse potencial.

ORAS-CONHU participa do Primeiro Congresso Internacional de Pesquisa em Mudanças Climáticas e Saúde¹⁰⁹

ORAS-CONHU, Instituto Nacional de Saúde peruano, OIM, OPAS, Universidade peruana Cayetano Heredia organizaram na semana do dia 20 de agosto o Primeiro Congresso Internacional de Pesquisa em Mudanças Climáticas e Saúde.

Na ocasião, a secretaria executiva do ORAS-CONHU reafirmou o compromisso de facilitar a articulação entre atores importantes, como a academia, ministérios e tomadores de decisão com o objetivo de enfrentar as causas e resultados da mudança climática na saúde das comunidades andinas.

Outros compromissos assumidos pela representante da organização foram: fomentar diálogos intergeracionais, diálogos de saberes e trabalhos interministeriais; promover a pesquisa transdisciplinar, o desenvolvimento e gestão de projetos; reconhecer saberes e práticas ancestrais e refletir formas de inclusão de diferentes setores da sociedade nas agendas dos tomadores de decisão; buscar maior compromisso com a justiça social, ambiental e a coerência na vida cotidiana; fortalecer a cooperação regional e internacional para proteger direitos de crianças, adolescentes e também da natureza.

O secretário técnico da equipe técnica de Mudanças Climáticas no Instituto Nacional de Saúde (INS) do Peru, Luis Tafur, leu um trecho do conjunto de ideias -forças “Sentipensares” que afirmava o seguinte “Fazemos um chamado a partir do Sul, dos lagos, da montanha, dos prados, das nossas planícies, de nossos rios, de nossas sabedorias, de nossos mares, da biodiversidade, dos espíritos que governam nossas montanhas e nosso vales, da ciência. Pachamama falou neste congresso”.

Além disso, Maria del Carmem Dávila, secretaria executiva anunciou a implementação do próximo Curso Andino de Clima e Saúde com o objetivo de fortalecer as capacidades de Ministérios da Saúde, Institutos Nacionais de Saúde dos países andinos e outras organizações. Nesse curso, o objetivo é fortalecer o intercâmbio de metodologias, enfoques e experiências significativas, assim como identificar estratégias e intervenções de adaptação e mitigação frente as mudanças climáticas a nível regional e local.

Diversas instituições de dentro e fora do continente americano participaram do evento, dentre elas a UNICEF, Universidade americana John Hopkins, o Instituto de Genética boliviano, a Universidade espanhola de Granada, Centro de Saúde Global da Fiocruz do Brasil entre outras.

SE-COMISCA participa da Reunião Subregional do Regulamento Sanitário Internacional¹¹⁰

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-comisca) participou nos dias 22 e 23 de agosto da reunião sub-regional do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) que foi organizado pela OPAS/OMS.

¹⁰⁹ ¡Acción por el Cambio Climático, ahora! Articulación de diversos sectores permitirá enfrentar las implicancias del cambio climático en la salud de las personas | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [citado em 25 ago. 23]. Disponível em: <https://www.orasconhu.org/es/accion-por-el-cambio-climatico-ahora-articulacion-de-diversos-sectores-permitira-enfrentar-las>

¹¹⁰SE-COMISCA participa en Reunión Subregional del Reglamento Sanitario Internacional [Internet]. [Sica.int](https://www.sica.int).2023[citado 25 ago. 23]. Disponível em: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-reunion-subregional-del-reglamento-sanitario-internacional_1_132614.html

Na ocasião, foram realizados a revisão do marco de monitoramento e avaliação do RSI, estabelecimento de prioridades multisetoriais para fortalecer as capacidades no marco do Regulamento. A discussão privilegiou as capacidades C2. Coordenação do RSI, funções do Centro Nacional da ligação para o RSI e promoção e C12. Enfermidades Zoonóticas, do Instrumento de Autoavaliação para a apresentação anual de Informes dos Estados Partes.

Finalmente, a secretaria executiva, Alejandra Acuña, participou, junto com representantes IICA, CDC, OMSA, FAO e OIRSA, do painel de parceiros estratégicos para revisar os mandatos institucionais, projetos e cooperação técnica na América Central

OTCA e Governo da Bolívia realizam workshop para discutir ações estratégicas para a gestão da água na região amazônica¹¹¹

O Ministério das Relações Exteriores da Bolívia e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica organizaram um workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE¹¹²) para discussão de ações prioritárias para o fortalecimento da capacidade nacional de Gestão Integrada de Recursos Hídricos na Bacia Amazônica, o aumento das capacidades de adaptação das comunidades às mudanças climáticas e circulação de informações adequadas para a tomada de decisões na região.

Esses workshops para implementação do PAE serão realizados em todos os países membros. Em La Paz reunirá atores nacionais importantes nas áreas de gestão da água, cultura e educação que possam formular recomendações para a implementação do PAE e desenvolver as bases para a criação do Plano de Ação Nacional. Tanto PAE quanto o PNA devem buscar garantir a equidade de gênero.

Eleições na Guatemala e Equador¹¹³¹¹⁴¹¹⁵¹¹⁶

No dia 20/08, a vitória de Bernardo Arévalo foi decidida pelas urnas guatemaltecas. O presidente eleito que assumirá o cargo em 2024 tomou a cena política da Guatemala de surpresa pois conseguiu derrotar a tendência conservadora dos últimos anos no país.

Arévalo derrotou a ex-primeira-dama Sandra Torres que representava uma continuidade das políticas do governo atual de Alejandro Giammattei. A vitória de Arévalo acontece após um processo eleitoral conturbado com investigações a seu partido Movimiento Semilla pela Fiscalía que foram

¹¹¹ O Governo da Bolívia e a OTCA reúnem especialistas, autoridades e a sociedade civil para tratar ações estratégicas para a gestão integrada e sustentável da água na região amazônica [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Aug 25]. Available from: <http://otca.org/pt/o-governo-da-bolivia-e-a-otca-reunem-especialistas-autoridades-e-a-sociedade-civil-para-tratar-aco-es-estrategicas-para-a-gestao-integrada-e-sustentavel-da-agua-na-regiao-amazonica/>

¹¹² O PAE foi acordado e firmado em 2017 pelos países membros da OTCA e tem como objetivo garantir a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços na Bacia do Rio Amazonas.

¹¹³ Quién es Bernardo Arévalo, el candidato que dio la sorpresa en Guatemala y se convertirá en el presidente más progresista desde el retorno a la democracia hace casi 40 años. BBC News Mundo [Internet]. Available from: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-66567019>

¹¹⁴ Elecciones en Ecuador. Luisa González vs Daniel Noboa: quienes son la abogada coreísta y el joven empresario que se disputarán la presidencia [Internet]. BBC News Mundo. 2023. [Acesso em 23 Ago 25]. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/articles/c0kjg992ed0o>

¹¹⁵ El Ejército de Ecuador encargado de la seguridad de los candidatos presidenciales [Internet]. Diario Digital Nuestro País. 2023 [citado 25 Ago 23]. Disponível em: <https://www.elpais.cr/2023/08/24/el-ejercito-de-ecuador-encargado-de-la-seguridad-de-los-candidatos-presidenciales/>

¹¹⁶ Yasuní: Ecuador vota a favor de detener la explotación petrolera en una de las zonas más biodiversas del planeta [Internet]. BBC News Mundo. 2023 [cited 2023 Aug 25]. Available from: <https://www.bbc.com/mundo/articles/ce4vx8v8gezo#:~:text=BBC%20Extra->

criticadas por atores nacionais e internacionais. Apesar da vitória, o titular da Fiscalia insiste que há provas contra o partido do presidente eleito que devem possibilitar a suspensão do partido Semilla.

Arévalo ganhou as eleições com uma agenda política baseada no combate a corrupção e com a promessa de realizar um “governo da nova primavera”. Além disso, Bernardo Arevalo contou com a memória do povo guatemalteco pois é filho de Juan José Arevalo, presidente da Guatemala na década de 1944 e que implementou mudanças progressistas, mas foi derrubado por um golpe de Estado. Ganhou apelo popular entre atores sociais, autoridades indígenas e coletivos urbanos, no entanto, enfrenta desconfiança de setores importantes do país como a elite econômica tradicional, a igreja evangélica e o setor militar. Além de ter pouco apoio em um Congresso majoritariamente conservador.

Em outra eleição conturbada e com surpresas, os equatorianos votaram e deixaram a decisão final para o segundo turno. Rodeada por um sistema de segurança reforçado, os votantes decidiram que Luisa González (favorita nas pesquisas de opinião) e Daniel Noboa (não aparecia entre os primeiros candidatos nas pesquisas) vão concorrer ao segundo turno. Luisa Gonzales é “herdeira política” de Rafael Correa, ex-presidente. Já Daniel Noboa vem de família política conhecida com pai e mãe participando da vida política do país há algum tempo. Se posiciona contra a herança correísta, mas negou que representa a direita e que se considera de esquerda e centro-esquerda.

O período da corrida eleitoral foi marcado por violência política com morte de presidentiáveis, Fernando Villacencio, e pela morte de políticos no interior do país. Para o segundo turno, o atual presidente, Guilherme Lasso, encarregou o exército pela garantia da segurança dos candidatos. Além da decisão por quem deverá ocupar o cargo de presidência, os equatorianos foram às urnas para decidir sobre a exploração petrolífera no Parque Nacional Yasuní, Amazônia equatoriana. Quase 60% da população votou pela detenção de mecanismos de exploração dos campos petrolíferos de ITT, conhecidos como Bloco 43. O resultado levantou críticas por parte de grupos industriais e mineiros do país com a justificativa de que haverá um impacto negativo na confiança de investidores estrangeiros.

Calor, machismo e reunião de ministros da saúde na Europa
Heat, male chauvinism and health ministers meeting in Europe

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *Under a huge heatwave in Europe, the war in Ukraine completes a year and a half, and for now, only the population seems tired. The highlight of Europe Report, however, is Spain, where the feminist debate gains strength with a forced kiss in public and which holds the first meeting of ministers of health under its rotating presidency of the Council of the EU. To face mortality from heat, WHO Europe addresses citizens directly, suggesting immediate measures to populations.*

Keywords: *Global Health; European Union; Europe Heatwave.*

Resumo. Sob a forte onda de calor na Europa, a guerra na Ucrânia faz um ano e meio, e por enquanto, apenas a população parece cansada. O destaque do Informe Europa, no entanto, é a Espanha onde o debate feminista ganha força com um beijo forçado em público e que realiza a primeira reunião de ministros da saúde sob sua presidência rotativa do Conselho da EU. Para enfrentar a mortalidade pelo calor, a OMS Europa se dirige diretamente aos cidadãos, sugerindo medidas imediatas às populações.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Onda de calor na Europa;

No dia 24 de agosto a Ucrânia comemorou sua independência, enquanto a guerra em seu território completou a marca de 1 ano e meio, sem perspectivas de término ou sinal de arrefecimento. Pelo contrário, a guerra continua a alimentar algumas poderosas engrenagens do sistema mundial, como a indústria bélica e a grande mídia internacional. Impressiona a quantidade de reportagens, matérias, análises e afins, com a temática bélica. Nesta quinzena de aniversário contudo, surgem as primeiras matérias jornalísticas admitindo a supremacia russa na guerra e os sinais de cansaço da população ucraniana¹¹⁷.

Em que pese o aniversário da guerra e o calor que literalmente queima a Europa, o destaque da quinzena, ao menos na mídia, foi o show de machismo protagonizado pelo presidente da Real Federação Espanhola de Futebol (RFEF), Luis Rubiales, que beijou sem consentimento, a atacante Jenni Hermoso após lhe entregar a medalha pela conquista da copa do mundo de futebol feminino durante a cerimônia de premiação. [O episódio gerou repúdio nacional e internacionalmente, conduzindo a Espanha para uma crise ainda em andamento.](#) O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, se manifestou, classificando o gesto como “inaceitável” e declarando que “desculpas não são suficientes”. O governo espanhol pediu a suspensão de Rubiales ao Tribunal dos Esportes do país.

Rubiales, porém, não só se recusou a renunciar ao cargo, como, em assembleia extraordinária, bradou que permaneceria, questionando se um selinho seria suficiente para tirá-lo do cargo. Ele alega que o beijo foi “espontâneo, mútuo e consentido”. O vice-presidente da Federação Espanhola de Futebol, Rafael del Amo, pediu demissão logo após o discurso de Rubiales em protesto contra a postura do presidente.

¹¹⁷ Jornal El País, “Cuenta atrás para decidir la guerra”. Edição impressa de 27 de agosto de 2023, páginas 2 à 5. Espanha.

Atletas espanholas não ficaram nada satisfeitas com a postura de Rubiales e reagiram com indignação, divulgando uma carta, assinada por 81 jogadoras espanholas, incluindo as 23 campeãs. Na carta elas afirmam que não voltarão a uma convocação da seleção se os dirigentes atuais permanecerem. O Conselho de Esportes do país acatou denúncias do caso como suposta agressão sexual; o Tribunal Administrativo do Esporte abrirá inquérito sobre o ocorrido; e a Fifa anunciou a abertura de um processo disciplinar para investigar as ações de Rubiales, sob a alegação de que a conduta do dirigente viola o código de ética da entidade¹¹⁸. Enquanto isso, suspendeu Rubiales por 90 dias e o proibiu de fazer contato com a jogadora Hermoso¹¹⁹.

No âmbito da União Europeia, aconteceu a Reunião Ministerial Informal sobre a Saúde do Conselho da UE, que [abordou a digitalização dos cuidados de saúde, a melhoria da saúde mental e a autonomia estratégica, no domínio dos medicamentos e equipamentos de saúde](#). A reunião aconteceu em Las Palmas de Gran Canaria, no dia 28 de Julho, sob a presidência espanhola, que procurou fazer progressos em algumas das suas prioridades, como a continuação da construção da União Europeia da Saúde, centrando-se na proteção das populações vulneráveis, na promoção de iniciativas para preparar e responder a novos alertas de saúde e no desenvolvimento da abordagem da "Saúde Única".

O tema da digitalização dos cuidados da saúde é parte do caminho para a União Europeia da Saúde. Os ministros de saúde do bloco partilharam boas práticas e discutiram questões o processamento de dados, a necessidade de proporcionar acesso num ambiente seguro e a importância destes desenvolvimentos em áreas como a pesquisa. Durante a sessão destinada à saúde mental, os ministros abordaram a luta contra o estigma associado.

A pandemia demonstrou a importância de cadeias de abastecimento fortes baseadas na UE para a disponibilidade de medicamentos e produtos de saúde estratégicos para proteger a saúde dos cidadãos europeus. Em resposta, o [projeto Autonomia Estratégica Aberta \(OSA\) procura garantir a autonomia estratégica nesta área, através de recomendações sobre questões-chave como a disponibilidade e produção de Ingredientes Farmacêuticos Ativos \(IFA\)](#). A presidência espanhola está finalizando um projeto, previsto para ser apresentado em outubro, que [propõe um acordo para garantir que as cadeias de abastecimento de medicamentos sejam diversificadas e seguras para a satisfação das necessidades europeias](#). O pacote de reformas visa um mercado único de medicamentos onde todos os cidadãos e pacientes da UE, tenham acesso aos medicamentos que necessitam. O objetivo é reduzir a escassez de medicamentos e garantir que os produtos de saúde estejam disponíveis para todos os cidadãos europeus.

A presidência rotativa da Espanha parece ter reservado o mês de setembro para se dedicar à pauta da saúde, pois muitos eventos estão programados para este mês: dias 13 e 14 acontecerá a [Conferência Ministerial Saúde e Ambiente](#), onde será abordada a contribuição do setor saúde para as emissões de gases com efeito de estufa, para a posterior implementação de um plano de redução que contribua para atingir o objetivo da neutralidade climática; entre 18 e 20 acontecerá a [Reunião de Chefes de Agências de Medicamentos](#), que agregará os responsáveis das agências reguladoras nacionais de medicamentos, representantes da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e da Comissão Europeia, para discutir e decidir sobre questões prioritárias para a rede de agências nacionais e atualizações sobre ações, projetos em andamento ou implementação de novas regulamentações; Concomitantemente, a [Reunião de alto nível One Health sobre resistência antimicrobiana \(RAM\)](#), está prevista para dias 18 e 19. No final de novembro a saúde volta para a agenda com mais dois importante

¹¹⁸ Jornal O Globo, "Campeãs pedem dispensa da seleção após fala de dirigente". Edição impressa de 26 de agosto de 2023, página 28. Rio de Janeiro, Brasil

¹¹⁹ Jornal El País, "Espanha ya no tolera los Rubiales". Edição impressa de 27 de agosto de 2023, páginas 39 à 44. Espanha.

eventos: o [Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores](#), vai se dedicar aos temas de saúde no dia 30; e entre os dias 30 de novembro e 1 de dezembro os [Chefes de Agências de Medicamentos se encontram novamente](#), desta vez virtualmente.

Não é só o Brasil que se sente prejudicado com as políticas ambientais europeias. Recentemente, [o governo polonês apresentou ações judiciais contra o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, pedindo o cancelamento de três políticas climáticas da UE](#), que ameaçam a segurança energética e falham em proteger o bem-estar dos cidadãos. A primeira ação afirma que a proibição à venda de automóveis novos que emitem CO₂ a partir de 2035 impõe encargos excessivos aos mais pobres da sociedade e "dá origem a graves consequências negativas para a indústria automóvel europeia, exclusão social, exclusão dos transportes das pessoas mais pobres, e aumento da disparidade entre os cidadãos no que diz respeito ao nível de vida." Um segundo desafio são as metas anuais de emissões de gases com efeito de estufa estabelecidas, que ameaçam a segurança energética do país. O último desafio é relativo à chamada reserva de estabilidade do mercado da UE, que visa resolver o excedente de licenças de emissão no sistema de comércio de licenças de emissão da UE, que pode levar ao corte de empregos na mineração, levando a "maior desigualdade social entre os Estados-Membros e ao aumento da exclusão social".

Face ao progressivo aumento das ondas de calor na Europa, o diretor-geral da OMS Europa, Hans Kluge, [chamou atenção para a mortalidade do calor e para as medidas de enfrentamento](#), falando diretamente aos cidadãos. Ele deixa claro tratar-se de medidas imediatas, porque o real enfrentamento envolve medidas de longo prazo, que precisam de ações globais, adaptadas localmente. Kluge alerta para a necessidade desesperada e urgente de ação regional e global para enfrentar a crise climática, que representa uma ameaça existencial para a raça humana.

Kluge disse que no ano passado na Região Europeia, mais de 60.000 pessoas morreram por causa do calor extremo, e alertou para o aumento desse número ano após ano com o contínuo aquecimento do planeta. Ele sugere para pessoas que vivem e trabalham durante ondas de calor, especialmente no sul e leste da Europa, e para muitos que viajam de férias, que verifiquem regularmente os boletins meteorológicos, sigam as orientações locais e informem-se sobre os riscos à saúde relacionados ao clima a partir de fontes respeitáveis.

Para quem mora em uma cidade conhecida como "Rio 40", chama atenção o detalhamento de recomendações à população, que nunca vi por aqui. São as medidas imediatas:

- Mantenha-se fora do calor. Evite sair e fazer atividades extenuantes durante a hora mais quente do dia. Fique à sombra, não deixe crianças ou animais em veículos estacionados e, se necessário e possível, passe pelo menos 2 a 3 horas do dia em local fresco.
- Mantenha sua casa fresca. Use o ar noturno para refrescar sua casa. Reduza a carga de calor dentro de casa durante o dia usando persianas ou persianas e desligando o máximo possível de dispositivos elétricos.
- Mantenha seu corpo fresco e hidratado. Use roupas leves e folgadas e roupas de cama leves, tome banhos ou duchas frias e beba água regularmente, evitando bebidas açucaradas, alcoólicas ou com cafeína.

Ele também alerta para a importância de verificar família, amigos e vizinhos que passam muito tempo sozinhos, lembrando que pessoas vulneráveis podem precisar de assistência em dias quentes. Orienta as pessoas a pedirem ajuda caso se sintam mal, além de se dirigirem para um local fresco, beber água e medir a temperatura corporal por pelo menos 30 minutos, recomendando a consulta a um especialista caso a temperatura do corpo permaneça alta. Para espasmos musculares dolorosos, a Organização recomenda o descanso em local fresco e ingestão de soluções de reidratação oral

contenço eletrólitos. A busca por ajuda é recomendada em caso de caimbras de calor que persistam por mais de uma hora. Se alguém tiver pele quente e seca e delírios, convulsões ou estiver inconsciente, chame um médico ou uma ambulância imediatamente.

No contexto da guerra na Ucrânia, a OMS Europa tem desempenhado importante papel. Em um esforço para lidar com a destruição e garantir o acesso a serviços essenciais de saúde, [a Organização fez parceria com o Ministério da Saúde da Ucrânia para identificar soluções rápidas e sustentáveis para preencher as lacunas no atendimento médico serviços nos territórios afetados](#), buscando uma resposta adequada de saúde às emergências. Este projeto visa apoiar as comunidades e garantir a prestação de serviços de saúde em áreas remotas afetadas pela guerra, onde as unidades básicas de saúde foram danificadas. Como parte dessa iniciativa maior, uma nova clínica modular de cuidados primários de saúde foi instalada em Izyum, região de Kharkiv, substituindo a unidade de saúde primária destruída anteriormente.

Outra notícia de destaque da OMS Europa foi a realização de um [treinamento para capacitar futuros médicos na República da Moldávia a combater infodemias de saúde](#). Eles foram treinados para detectar desinformação online sobre vacinação, combatendo-as com fatos. Os alunos estão monitorando 42 contas de mídia social e plataformas de mídia online, incluindo as de médicos e influenciadores conhecidos, bem como plataformas de mídia de massa na web. Quando detectam desinformações sobre vacinas, eles as denunciam e respondem com informações baseadas em evidências e links para fontes confiáveis, como o Ministério da Saúde ou a OMS.

Conclusões

A Europa vive nova onda de calor e incêndios, a exemplo do ano passado. Não resta dúvida que o progressivo agravamento da situação é fruto das mudanças climáticas. A Europa exerce inquestionável liderança no processo de redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, mas não sem contradições. Sob a presidência rotativa da Espanha, o segundo semestre abrigará um encontro entre ministros europeus da saúde e do meio ambiente para discutir sobre o papel do setor saúde nas emissões, com vistas a reduzir seus impactos ambientais. A Polônia, no entanto, pede a revogação de algumas iniciativas ambientais, que considera prejudiciais à sua população. Para amenizar os impactos do calor na saúde das populações, Hans Kluge, diretor-regional da OMS Europa, faz pronunciamento direcionado aos cidadãos, já que o tratamento da questão do aquecimento global envolve medidas de longo prazo e alcance. Resta saber como este discurso chegará às pessoas afetadas pelo calor...

A “selva” está se tornando independente do “jardim”: outras reflexões sobre o BRICS+6

The “jungle” is becoming independent of the “garden”: further reflections on BRICS+6

Lúcia Marques

Resumo: Marques se soma às reflexões sobre o novo BRICS+6, uma vez que, à exceção do Brasil, da África do Sul e da Argentina, os demais BRICS+6 são países das regiões observadas pela analista. Marques relembra os movimentos e acontecimentos que se sucederam desde 2022, quando estourou a guerra na Ucrânia, quando o Ocidente – EUA e Europa - foi cobrado pelo apartheid das vacinas, pelo não financiamento de infraestruturas verdes, pelo custo dos desastres climáticos, pelas consequências das sanções americanas e europeias, pela não empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios, por não ouvir e por não dar voz ao Sul Global. Acontecimentos que se refletiram no não-alinhamento de países da **Ásia, Oriente Médio e África** - lembrando que China, Índia e Rússia foram os maiores doadores de vacinas para o Sul Global. A analista resgata reuniões e cúpulas de líderes– trazidos ao longo de seus em seus informes - que já sinalizavam essa trajetória de busca de independência da hegemonia euro-americana e de fortalecimento da voz do Sul global, que culminou no novo BRICS+6 e o porquê de serem esses seis países.

Palavras chaves: BRICS+6, multilateralismo, Sul Global,

Abstract:

Marques adds to the reflections on the new BRICS+6, since, with the exception of Brazil, South Africa and Argentina, the other BRICS+6 are countries from the regions observed by the analyst. Marques recalling the movements and events that have taken place since 2022, when war broke out in Ukraine, when the West - USA and Europe - was charged for the apartheid of vaccines, for the non-financing of green infrastructures, for the cost of climate disasters, for the consequences of American and European sanctions, for not empathizing with developing countries and their challenges, for not listening and for not giving voice to the Global South. Events that were reflected in the non-alignment of countries in Asia, the Middle East and Africa -remembering that China, India and Russia were the biggest donors of vaccines to the Global South. The analyst rescues meetings and summits of leaders - brought along in her reports - who already signaled this path of seeking independence from Euro-American hegemony and strengthening the voice of the global South, which culminated in the new BRICS+6 and the why these six countries.

Keywords: BRICS+6, multilateralism, Global South

Já estamos trabalhando em um grupo de satélites espaciais dos países do BRICS. Um passo adiante seria discutir a criação de um consórcio de pesquisa espacial do BRICS que permitiria realizar pesquisas e observações meteorológicas para o benefício do mundo.¹²⁰

¹²⁰ Narendra Modi, Primeiro-ministro da Índia, em seu discurso na cúpula dos BRICS, sugerindo que os países dos BRICS aprofundem a cooperação no setor espacial. Índia acaba de realizar uma façanha inédita: pousou uma sonda no polo Sul da Lua, região onde ninguém ainda pousou. A sonda carrega um Rover que vai explorar o local. A façanha foi comemorada em toda Índia. <https://g1.globo.com/inovacao/post/2023/08/23/india-na-lua-video->

Com a adesão de seis países, o grupo dos BRICS passa a ter 11 nações que, com suas conexões regionais e inter-regionais, com seus PIBs – alguns entre os maiores do mundo -, suas capacidades tecnológicas em desenvolvimento, sendo membros de três bancos de desenvolvimento independentes¹²¹ – que já negociam em outras moedas que não o dólar - configuram “um novo ponto de encontro e um espaço de convergência geopolítica e econômica, entre países fora do eixo do Atlântico Norte”, com destaque para José Fiori (2023a)¹²². O BRICS+6 pode avançar para um novo multilateralismo sem o Norte Global; como um grupo de resistência às decisões unilaterais do G7.

Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes, Egito, Etiópia e Argentina chegam ao grupo com capacidade de reduzir “cada vez mais o horizonte da dominação euro americana do mundo”(Fiori, 2023a). A interconexão entre os 11 países passa pela China, quer queira, quer não. São adeptos da Iniciativa Cinturão e Rota chinesa (Belt and Road Initiative – BRI); têm amplos acordos de cooperação com a China e têm o gigante vermelho como grande parceiro comercial. As relações se ampliam na medida em que alguns são membros das mesmas organizações inter-regionais, como Organização para Cooperação de Xangai (OCX)¹²³, que no final de julho, na cúpula de líderes, propôs uma fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+6 e União Econômica Eurasiática, conectados geoeconomicamente pela BRI. Um bloco comercial que tornaria as sanções ocidentais inúteis, trazendo independência do dólar americano (Marques, 2023a).¹²⁴

A guerra fria (China X EUA) e outra quente (Rússia X Ucrânia e seus aliados ocidentais) contribuíram para aprofundar divisões. Muitas sanções foram aplicadas, inviabilizando economia e desenvolvimento. O que levou os países do Sul Global a se reorganizarem para fugir das sanções e das oscilações de humor americanas e das regras nada justas do FMI, BID e Banco Mundial, que não têm a cultura de dar voz ao Sul Global em suas tomadas de decisão. O Sul Global tem pressa. Aderir à BRI, à OCX e aos BRICS são alternativas estratégicas – lembrando que OCX e BRICS têm plataformas de cooperação semelhantes: política e segurança, finanças e economia e cultura.

Os novos membros

Dos seis novos membros, quatro são países árabes, três são do Oriente Médio, atual área de atuação da China. E como Fiori (2023a)¹²⁵ destacou, a partir de 2024, o BRICS+6 reunirá alguns dos países detentores das maiores reservas de petróleo e gás do mundo. Para não falar dos recursos minerais estratégicos que se concentram nesses mesmos países, associados às velhas tecnologias nucleares e às novas tecnologias associadas do futuro de duplo uso.

E cabe lembrar ainda que cinco do BRICS+6 têm um robusto programa espacial: China está pesquisando no lado oculto da Lua e começa a planejar uma base de pesquisa no satélite; tem um rover no solo de Marte e uma sonda orbitando o planeta vermelho e acabou de acoplar o último

[mostra-comemoracao-apos-pouso-na-superficie-lunar.ghtml](#). Cabe lembrar que Rússia, China, Índia, Emirados Árabes e Arábia Saudita têm um forte programa espacial.

¹²¹ Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS; Banco Asiático de Desenvolvimento e Banco Islâmico de Desenvolvimento.

¹²² Fiori, José Luís, 2023a. Novo Brics Explode a Ordem Internacional. Entrevista. 2023. <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

¹²³ Membros: **China, Índia, Irã**, Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, **Rússia**, Tadjiquistão, Uzbequistão. Observadores: Afeganistão, Bielorrússia e Mongólia. Parceiros de Diálogo: Armênia, Azerbaijão, Camboja, **Egito**, Kuwait, Maldivas, Myanmar, Nepal, Catar, **Arábia Saudita**, Sri Lanka, Peru e **Emirados Árabes**.

¹²⁴ Marques, L. 2023a. **Fortalecimento do novo Global Globe e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC.**

In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2023, p. 149-160.](#)

¹²⁵ Fiori, José Luís, 2023a. Novo Brics Explode a Ordem Internacional. Entrevista. 2023. <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

módulo de laboratório na estação espacial própria que orbita a Terra. Emirados Árabes tem uma sonda orbitando Marte. Arábia Saudita já enviou engenheiros e cientistas para a estação espacial internacional. Índia acaba de realizar seu segundo pouso bem sucedido no lado oculto da Lua. O programa espacial russo tem 60 anos; em 1970 desembarcou o primeiro rover em solo lunar.

Arábia Saudita, um G20, se aproximou da China e da Rússia e é agora membro do BRICS e candidata à membro permanente da OCX (é membro parceiro). Está turbinando sua cooperação tecnológica com Pequim para além de energia e infraestrutura, se tornando um membro pleno da BRI. É uma das economias que mais cresceu em 2022; é o maior exportador mundial de petróleo e a principal economia árabe. O Reino é agora a maior fornecedora de petróleo da China, e a China é a maior compradora do petróleo saudita. Como se vê, Riad está construindo uma parceria de longo prazo com a China, apesar das preocupações de segurança dos EUA. E avança em acordos sobre armazenamento de petróleo bruto no leste da China e o fornecimento de plásticos e petroquímicos para a gigante de energia do Oriente Médio.

Preocupado em se tornar menos dependente das energias fósseis, este país ultraconservador iniciou nos últimos anos um amplo programa de reformas econômicas e sociais.

Outro player importante é o **Irã**, dois meses antes de se juntar aos BRICS, se tornou membro efetivo da OCX. Sua economia é afetada por duras sanções internacionais, mas dispõe da segunda maior reserva mundial de gás, atrás apenas da Rússia, e o quarto lugar entre as maiores reservas comprovadas de petróleo. Desde o início do ano, o Irã se mostrou muito ativo no cenário diplomático, com a ambição de reduzir seu isolamento, estreitando laços com China e Rússia, e se reconciliando com seus vizinhos árabes (Marques, 2023b).¹²⁶

Emirados Árabes segue o mesmo caminho de seus vizinhos: membro dos BRICS e candidato à membro permanente da OCX. É peso pesado da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), com boas relações com Rússia e China. Buscando melhorar as relações regionais, segue os passos da Arábia Saudita construindo relações com Irã.

Egito um dos principais importadores de grãos russos, viu-se duramente abalado pela invasão russa da Ucrânia no início de 2022 e precisou apelar para o FMI. Mantém relações muito próximas com os Estados do Oriente Médio. Tem localização estratégica no nordeste africano, fazendo fronteira com o Mar Vermelho e Mediterrâneo e é o administrador do Canal de Suez.

A **Etiópia** já foi uma economia dinâmica, mas seu crescimento foi frustrado pela pandemia da Covid-19, pelas catástrofes climáticas, pelo conflito na região do Tigré (norte) e pela guerra na Ucrânia. O país continua sendo um dos menos desenvolvidos do mundo, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tradicionalmente não-alinhado, tem laços estreitos com Rússia e China, este último seu principal parceiro comercial, mas mantém relações com os Estados Unidos. A União Africana tem sede em Addis Abeba.

Indicada pelo Brasil, a **Argentina**, outro G20, também é membro pleno da BRI. Terceira economia da América Latina, enfrenta uma inflação endêmica, de dois dígitos há mais de 12 anos e atualmente carrega uma dívida de 44 bilhões de dólares (R\$ 214,6 bilhões, na cotação atual) ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Possui uma das maiores reservas de lítio do mundo – mineral usado na produção de baterias, essenciais para conservação de energia eólica e solar.

¹²⁶ Marques, L. 2023b. **Irã amplia diplomacia na América Latina, com BRICS, no Oriente Médio e Ásia Central.** [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 10-2023, p.177-184](#)

Considerações finais

As críticas aos novos membros focam nos governos autocráticos. Mas o BRICS original já não era composto somente por membros democráticos. E como lembra Fiori (2023a), esta separação e polarização entre países democráticos e autoritários foi uma ideia da política externa do governo americano Joe Biden que não teve maior repercussão internacional. Basta olhar para as duas reuniões que Biden organizou com o objetivo de mobilizar a opinião pública mundial e que se tornaram absoluto fracasso e foco de críticas sobre as verdadeiras intenções dos encontros, como parte de uma estratégia maior contra China e Rússia (Marques, 2023c)¹²⁷. Mas o mais importante aqui não é isto, é apenas que o BRICS nunca se propôs a ser um grupo de países democráticos, “nem muito menos um grupo missionário pregador da fé na democracia. Trata-se de um grupo pragmático e que tem por princípio a ideia chinesa do respeito absoluto pela autonomia política e cultural de cada um de seus membros e dos seus povos.” (Fiori 2023a).

A expansão do BRICS volta e meia entrava em discussão mas, ao tentarem levar a Rússia a um beco sem saída, EUA e Otan acabaram despertando os BRICS e, de quebra, enfraquecendo o dólar. E já provocaram um redesenho radical do mapa energético mundial, com o redirecionamento da energia russa para os mercados asiáticos, e com o estabelecimento de novos vínculos entre as potências petrolíferas **do Oriente Médio e a Extrema Ásia**, com ênfase particular nas novas relações geoeconômicas e geopolíticas entre a **China a Arábia Saudita, o Irã e a Rússia**. (Fiori, 2023b)¹²⁸

Como apontamos no Informe 13-2023 (Marques, 2023a), a guerra na Ucrânia acelerou a formação de uma aliança estratégica entre a Rússia e a China, que deu alguns passos diplomáticos gigantescos à sombra da guerra, na direção do estreitamento de suas relações econômicas e estratégicas e do alargamento de sua influência sobre o Oriente Médio e a África. Incluindo esta expansão recente e bem-sucedida do BRICS.

Como podemos ver, a “selva” está se tornando independente do “jardim”¹²⁹. Todo o Sul Global está convocado a criar um novo jardim, próprio – e, num futuro não tão distante, com sua própria moeda.

E com um *plus* a mais, como destacou o Peter Hotez¹³⁰, o BRICS+6 reúne países “capazes de construir uma rede de desenvolvimento e produção de vacinas que seria transformadora e descolonizaria todo o ecossistema de vacinas.” Os sete países mais ricos (G7) ignoram que solidariedade e equidade são fundamentais, que é preciso garantir que as vozes da sociedade civil e dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento sejam ouvidas, que ocupem os espaços decisórios, que tenham o protagonismo partilhado. A [crítica de Richard Horton, no The Lancet](#), sobre colonialismo na saúde global segue essa linha de pensamento e aponta para a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a arquitetura da saúde global.

¹²⁷ A Cúpula para Democracia de Biden de 2023 foi mais uma peça do jogo estratégico para garantir seus próprios interesses (dos EUA), principalmente contra Rússia e China. Mais do que a agenda em debate, a lista de convidados deixou claro as intenções da América. Marques, L. 2023c. **No Tabuleiro da Geopolítica**. In: As nações da Ásia e Pacífico e região árabe se preparam para o HLPF 2023. [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 5-2023, p. 163 \(160-167\)](#).

¹²⁸ Fiori, José Luís. 2023b. *A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial* (Vozes, 2023), organizado por José Luís Fiori, reúne 33 artigos de autores. Ver entrevista sobre o contexto geopolítico do livro em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fiori-a-guerra-a-energia-e-o-poder-mundial/>

¹²⁹ Comentário carregado de preconceito e mentalidade colonialista do Alto Representante da União Europeia, Josep Borrell, em [discurso](#), em 2022: "A Europa é um jardim. O maioria do resto do mundo é uma selva".

¹³⁰ <https://twitter.com/PeterHotez/status/1695032176931184882?t=HO9JYg6jNWbK-wT8RBYhg&s=08>

É preciso entender que os países em desenvolvimento buscam compartilhar e gerar conhecimentos, buscam, através da diplomacia, o diálogo para paz e para o desenvolvimento.

Para entendermos melhor, basta olharmos para os acontecimentos, debates e movimentos que se sucederam desde 2022, quando estourou a guerra na Ucrânia, e se refletiram no não-alinhamento de países da **Ásia, Oriente Médio e África** (Marques, 2022a)¹³¹; quando o Ocidente – EUA e Europa - foi cobrado pelo apartheid das vacinas, pelo não financiamento de infraestruturas verdes, pelo custo dos desastres climáticos, pelas consequências das sanções americanas e europeias, pela não empatia com os países em desenvolvimento e seus desafios, por não ouvir e por não dar voz ao Sul Global. Os maiores doadores de vacinas para o Sul Global foram **China, Rússia e Índia**. Índia e África do Sul tentaram insistentemente, sem resposta, a quebra de patentes das vacinas contra Covid-19 e dos medicamentos para tratamento da doença. As abstenções no âmbito da ONU quando o assunto é Rússia e Ucrânia e o não-alinhamento de países do Sul Global são consequências dessa falta de empatia ocidental. Os sentimentos anti ocidentocentrismo e anticolonialismo cresceram. (Marques, 2023d)¹³²

Basta revermos as decisões nas reuniões e cúpula de líderes que, desde 2022 (Marques, 2022b¹³³; 2023e¹³⁴), já sinalizavam essa trajetória que culminou no novo BRICS+6 e o porquê de serem esses seis países. Recentemente a **Liga Árabe** e países do Oriente Médio discutiram normalização de laços, retomadas de relações diplomáticas e resoluções de conflitos, com intermediação de Pequim; **China e países da Ásia Central** já falavam e avançaram nas relações econômicas e diplomáticas e estabilidade regional; e inseriram o **Afeganistão** entre as prioridades, visando manter a paz e a estabilidade da população afegã, através da reconstrução da infraestrutura social no país e integração aos sistemas econômicos regional e mundial. Exemplos de diplomacia, de multilateralismo, de metas concretas e planos de trabalho. Sem o Norte Global.

Os países estão cansados de sanções, de guerras e conflitos. Eles querem desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, saúde, ciência e tecnologia, emprego e atenção social, cultura e educação, intercâmbio e turismo, e prevenção e mitigação de desastres.

Portanto, como fala Fiori em sua [entrevista](#) (2023b) ao tentarem levar a Rússia a um beco sem saída, EUA e Otan acabaram enfraquecendo o dólar, como podemos acompanhar no movimento de desdolarização nos países da ASEAN¹³⁵, da Organização para Cooperação de Xangai e dos BRICS. Uma aproximação econômica e estratégica que nasceu à sombra e como resposta defensiva ao uso norte-americano de sua moeda e de suas finanças – e sanções -, como instrumento de poder dentro do mercado mundial de energia, e como arma de guerra contra seus concorrentes ou adversários. Acabou despertando os BRICS.

E o interessante, segundo Fiori (2023b), é que, na verdade, o BRICS não é um bloco militar ou geopolítico e não ameaça ninguém, mas, na prática, a sua própria expansão é um sinal do declínio da hegemonia dos valores e das instituições europeias, seja na **Ásia**, no **Oriente Médio**, na **África**, ou mesmo na **América Latina**. Assim como a afirmação do poder econômico e militar da China e da Rússia

¹³¹ Marques, Lúcia, 2022a. **Outras guerras: a urgência dos refugiados vai além da Ucrânia**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 4-2022, p. 154-162](#).

¹³² Marques, Lúcia, 2023d. **O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2023, p. 182-190](#).

¹³³ Marques, Lúcia, 2022b. **Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 23-2022, p. 183-192](#).

¹³⁴ Marques, Lúcia, 2023e. **O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso**. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3 – 2023, p.183-192](#).

¹³⁵ Associação das Nações do Sudeste Asiático – Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnam.

assinalam por si mesmo um declínio do alcance da liderança política e do império militar global dos Estados Unidos. “Basta contabilizar o número de países que resistiram às pressões e não se submeteram às sanções econômicas americanas contra a Rússia”, destaca, Fiori. O BRICS já representa hoje 1/3 do PIB mundial e já é igual ou maior que o PIB do G7, possuindo 40% da população mundial, 18% do comércio mundial e 50% do crescimento da economia internacional. Agora, com o reforço de mais seis (dois G20 – Argentina e Arábia Saudita¹³⁶), ganha mais robustez. Ou seja, mesmo sem agredir ninguém, nem se propor a ser o novo centro do mundo, o BRICS é por si mesmo a prova cabal de que o G7 já não tem mais representação nem representatividade para falar em nome da comunidade internacional.¹³⁷

Referências bibliográficas

- Fiori, José Luís, 2023a. Novo BRICS explode a ordem internacional. Entrevista. *Tutameia*, 27 Aug. 2023, tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/. Accessed 28 Aug. 2023.
- Fiori, José Luís, 2023b. Fiori: A Guerra, a Energia E O Poder Mundial. Entrevista. *Outras Palavras*, 16 June 2023, outraspalavras.net/outrasmidias/fiori-a-guerra-a-energia-e-o-poder-mundial/. Accessed 28 Aug. 2023..
- Hotez, Peter, 2023. Publicação no Twitter.
<https://twitter.com/PeterHotez/Status/1695032176931184882?T=HO9JYYg6jNWbK-WT8RBYhg&S=08.>”
Twitter, 25 Aug. 2023, twitter.com/PeterHotez/status/1695032176931184882?T=HO9JYYg6jNWbK-WT8RBYhg&S=08. Accessed 28 Aug. 2023.
- Marques, Lúcia, 2022a. **Outras guerras: a urgência dos refugiados vai além da Ucrânia.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 4-2022, p. 154-162.](#)
- Marques, Lúcia, 2022b. **Ásia Pacífico e Oriente Médio: Retrospectiva 2022 e cenários para 2023.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 23-2022, p. 183-192.](#)
- Marques, Lúcia, 2023a. **Fortalecimento do novo Global Globe e uma possível fusão de organizações multipolares: OCX, BRICS+ e UEE conectadas geoeconomicamente pela BRI e pelo INSTC.** In: *Cadernos Cris Fiocruz - Informe 13 - 2023. P. 149-160*, July 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-13-2023. Accessed 14 Aug. 2023.
- Marques, Lúcia, 2023b. **Irã amplia diplomacia na América Latina, com BRICS, no Oriente Médio e Ásia Central.** In: *Cadernos Cris Fiocruz - Informe 10 - 2023. P. 180 (177-184)*, 23 June 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2023. Accessed 13 Aug. 2023.
- Marques, Lúcia, 2023c. **No Tabuleiro da Geopolítica.** In: *As nações da Ásia e Pacífico e região árabe se preparam para o HLPF 2023. Cadernos Cris Fiocruz - Informe 05 - 2023.” P. 163 (160-167)*, Apr. 2023, portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-05-2023. Accessed 28 Aug. 2023.
- Marques, Lúcia, 2023d. **O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2023, p. 182-190.](#)
- Marques, Lúcia, 2023e. **O centro de mundo se deslocando para a Ásia e o Sul Global ficando mais poderoso .** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 3 – 2023, p.183-192.](#)
- Nicoceli, Artur, et al. “Índia Na Lua: Vídeo Mostra Comemoração Após Pouso Na Superfície Lunar.” *G1*, 23 Aug. 2023, g1.globo.com/inovacao/post/2023/08/23/india-na-lua-video-mostra-comemoracao-apos-pouso-na-superficie-lunar.ghtml. Accessed 28 Aug. 2023. <https://g1.globo.com/inovacao/post/2023/08/23/india-na-lua-video-mostra-comemoracao-apos-pouso-na-superficie-lunar.ghtml>.

¹³⁶ E serão três, em breve, com a entrada da Indonésia.

¹³⁷ Fiori, José Luís. 2023b. *A guerra, a energia e o novo mapa do poder mundial* (Vozes, 2023), organizado por José Luís Fiori, reúne 33 artigos de autores. Ver entrevista sobre o contexto geopolítico do livro em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fiori-a-guerra-a-energia-e-o-poder-mundial/>

Atualização EUA

Luiz Augusto Galvão

Resumo: Este mês faz um ano que o Presidente Biden promulgou o “Ato de Redução da Inflação (IRA)” ([Inflation Reduction Act](#)) que demonstrou ser efetivo em diversas áreas do governo e permitiu avançar agendas sociais e ambientais importantes com apoio político.

O IRA impulsionou diversas áreas importantes, criou empregos e reduziu custos:

Em 16 de agosto de 2022, o Presidente Biden assinou o Ato de Redução da Inflação que é uma lei transformadora para a economia dos EUA e ajuda a alcançar as metas climáticas, fortalecer a segurança energética, criar empregos bem remunerados, reduzir os custos de saúde e tornar o código tributário mais justo.

Depois de doze meses da assinatura da lei já é possível registrar o impacto positivo nas comunidades desfavorecidas, aqueles que muitas vezes foram abandonados. As estimativas dizem que as medidas sobre energia limpa e clima já criaram mais de 170.000 empregos em energia limpa, geraram mais de US\$ 110 bilhões em investimentos na produção da energia limpa, investimento de bilhões de dólares para proteger comunidades dos impactos das mudanças climáticas e ajuda para que milhões de idosos possam economizar em saúde por ações como a manutenção do custo da insulina em \$35 por mês.

Hoje, para marcar o aniversário do Ato de Redução da Inflação, a Administração Biden-Harris está lançando um novo recurso no [Invest.gov](#) que permite visualizar como o Ato de Redução da Inflação e a visão econômica da administração do Presidente Biden estão melhorando a vida dos americanos nos 50 estados e territórios. A visão econômica de Biden visa impulsionar a economia a partir do centro e de baixo para cima, incluindo investimentos na América, criação de empregos sindicalizados bem remunerados e redução de custos para as famílias americanas.

Nos doze meses desde a assinatura do Ato de Redução da Inflação:

- O setor privado anunciou mais de US\$ 110 bilhões em novos investimentos em manufatura de energia limpa, incluindo mais de US\$ 70 bilhões na cadeia de suprimentos de veículos elétricos (VE) e mais de US\$ 10 bilhões na manufatura solar. Desde que o Presidente foi eleito, o setor privado anunciou aproximadamente US\$ 240 bilhões em novos investimentos em manufatura de energia limpa.
- Os investimentos em energia limpa e clima já criaram mais de 170.000 empregos, e a lei tem previsão de criar mais de 1,5 milhão de empregos adicionais na próxima década.
- Os novos investimentos devem reduzir as emissões de gases de efeito estufa em aproximadamente 1 bilhão de toneladas até 2030.
- A Administração já concedeu mais de um bilhão de dólares para ajudar as comunidades a se tornarem mais resilientes e protegê-las dos impactos desastrosos das mudanças climáticas, incluindo seca, calor e condições climáticas extremas.
- As famílias americanas devem economizar de US\$ 27 a 38 bilhões em suas contas de eletricidade de 2022 a 2030 em comparação com um cenário sem o Ato de Redução da Inflação.
- Em torno de 15 milhões de pessoas estão economizando uma média de US\$ 800 por ano em suas mensalidades de seguro saúde, a taxa de pessoas sem seguro de saúde atingiu um mínimo

histórico e milhões de idosos no Medicare estão pagando menos pelos medicamentos receitados, incluindo a insulina.

- A Receita Federal dos EUA (IRS) está fortalecendo a fiscalização contra sonegadores de impostos e aumentando as recuperações de milionários inadimplentes. Também tem melhorado o atendimento aos contribuintes cumpridores da lei, com uma redução do tempo de espera ao telefone de 28 minutos para 3 minutos.

•

Maior investimento climático na história:

O Departamento de Energia (DOE) divulgou um estudo confirmando a projeção de reduzir até 2030 em até 41% abaixo dos níveis de 2005 as emissões de gases de efeito estufa dos EUA. Isso coloca os Estados Unidos no caminho para alcançar a ambiciosa meta do Presidente Biden de reduzir as emissões de 50-52% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 e atingir emissões líquidas zero até 2050.

O Departamento de Energia estima que:

- Haverá reduções de emissões de gases de efeito estufa de aproximadamente 1 bilhão de toneladas até 2030, permitindo que os Estados Unidos alcancem potencialmente 80% de eletricidade limpa até 2030.
- A energia eólica deve triplicar e a geração solar deve aumentar de sete a oito vezes até 2030.
- As vendas de VE triplicaram em razão dos estímulos para a geração de energia limpa e a redução dos custos dos VE.
- As agências federais tem incorporado as questões de equidade e justiça ambiental em seus programas de concessão para garantir que comunidades de baixa renda e desfavorecidas se beneficiem do Ato de Redução da Inflação, em alinhamento com a Iniciativa [Justice40](#) do Presidente. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) sozinha disponibilizou US\$ 650 milhões para projetos de justiça ambiental visando reduzir a poluição e desenvolver a capacidade de organizações comunitárias e governos locais para planejar e implementar projetos em suas áreas. E dois terços dos US\$ 27 bilhões do Fundo de Redução de Gases de Efeito Estufa da EPA irão para comunidades de baixa renda e desfavorecidas.
- Organizações filantrópicas e instituições de promoção de investimento comprometeram pelo menos US\$ 1,6 bilhão para apoiar a implementação das disposições de energia limpa e clima, garantindo acesso direto a assistência técnica crítica para comunidades desfavorecidas para que possam usufruir dos benefícios completos da lei.

O Ato de Redução da Inflação também fortaleceu a resiliência das comunidades em todo o país aumentando a proteção contra os impactos da crise climática, entre outros:

- A Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA) concedeu US\$ 562 milhões, financiados em conjunto pelo Ato de Redução da Inflação e pela Lei de Infraestrutura Bipartidária, para quase 150 projetos em 30 estados e territórios costeiros para tornar as comunidades e economias locais mais resilientes às mudanças climáticas.
- A NOAA também lançou um concurso de US\$ 575 milhões, o Desafio Regional de Resiliência Climática, para apoiar projetos que aumentam a resiliência de comunidades costeiras e dos Grandes Lagos a condições climáticas extremas e outros impactos das mudanças climáticas.
- O Bureau de Recuperação do Departamento do Interior (DOI) anunciou mais de US\$ 514 milhões para enfrentar a seca histórica na Bacia do Rio Colorado.
- O Serviço Florestal dos EUA (USFS) concedeu US\$ 250 milhões a estados e territórios para fornecer a comunidades urbanas acesso equitativo a árvores e aos benefícios que elas oferecem, incluindo proteção contra calor extremo. O USFS em breve concederá até US\$ 1

bilhão em subsídios para aumentar o acesso equitativo a árvores e espaços verdes em florestas urbanas e comunitárias onde mais de 84% dos americanos vivem, trabalham e brincam.

- O Bureau de Gestão de Terras alocou US\$ 161 milhões iniciais pelo Ato de Redução da Inflação para restaurar ecossistemas e revitalizar economias locais. O Serviço de Parques Nacionais destinou US\$ 44 milhões do Ato de Redução da Inflação para parques nacionais em 39 estados, D.C., Porto Rico e Ilhas Virgens dos EUA. O Serviço de Peixes e Vida Selvagem dos EUA também concedeu mais de US\$ 120 milhões para reconstruir, restaurar e aumentar a resiliência climática do Sistema de Refúgio Nacional da Vida Selvagem.

O IRA também criou empregos bem remunerados

Juntamente com a Lei de Infraestrutura Bipartidária e o Ato CHIPS e Science, o IRA ajudou a estimular mais de US\$ 500 bilhões em investimentos de manufatura do setor privado, incluindo aproximadamente US\$ 240 bilhões em investimentos em manufatura de energia limpa. Nos doze meses da lei:

- As empresas anunciaram mais de US\$ 110 bilhões em novos investimentos em manufatura de energia limpa, incluindo mais de US\$ 70 bilhões na cadeia de suprimentos de VE e mais de US\$ 10 bilhões na manufatura solar.
- O Ato de Redução da Inflação já criou mais de 170.000 empregos em energia limpa e tem o potencial de criar mais 1,5 milhão de empregos na próxima década.
- Os gastos ajustados à inflação em manufatura privada e construção industrial nos EUA estão em seu ponto mais alto desde que o Censo começou a acompanhar os dados em 1964 - 27% acima do pico anterior em 1966.
- O Departamento do Tesouro divulgou que os investimentos nos setores de energia limpa, veículos elétricos e baterias estão concentrados em comunidades relativamente desfavorecidas, com salários mais baixos, taxas de graduação universitária mais baixas e taxas de emprego mais baixas.
- O Ato de Redução da Inflação inclui o maior investimento em eletrificação rural desde o New Deal - quase US\$ 11 bilhões para cooperativas elétricas rurais - financiando cooperativas rurais para construir energia limpa, acessível e confiável, o que criará empregos e reduzirá os custos de energia.

Maior proteção das comunidades aos impactos das mudanças climáticas:

Estão sendo fornecidos recursos para proteger as comunidades dos impactos da crise climática:

- O DOE está investindo US\$ 1,3 bilhão em financiamento adicional pelo Ato de Redução da Inflação para ajudar os produtores agrícolas e pequenas empresas rurais a investir em energia limpa e fazer melhorias na eficiência energética, economizando dinheiro e energia e estimulando o crescimento econômico local.
- O DOE também está disponibilizando US\$ 562 milhões para quase 150 projetos em 30 estados e territórios costeiros para tornar as comunidades e economias locais mais resilientes às mudanças climáticas.
- O DOI está investindo US\$ 514 milhões para enfrentar a seca histórica na Bacia do Rio Colorado.
- O Serviço Florestal dos EUA concedeu US\$ 250 milhões a estados e territórios para fornecer comunidades urbanas acesso equitativo a árvores e aos benefícios que elas oferecem, incluindo proteção contra calor extremo. O USFS também concederá até US\$ 1 bilhão em

subsídios para aumentar o acesso equitativo a árvores e espaços verdes em florestas urbanas e comunitárias.

Na área de saúde, o Primeiro Ano do Ato de Redução da Inflação teve vários benefícios:

"O primeiro aniversário do Ato de Redução da Inflação é motivo de celebração, pois milhões de americanos já estão economizando em custos de saúde", disse o Secretário do HHS, Xavier Becerra. "Como resultado dessa lei, indivíduos que adquirem cobertura no Mercado estão pagando menos em prêmios, pessoas com Medicare estão se beneficiando do limite de \$35 na insulina e economizando em vacinas recomendadas gratuitas. Estamos fortalecendo o Medicare para a próxima geração. A Administração Biden-Harris está proporcionando custos mais baixos de medicamentos prescritos, tornando o seguro saúde mais acessível e fazendo com que a economia funcione para as famílias trabalhadoras."

O Ato de Redução da Inflação ajuda a adquirir planos no HealthCare.gov e nos Mercados Estaduais, economizando dinheiro nos prêmios dos inscritos. Estimativas nacionais mostram que, em média, os consumidores que recebem créditos fiscais continuam economizando mais de \$800 por ano em prêmios.

A extensão da ajuda financeira aprimorada resultou em uma inscrição recorde - 16,4 milhões de pessoas se inscreveram ou foram automaticamente reinscritas em cobertura de seguro saúde por meio dos Mercados HealthCare.gov e Mercados Estaduais durante o Período de Inscrição Aberta de 2023. Em todo o país, 4,6 milhões de consumidores estão recebendo assistência financeira em 2023, em comparação com 2021, representando 90% de todas as seleções de planos de 2023, ou seja, 90% das pessoas que selecionam planos estão recebendo ajuda para pagar os prêmios.

Alguns dos destaques do IRA na área de saúde incluem:

- Limita os gastos com a insulina a \$35 por mês. Estima-se que 1,5 milhão de pessoas com Medicare que usam insulina teriam economizado \$734 milhões na Parte D e \$27 milhões na Parte B - ou aproximadamente \$500 em economia média anual por pessoa beneficiada.
- A partir de 1º de janeiro de 2023, o Ato de Redução da Inflação eliminou os custos próprios para vacinas cobertas pela Parte D do Medicare recomendadas pelo Comitê Consultivo sobre Práticas de Imunização (ACIP) e não cobertas pela Parte B do Medicare, incluindo vacinas para prevenir herpes zoster (cobreiro); tétano e difteria (Td); tétano, difteria e coqueluche (Tdap); hepatite A; e hepatite B.
- Mudanças-chave para melhorar a acessibilidade de medicamentos para idosos e pessoas com deficiências que têm a Parte D do Medicare, estabelecendo, a partir de 2024, um limite para os custos próprios.

Na área ambiental houve progresso comemorado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA)

Desde que o Ato foi promulgado, a EPA investiu \$41 bilhões em ações destinadas a reduzir emissões, promover uma economia limpa, diminuir os custos de energia para famílias e empresas americanas, criar empregos bem remunerados e avançar na justiça ambiental em todo o país.

Além da redução de emissões, esses programas estão avançando na Iniciativa Justice40 do Presidente Biden, que direciona pelo menos 40% dos benefícios globais desses investimentos em clima e energia limpa para comunidades desfavorecidas, a fim de combater décadas de subinvestimento e abordar o desequilíbrio ambiental. As principais conquistas desses doze meses foram:

- Alocação de fundos para monitoramento do ar e lançamento de programas inovadores do Ato de Redução da Inflação.
- Estabelecimento do Fundo de Redução de Gases de Efeito Estufa, que mobiliza capital privado para projetos de tecnologia limpa e criação de empregos.
- Programa de Subsídios para Redução da Poluição Climática, com investimentos de \$5 bilhões para soluções climáticas lideradas por comunidades.
- Lançamento do Programa de Justiça Ambiental e Climática, destinando \$2 bilhões em subsídios e \$200 milhões em assistência técnica a organizações comunitárias.
- Criação de programas de subsídios de justiça ambiental, totalizando \$650 milhões, para capacitar comunidades desfavorecidas.

Para o segundo ano a EPA promete continuidade nas realizações significativas. A agência planeja alocar bilhões de dólares adicionais a estados, cidades, governos tribais, organizações comunitárias e líderes locais na linha de frente do combate às mudanças climáticas, visando a construção de uma economia mais forte e limpa para todos os americanos. A EPA lançará programas avançados para reduzir emissões de metano, diminuir a poluição do ar em portos e comunidades circundantes, promover materiais de construção de baixo carbono, melhorar a qualidade do ar nas escolas e aumentar o uso de veículos limpos.

Os detalhes da implementação do Ato de Redução da Inflação pela EPA estão nos links:

[Implementação do Ato de Redução da Inflação pela EPA](#)

[Pronunciamento do Administrador da EPA, Michael S. Regan](#)

[Metas Climáticas do Presidente Biden](#)

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho – Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup –Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

João Miguel Estephano - Mestrando em políticas públicas em saúde pela Escola de Governo Fiocruz Brasília; Assessor especial da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais; Secretário-executivo Adjunto da Frente Parlamentar da Vacina

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **79** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023 já são **13**, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 06 de setembro – Saúde e desenvolvimento nas Cúpulas de BRICS e da CPLP

Dia 20 de setembro – Saúde e desenvolvimento na Cúpula do G20

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 15/2023

Período de 15 a 28 de agosto de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023.

258 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.